

APRESENTAÇÃO

A idéia de que o mundo do trabalho vem conhecendo profundas transformações nas últimas décadas já se constitui um truísmo. Em que pese essa constatação, ainda há muito a compreender e explicar, já que o processo de transformação dos mercados de trabalho parece afetar a própria centralidade do trabalho. O fato é que o sentido de muitas dessas mudanças continuam a desafiar os especialistas das áreas acadêmica e técnica, especialmente nos aspectos relacionados às regiões subordinadas ou periféricas à ordem capitalista internacional.

O caso da Região Metropolitana de Salvador (RMS) é ilustrativo. Somente muito recentemente se desvelaram à análise muitas relações sociais centrais à compreensão do seu funcionamento e da sua dinâmica, a exemplo das relações de gênero e de raça. Além disso, mudanças na estrutura produtiva da RMS, tanto as relativas à distribuição locacional do trabalho quanto as que ocorreram no setor industrial, no comércio e nos serviços têm despertado o interesse dos pesquisadores e os resultados devem ser discutidos e difundidos.

Outra circunstância favorece o aprofundamento das discussões acerca das mudanças recentes no mercado de trabalho da RMS: trata-se do décimo aniversário da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). A PED-RMS, realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, juntamente com a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia - FCE-UFBA, pela Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte - SETRAS, pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE desde 1996, tem sido uma fonte importante para o conhecimento do mercado de trabalho local. Muito do que se conhece, hoje, a respeito do funcionamento desse mercado foi saber produzido a partir da pesquisa. Isso é verdade tanto em relação a aspectos relacionados à compreensão dos movimentos da conjuntura, quanto aos relativos a análises estruturais.

Com os objetivos de dar curso a essa produção, ampliar o debate e estimular a produção de novos saberes, a revista Bahia Análise & Dados traz uma série de artigos abordando o mercado de trabalho das áreas metropolitanas pesquisadas pela PED, nas dimensões das análises conjunturais e estruturais.

Os artigos da revista estão agrupados em 3 blocos temáticos. O primeiro, descreve e analisa o comportamento do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador no período de 1997 a 2005, avaliando o comportamento das taxas de participação, ocupação e desemprego e da evolução das remunerações recebidas, com atenção nas clivagens de gênero, cor ou raça, idade, instrução e posição no grupo familiar. O segundo conjunto de textos reúne estudos comparativos entre cinco áreas metropolitanas onde a Pesquisa de Emprego e Desemprego é aplicada: São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, além do Distrito Federal. Por último, o terceiro conjunto de artigos, retorna a temática relativa ao mundo do trabalho da Região Metropolitana de Salvador, agora para a análise de alguns aspectos particulares da sua estrutura e funcionamento.

Por fim, agradecemos aos autores dos artigos que colaboraram com esta edição da revista, com abordagens bastante relevantes na discussão sobre o tema.

SUMÁRIO

Apresentação	411
UM MERCADO DE TRABALHO	
Uma apreciação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. <i>Wilson Ferreira Menezes</i>	415
O mercado de trabalho metropolitano: retirando o foco de Salvador <i>Daniela Cerqueira Franco, Flávia Santana Rodrigues, Laumar Neves de Souza, Lucas Lima Marinho, Luiz André de Aguiar Alves</i>	427
MERCADOS METROPOLITANOS: diferenças e semelhanças	
Diferenças e semelhanças do mercado de trabalho nas Regiões Metropolitanas de Salvador e de São Paulo. <i>Leila Luiza Gonzaga</i>	443
A distribuição dos rendimentos dos trabalhadores nos mercados metropolitanos: a dura realidade mostrada pela PED. <i>Ademir Figueiredo, Ranieri Muricy</i>	451
O setor informal e as formas de participação na produção: os casos das Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife. <i>Thaiz Silveira Braga</i>	467
Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas Regiões Metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000. <i>Lúcia Garcia, Patrícia Lino Costa, Mario Marcos Sampaio Rodarte</i>	483
O MUNDO DO TRABALHO DA RMS: dimensões particulares	
Novos baianos: inserção dos migrantes no mundo do trabalho da Região Metropolitana de Salvador. <i>Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos</i>	503
Discriminação dos rendimentos por gênero na Região Metropolitana de Salvador <i>Leormínio Moreira Bispo Filho, Wilson Ferreira Menezes</i>	519
Quanto vale um diploma de graduação em Salvador? <i>Paulo Henrique de Almeida</i>	527
A curva de salário para a Região Metropolitana de Salvador. <i>Wilson Ferreira Menezes, Olinto Silveira Alves Filho</i>	537
Chefias femininas na RMS: a persistência das desigualdades entre negras e brancas <i>Vanda Sá Barreto, Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos</i>	553
Perfil dos ocupados no comércio da Região Metropolitana de Salvador: uma análise para os biênios 1997/98 e 2004/05 <i>Eletice Rangel Santos</i>	563
O perfil das mulheres cônjuges ocupadas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador nos anos 2002-2004 <i>Marcela Moreira de Oliveira</i>	571
O segmento de meia idade: análise sobre os desdobramentos do padrão de acumulação flexível em sua inserção produtiva <i>Flávia Santana Rodrigues</i>	579
A emergência da questão da terceira idade e o trabalho do idoso na RMS <i>José Basílio Cerqueira Neto</i>	593

Uma apreciação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador

Wilson F. Menezes*

Resumo

Este trabalho analisa o comportamento do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador entre 1997 e 2005, a partir das informações levantadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego dessa região. Para tanto, faz-se uma avaliação do comportamento da taxa de participação, da ocupação e do desemprego, além de um balanço das remunerações recebidas nesse período pelos diversos segmentos da atividade econômica. Em 2005, constata-se um crescimento ininterrupto da ocupação desde 1999, a menor taxa de desemprego desde 1998, e a diminuição das remunerações dos trabalhadores, com exceção dos segmentos mais pobres em que os 10% de menor renda recebem até R\$ 68.

Palavras-chave: mercado de trabalho, ocupação, emprego, desemprego, rendimentos.

Abstract

This paper analyses the labor market behavior in the Metropolitan Area of Salvador between 1997 and 2005, from data raised by the region's Employment and Unemployment Research. Hence, the participation, occupation and unemployment rate was evaluated, as well as a balance of the earnings perceived during this period by the different economic activity segments. We observed a continuous occupation growth from 1999 to 2005, the lowest unemployment rate since 1998, and a decrease in the laborers' earnings, except for the poorest population segments where 10% perceiving the lowest income receive up to R\$ 68.

Key words: labor market, occupation, employment, unemployment, income.

INTRODUÇÃO

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS) produz informações que possibilitam análises da estrutura e da dinâmica do mercado de trabalho desta região, através de um levantamento mensal e sistemático sobre emprego, desemprego e rendimentos do trabalho. Para uma caracterização da situação ocupacional das pessoas pesquisadas, a PED privilegia a condição de procura de trabalho. Pode-se então captar as formas de desemprego próprias de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, como é o caso do mercado brasileiro, mais especificamente o caso do mercado de trabalho da RMS.

Com o auxílio dessa pesquisa tem-se condição de tornar evidente o desemprego aberto (mais comum e conhecido), bem como as duas formas de desemprego oculto: por trabalho precário e por desalento. O levantamento das informações da PED permite ainda o acompanhamento evolutivo de aspectos quantitativos e qualitativos do mercado de trabalho da RMS, de sorte que seus resultados fornecem precisas informações para uma melhor compreensão do funcionamento do mercado de trabalho dessa região metropolitana. Compreensão essa que naturalmente contribuirá para que sindicatos, governo e todos aqueles que atuam no mundo do trabalho possam tomar decisões economicamente mais técnicas e racionais, em particular as decisões de política social.

Com base nas informações dessa pesquisa, este artigo objetiva a realização de uma avaliação de alguns aspectos relativos ao mercado de trabalho da RMS. Para

*Doutor em Economia pela Universidade de Paris I, Professor do Curso de Mestrado em Economia da UFBA e Coordenador da PED-RMS pela UFBA. awilson@ufba.br

tanto, consideram-se informações, contidas no período entre 1997 e 2005, relativas à ocupação, desemprego e rendimentos do trabalho. O trabalho encontra-se dividido em mais cinco partes, além dessa introdução. A segunda apresenta a evolução da PIA, PEA e taxa de participação, tentando caracterizar a pressão que os diferentes grupos sociais da RMS realizam sobre o mercado de trabalho. A terceira parte, após explanação do conceito de ocupação, detém-se na análise do desempenho do nível de ocupação da RMS. Na quarta parte expõe-se o conceito de desemprego e seus tipos, para em seguida realizar-se um acompanhamento das taxas de desemprego dessa região metropolitana. Na quinta parte, faz-se uma avaliação da evolução dos rendimentos médios pagos nos últimos anos na Região Metropolitana de Salvador. Finalmente algumas conclusões são apresentadas.

EVOLUÇÃO DA PIA, PEA E DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO

Segundo os critérios da PED, a População em Idade Ativa (PIA) corresponde à população com dez anos ou mais, enquanto que a População Economicamente Ativa (PEA) é representada pela parcela da PIA ocupada ou desempregada. A partir desses dois indicadores pode-se então estimar a taxa de participação, que mede a pressão da oferta de trabalho sobre o mercado de trabalho. Essa taxa resulta da relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA), indicando a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupadas ou desempregadas.

Tabela 1
Estimativas anuais médias da PIA e da PEA
RMS, 1997-2005

Indicadores	Anos								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Pop. Idade Ativa (PIA)	2.260	2.322	2.385	2.452	2.521	2.589	2.660	2.734	2.810
Pop. Eco. Ativa (PEA)	1.354	1.393	1.436	1.496	1.548	1.611	1.671	1.692	1.717

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.
Nota: Estimativas em 1.000 pessoas.

A Tabela 1 apresenta uma síntese das estimativas anuais médias da População em Idade Ativa (PIA) e da População Economicamente Ativa (PEA), por condição de atividade, ou seja, desempregada ou ocupada. A PIA da RMS saltou, entre 1997 e 2005, de 2.260 mil pessoas para 2.810 mil, enquanto que a PEA passou de 1.354 mil para 1.717 mil.

Para uma melhor avaliação do comportamento desses indicadores, foram geradas relações entre as informações do ano 2005 e as de 1997, 2001 e 2004, tal como podem ser visualizadas na Tabela 2. Assim, pode-se comparar a situação atual com o primeiro ano da PED na RMS, com o último ano do governo anterior e com o

ano anterior. Uma observação dessa tabela permite afirmar que, em relação a 1997, a PEA cresceu mais que a PIA, respectivamente 26,8% e 24,3%. Isso significa dizer que a pressão sobre o mercado de trabalho foi superior ao ritmo de crescimento da PIA. Com esses números, a incorporação dos novos entrantes no mercado de trabalho ficou problematizada, resultando em uma elevação de 43,5% no número de desempregados.

Em relação ao ano de 2001, esse movimento se inverte, caracterizando uma mudança estrutural significativa, pois a PEA cresceu 10,9% contra um aumento de 11,5% da PIA. Fica, portanto, claro que a PEA continuou a aumentar, mas agora a um ritmo inferior ao crescimento da PIA. Essa inversão pode estar significando que o contingente de inativos está aumentando proporcionalmente mais que o crescimento da PEA; isso, naturalmente, diminui a pressão das pessoas no mercado de trabalho. Entretanto, em não havendo mudanças significativas no plano econômico, o alcance dessa redução sobre o nível de bem estar das pessoas fica bastante reduzido. Efetivamente o

número de pessoas inativas cresceu 20,6% em relação a 1997, 12,3% com respeito a 2001 e 4,9% relativamente a 2004. Esse mesmo movimento acontece em relação a 2004, quando a PIA aumenta 2,8% e a PEA se eleva em 1,5%.

Tabela 2**Variações dos indicadores de 2005 em anos selecionados**

Variações	2005 / 1997	2005 / 2001	2005 / 2004
Pop. Idade Ativa (PIA)	24,3	11,5	2,8
Pop. Eco. Ativa (PEA)	26,8	10,9	1,5

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Um acompanhamento da taxa de participação ao longo do tempo permitirá um melhor entendimento do funcionamento do mercado de trabalho. Com isso, pode-se assegurar uma análise mais consistente dos movimentos relativos à ocupação, desemprego e rendimentos dos trabalhadores.

Uma inspeção da Tabela 3 permite dizer que entre 1997 e 2003 há uma elevação da taxa de participação para brancos, negros e mulheres no mercado de trabalho da RMS, quando se inicia um processo de redução dessa participação praticamente para todos os segmentos, com exceção dos brancos que continuam a aumentar essa taxa até 2004. A participação dos homens se mostra relativamente estável em todo o período. Esses movimentos garantem uma relativa estabilidade da taxa de participação para o conjunto dos trabalhadores da RMS.

Em 2005, a taxa de participação se apresenta mais elevada: para os chefes de família que para os cônjuges e filhos, para pessoas entre 25 e 59 anos em relação às demais faixas etárias, para os homens

Tabela 3**Estimativas da taxa de participação 1997-2005**

Atributos pessoais	Anos									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
TOTAL	59,9	60,0	60,2	61,0	61,4	62,2	62,8	61,9	61,1	
Homens	69,3	68,7	68,5	69,2	69,2	69,8	70,3	69,3	68,5	
Mulheres	51,9	52,5	53,1	53,9	54,8	55,5	56,3	55,5	54,7	
Brancos	56,6	56,8	57,8	57,3	58,7	59,7	59,4	61,0	60,7	
Negros	60,8	60,8	60,7	61,6	61,8	62,6	63,3	62,0	61,2	
Chefe	75,9	74,8	74,7	74,7	74,7	74,9	74,5	72,5	72,2	
Cônjuge	56,8	57,6	57,3	58,3	58,8	59,8	60,2	60,0	58,6	
Filho	48,4	49,6	50,2	51,1	51,9	53,3	54,8	54,3	53,4	
Entre 10 e 14 Anos	10,3	8,9	6,8	7,9	5,3	5,8	5,0	4,5	3,1	
Entre 15 e 17 Anos	39,1	36,9	35,9	33,2	31,7	29,6	31,8	28,8	26,5	
Entre 18 e 24 Anos	74,1	74,6	74,5	74,6	75,1	75,1	75,4	75,8	73,9	
Entre 25 e 39 Anos	83,5	84,7	84,4	84,9	84,9	85,5	85,4	84,7	84,1	
Entre 40 e 59 Anos	71,6	70,6	70,6	71,1	72,0	72,8	72,7	71,8	70,3	
60 anos e mais	19,2	17,9	18,1	18,4	17,7	18,6	19,1	17,8	17,4	
Analfabeto	43,9	40,4	41,3	38,4	37,7	35,4	37,1	33,5	32,6	
Fundamental incompleto	50,5	50,5	49,7	49,7	48,8	49,1	49,2	46,0	45,0	
Fund.comp. e médio inc.	64,2	63,8	64,5	64,9	65,2	65,3	65,2	65,1	63,3	
Médio comp.e sup. inc.	77,7	77,2	77,7	78,9	78,7	78,5	78,5	77,9	77,2	
Superior completo	84,2	84,2	83,8	84,9	84,2	83,9	83,1	83,5	81,7	

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

que para as mulheres, um pouco mais elevadas para negros que para brancos, além de crescente com o nível de instrução das pessoas.

Para uma melhor avaliação do mercado de trabalho da RMS em período mais recente apresenta-se a Tabela 4, que permite um acompanhamento das variações da taxa de participação nos anos 1997, 2004 e 2005.

Tabela 4**Variações da taxa de participação em anos selecionados**

Variações	2005 / 1997	2005 / 2001	2005 / 2004
TOTAL	2,0	-0,5	-1,3
Homens	-1,2	-1,0	-1,2
Mulheres	5,4	-0,2	-1,4
Brancos	7,2	3,4	-0,5
Negros	0,7	-1,0	-1,3
Chefe	-4,9	-3,3	-0,4
Cônjuge	3,2	-0,3	-2,3
Filho	10,3	2,9	-1,7
Entre 10 e 14 Anos	-69,9	-41,5	-31,1
Entre 15 e 17 Anos	-32,2	-16,4	-8,0
Entre 18 e 24 Anos	-0,3	-1,6	-2,5
Entre 25 e 39 Anos	0,7	-0,9	-0,7
Entre 40 e 59 Anos	-1,8	-2,4	-2,1
60 anos e mais	-9,4	-1,7	-2,2
Analfabeto	-25,7	-13,5	-2,7
Fundamental incompleto	-10,9	-7,8	-2,2
Fund.comp. e médio inc.	-1,4	-2,9	-2,8
Médio comp.e sup. inc.	-0,6	-1,9	-0,9
Superior completo	-3,0	-3,0	-2,2

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Em relação a 1997, a participação da força de trabalho no mercado de trabalho da RMS ficou 2,0% mais elevada. A participação feminina cresceu 5,4%, enquanto a masculina diminuiu 1,2%. Com um aumento de 7,2% na taxa de participação, os brancos aumentam significativamente a pressão sobre o mercado de trabalho, contra uma elevação de apenas 0,7% na taxa dos negros. Os chefes diminuem sua participação no mercado de trabalho (4,9%) e os cônjuges e filhos aumentam, muito embora isso aconteça de maneira diferenciada.

Diminui de maneira significativa a participação de crianças (69,9%) e adolescentes (32,2%) no mercado de trabalho da RMS, bem como de analfabetos (25,7%) e pessoas com ensino fundamental incompleto (10,9%), caracteri-

zando uma melhora nas condições de inserção no mercado de trabalho da RMS. Com exceção da faixa etária de pessoas entre 25 e 39 anos, que aumentou sua participação relativa em 0,7%, todas as demais faixas etárias tiveram reduções relativas: os jovens entre 18 e 24 anos (0,3%), os adultos entre 40 e 59 anos (1,8%) e os idosos com idade de 60 anos e mais (9,4%). A redução da taxa de participação também acontece para todos os níveis de escolaridade. Os destaques aparecem para os analfabetos (25,7%) e para as pessoas com ensino fundamental incompleto (10,9%).

Em relação a 2004, a RMS apresentou um taxa de participação total menos elevada em 0,5%. Comparativamente ao que ocorreu em relação a 1997, destacam-se as mudanças de sinal para as mulheres (-0,2%), os negros (-1,0%), os cônjuges (-0,3%) e as pessoas com idade entre 25 e 39 anos (-0,9%).

Entre 2004 e 2005, a taxa de participação sofreu uma diminuição de 1,3%. A redução da taxa de participação acontece para todos os segmentos analisados, muito embora para os homens, mulheres e negros as reduções mostraram-se um pouco diferenciadas em relação à taxa total. Vale destacar a diminuição da participação relativa de crianças e adolescentes no mercado de trabalho da RMS. A taxa de participação da RMS mostrou-se menos elevada para todos os níveis de instrução. A diminuição dessa taxa aparece mais fortemente para os indivíduos com ensino fundamental completo (2,8%), os analfabetos (2,7%), bem como para os indivíduos com ensino fundamental incompleto e os com nível superior completo (2,2% para ambos).

DESEMPENHO DO NÍVEL OCUPACIONAL

Uma avaliação do desempenho da ocupação na RMS requer que se compreenda o que significa ocupação para a PED. A situação de ocupado é definida pela PED a partir de três características. A primeira característica exige que a pessoa, para ser considerada como ocupada, deva estar sendo remunerada regularmente. A segunda considera

que a pessoa ocupada pode também estar sendo remunerada de forma irregular, desde que não esteja procurando trabalho diferente do atual – nesse momento, excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum

trabalho nos últimos 30 dias. A terceira considera que a pessoa pode não estar sendo remunerada, mas encontra-se ajudando negócios de parentes, ou sendo remunerada em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Apesar do crescimento do número de desempregados, não se pode deixar de perceber que a ocupação na RMS

vem se elevando, de maneira ininterrupta, desde o ano de 2000, como pode ser visto com o auxílio da Tabela 5. Em termos absolutos, é ao setor de serviços que se deve atribuir o crescimento da ocupação da RMS. Este setor responde pelo maior número absoluto de pessoas ocupadas. Foram 789 mil pessoas alocadas nesse setor em 2005, representando 60,8% do total de ocupações. Em seguida, aparece o comércio, com 209 mil postos de trabalho e um peso relativo de 16,1%. O agregado “outros setores”, com 179 mil ocupações, e a indústria, com 121 mil postos de trabalho, representam, respectivamente, 13,9% e 9,3% do total de ocupações da RMS.

As variações desses quantitativos podem ser vistas na Tabela 6. Em relação a 1997, a RMS aumentou o nível de ocupação em 22,3%. Esse aumento se mostrou presente, embora de maneira diferenciada, em todos os setores de atividade.

Tabela 5
Estimativas da ocupação por setor da atividade econômica
1997-2005

Setores	Anos								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ocupados	1.061	1.046	1.038	1.098	1.122	1.171	1.203	1.261	1.298
Indústria	89	85	84	89	90	98	106	107	121
Comércio	190	179	165	180	186	191	192	208	209
Serviços	615	623	630	658	670	711	730	768	789
Outros ¹	167	159	159	171	176	171	174	178	179
Inativos	906	929	949	956	973	978	989	1.042	1.093

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

¹ Incluem Construção Civil, Serviços Domésticos e Outras Atividades.

² As estimativas em 1.000 pessoas.

Tabela 6**Variações das estimativas da ocupação setorial em anos selecionados**

Variações	2005 /1997	2005 /2001	2005 /2004
Ocupados	22,3	15,7	2,9
Indústria	36,0	34,4	13,1
Comércio	10,0	12,4	0,5
Serviços	28,3	17,8	2,7
Outros ¹	7,2	1,7	0,6

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

¹ Incluem construção civil, serviços domésticos e outras atividades.

O setor industrial liderou esse aumento ocupacional (36,0%). Em seguida aparecem os setores de serviços (28,3%), comércio (10,0%) e o agregado “outros setores” (7,2%). Em 2005, relativamente ao ano anterior, o crescimento mais elevado da ocupação se verificou na indústria (13,1%), aparecendo em seguida o setor de serviços (2,7%). As menores elevações acontecem no agregado “outros setores” e na atividade comercial, que aumentaram a ocupação em apenas 0,6% e 0,5%, respectivamente.

A Tabela 7 apresenta as variações anuais dos ocupados segundo a posição na ocupação. Em relação a 1997, todas as posições na ocupação apresentaram aumentos no número de trabalhadores; o setor privado sai na frente com 47,7% de crescimento no número de trabalhadores, enquanto o setor público aumenta apenas 1,8%. Dentre os assalariados do setor privado, vale destacar o número de subcontratados, que mais do que dobrou (111,9%), mas também são significativos os percentuais de aumento para os assalariados com registro em carteira (54,2%) e mesmo os sem carteira (30,3%).

Tabela 7**Variações dos ocupados por posição na ocupação em anos selecionados**

Posição na Ocupação	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Assalariados Total	34,8	17,0	6,2
Assalariados Setor Privado	47,7	19,9	8,1
Com Carteira Assinada	54,2	22,7	10,1
Sem Carteira Assinada	30,3	11,8	2,0
Subcontratados	111,9	67,6	17,9
Demais	40,4	14,3	6,6
Assalariados Setor Público	1,8	6,9	-0,8
Autônomo	12,9	21,6	-0,6
Empregadores	11,0	12,8	-2,1
Empregados Domésticos	6,5	0,7	-0,2

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Em relação a 2004, apenas se constata crescimento relativo ocupacional para a categoria dos assalariados (6,2%). Dessa forma, os empregadores

(2,1%) e os autônomos (0,6%) apresentaram reduções relativas em seus postos de trabalho, enquanto os empregados domésticos permaneceram relativamente estáveis (-0,2%). Dentre os assalariados, verificou-se uma elevação da ocupação do setor privado (8,1%) e uma redução do setor público (0,8%). Apesar do aumento absoluto e relativo dos assalariados do setor privado, esse crescimento não foi uniforme. Merecem destaques os crescimentos dos assalariados subcontratados (17,9%) e os com carteira de trabalho assinada (10,1%). Muito embora também tenham aumentado os “demais trabalhadores assalariados” (6,6%) e os assalariados sem carteira (2,0%).

Assim é que, em comparação com 2004, o contingente de pessoas na situação de desemprego diminuiu de maneira absoluta em 12 mil pessoas. Isso foi possível em decorrência da criação de 37 mil novos postos de trabalho, número esse mais que suficiente para absorver as 25 mil pessoas que ingressaram na força de trabalho, contribuindo para a redução do contingente de desempregados. Assim, a despeito de uma maior pressão sobre o mercado de trabalho, a atividade econômica da RMS aumentou o contingente de ocupados, conseguindo diminuir o número absoluto e relativo de desempregados.

COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO

Desempregados, para a PED, são os indivíduos que, por diferentes razões, encontram-se em uma das seguintes situações. As pessoas na condição de desemprego aberto devem ter procurado trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não terem exercido nenhum trabalho nos últimos sete dias. Por outro lado, a condição de desemprego oculto considera duas circunstâncias bem distintas: com trabalho precário ou por desalento. A primeira circunstância engloba pessoas que realizam algum trabalho remunerado de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, ou mesmo realizam algum trabalho não remunerado, mas trabalharam em ajuda a negócios de parentes. Podem ainda estar procurando mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás.

Na segunda circunstância, o desemprego oculto

por desalento, trata-se de pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram trabalho nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses. Uma vez classificados os indivíduos em uma das formas de desemprego, pode-se estimar a taxa de desemprego total, de desemprego aberto e desemprego oculto, a depender da classificação do desempregado. A taxa de desemprego é, então, calculada através da relação entre os desempregados e a PEA.

As informações contidas na Tabela 8 mostram que o contingente de pessoas em busca de uma ocupação foi estimado em 419 mil, para o ano de 2005, enquanto esse número foi de 292 mil em 1997.

Tabela 8
Estimativas do desemprego
1997-2005

Tipo de desemprego	Anos								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Desempregados	292	347	398	398	426	440	468	431	419
Aberto	168	198	224	224	254	263	284	252	244
Oculto	125	149	174	174	172	177	184	179	175
P/ Trabalho precário	81	102	121	124	124	126	127	129	127
P/ Desalento	43	47	53	49	48	52	57	51	48

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.
Nota: Estimativas em 1.000 pessoas.

É notável o fato do volume absoluto de desempregados ter iniciado uma diminuição a partir de 2004 e continuado em 2005, embora o número seja ainda muito elevado, pois ele representa 127 mil pessoas a mais na condição de desemprego, quando comparado com 1997. Em 2005, foram 244 mil pessoas consideradas na condição de desemprego aberto e 175 mil na de desemprego oculto.

A Tabela 9 permite dizer que, com respeito a 2004, houve uma redução mais acentuada no quantitativo de pessoas em desemprego aberto relativamente ao daquelas em desemprego oculto; já em relação a 2001, tem-se uma redução do número de desempregados aberto e um aumento do número de pessoas em desemprego oculto. Com respeito a 1997, o

Tabela 9
Variações das estimativas do desemprego
1997-2005

Variações	2005 /1997	2005 /2001	2005 /2004
Desempregados	43,5	-1,6	-2,8
Aberto	45,2	-3,9	-3,2
Oculto	40,0	1,7	-2,2
Por Trabalho Precário	56,8	2,4	-1,6
Por Desalento	11,6	0,0	-5,9

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

número de pessoas na condição de desemprego aberto aumentou relativamente mais que o quantitativo de pessoas em desemprego oculto.

Segundo a Tabela 10, a taxa de desemprego total da RMS se mostra ascendente entre 1997 e 1999, quando alcançou 27,7%. Em seguida, apresenta uma relativa estabilidade, embora em um patamar mais elevado, até 2002. Em 2003, a taxa de desemprego da RMS alcança seu pico anual mais elevado ao chegar a 28,0% da PEA, para, desde então, mostrar sinais de redução. A taxa de desemprego oculto apresenta uma estabilidade muito forte para o conjunto do período, enquanto a taxa de desemprego aberto, como não poderia deixar de ser, aponta flutuações significativas. Essa taxa se

eleva entre 1997 e 1999, diminui levemente em 2000; flutua em um patamar superior a 15% entre 2000 e 2003 e inicia um movimento de diminuição a partir de então.

Em relação ao ano anterior, percebe-se que em 2005 houve uma redução da taxa de desemprego (4,3%). Essa redução decorreu fundamentalmente de uma elevação da ocupação (2,9%), que ultrapassou o crescimento da PEA (1,5%), de forma que a maior pressão das pessoas no mercado de trabalho passou a ser canalizada mais para a ocupação que para o desemprego. Isso somente foi possível porque houve elevação do nível da atividade econômica, através de uma dinâmi-

Tabela 10
Taxas de desemprego por tipo
1997-2005

Tipo de Desemprego	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Total	21,6	24,9	27,7	26,6	27,5	27,3	28,0	25,5	24,4	13,0	-11,3	-4,3
Aberto	12,4	14,2	15,6	15,0	16,4	16,3	17,0	14,9	14,2	14,5	-13,4	-4,7
Oculto	9,2	10,7	12,1	11,6	11,1	11,0	11,0	10,6	10,2	10,9	-8,1	-3,8
Por Trabalho Precário	6,0	7,3	8,4	8,3	8,0	7,8	7,6	7,6	7,4	23,3	-7,5	-2,6
Por Desalento	3,2	3,4	3,7	3,3	3,1	3,2	3,4	3,0	2,8	-12,5	-9,7	-6,7

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

ca econômica mais forte que a dinâmica populacional com seus fluxos específicos entre a atividade e a inatividade econômica. A problemática populacional encontrou-se, portanto, refreada por movimentos econômicos conjunturais mais favoráveis à ocupação, absorvendo os novos entrantes no mercado de trabalho e contribuindo para a redução do número de desempregados. Em 2005, a taxa de desemprego aberto total foi estimada em 14,2%, ou seja, 4,7% menor que a de 2004 e 13,4% menor que a de 2001.

A taxa de desemprego oculto foi calculada em 10,2%. Essa taxa se apresenta menor tanto em relação a 2004 (3,8%) quanto em relação a 2001 (8,1%). A análise do desemprego oculto mostra reduções tanto da taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário (2,6%) como da taxa de desemprego oculto pelo desalento (6,7%). Estima-se que havia, em 2005, 244 mil pessoas em desemprego aberto e 175 mil em desemprego oculto, dos quais 127 mil encontravam-se no desemprego oculto pelo trabalho precário e os demais 48 mil no desemprego oculto pelo desalento. Em relação a 1997, a taxa total de desemprego cresceu 13,0%, tendo o desemprego aberto aumentado 14,5% e o oculto 10,9%.

O comportamento da taxa de desemprego pode ainda ser observado segundo os atributos pessoais dos desempregados, conforme consta na Tabela 11. Em 2005, relativamente ao ano anterior, o recuo da taxa de desemprego total deu-se, com exceção dos cônjuges, para todos os grupos populacionais investigados, muito embora os percentuais se apresentem bastante diferenciados.

Quando observada por sexo, a taxa de desemprego diminuiu muito mais para os homens (8,2%) que para as mulheres (0,7%). Entretanto, as taxas de homens e mulheres se encontram ainda muito elevadas, quando

A taxa de desemprego diminuiu muito mais para os homens (8,2%) que para as mulheres (0,7%). Entretanto, as taxas de homens e mulheres se encontram ainda muito elevadas, quando comparadas com aquelas verificadas em 1997

comparadas com aquelas verificadas em 1997. A comparação com 1997 permite dizer que as mulheres enfrentam uma elevação de 19,3% em sua taxa de desemprego; embora em menor grau, a taxa de desemprego dos homens também se mostra mais elevada (6,0%). Em relação ao ano de 2001, a situação do mercado de trabalho apresenta sinais de melhora, pois a taxa de desemprego se mostra menor tanto para os homens (14,8%) quanto para as mulheres (7,9%).

Com respeito à raça, em relação a 2004, tem-se que brancos e negros diminuíram suas respectivas taxas de desemprego, muito embora a diminuição para os brancos (5,5%) seja mais elevada que para os negros (4,1%). Em relação a 1997, o comportamento da taxa de desemprego se mostra também diferenciado para brancos e negros, pois apesar de enfrentarem taxas elevadas, o crescimento da taxa dos brancos (1,2%) é muito menos significativo que o dos negros (12,3%).

Observando-se a taxa de desemprego segundo a posição no domicílio, constata-se que, em 2005, comparativamente a 2004, apenas os cônjuges enfrentaram elevação da taxa de desemprego, passando de 23,7% para 24,3%, um aumento de 2,5%. Todas as demais posições no domicílio tiveram reduções da taxa de desemprego. Chefes (5,7%) e filhos (5,2%) lideram os percentuais de redução, mas tam-

Tabela 11
Taxas de desemprego por atributos pessoais
1997-2005

Atributos Pessoais	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Homens	20,1	22,9	25,8	24,1	25,0	24,9	26,1	23,2	21,3	6,0	-14,8	-8,2
Mulheres	23,3	27,1	29,9	29,3	30,2	29,9	30,1	28,0	27,8	19,3	-7,9	-0,7
Brancos	17,0	18,1	21,2	18,1	18,6	19,3	20,8	18,2	17,2	1,2	-7,5	-5,5
Negros	22,7	26,4	29,1	28,0	28,7	28,6	29,1	26,6	25,5	12,3	-11,1	-4,1
Chefe	13,0	15,5	17,9	16,6	16,7	16,4	17,3	15,7	14,8	13,8	-11,4	-5,7
Cônjuge	19,9	23,7	26,4	25,8	26,4	25,8	26,2	23,7	24,3	22,1	-8,0	2,5
Filho	34,0	36,9	40,7	39,1	41,7	41,1	41,7	38,1	36,1	6,2	-13,4	-5,2
Entre 10 e 14 anos	31,6	33,8	41,3	41,4	49,3	43,5	40,1	(1)	(1)	-	-	-
Entre 15 e 17 anos	43,1	46,3	53,5	51,3	53,4	56,2	59,3	50,6	49,7	15,3	-6,9	-1,8
Entre 18 e 24 anos	32,7	38,2	41,4	40,2	42,2	43,4	44,0	41,8	40,6	24,2	-3,8	-2,9
Entre 25 e 39 anos	18,2	21,5	24,2	22,8	24,2	23,8	24,8	22,6	22,3	22,5	-7,9	-1,3
40 anos e mais	11,8	13,4	15,8	15,8	15,3	15,2	15,8	14,1	13,2	11,9	-13,7	-6,4

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria. (-) Dados não disponíveis.

bém os outros membros do domicílio (1,4%) passaram a enfrentar taxas menores de desemprego.

Vistas por faixas etárias, as taxas de desemprego são menores, tanto em relação a 2004 quanto em relação a 2001. Em relação a 2004, a maior redução da taxa de desemprego aparece para as pessoas com 40 anos e mais (6,4%), seguindo-se os jovens entre 18 e 24 anos (2,9%). Mesmo assim esses jovens enfrentam taxas de desemprego muito elevadas (40,6%), ficando evidente a necessidade de políticas de emprego focadas nestas pessoas. Felizmente, o mesmo não se pode dizer para crianças entre 10 e 14 anos e adolescentes com idade entre 15 e 17 anos. A criança enfrenta uma taxa de desemprego muito elevada, como pode ser observado através do dado de 2003; no entanto, percebe-se também que o

trabalho infantil vem diminuindo progressivamente na RMS; uma prova disso é que a captação do desemprego dessas pessoas tem ficado difícil, motivo pelo qual não se dispõe da informação para 2004 e 2005. Quanto à taxa de desemprego do adolescente, percebe-se um recuo em relação a 2004 (1,8%) e mesmo em relação a 2001 (6,9%). É bom lembrar que crianças e adolescentes devem ter a atenção de políticas de ordem social, tendo em vista, sobretudo, a inclusão destas pessoas no sistema educacional e não no mercado de trabalho.

Em relação a 1997, registrou-se crescimento da taxa de desemprego para todos os grupos populacionais. O aumento relativo da taxa total de desemprego foi particularmente severo para os outros membros do domicílio (31,1%), para os jovens (24,2%), para as pessoas com idade entre 25 e 39 anos (22,5%) e para os cônjuges (22,1%). Mas os chefes (13,8%) e os filhos (6,2%) também se encontram em situações relativamente piores que aquelas de 1997.

Em relação a 2004, conforme a Tabela 12, as taxas de desemprego foram menos elevadas para todos os níveis de instrução. As reduções mais significativas aparecem para os analfabetos (5,6%),

para as pessoas que possuem o ensino médio completo ou nível superior incompleto (5,4%) e para aquelas que detêm o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto (5,0%). As pessoas com ensino fundamental incompleto (2,1%) e aquelas com superior completo (1,4%) também tiveram melhores condições em termos de taxa de desemprego. Uma comparação com o ano de 2001 aponta redução da taxa de desemprego para todos os segmentos de escolaridade, com exceção das pessoas com nível superior completo, que enfrentaram uma taxa de desemprego 4,4% mais elevada.

Tabela 12

**Taxas de desemprego por nível de instrução
RMS, 1997-2005**

Nível de Escolaridade	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Analfabeto	18,1	21,0	24,1	24,3	25,6	24,5	21,0	21,5	20,3	12,2	-20,7	-5,6
Fundamental incompleto	25,5	29,5	32,6	30,9	32,1	32,0	32,1	28,2	27,6	8,2	-14,0	-2,1
Fund comp e ens méd inc.	27,3	31,4	35,7	34,1	34,6	35,0	37,2	34,3	32,6	19,4	-5,8	-5,0
Méd. comp. e ens. sup. incom.	17,3	20,3	22,4	22,4	24,0	23,9	25,3	24,1	22,8	31,8	-5,0	-5,4
Superior completo	6,6	6,9	7,9	6,7	6,8	6,9	7,5	7,2	7,1	7,6	4,4	-1,4

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

Vale ressaltar ainda que o quadro do desemprego da RMS em 2005 supera aquele de 1997, quando todos os níveis de escolaridade enfrentavam taxas menores de desemprego, com significativas diferenças para as pessoas com ensino médio completo ou com ensino superior incompleto (31,8%) e para aquelas com o ensino fundamental completo ou com ensino médio incompleto (19,4%).

Para finalizar esta parte, tem-se que a observação mais interessante sobre o comportamento do mercado de trabalho da RMS pode ser verificada quando se compara a taxa de crescimento da PEA com a taxa de crescimento da ocupação, significando dizer que a entrada de pessoas no mercado de trabalho passou a se dar em um ritmo inferior ao da ocupação. Efetivamente, em 2005 relativamente a 2001, a ocupação cresceu 15,7%, com uma conseqüente redução do número de desempregados da ordem de 1,6%. Esse comportamento se confirma em relação a 2004, quando a redução do número de desempregados foi de 2,8%. Pode-se concluir que o mercado de trabalho da RMS, pelo menos no que diz respeito ao nível de ocupação, vem apresentando sinais de melhora.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS MÉDIOS

As informações sobre o rendimento do trabalho são levantadas pela PED em cada mês, mas são relativas ao mês imediatamente anterior ao mês de passagem da pesquisa no domicílio. Esses valores têm, portanto, uma defasagem de um mês em relação às demais informações da pesquisa. Esse rendimento médio do trabalho é captado através da declaração do rendimento monetário bruto efetivamente recebido no mês imediatamente anterior ao da pesquisa (sem descontos de imposto de renda e previdência). No entanto, para os assalariados são considerados os descontos por falta e os acréscimos devido às horas extras, gratificações, etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal. O rendimento médio no trabalho principal refere-se, portanto, à média trimestral do rendimento nominal captado, rendimento esse que é estimado em termos reais, com o auxílio do índice de preços ao consumidor da cidade de Salvador.

Como pode ser visto na Tabela 13, em 2005, o rendimento real médio no trabalho principal dos

percentual sobe para 17,7% quando a comparação é feita em relação a 1997.

Com um valor estimado em R\$ 840, o rendimento médio real dos assalariados apresentou estabilidade absoluta e relativa (0,0%). Em relação a 2001, esses trabalhadores sofreram uma redução de 4,5% em seus rendimentos, quando os trabalhadores assalariados detinham um rendimento médio de R\$ 880. Quando a comparação é feita com o ano de 1997, verifica-se que esses trabalhadores sofreram uma redução de 16,4% em seu rendimento real médio, cujo valor era de R\$ 1.005.

O setor privado aponta em 2005, relativamente a 2004, um crescimento de 2,0% nos salários pagos a seus trabalhadores. A perda salarial em relação a 2001 foi de 5,1%, e de 14,5% em relação a 1997. Assim é que, os assalariados do setor privado recebiam, em média, R\$ 820 em 1997, passando a receber R\$ 739 em 2001 e R\$ 701 em 2005.

Os assalariados do setor público experimentaram estabilidade relativa de seus rendimentos (-0,1%). Contudo, esses rendimentos são 1,3% mais elevados que aqueles alcançados em 2001, muito embora se encontrem 7,1% menores em relação a 1997. Os valo-

O setor privado aponta em 2005, relativamente a 2004, um crescimento de 2,0% nos salários pagos a seus trabalhadores. A perda salarial em relação a 2001 foi de 5,1%, e de 14,5% em relação a 1997

Tabela 13

Rendimento real médio dos ocupados por posição na ocupação RMS, 1997-2005

Posição na Ocupação	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Total de Ocupados	889	873	811	809	797	792	710	728	732	-17,7	-8,2	0,5
Assalariados	1.005	980	907	895	880	880	807	840	840	-16,4	-4,5	0,0
Setor Privado	820	809	745	733	739	736	675	687	701	-14,5	-5,1	2,0
Subcontratados	586	578	575	575	586	617	587	595	611	4,3	4,3	2,7
C/ Carteira Assinada	948	935	858	838	840	837	756	778	783	-17,4	-6,8	0,6
S/ Carteira Assinada	437	433	410	430	429	428	424	410	423	-3,2	-1,4	3,2
Setor Público	1.456	1.418	1.350	1.390	1.336	1.349	1.260	1.354	1.353	-7,1	1,3	-0,1
Autônomo	585	547	541	548	564	533	454	441	457	-21,9	-19,0	3,6
Empregadores	2.732	2.777	2.571	2.559	2.632	2.459	2.135	2.023	2.037	-25,4	-22,6	0,7
Empregados Domésticos	216	222	219	224	229	233	226	229	242	12,0	5,7	5,7

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.
Nota: Os dados foram deflacionados pelo IPC da SEI.

ocupados ficou relativamente estável (0,5%), e seu valor foi estimado em R\$ 732 contra os R\$ 728 de 2004. Em relação a 2001, o rendimento médio dos ocupados se mostra 8,2% menos elevado. Esse

res absolutos desses rendimentos foram: R\$ 1.456 para 1997, R\$ 1.336 para 2001 e R\$ 1.353 para 2005.

Dentre os assalariados do setor privado, os maiores aumentos foram para aqueles sem registro em

carteira (3,2%), seguindo-se os assalariados subcontratados (2,7%) e, por fim, os assalariados com carteira de trabalho, que experimentaram aumentos menos expressivos de seus rendimentos (0,6%). Em relação a 2001, esses rendimentos se mostram mais elevados para os assalariados subcontratados (4,3%) e menos elevados para os assalariados com carteira (6,8%) e mesmo para os sem carteira (1,4%). Quando comparados aos valores de 1997, os trabalhadores assalariados subcontratados continuam a apresentar rendimentos mais elevados (4,3%), enquanto para os assalariados com carteira (17,4%) e para os sem carteira (3,2%) existem perdas em seus respectivos ganhos.

Tanto os trabalhadores domésticos (5,7%) quanto os autônomos (3,6%) verificaram elevações de seus rendimentos, cujos valores alcançaram, respectivamente, R\$ 242 e R\$ 457. Entretanto, os trabalhadores autônomos apresentam perdas tanto em relação a 1997 (21,9%) quanto em relação a 2001 (19,0%). Por outro lado, os domésticos aparecem com rendimentos mais elevados em 1997 (12,0%) e em 2001 (5,7%).

Com menor percentual, mas também com aumento de rendimentos, aparecem os empregadores (0,7%). Em termos absolutos, os empregadores, com um rendimento médio de R\$ 2.037, continuam liderando os ganhos médios reais na RMS. Muito embora esse valor encontre-se 25,4% menor que o de 1997 e 22,6% menor que o de 2001.

A Tabela 14 mostra os rendimentos reais médios por setor da atividade econômica. Em 2005, relativamente a 2004, os ocupados dos serviços domésticos (5,7%), do comércio (4,8%) e da construção civil (2,1%) apresentaram alguma recuperação de seus rendimentos, enquanto a indústria (-0,2%) e o setor de serviços (-0,5%) mantiveram praticamente os mesmos ganhos de seus trabalhadores.

Em relação aos anos de 1997 e de 2001, exceto para os serviços domésticos, se percebe perdas nas remunerações pagas em todos os setores da atividade econômica da RMS. Em relação a 2001, destacam-se as reduções dos ganhos dos trabalhadores do comércio (13,7%). Em relação a 1997, as perdas são importantes em todos os setores, tendo-se, assim, grandes perdas nos rendimentos do comércio e da construção civil (26%) e da indústria (24,4%), mas não se pode deixar de registrar as diminuições dos ganhos dos ocupados nos serviços (16,7%) e o aumento nos serviços domésticos (12,0%).

Pode-se, agora, acompanhar os rendimentos de 2005, em relação 2004, nos grandes ramos dos setores da atividade econômica da RMS. Na indústria, houve elevação dos rendimentos do trabalho no ramo “têxtil, calçados e artefatos de tecidos” (26,7%) e no ramo “petroquímico, químico, farmacêutico e plásticos” (1,3%), verificando-se retrações desses ganhos nos ramos “metal-mecânica” (11,5%) e “alimentação” (3,3%). No setor de serviços, destacam-se os aumentos dos trabalhadores dos ramos de “educação” (10,4%) e de “outros serviços de reparação e limpeza” (7,8%); por outro lado, há reduções dos ganhos dos trabalhadores dos ramos “serviços especializados” (7,6%), “serviços de oficinas de reparação mecânica” (6,7%), “serviços de utilidade pública” (6,2%) e de 6,1% tanto nos “serviços creditícios e financeiros” como nos “serviços de alimentação”.

Relativamente a 1997, no entanto, praticamente todos os ramos da indústria e do setor de serviços apresentaram perdas para os ganhos de seus trabalhadores. A única exceção aparece para os trabalhadores do ramo de “serviços de educação”, que obtiveram aumento de 12,8% em seus rendimentos. As principais reduções de rendimentos no ramo industrial aparecem para os ocupados do ramo de “ali-

Tabela 14
Rendimento real médio dos ocupados por setor de atividade
RMS, 1997-2005

Posição na Ocupação	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/1997	2005/2001	2005/2004
Indústria	1.358	1.343	1.109	1.150	1.122	1.080	992	1.029	1.027	-24,4	-8,5	-0,2
Comércio	773	728	630	662	663	639	559	546	572	-26,0	-13,7	4,8
Serviços	992	976	932	922	908	897	803	830	826	-16,7	-9,0	-0,5
Construção civil	1.031	1.012	882	794	830	844	723	747	763	-26,0	-8,1	2,1
Serviços domésticos	216	222	219	224	229	233	226	229	242	12,0	5,7	5,7

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

mentação” (35,4%), de “metal-mecânica” (26,1%) e de “petroquímica, química, farmacêutica e plásticos” (22,5%). No setor de serviços as principais perdas foram para os ocupados dos ramos “creditício e financeiro” (28,5%), “oficinas de reparação mecânica” (24,8%) e “outros serviços” (23,8%). Também foram expressivas as perdas de ganhos para os trabalhadores dos ramos de “serviços de transportes e armazenagem” (22,4%), “serviços de utilidade pública” (21,7%), “serviços de reformas e reparações de edificações” (20,0%) e “serviços especializados” (20,0%).

Tabela 15

**Massa real de rendimentos no trabalho principal
Apropriação pelos ocupados
1997-2005**

Anos	Média	10% menores	Mediana	10% maiores
1997	889	52	371	1.585
1998	873	62	375	1.499
1999	811	60	366	1.403
2000	809	69	365	1.358
2001	797	84	374	1.307
2002	792	76	374	1.327
2003	710	63	345	1.183
2004	728	61	345	1.238
2005	732	68	365	1.228

Fonte: Cálculos a partir dos dados da PED-RMS.

A evolução da massa média dos rendimentos reais dos ocupados da RMS fica mais interessante quando acompanhada pelos movimentos dos valores máximos recebidos pelos 10% mais pobres, pelo rendimento mediano (que divide a população ocupada entre os 50% de menores rendimentos e os 50% de maiores rendimentos) e pelos 10% mais ricos. Conforme a Tabela 15, a média da massa de rendimentos dos ocupados da RMS caiu de R\$ 889, em 1997, para R\$ 732, em 2005, caracterizando uma perda de 17,7%. Os movimentos de apropriação dessa massa se apresentam, no entanto, de maneira diferenciada entre seus grupos internos.

A primeira constatação que se faz é quanto ao valor absoluto desse rendimento. Assim, em 2005, os 10% de menores rendimentos ganhavam até R\$ 68, um valor ínfimo, portanto, apesar da elevação de 31% em relação a 1997. A segunda constatação diz respeito à comparação entre a média e a mediana desses mesmos rendimentos. A média apresenta um valor duas vezes superior ao da mediana. Isso acon-

tece não porque a média é elevada, mas porque a mediana é muito baixa, ou seja, 50% dos ocupados da RMS ganham até R\$ 365. Esse é um valor muito baixo para garantir uma sobrevivência com dignidade em um mundo em que os preços acompanham os mercados internacionalizados na maior parte das vezes. É bom lembrar que o valor real da mediana praticamente não se alterou entre 1997 e 2005.

A terceira constatação aparece quando se acompanha o valor da massa dos rendimentos dos 10% que ganham mais na RMS. Em termos reais esse valor sofreu uma redução de 22,5% entre 1997 e 2005, quando passou de R\$ 1.585 para R\$ 1.228. Assim, percebe-se que apenas 10% dos ocupados da RMS ganham acima desses valores e esses valores vêm diminuindo ao longo desses últimos anos, fato esse que caracteriza uma classe média em processo de perda de rendimentos, caminhando para um empobrecimento ainda mais significativo.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Para evidenciar uma conclusão, apresentam-se as principais observações colhidas nessa avaliação do mercado de trabalho da RMS. Foram acontecimentos positivos e negativos, tornando, naturalmente, mais complexa uma avaliação desse mercado. Desde 2003, a PIA vem crescendo mais que a PEA; conseqüentemente, a taxa de participação tende a diminuir e a inatividade cresce proporcionalmente mais que a PEA. Isso pode estar escondendo uma realidade muito precária no seio da sociedade, já que pessoas com perfil ativo podem estar deixando de procurar um posto de trabalho.

São muitos os aspectos positivos presentes, sobretudo nos últimos dois anos, no mercado de trabalho da RMS. Dentre esses aspectos, destacam-se o crescimento da participação da mulher e do filho no mercado de trabalho, apesar das leves quedas nas respectivas taxas de participação em relação a 2004, e a diminuição da participação de crianças e adolescentes, bem como a redução da participação de pessoas analfabetas. O mesmo não se pode dizer acerca dos indivíduos com nível de escolaridade superior completo, cuja taxa de participação também diminuiu, tanto em relação a 1997 como em relação a 2004.

Outro aspecto positivo e de grande importância é o crescimento ininterrupto da ocupação desde 1999.

Em relação a 2004, foram criados 37 mil novos postos de trabalho. O setor de serviços sai na frente com 21 mil novas ocupações. Mas a indústria apresenta a mais elevada taxa de crescimento da ocupação, embora tendo gerado 14 mil novos postos. Cresce proporcionalmente mais o número de trabalhadores subcontratados e de assalariados com registro em carteira. Isso pode estar significando um aumento no grau de terceirização de trabalhadores, bem como um aumento da formalidade do mercado de trabalho.

Além disso, pode-se destacar como outro aspecto positivo o fato de que em 2005 chegou-se à menor taxa de desemprego desde 1998 (24,4%). Em relação a 2004, são 12 mil pessoas que deixaram a condição de desemprego. Embora trate-se ainda de uma situação muito distante daquela enfrentada em 1997, quando a RMS detinha 127 mil desempregados a menos. Em 2005, relativamente a 2004, o desemprego aberto diminuiu mais que o oculto. Fato esse que pode estar revelando uma dinâmica relativa do mercado de trabalho, sem que isso venha provocando uma atração de pessoas da inatividade.

Os rendimentos apenas cresceram nas faixas menos favorecidas. Uma melhor visualização desse fenômeno acontece ao se acompanhar o comportamento dos rendimentos dos segmentos mais pobres, medianos e mais ricos da população ocupada. Os 10% de menor rendimento ganham até R\$ 68 e os 10% de maior rendimento recebem um piso de R\$ 1.228. Em relação a 1997, o primeiro segmento teve seus ganhos aumentados em 31%, enquanto o segundo sofreu uma perda de 22,5%. Isso pode estar significando um empobrecimento dos segmentos que formam uma classe média.

REFERÊNCIAS

- TROYANO, A. A. et al. *Operacionalização dos conceitos*. São Paulo: Revista da Fundação Seade. v. 1, n. 2, 1985.
- DEDECCA, C. Conceitos e estatística básica sobre mercado de trabalho. In: Oliveira M. A., (Org.) *Economia e Trabalho: textos básicos*. Marco Antonio de Oliveira (org). Campinas; Unicamp-IE, 1998.

O mercado de trabalho metropolitano: retirando o foco de Salvador

*Daniela Cerqueira Franco**

*Flávia Santana Rodrigues***

*Laumar Neves de Souza****

*Lucas Lima Marinho*****

*Luís André de Aguiar Alves******

Resumo

O presente artigo examina o comportamento do mercado de trabalho no conjunto de municípios da RMS, excluído Salvador, sendo o conjunto de municípios denominado de “Demais Municípios”. Essa desagregação procura suprir a ausência de estudos que caracterizam o mercado de trabalho desse espaço específico da RMS. Para tanto, foi feita uma análise com dados da PED comparando as observações do ano de 1997 com as de 2005. Constatou-se que as transformações econômicas ocorridas na última década e meia nas economias baiana e da RMS não tiveram força suficiente para amenizar alguns dos seus problemas estruturais. Ou melhor, não resultaram na ampliação das oportunidades de trabalho nos Demais Municípios da RMS, nesse período, de tal sorte que fizessem ceder a sua acentuada taxa de desemprego, nem tampouco implicaram na melhora de outros indicadores relativos ao funcionamento do mercado de trabalho.

Palavras-chave: mercado de trabalho, desemprego, renda, demais municípios da RMS, população.

Abstract

This paper examines, the labor market behavior among municipalities from the MAS, Salvador excluded, being those cities called “Other Municipalities”. This separation seeks to cover the absence of studies characterizing the labor market of that specific space in the MAS. For such, an analysis was carried out with data from the Employment and Unemployment Research comparing observations from 1997 with those from 2005. We observed that economic transformations that took place during the last decade and a half, in both the Bahian and the MAS economies, did not have enough strength to ease some of their structural problems. Better even, did not result from the increase in job opportunities in the Other Municipalities during this period, in such a way as to decrease the high unemployment rate, neither did it imply in the improvement of other indicators related to the operation of the labor market.

Key words: labor market, unemployment, income, other municipalities of the MAS, population.

INTRODUÇÃO

Normalmente, nas análises que investigam os problemas relativos ao modo de funcionamento do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS), ignoram-se as evidentes especificidades dos diferentes mercados de trabalho dos municípios que

integram esse aglomerado. Tudo é feito como se a RMS fosse um bloco monolítico e homogêneo, em que cada um dos seus espaços apresentasse características, absolutamente, similares.¹ No mais das vezes, os estudos se interessam em chamar a atenção para as particularidades do mercado de trabalho do município de Salvador, em função, inequivocamente, do peso e importância relativa que possui, seja do ponto de vista econômico, demográfico e social no âmbito desse espaço maior que é a RMS.

Devido à insistência nesse tipo de postura analítica não se priorizou a análise de determinadas questões,

* Economista pela UFBA. Mestranda em Economia pela UNICAMP. Técnica da SEI. danielafranco@sei.ba.gov.br

** Economista pela UFBA. Especialista em Planejamento e Gestão Governamental pela UNIFACS. Técnica da SEI. flavia@sei.ba.gov.br

*** Economista pela UFBA. Mestre em Economia pela UFBA. Doutorando em Ciências Sociais pela UFBA. Técnico da SEI. laumar@sei.ba.gov.br

**** Economista pela Unyahna. Técnico da SEI. ucaslima@sei.ba.gov.br

***** Economista pela UFBA. Mestre em Economia pela UFBA. Técnico da SEI. luisandre@sei.ba.gov.br

¹ Diga-se de passagem, esse tipo de postura metodológica, sem sombra de dúvida, encontra respaldo na ideia de mercado que está presente na literatura econômica.

a exemplo do modo pelo qual os mercados de trabalho pertencentes aos municípios que integram a região “responderam” e/ou assimilaram as mudanças ocorridas no transcorrer da década de 1990 e no princípio dos anos 2000. Essa é, certamente, uma questão de extrema relevância, pois, como se sabe, durante esse período a economia brasileira viveu sob a égide de mudanças que redefiniram o seu modelo de desenvolvimento – seguido desde o pós-guerra – e introduziram rápidas transformações na divisão inter-regional do trabalho, redesenhando o papel e as possibilidades de desenvolvimento de cada região/cidade.

O preenchimento dessa lacuna investigativa é, indiscutivelmente, uma tarefa prioritária, ainda mais quando se pensa nas possibilidades futuras de crescimento da economia baiana. Foi, pois, a existência desse desafio interpretativo que motivou a elaboração deste trabalho, cujo objetivo central é comparar, em dois momentos do tempo, 1997 e 2005, alguns dos principais indicadores que retratam a situação do mercado de trabalho metropolitano, acentuando os aspectos e/ou traços do mercado de trabalho daquela espacialização – aqui denominada de Demais Municípios² – que nunca, ou quase nunca, são alvo de avaliações mais detalhadas.

Esse encaminhamento, evidentemente, não consegue dar conta das especificidades do mercado de trabalho de cada um dos Demais Municípios localizados na RMS, como seria o ideal. No entanto, é o que é possível de ser levado adiante em função da restrição imposta pela base de dados utilizada na elaboração deste artigo – a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) –, a qual não oferece confiabilidade estatística quando a intenção é a elaboração de análises pormenorizadas e individuais sobre o mercado de trabalho dos referidos municípios.³

Feitas essas ponderações, cabe informar que a análise que segue sobre o comportamento do mercado de trabalho metropolitano tomará como base a descrição dos principais acontecimentos da economia baiana na década passada e princípio desta, a saber: a reestruturação produtiva e o fluxo de investi-

mentos, bem como as características do comportamento demográfico da população da Bahia e da RMS com seus reflexos sobre o perfil da População em Idade Ativa (PIA). Posteriormente, far-se-á a caracterização do perfil da taxa de atividade, da ocupação, do desemprego e do rendimento, encerrando com alguns comentários que visam sistematizar as principais observações realizadas neste estudo.

A RMS NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA BAIANA

Nas décadas de 1960 e 1970, a economia baiana viveu um processo de expansão econômica concentrada na RMS. A instalação da Refinaria Landolfo Alves (RLAM), em São Francisco do Conde, do Centro Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho, e do Pólo Petroquímico, em Camaçari, colocou a indústria de transformação como segmento importante na conformação do PIB do estado. Apesar disso, a intensidade em capital e o baixo encadeamento produtivo local dessas empresas, que apresentavam uma maior relação produtiva com o Sudeste, não possibilitaram a geração de postos de trabalho proporcionais às necessidades da População Economicamente Ativa (PEA).

Os efeitos da geração de empregos se fizeram sentir mais nos setores do Comércio e Serviços, em razão da construção de uma infra-estrutura adequada para abrigar os novos investimentos que incluiu os segmentos de comunicações e transportes, da organização de serviços auxiliares ao funcionamento da indústria e da estruturação da administração pública nas esferas municipal, estadual e federal.

Novas alterações estruturais na esfera produtiva e do mercado de trabalho na RMS somente ocorreram após a abertura comercial e financeira, em 1994, inserindo o Brasil na chamada globalização. Na RMS, o aumento da concorrência acarretou a atualização tecnológica, particularmente, da Petroquímica e da Metalúrgica, com a adoção de uma maior informatização do processo produtivo, ampliação da terceirização para as atividades essenciais à produção (DRUCK; BORGES, 2002) e introdução de novas maneiras de gerir a força de trabalho, que resultaram no aumento do desemprego, dos postos de trabalho sem carteira assinada e no declínio dos postos de trabalho mais bem remunerados.

Nos Serviços, a perda de postos de trabalho tam-

² Essa espacialização reúne todos os municípios que integram a RMS à exceção de Salvador.

³ Essa, a bem da verdade, não é uma limitação exclusiva da PED. Outras pesquisas, até mesmo de âmbito nacional, a exemplo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), confeccionada pelo IBGE, também não abrem essa possibilidade. A elaboração de um trabalho com esse viés só é possível a partir da utilização de uma base muito robusta, a exemplo do Censo Demográfico.

bém ocorreu por causa da reestruturação produtiva, particularmente no setor financeiro e nos segmentos privatizados com a implantação dos Programas de Demissão Voluntária (PDV's), como o de telecomunicações (Empresa Telefônica do Estado da Bahia – TELEBAHIA) e da distribuição de energia (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba).

Outro movimento associado à abertura comercial e financeira após o Plano Real foi a reintegração do Brasil aos fluxos de capitais internacionais, situação essa que promoveu tanto a retomada dos fluxos de Investimento Externo Direto (IED) quanto o aumento dos in-

va de todo esse conjunto de investimentos (46,5%), quase a metade, dirigiu-se para aquela área que historicamente sempre se constituiu no “caminho natural” para as inversões industriais no estado da Bahia, no caso a RMS (Tabela 1). Isso, evidentemente, refor-

ça ainda mais o peso e a importância de tal região no contexto da atividade econômica baiana.

Vale notar que a maior parte desses investimentos realizados na RMS concentrou-se, precisamente, nos municípios denominados aqui de Demais Municípios⁵ e nos setores de bens intermediários ou em segmentos intensivos em tecnologia e com reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra

Vale notar que a maior parte desses investimentos realizados na RMS concentrou-se, precisamente, nos municípios denominados aqui de Demais Municípios e nos setores de bens intermediários ou em segmentos intensivos em tecnologia e com reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra

Tabela 1

Proporção de investimentos industriais realizados e empregos previstos

Bahia, 1994-2005

Eixo Econômico	Investimentos	Empregos Previstos
Baixo Médio São Francisco	0,6	6,0
Centro Leste do São Francisco	0,0	0,0
Chapada Norte	0,8	3,7
Extremo Sul	38,5	10,7
Grande Recôncavo	8,4	25,4
Mata Atlântica	1,5	8,6
Médio São Francisco	0,0	0,0
Metropolitano	46,5	28,3
Nordeste	0,3	2,3
Oeste do São Francisco	1,2	1,8
Planalto Central	0,8	4,2
Planalto Sudoeste	1,5	9,1

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 30/04/2006

vestimentos em modernização das plantas das empresas já instaladas. Os rebatimentos desse novo cenário na economia baiana podem ser percebidos no volume de investimentos realizados entre 1994 e 2005. Durante esse intervalo de tempo foram registrados investimentos que totalizaram um volume de recursos da ordem de aproximadamente R\$ 28 bilhões e que previam a geração de 128.566 empregos.⁴

É crucial salientar que uma parte muito expressi-

(Tabela 2).⁶

O mercado de trabalho da RMS esteve, portanto, fortemente influenciado pela trajetória econômica recente da Bahia, isto é, sobre a base produtiva já existente acrescentaram-se os movimentos recentes de reestruturação produtiva e dos fluxos de investimentos. Entretanto, para se completar a análise sobre os condicionantes da evolução do mercado de trabalho, torna-se absolutamente imprescindível fazer referência aos condicionantes da oferta de trabalho, cuja flutuação, por sua vez, está diretamente correlacionada ao comportamento da dinâmica demográfica, na medida em que exerce influência decisiva sobre a População em Idade Ativa (PIA) pertencente a essa região.

⁵ Enquanto esse espaço recebeu um volume de investimentos da ordem de 12.807 milhões de reais, Salvador foi alvo de um volume bem menor, de cerca de 222 milhões de reais

⁶ Conforme se pode verificar nessa tabela, a estrutura de investimentos de Salvador foi menos diversificada do que a observada nos Demais Municípios. Isso, muito provavelmente, ocorreu devido à divisão espacial de atividades dentro da RMS. Tradicionalmente, Salvador sempre se distinguiu por possuir uma pequena base industrial e por concentrar sua estrutura produtiva no Comércio e nos Serviços, além de se constituir em importante centro de decisão política, tendo em vista que abriga a estrutura política estadual e federal. Já os Demais Municípios da RMS caracterizam-se, de uma forma geral, por ter como centro dinâmico de suas economias as atividades industriais e os serviços auxiliares à consecução da produção. Prova disso é que em Camaçari e em Candeias existem diversas empresas de manutenção e montagem industrial e de serviços relacionados à extração de Petróleo e Gás; em Dias D'Ávila encontram-se empresas de diversos segmentos da indústria de transformação, tais como fabricantes de produtos de metal, máquinas e equipamentos, metalurgia básica, borracha e plástico.

⁴ Desses números se afere uma relação de cerca de R\$ 217,9 mil por cada emprego gerado.

Tabela 2

Proporção de investimentos industriais realizados e empregos previstos segundo os subsetores da atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador, 1994-2005

Subsetor de Atividade Econômica	Salvador		Demais Municípios da RMS	
	Investimentos	Empregos previstos	Investimentos	Empregos previstos
Alimentos e bebidas	27,4	8,6	3,3	13,5
Artefatos de couro e calçados	-	-	0,7	10,9
Borracha e plástico	6,3	11,4	4,7	10,5
Construção	-	-	0,0	0,0
Eletricidade, gás e água quente	9,9	0,0	1,7	0,2
Equip. médicos, ópticos, de automação e precisão	-	-	0,1	0,6
Ext. de petróleo e serviços correlatos	-	-	1,9	0,0
Fab. e montagem de veículos automotores	-	-	27,4	16,2
Fumo	-	-	0,0	0,8
Máq. e equipamentos	7,7	1,5	1,2	2,1
Mat. eletrônico e equip. de comunicações	0,1	0,1	0,3	4,8
Metalurgia básica	-	-	5,7	3,3
Minerais não metálicos	17,1	12,4	0,8	4,7
Móveis e indústrias diversas	-	-	0,2	4,9
Outros equip. de transporte	0,1	0,2	0,1	0,7
Papel e celulose	-	-	0,1	0,3
Peças e acessórios veículos automotores	-	-	2,6	2,7
Pesca, aquicultura	-	-	0,1	5,8
Petróleo e derivados	-	-	0,1	0,4
Produtos de metal - exclusive máq. e equip.	-	-	2,7	1,5
Produtos químicos	1,8	3,9	45,3	9,8
Reciclagem	-	-	0,3	0,8
Têxtil	-	-	0,7	4,7
Vestuário e acessórios	2,8	1,3	0,1	0,6
Máq. escritório e equip. informática	17,4	21,4	-	-
Máq. aparelhos e materiais elétricos	2,3	3,6	-	-
Outros	7,2	35,6	0,0	0,0

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 30/04/2006

MUDANÇAS E FLUTUAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DA PIA

A compreensão das flutuações da composição da PIA é fundamental, já que esse é o principal indicador da oferta potencial de mão-de-obra de qualquer mercado de trabalho. A dinâmica demográfica da qual resulta a PIA, como se sabe, é definida pelas variações da fecundidade e da mortalidade – que determinam o comportamento do crescimento vegetativo da população –, bem como pelos movimentos de imigração e de emigração.

Nessa medida, é importante que se destaque que na Bahia, assim como no Brasil, o processo de transição demográfica (a consolidação de um novo padrão de reprodução demográfica, distinto do que prevalecia até meados do século XX) encontra-se em estágio bastante avançado. De acordo com a linha de investigação desenvolvida por Souza e

Muricy (2001), esse novo padrão demográfico baiano teve início em meados da década de 1960 e caracterizou-se tanto pela continuidade da queda da mortalidade (fenômeno esse já constatado desde as primeiras décadas do século XX) quanto pelo declínio acentuado na fecundidade.

A combinação dessas duas tendências implicou um processo de envelhecimento da população e um acentuado declínio das taxas de crescimento vegetativo, com redução contínua da participação dos segmentos mais jovens e aumento da longevidade. De forma mais precisa, se pode afirmar que cronologicamente as primeiras reduções nos segmentos mais jovens da população já são observadas, no conjunto do estado, em meados da década de 1980. Apenas na RMS, devido às suas características (maior urbanização, maior nível de escolarização, dentre outras), esse processo ocorreu de forma mais antecipada em relação ao resto do estado.

Feitos esses registros, não se pode esquecer de tocar em uma outra questão que também desempenha um papel crucial no contexto da dinâmica demográfica baiana e que diz respeito a uma característica marcante da RMS, em relação ao restante do estado, manifestada na sua capacidade de atrair imigrantes. Como muito bem indica Souza (1977):

(...) as migrações internas na Bahia também constituem um mecanismo de ajustamento da população aos rearranjos espaciais da economia e, por isso mesmo, os fluxos migratórios assumem uma orientação predominantemente rural-urbana, tendo Salvador e a RMS como principal destino (SOUZA, 1977, p. 36).

Vale notar que embora esse comportamento migratório tenha se iniciado há muito tempo atrás, ainda não se esgotou. Prova disso é que de acordo com estudo publicado pela SEI na segunda metade da década de 1990, a RMS continuava apresentando taxas de crescimento demográfico com ganhos por imigração (SUPERINTENDÊNCIA..., 1998).

No entanto, cabe assinalar que nesse mesmo estudo ficou evidenciada a ocorrência de um menor crescimento demográfico no município de Salvador do que nos Demais Municípios que integram a RMS. Dentro da RMS, o crescimento demográfico é atualmente mais significativo nos municípios de Camaçari, Lauro de Freitas e Dias D'Ávila. O município de Salvador, por sua vez, apresenta, atualmente, taxas de crescimento demográfico inferiores à média da RMS, situação essa que reforça a tese de que a imigração na RMS, nos dias atuais, se concentra no espaço aqui denominado Demais Municípios.

No Gráfico 1, observam-se os efeitos da transição demográfica sobre a composição etária da PIA no município de Salvador e no conjunto dos Demais Municípios da RMS. Constatase que a proporção de pessoas entre 10 e 17 anos de idade se reduziu tanto em Salvador quanto nos Demais Municípios da RMS, sendo que em Salvador as proporções observadas são bem menores que as observadas nos Demais Municípios.

Por outro lado, os segmentos mais envelheci-

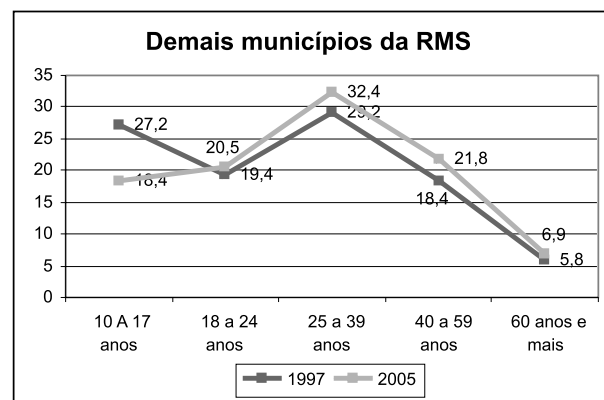
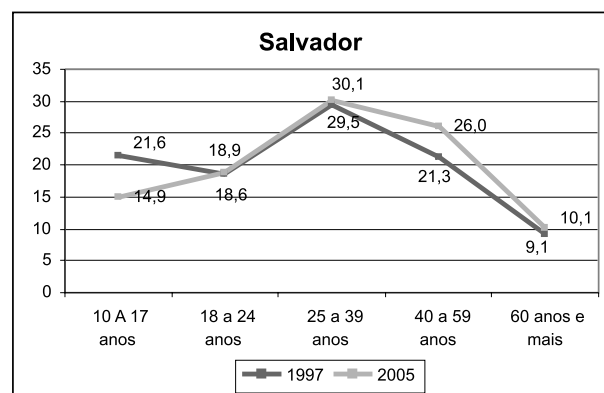
dos – grupo etários de 40 a 59 anos e 60 anos ou mais de idade – são mais frequentes em Salvador que nos Demais Municípios da RMS, comprovando que a população de Salvador é mais envelhecida. Nos Demais Municípios o processo de envelhecimento também ocorreu, visto que os grupos etários mais envelhecidos ampliaram sua participação, porém não com a mesma intensidade ocorrida em Salvador, talvez por influência da imigração.

Quando se parte para analisar a composição da PIA por escolaridade (Gráfico 2), constata-se que a escolaridade melhorou substancialmente nos Demais Municípios da RMS. Nestes municípios a proporção de pessoas com o ensino médio completo

Dentro da RMS, o crescimento demográfico é atualmente mais significativo nos municípios de Camaçari, Lauro de Freitas e Dias D'Ávila

Gráfico 1

**Distribuição etária da PIA
Salvador e demais municípios da RMS, 1997-2005**



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

mais que dobrou entre 1997 e 2005, tendo havido também crescimento nas proporções de pessoas com ensino fundamental completo e ensino superior.⁷ Todavia, apesar da redução da proporção de pessoas analfabetas e com ensino fundamental incompleto, a proporção de pessoas com baixa escolaridade ainda permanece elevada, visto que ainda correspondem a cerca de 53,1% da PIA.

Deve-se observar que o perfil educacional da PIA dos Demais Municípios da RMS diverge quanto à demanda de trabalho que neles se manifesta, visto que as indústrias

Deve-se observar que o perfil educacional da PIA dos Demais Municípios da RMS diverge quanto à demanda de trabalho que neles se manifesta, visto que as indústrias que aí se localizam demandam mão-de-obra qualificada, a qual, por sua vez, está concentrada em Salvador

que aí se localizam demandam mão-de-obra qualificada, a qual, por sua vez, está concentrada em Salvador. Nessa medida, as boas oportunidades de emprego criadas pelas indústrias localizadas nos Demais Municípios da RMS não são acessíveis, na maioria das vezes, para os seus habitantes.

A PRESSÃO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

Como referido na seção anterior, a PIA representa a oferta potencial de mão-de-obra; é dela que se originam o contingente de ocupados e desocupados do

mercado de trabalho. O indicador que mede o quanto dessa oferta potencial se transforma em oferta real é a taxa de atividade. Ela expressa a proporção entre PEA e PIA, servindo para dimensionar a participação das pessoas de dez anos ou mais no mercado de trabalho.

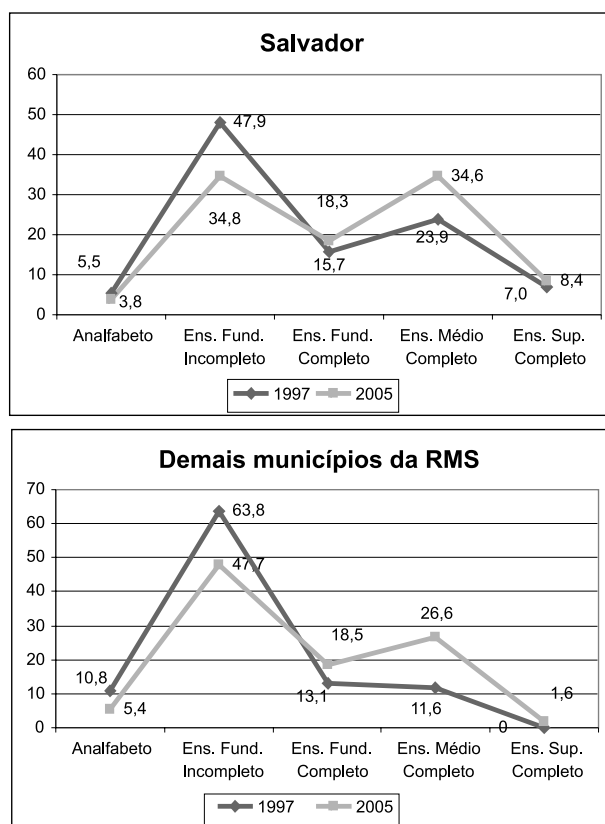
Conforme revela a Tabela 3, a taxa de participação apresentou, entre os anos de 1997 e 2005, um aumento nos Demais Municípios (3,7%) bem superior ao registrado no município de Salvador (1,5%). Tanto no primeiro espaço quanto no segundo essa maior pressão sobre o mercado de trabalho esteve, exclusivamente, associada ao crescimento da participação feminina.

Quando se analisa o comportamento da taxa de participação levando em consideração a idade dos trabalhadores, constata-se que nos Demais Municípios os únicos trabalhadores que intensificaram a sua participação no mercado de trabalho foram aqueles com idades de 18 a 24 anos (3,6%) e 25 a 39 anos (2,8%). Essa realidade é um pouco diferente da apurada em Salvador, na medida em que, nesse município, verificou-se uma redução na participação dos trabalhadores pertencentes ao grupo etário dos 18 a 24 anos (-1,3%) e uma relativa estabilidade na taxa de participação do grupo etário imediatamente subsequente (0,2%).

Foram os trabalhadores sem nenhuma instrução aqueles que mais reduziram a pressão sobre mercado de trabalho da RMS. Isso vale tanto para os Demais Municípios quanto para Salvador. No entanto, deve-se assinalar que nesse primeiro espaço a referi-

Gráfico 2

**PIA por escolaridade
Salvador e os demais municípios da RMS, 1997-2005**



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

⁷ Em Salvador, a escolaridade também melhorou no período que compreende os anos de 1997 e 2005, tendo em vista que as pessoas com o ensino fundamental completo ou mais passaram a representar 61,3% da PIA, ao passo que representavam 46,6%.

da diminuição foi bem mais pronunciada (-34,3%) do que aquela que foi medida no segundo (-22,4%).

ASPECTOS IMPORTANTES DA OCUPAÇÃO

A observação da distribuição da ocupação por sexo para o conjunto da RMS (Tabela 4) revela que no período que cobre os anos de 1997 e 2005 houve uma discreta modificação na participação de homens e mulheres no total da ocupação. Isso pode ser comprovado pelo fato de que enquanto eles diminuíram sua participação de 54,4% para 54,1%, elas tiveram sua participação incrementada de 45,6% para 45,9%.

Ao se fazer esse mesmo exercício para os Demais Municípios da RMS, percebe-se um comportamento semelhante ao verificado para o conjunto dessa região, pelo menos do ponto de vista da direção, porém com uma intensidade mais pronunciada. Basta ver que houve uma diminuição da ocupação dos homens de 61,5% para 58,3%, situação essa que foi compensada pelo crescimento

da ocupação das mulheres de 38,5% para 41,7%.

Nesse particular, o município de Salvador registrou um movimento oposto ao que foi encontrado para o conjunto da RMS e para os Demais Municípios. Ou seja, os indivíduos do sexo masculino ampliaram,

mesmo que levemente, o seu nível de ocupação (de 53,0% para 53,2%), ao passo que os indivíduos do sexo oposto, contrabalançando o movimento anterior, acusaram um pequeno recuo na ocupação (de 47% para 46,8%).

Uma questão interessante de ser observada é que, embora tenha havido incremento na ocupação feminina no mercado de trabalho dos Demais Municípios, a taxa de ocupação das mulheres, medida em 2005, encontrava-se num patamar inferior àquela que era apurada para as mulheres de

Salvador, situação que sugere que o mercado de trabalho da capital baiana é mais receptivo às trabalhadoras do que o mercado de trabalho dos referidos municípios. A explicação para essa ocorrência, com certeza, encontra-se associada ao fato de que, como já se fez referência, no município de Salvador a atividade econômica gira muito em torno de um setor pro-

Uma questão interessante de ser observada é que, embora tenha havido incremento na ocupação feminina no mercado de trabalho dos Demais Municípios, a taxa de ocupação das mulheres, medida em 2005, encontrava-se num patamar inferior àquela que era apurada para as mulheres de Salvador, situação que sugere que o mercado de trabalho da capital baiana é mais receptivo às trabalhadoras do que o mercado de trabalho dos referidos municípios

Tabela 3

Taxas de atividade segundo variáveis selecionadas RMS, Salvador, demais municípios, 1997–2005

Váriaveis Selecionadas	RMS			Nível Geográfico Salvador			Demais Municípios da RMS		
	1997	2005	Var. (%)	1997	2005	Var. (%)	1997	2005	Var. (%)
Totais	59,9	61,1	2	60,6	61,5	1,5	57,3	59,4	3,7
Sexo									
Homens	69,3	68,5	-1,2	68,9	68,5	-0,6	70,7	68,7	-2,8
Mulheres	51,9	54,7	5,4	53,5	55,6	3,9	44,6	50,9	14,1
Grupos etários									
10 a 17 anos	22,2	12,3	-44,6	21,9	12,2	-44,3	23,3	12,4	-46,8
18 a 24 anos	74,1	73,9	-0,3	74,7	73,7	-1,3	71,9	74,5	3,6
25 a 39 anos	83,5	84,1	0,7	84,7	84,9	0,2	78,5	80,7	2,8
40 a 59 anos	71,6	70,3	-1,8	72	71	-1,4	69,5	66,9	-3,7
60 anos e mais	19,2	17,4	-9,4	18,8	17,4	-7,4	22,2	-	-
Grau de instrução									
Analfabeto	43,9	32,6	-25,7	43,3	33,6	-22,4	45,2	29,7	-34,3
Ensino fund. incomp.	50,5	45	-10,9	49,9	44,5	-10,8	52,1	46,7	-10,4
Ensino fund. incomp.+ Ensino médio incomp.	64,2	63,3	-1,4	63,5	63	-0,8	67,5	64,5	-4,4
Ensino médio comp. + Ensino sup. incomp.	77,7	77,2	-0,6	76,9	76,1	-1	84	83,2	-1
Ensino sup. Comp.	84,2	81,7	-3	84,2	81,6	-3,1	-	85,2	-

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
(-) a amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

utivo, o de Serviços, que historicamente sempre se constituiu num espaço mais afeito e, portanto, mais aberto para receber a força de trabalho das mulheres.

Quando se parte para comparar a distribuição etária dos ocupados dos Demais Municípios nos anos de 1997 e 2005, dois movimentos chamam a atenção: a diminuição expressiva das pessoas com idades entre 10 e 17 anos, de 9,4% para 3,2%,⁸ e o crescimento (11,1%) das pessoas de meia idade (40 a 59 anos).⁹ O primeiro movimento, muito provavelmente, ocorreu tanto em função dos programas governamentais de incentivos à educação formal da população quanto das crescentes exigências empresariais por trabalhadores mais qualificados, situação essa que pode implicar a ampliação do tempo de formação prévia deles para ingressarem no mercado de trabalho. Já o segundo movimento, por seu turno, pode ser explicado recorrendo-se a fatores de natureza sociodemográfica, a exemplo do desejo das pessoas de meia idade de conquistar ou assegurar a estabilidade financeira, da tentativa de preservação de suas famílias e da busca pela manutenção ou pelo acesso à moradia e serviços de saneamento básico, saúde e educação, garantindo um padrão de vida e consumo mais elevado que o obtido quando era mais jovem (RODRIGUES, 2004).

Um outro aspecto interessante que deve ser destacado quando se analisa o perfil etário dos ocupados dos Demais Municípios diz respeito ao fato das pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos terem ampliado a sua participação de 20,4% para 20,9%. Esse movimento é digno de nota justamente porque é diametralmente oposto ao verificado em Salvador, espaço onde esse grupo etário teve a sua participação reduzida de 19,8% para 17,7%. Tal situação sugere que na capital pode estar havendo um maior retardamento da inserção desse grupo etário no mercado de trabalho devido, possivelmente, a uma maior necessidade de dedicação à formação educacional. Nesse ponto, não se pode perder de vista que o mercado de trabalho de Salvador, por ter um grau de complexidade maior, também requer uma mão-de-obra mais instruída e, por conseguinte, mais preparada.

No que se refere ao aspecto educacional, os dados evidenciam a crescente importância da educação formal para a inserção ocupacional na RMS como um todo, seguindo uma tendência de progressiva exigência por maiores níveis de qualificação no mercado de trabalho. Nos Demais Municípios da RMS, inclusive, isso se observa com mais intensidade do que na capital do estado.

Esse contexto de melhoria dos níveis educacionais dos ocupados dos Demais Municípios é atestado pela redução expressiva dos analfabetos, de 9,3% para 3,1%, e das pessoas com o ensino fundamental incompleto, de 55,4% para 36,0%, e pela ampliação das pessoas com o ensino fundamental completo + ensino médio incompleto, de 15,0% para 18,7%, e, sobretudo, daquelas com o ensino médio completo + ensino superior incompleto, de 19,1% para 38,9%.¹⁰ Mesmo diante desse panorama, merece ser salientado que nos Demais Municípios ainda era bastante expressiva, em 2005, a proporção de ocupados que não possuía qualquer tipo de instrução formal ou que apresentava baixíssimos níveis de escolaridade (39,1%), refletindo um comportamento já identificado na escolaridade da PIA.

Ao verificar a distribuição dos ocupados segundo os setores de atividade econômica nos Demais Municípios da RMS, nota-se que a Indústria de Transformação e a Construção Civil foram os dois únicos setores que ampliaram suas respectivas participações no total da ocupação. Cabe assinalar que no caso do primeiro setor o crescimento foi bastante significativo, posto que respondia por 10,8% do total da ocupação, em 1997, e passou a responder por 16,1% desse contingente em 2005.

Observando-se a distribuição das pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação dos Demais Municípios da RMS, nota-se que houve ampliação apenas dos assalariados no total da ocupação, e destes, apenas o crescimento dos ocupados assalariados com carteira assinada. Possivelmente, esse desempenho reflete o comportamento setorial positivo da Indústria de Transformação e da Cons-

⁸ O município de Salvador também experimentou semelhante redução da ocupação desse grupo etário no período em questão.

⁹ Em Salvador, as pessoas que integram esse grupo etário registraram uma participação de 34,1%, em 2005, ante 28,2%, no período anterior.

¹⁰ Em Salvador, o comportamento é semelhante, contudo, as variações são menores, exceto para os ocupados com 1º grau incompleto. Com relação àqueles que tinham o 3º grau completo não é possível comparações, já que nos Demais Municípios da região não foi possível calcular a variação por causa da inexistência de informação no primeiro ano do período.

trução Civil, onde é bem comum o vínculo de trabalho celetista.¹¹

COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO

De acordo com as informações produzidas pela PED/RMS para o período 1997/2005, a taxa de desemprego total elevou-se do patamar de 21,6% para 24,4% (movimento esse que corresponde a uma variação percentual da ordem de 13,0%).¹² Foi o município

de Salvador que mais contribuiu para que se registrasse esse movimento ascendente do desemprego, posto que nesse espaço a taxa de desemprego total saltou de 20,4% para 23,5% (variação percentual de 15,2%). Já nos Demais Municípios da RMS, a taxa de desemprego passou de 27,2% para 28,1%, apresentando um crescimento de 3,3% (Tabela 5).

Esse crescimento do desemprego nos Demais Municípios da RMS deveu-se exclusivamente a uma elevação do desemprego aberto – o qual saltou de

Tabela 4

Proporção de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade segundo variáveis selecionadas RMS, Salvador, demais municípios, 1997 e 2005

Variáveis Selecionadas	Nível Geográfico					
	RMS 1997	RMS 2005	Salvador 1997	Salvador 2005	Demais Municípios da RMS 1997	Demais Municípios da RMS 2005
Sexo						
Homens	54,4	54,1	53,0	53,2	61,5	58,3
Mulheres	45,6	45,9	47,0	46,8	38,5	41,7
Grupos etários						
10 a 17 anos	6,4	2,2	5,8	2,0	9,4	3,2
18 a 24 anos	19,9	18,3	19,8	17,7	20,4	20,9
25 a 39 anos	42,8	43,2	42,9	42,7	42,2	45,4
40 a 59 anos	27,7	33,0	28,2	34,1	25,2	28,0
60 anos e mais	3,2	3,4	3,3	3,5	-	-
Grau de instrução						
Analfabeto	5,0	2,3	4,1	2,2	9,3	3,1
Ensino fund. incomp.	40,7	26,3	37,7	24,2	55,4	36,0
Ensino fund. incomp.+ Ensino médio incomp.	15,1	16,9	15,2	16,5	15,0	18,7
Ensino médio comp. + Ensino sup. incomp.	29,5	42,7	31,6	43,5	19,1	38,9
Ensino sup. Comp.	9,7	11,6	11,4	13,5	-	3,0
Setores de atividade						
Indústria de Transformação	8,3	9,3	7,8	7,8	10,8	16,1
Construção Civil	3	2,9	2,8	2,5	4,2	4,7
Comércio	17,9	16,1	18,2	16,3	16,3	15,2
Serviços	58	60,8	58,5	62,4	55,8	53,2
Serviços Domésticos	10,8	9,4	11,2	9,6	8,7	8,4
Outros	1,9	1,6	1,4	1,4	4,2	-
Posição na ocupação						
Assalariados	56,1	61,7	56,1	61,3	55,9	64,1
Assalariado Priv. Com Carteira	29,2	36,8	29,5	36,5	27,4	38,3
Assalariado Priv. Sem Carteira	10,8	11,5	10,4	11,7	12,8	10,7
Assalariado Público	16,1	13,4	16,2	13,1	15,7	15,1
Autônomos	24,5	22,8	24,0	22,6	27,5	23,0
Autônomo Trab. p/Público	19,7	19,0	19,1	18,5	22,8	20,9
Autônomo Trab. p/Empresa	4,8	3,8	4,9	4,1	4,7	-
Empregador	4,3	3,9	4,6	4,2	-	-
Domésticos	10,8	9,4	11,2	9,6	8,7	8,4
Outros ¹	4,3	2,2	4,1	2,2	5,3	-

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

¹ Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.

¹¹ Chama-se a atenção para o fato da diminuição generalizada na RMS das posições ocupacionais ditas precárias (autônomos, domésticos e outros) no período de 1997 a 2005.

¹² Em 1997, a RMS contabilizava um contingente de desempregados de aproximadamente 292 mil pessoas. Nove anos depois, ou seja, em 2005, esse contingente passou a ser de aproximadamente 419 mil pessoas.

15,2% para 18,4% (variação percentual de 21,1%) –, já que o desemprego oculto recuou de 12,0% para 9,7%.¹³ A ocorrência desta última situação fez com que os Demais Municípios da RMS, embora registrem uma taxa de desemprego total bem mais elevada do que aquela que é medida em Salvador, não sejam detentores da maior taxa de desemprego oculto. Quem ostenta essa condição de liderança na RMS é precisamente o município de Salvador, onde se apurou, em 2005, uma taxa de desemprego da ordem de 10,3%.

Quando se analisa as informações sobre o desemprego por gênero, constata-se que nos Demais Municípios esse movimento de ampliação do desemprego incidiu única e exclusivamente sobre o universo feminino, na medida em que a taxa de desemprego das mulheres saltou de 29,9% para 32,5% (variação percentual de 8,7%) e a dos homens diminuiu de 25,4% para 24,6% (variação percentual de -3,1%). No caso de Salvador, especificamente, a elevação do desemprego não se manifestou apenas entre as mulheres, muito embora tenham sido elas as mais prejudicadas, posto que a sua taxa de desemprego ampliou-se de 22,1% para 26,8% (variação percentual de 21,3%). Também os homens se ressentiram desse processo de elevação do desemprego, na medida em que deixaram de ter uma taxa de desemprego situada no patamar de 18,8% e passaram a conviver com o gosto amargo de uma taxa de desemprego maior, da ordem de 20,4% (movimento esse que corresponde a uma variação percentual de 8,5%).

¹³ Esse comportamento de queda do desemprego oculto nos Demais Municípios foi motivado pelo abrandamento tanto do desemprego oculto por trabalho precário (8,1% para 7,1%) quanto do desemprego oculto por desalento (3,9% para 2,6%).

Ao avaliar o comportamento do desemprego segundo os grupos etários nos Demais Municípios da RMS, percebe-se que são, precisamente, os trabalhadores que estão, em tese, no auge da vida produtiva (25 a 39 anos) os que mais sofrem nesse contexto de ampliação do desemprego, uma vez que sua taxa de desemprego sai do patamar de 23,4% e vai para 25,8% (movimento esse que corresponde a uma variação percentual de 10,3%). Já em Salvador, o grupo que se vê mais prejudicado é o das pessoas com idades entre 18 a 24 anos, posto que deixam de ter uma taxa de desemprego da ordem de 31,2% e passam a registrar uma taxa bem maior, da ordem de 40,3% (variação percentual de 29,2%).¹⁴

Tanto nos Demais Municípios quanto em Salvador foram as pessoas de meia idade (de 40 a 59 anos) aquelas que se ressentiram menos diante do fenômeno de crescimento do desemprego. No caso desse pri-

Tabela 5

Proporção de pessoas desempregadas, de 10 anos ou mais de idade segundo variáveis selecionadas
RMS, Salvador, demais municípios, 1997 e 2005

Variáveis Selecionadas	Nível Geográfico								
	RMS			Salvador			Demais Municípios da RMS		
	1997	2005	Var. %	1997	2005	Var. %	1997	2005	Var. %
Tipo de Desemprego									
Total	21,6	24,4	13,0	20,4	23,5	15,2	27,2	28,1	3,3
Aberto	12,4	14,2	14,5	11,8	13,2	11,9	15,2	18,4	21,1
Oculto	9,2	10,2	10,9	8,6	10,3	19,8	12,0	9,7	-19,2
Trabalho precário	6,0	7,4	23,3	5,5	7,5	36,4	8,1	7,1	-12,3
Desalento	3,3	2,8	-15,2	3,1	2,8	-9,7	3,9	2,6	-33,3
Sexo									
Homens	20,1	21,3	6,0	18,8	20,4	8,5	25,4	24,6	-3,1
Mulheres	23,3	27,8	19,3	22,1	26,8	21,3	29,9	32,5	8,7
Grupos Etários									
10 a 17 anos	40,0	46,8	17,0	40,6	48,7	20,0	38,1	-	-
18 a 24 anos	32,7	40,6	24,2	31,2	40,3	29,2	38,9	41,6	6,9
25 a 39 anos	18,2	22,3	22,5	17,1	21,4	25,1	23,4	25,8	10,3
40 a 59 anos	12,3	13,8	12,2	11,2	13,1	17,0	17,7	17,8	0,6
60 anos e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grau de Escolaridade									
Analfabeto	18,1	20,3	12,2	17,0	-	-	-	-	-
Ensino fundamental incompleto	25,5	27,6	8,2	23,9	26,4	10,5	30,6	30,9	1,0
Ensino fund.comp.+ Ensino médio incomp.	27,3	32,6	19,4	26,8	32,5	21,3	29,5	33,1	12,2
Ensino médio comp. + Ensino sup. incomp.	17,3	22,8	31,8	17,2	22,4	30,2	18,2	24,7	35,7
Ensino superior completo	6,6	7,1	7,6	6,6	7,2	9,1	-	-	-

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

meiro espaço, praticamente não houve alteração. Isso porque a taxa de desemprego pula de 17,7% para 17,8% (variação percentual de 0,6%). Já no segundo

¹⁴ Essa estatística evidencia o quão imprescindível é a implementação de políticas que visem, pela primeira vez, garantir a inserção, como ocupadas, das pessoas nessa faixa etária no mercado de trabalho metropolitano.

espaço, a variação do desemprego medida para esse grupo etário é muito mais pronunciada, saltando de 11,2% para 13,1% (variação percentual de 17,0%).

A comparação das taxas de desemprego segundo o grau de escolaridade dos trabalhadores dos Demais Municípios da RMS revela que o grupo de trabalhadores mais fortemente atingido pelo crescimento do desemprego foi aquele que possui, dentro dos padrões desse espaço, os melhores níveis educacionais (ensino médio completo + ensino superior incompleto), na medida em que viram sua taxa de desemprego aumentar de 18,2% para 24,7% (variação percentual de 35,7%). Também em Salvador foram essas mesmas pessoas que mais padeceram em função da existência desse quadro de expansão do desemprego. Prova disso é que a sua taxa de desemprego eleva-se de 17,2% para 22,4% (variação percentual de 30,2%).

Foram os trabalhadores menos escolarizados (com o ensino fundamental incompleto) que, nos Demais Municípios da RMS, apresentaram a menor variação percentual na taxa de desemprego (1,0%). Já em Salvador, o grupo que registrou a menor oscilação de percentuais em termos de taxa de desemprego (9,1%) foi justamente o mais escolarizado, ou seja, aquele cujos indivíduos completaram o ensino superior.

COMO SE COMPORTOU O RENDIMENTO DOS TRABALHADORES

Ao se comparar as informações que evidenciam o comportamento do rendimento médio real dos trabalhadores que se encontravam na condição de ocupados dentro do mercado de trabalho metropolitano nos anos de 1997 e 2005, é fundamental ter em mente que elas foram influenciadas, de maneira decisiva, por dois fatores: os movimentos da conjuntura econômica – decorrentes, dentre outras coisas, dos ganhos de rendimento proporcionados pela implantação do Plano Real, bem como das políticas de juros e fiscal levadas a cabo tanto pelo governo FHC quanto pelo governo Lula – e as transformações estruturais da economia nacional, especialmente aquelas relacionadas ao fenômeno da reestruturação produtiva (GUIMARÃES, 2003).

Tanto nos Demais Municípios quanto em Salvador foram as pessoas de meia idade (de 40 a 59 anos) aquelas que se ressentiram menos diante do fenômeno de crescimento do desemprego

Dito isso, pode-se partir para a análise dos dados. De um modo geral, os trabalhadores da RMS experimentaram, entre 1997 e 2005, uma queda de seus rendimentos reais médios de cerca de 17,6%. Em termos absolutos, o rendimento desses trabalhadores recuou de um patamar de R\$ 903,00 para R\$ 744,00. Vale notar que essa queda de rendimentos se manifestou de forma muito mais amena nos Demais Municípios pertencentes à RMS (-7,8) do que no município de Salvador, onde se registrou um decréscimo de -18,4% (Tabela 6).

Uma explicação razoável para esse movimento é que em sendo mais alto o rendimento real médio dos trabalhadores de Salvador, as possibilidades de corte, ou de “queima de gorduras”, são mais pronunciadas do que aquelas que se apresentam para os trabalhadores dos Demais Municípios da RMS. Não bastasse a existência desse fato, a própria dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho de Salvador, reunindo um contingente bastante pronunciado de trabalhadores na condição de desempregados, funciona como um instrumento de pressão de rebaixamento dos rendimentos.¹⁵

Nesse ambiente, muito provavelmente uma das estratégias mais utilizadas por aqueles trabalhadores que procuram garantir, por exemplo, uma inserção no mercado de trabalho como assalariados é a aceitação do rebaixamento do patamar salarial. A lógica que prevalece na cabeça desses trabalhadores parece ser a seguinte: se eu não aceitar esse salário um outro trabalhador, por certo, irá aceitar.¹⁶

Quando se parte para investigar as informações sobre rendimento real médio por gênero contidas também nessa Tabela 6, constata-se que essa queda de rendimento generalizada afetou mais fortemente os trabalhadores do sexo masculino do que os do sexo feminino. Basta ver que enquanto os pri-

¹⁵ É a velha lei da oferta dando as cartas, ou seja, como é grande o número de trabalhadores que querem trabalhar, a competição que se estabelece entre eles para conseguir se posicionar no mercado de trabalho é bastante intensa.

¹⁶ Esse é o cenário perfeito para muitas empresas instaladas nos municípios que integram a RMS, na medida em que, por força da situação concorrencial que enfrentam e das alternativas que assumem, seja do ponto de vista tecnológico ou da organização gerencial, vêem a contenção dos custos salariais como uma das condições absolutamente cruciais para se garantir no mercado em que atuam.

meios tiveram os seus rendimentos reduzidos de R\$ 1.106,00 para R\$ 881,00, movimentação essa que corresponde a uma variação percentual de -20,3%, os segundos saíram de um patamar de rendimento de R\$ 671,00 para um outro, inferior, da ordem de R\$ 591,00, alteração essa que representa uma variação percentual de -11,9%.

Fazendo-se essa mesma análise para os Demais Municípios que conformam a RMS e o município de Salvador, verifica-se que as perdas de rendimento tanto dos trabalhadores do sexo masculino quanto do feminino foram muito mais pronunciadas nesse segundo espaço que no primeiro. Enquanto os trabalhadores dos Demais Municípios tiveram uma perda da ordem de 7,5%, os trabalhadores de Salvador enfrentaram uma redução bem maior, de cerca de 22,2%. As trabalhadoras dos Demais Municípios praticamente não tiveram perdas, posto que seus rendimentos contraíram-se em apenas 0,8%. Já as trabalhadoras de Salvador, por sua vez, reduziram os seus rendimentos em 11,9%.

Os trabalhadores menos escolarizados, com apenas o ensino fundamental incompleto, dos Demais Municípios da RMS foram os que menos perderam (-10,1%) nesse contexto de queda de rendimento, situação essa que, diga-se de passagem, coincide com a realidade observada no município de Salvador

Ao se investigar o comportamento do rendimento real médio dos trabalhadores ocupados nos Demais Municípios da RMS, segundo os grupos etários nos quais se dividem, entre os anos de 1997 e 2005, afe-re-se a seguinte realidade: o grupo de trabalhadores

menos experientes, posto que são mais jovens (18 a 24 anos), foi o único que conseguiu escapar à realidade de compressão de rendimentos vivenciada pelos trabalhadores metropolitanos no transcurso desse período (Tabela 6).

Essa situação difere da que é registrada no município de Salvador, tendo em vista que nesse espaço os trabalhadores de todos os grupos etários

experimentaram, indistintamente, achatamento dos seus rendimentos. Em função de toda essa movimentação, constatou-se, de uma forma geral, que a diferença que separava os rendimentos auferidos pelos trabalhadores que desenvolvem suas atividades produtivas nos Demais Municípios da RMS e os de Salvador diminuiu, situação sentida com mais intensidade para o grupo com idades na faixa dos 18 aos 24 anos.

No intervalo aqui analisado, os trabalhadores

Tabela 6

**Rendimento real médio trimestral dos ocupados segundo variáveis selecionadas¹
RMS, Salvador, demais municípios, 1997 e 2005**

Váriaveis Selecionadas	Nível Geográfico								
	RMS			Salvador			Demais Municípios da RMS		
	1997	2005	Var. (%)	1997	2005	Var. (%)	1997	2005	Var. (%)
Total	903	744	-17,6	966	788	-18,4	589	543	-7,8
Sexo									
Homens	1.106	881	-20,3	1.199	933	-22,2	718	664	-7,5
Mulheres	671	591	-11,9	717	632	-11,9	388	385	-0,8
Grupos etários									
10 a 17 anos	152	142	-6,7	159	148	-7,3	128	-	-
18 a 24 anos	421	403	-4,2	436	407	-6,8	349	390	11,8
25 a 39 anos	945	719	-23,9	1.004	754	-24,9	651	570	-12,4
40 a 59 anos	1.301	993	-23,6	1.390	1.056	-24,0	818	647	-20,8
60 anos e mais	1.076	959	-10,9	1.180	989	-16,1	-	-	-
Grau de instrução									
Analfabeto	281	272	-3,3	279	277	-0,6	287	-	-
Ensino fund. incomp.	415	365	-12,1	414	361	-12,8	421	379	-10,1
Ensino fund. incomp.+ Ensino médio incomp.	644	453	-29,5	637	453	-28,9	678	457	-32,6
Ensino médio comp. + Ensino sup. incomp.	1.187	778	-34,5	1.213	798	-34,2	982	673	-31,5
Ensino sup. Comp.	2.874	2.229	-22,4	2.874	2.249	-21,7	-	-	-

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro - 2006.

(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

menos escolarizados, com apenas o ensino fundamental incompleto, dos Demais Municípios da RMS foram os que menos perderam (-10,1%) nesse contexto de queda de rendimento, situação essa que, diga-se de passagem, coincide com a realidade observada no município de Salvador. Uma outra informação, talvez a mais importante, que se revela ao se comparar o rendimento real médio dos trabalhadores que residem nos Demais Municípios da RMS, segundo o grau de escolaridade que possuem, é o fato de ser reduzida a presença de trabalhadores com o mais elevado grau de escolaridade, ou seja, o ensino superior completo. Tanto é assim que não há possibilidade de se averiguar estatisticamente, dada a baixa significância estatística, como evoluíram, no período em foco, os rendimentos ganhos por esse grupo.

Feitas essas colocações, é importante que se frise que nem todos os trabalhadores dos Demais Municípios da RMS foram vítimas dessa queda de rendimento generalizada que atingiu os trabalhadores metropolitanos. Os trabalhadores assalariados na iniciativa privada que desenvolvem suas atividades no setor de Serviços foram os únicos que se safaram. Tal acontecimento, conjugado com a representatividade que possuem os assalariados desse setor no contexto geral do assalariamento, acabou permitindo que entre 1997 e 2005 o rendimento real médio dos trabalhadores assalariados dos Demais Municípios aumentasse 2,1%, passando, em valores absolutos, de R\$ 609,00 para R\$ 622,00 (Tabela 7).

Merece ser destacado, também, que essa realidade é diametralmente oposta àquela pela qual passaram os trabalhadores assalariados da iniciativa privada do município de Salvador, tendo em vista que tiveram, no seu conjunto, perdas salariais, entre 1997 e 2005, que alcançam o patamar de 16,6%. Nesse caso específico, nenhum dos setores que movem a atividade econômica desse município conseguiu livrar os seus trabalhadores do enfrentamento dessa incômoda situação.

COMENTÁRIOS FINAIS

Esse olhar mais atento que se procurou oferecer em relação ao mercado de trabalho dos Demais Municípios da RMS tornou evidente o quão frágil e insegura é a sua base de operação. Pelo que

Tabela 7

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado¹ por setor de atividade econômica

RMS, Salvador, demais municípios, 1997 e 2005

	1997	2005	Varição percentual
RMS	833	712	-14,5
Indústria	1182	993	-16,0
Comércio	704	562	-20,2
Serviços	783	690	-11,8
Salvador	878	732	-16,6
Indústria	1305	1107	-15,1
Comércio	740	590	-20,2
Serviços	821	706	-14,0
Demais Municípios	609	622	2,1
Indústria	831	800	-3,8
Comércio	448	408	-9,0
Serviços	567	588	3,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro - 2006.

Nota: Exclusivo os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

foi mostrado, a partir da leitura comparativa das informações produzidas pela PED para os anos de 1997 e 2005, as transformações econômicas ocorridas na última década e meia no seio da economia baiana, de uma forma geral, e da economia da RMS, de modo particular, não tiveram força suficiente para amenizar alguns dos seus problemas estruturais. Isso significa dizer, em outras palavras, que a dinâmica de crescimento verificada nesse período nos Demais Municípios da RMS não se fez acompanhar, ou melhor, não resultou na ampliação das oportunidades de trabalho – de tal sorte que fizesse ceder a sua estratosférica taxa de desemprego – nem tampouco implicou a melhora de outros indicadores relativos ao funcionamento do mercado de trabalho.

Em relação ao comportamento desses indicadores ainda há de se comentar que se, via de regra, eles oscilaram menos do que os indicadores que expressam a realidade do mercado de trabalho do município de Salvador, isso se deveu ora ao fato deles já se encontrarem em níveis tão altos que parecia não haver mais espaço e/ou possibilidade para que pudessem elevar-se ainda mais sem que isso conduísse a um contexto de completo esgarçamento do tecido social, ora ao registro da situação inversa, ou seja, por estarem em níveis tão escandalosamente reduzidos que a ocorrência de quedas maiores poderia vir a comprometer a própria

lógica de funcionamento do mercado de trabalho dos Demais Municípios.

O primeiro caso é, exatamente, a situação que se observa quando se analisa a questão do desemprego. Enquanto nos Demais Municípios se sai de um patamar de desemprego da ordem de 27,2%, em 1997, para um outro de cerca de 28,1%, em 2005 – movimento esse que corresponde a uma variação percentual de 3,3% –, em Salvador o desemprego pula de 20,4% para 23,6% – indicando uma variação muito mais acentuada, na casa de 15,7%. O segundo, por seu turno, se refere ao comportamento do rendimento real médio. Conforme se viu, nos Demais Municípios da RMS tal rendimento teve uma queda bem mais moderada (-7,8%) do que aquela contabilizada em Salvador (-18,4%).

O que fica claro diante disso tudo é que, assim como nos tempos de outrora, a economia dos Demais Municípios da RMS e, por conseguinte, o seu mercado de trabalho não consegue criar seus próprios elementos endógenos de crescimento e desenvolvimento. Uma das razões que levou ao estabelecimento dessa situação encontra-se associada ao fato de que uma parte importante da renda que é gerada nessa economia vaza para outros espaços, a exemplo de Salvador, pois conforme se indicou anteriormente, os melhores postos de trabalho – precisamente aqueles que exigem níveis mais elevados de qualificação da força de trabalho – não são, em boa parte das vezes, preenchidos por pessoas que residem nos Demais Municípios da RMS.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretária da Indústria, Comércio e Turismo. *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA*. Salvador: SIC/DI, 1994.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Luciano G. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*, Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, n. 1, 1996.
- BORGES, Ângela. Trabalho e emprego na Bahia: mudanças e desafios no final do século. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *BAHIA 2000*. Salvador: SEI, 1999.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNESP, IE-Unicamp, 2002.
- DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. *Caderno CRH*, Salvador: CRH/UFBA; EDUFBA, n. 37, jul./dez. 2002.
- GUIMARÃES, Jose Ribeiro Soares. Níveis e padrão distributivo de renda na Bahia nos anos 1990. In: *Panorama social da Bahia nos anos 1990*. Salvador: SEI, 2003. p. 65-96. (Série Estudos e Pesquisas, 59).
- RODRIGUES, Flávia Santana. *As transformações na inserção das pessoas de meia-idade no mercado de trabalho da RMS durante a década de 1990*. 102 f. (Monografia) - FCE-UFBA, Salvador, 2004. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 20/05/2006.
- SOUZA, Guaraci Adeodato de. *Urbanização e fluxos migratórios para Salvador*. Salvador, 1977. 39 p. (Coletânea sobre Salvador). Mimeografado.
- _____. MURICY, Ivana Tavares. Mudanças nos padrões de fecundidade e de mortalidade na infância da Bahia 1940/1997. In: *Mudanças nos padrões de fecundidade e de mortalidade na Bahia 1940-1997*. Salvador: SEI, 2001. 86 p. (Série Estudos e Pesquisa, 52).
- SOUZA, Laumar Neves de. Formalização na RMS: é ou não o fim da precarização? In: *Emprego e desemprego*. Salvador: SEI, 2003. p. 93-110. (Série Estudos e Pesquisa, 62).
- _____. *Uma análise da inserção feminina no mercado de trabalho da RMS: uma leitura a partir dos dados da PED*. 2001. 193 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas/UFBA, Salvador.
- SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia crescimento populacional 1980-1996*. Salvador: SEI, 1998. 241 p. (Série Estudos e Pesquisas, 39).

Diferenças e semelhanças do mercado de trabalho nas Regiões Metropolitanas de Salvador e de São Paulo

*Leila Luiza Gonzaga**

Resumo

O mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Salvador e de São Paulo passou por diversas mudanças no decorrer da década de 1990. Embora em São Paulo esse mercado continue mais estruturado em relação ao de Salvador, alguns movimentos em direções contrárias ou em ritmos diferenciados os tornaram mais parecidos em alguns aspectos, tais como as proporções da taxa de desemprego oculto em relação à taxa de desemprego total, o assalariamento, o trabalho autônomo e doméstico e a parcela da massa de rendimentos apropriada pelos mais ricos.

Palavras-chave: mercado de trabalho, mão-de-obra, desemprego, ocupação e rendimento.

Abstract

The labor market in the metropolitan areas of Salvador and São Paulo went through several changes during the 90's. Although the labor market in São Paulo is still better structured when compared to Salvador, some movements in opposite directions or different rhythms have bridged the gap in many aspects. As for instance the percentage of hidden unemployment in relation to the total unemployment rate, registered laborers, self-employed laborers and domestic workers, and the share of total income allotted to the wealthiest.

Key words: labor market, workforce, unemployment, occupation and income

INTRODUÇÃO

As regiões metropolitanas de São Paulo e de Salvador, embora bastante diferenciadas no processo de formação econômica e social que condicionou as características de sua mão-de-obra, guardam algumas semelhanças nas suas respectivas estruturas de mercado de trabalho.

Os estudos sobre as transformações do mercado de trabalho na década passada indicam, genericamente, crescimento do desemprego, maior duração de desemprego, aumento da proporção de ocupações menos protegidas pelas leis trabalhistas e com menor remuneração e redução de postos de trabalho na In-

dústria e em alguns ramos nos Serviços – sobretudo no segmento creditício e financeiro. No entanto, em que medida essas mudanças se diferenciaram em um mercado mais estruturado, como o da Região Metropolitana de São Paulo, e em outro menos estruturado, como o da Região Metropolitana de Salvador?

Neste artigo procura-se mostrar, através dos principais indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, algumas coincidências e disparidades do mercado de trabalho em 2005 nessas duas regiões, bem como as principais mudanças ocorridas nos últimos nove anos, período com disponibilidade de dados para a Região Metropolitana de Salvador. A intenção, portanto, não é fazer um retrato detalhado desses mercados – informações encontradas nos materiais de divulgação das instituições responsáveis pela pesquisa –, mas apontar, a partir de um panorama geral,

*Socióloga, pós-graduada em Economia e Gestão das Relações de Trabalho (PUC-SP). Analista de mercado de trabalho da Fundação Seade. leilagonzaga@seade.gov.br

Tabela 1

Estimativas do número de pessoas de 10 anos e mais, segundo condição de atividade
Regiões Metropolitanas de Salvador e de São Paulo, 1997 e 2005

Em 1.000 pessoas

Condição de Atividade	Salvador		São Paulo	
	1997	2005	1997	2005
População em Idade Ativa	2.260	2.810	13.845	15.808
População Economicamente Ativa	1.354	1.717	8.542	10.038
Ocupados	1.061	1.298	7.175	8.342
Desempregados	292	419	1.367	1.696
Em Desemprego Aberto	168	244	880	1.054
Em Desemprego Oculto	125	175	487	642
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	81	127	359	491
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	43	48	128	151
Inativos com 10 Anos e Mais	906	1.093	5.303	5.770

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Seade-Dieese/SP, SEI-Setras-UFBA/BA e MTE/FAT.

algumas características que aproximam ou distanciam esses mercados, a princípio, tão distintos.

A PED surgiu, na Região Metropolitana de São Paulo, como resposta às estatísticas oficiais sobre trabalho e desemprego, que não expressavam a diversidade de situações verificadas nos grandes centros urbanos brasileiros (TROYANO, 1990), passando, posteriormente, a ser realizada também nas regiões metropolitanas de Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e no Distrito Federal. Nesse sentido, a utilização da PED parece ser a escolha mais apropriada para comparação das duas regiões, uma vez que capta situações não classificadas em outras pesquisas, como o desemprego oculto pelo trabalho precário – que tem peso relevante principalmente em Salvador –, além de permitir o acompanhamento e a comparação de indicadores em um longo período de tempo, devido à existência de uma série histórica iniciada em 1985, na RM de São Paulo, e em 1997, na de Salvador.¹

CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO – O QUE MUDOU DESDE 1997²

Em 2005, a População Econômica-

¹ Na Região Metropolitana de Salvador a pesquisa foi realizada, também, no período de 1987 a 1989.

² Agradeço a Edgard R. Fusaro, técnico do Dieese, pelo processamento dos dados, assim como às equipes de estatística da PED da RMS e da RMSP.

mente Ativa na Região Metropolitana de Salvador foi estimada em 1.717 mil pessoas, 26,8% maior que em 1997. Com crescimento de 17,5% no mesmo período, a PEA da Região Metropolitana de São Paulo correspondia a 10.038 mil pessoas (Tabela 1).

Embora o crescimento da PEA na RMSP tenha sido inferior àquele observado na RMS, a relação desse contingente com a População em Idade Ativa – PIA, expressando o ritmo de expansão da força de trabalho, registrou maior aumento na região paulista, cuja taxa de participação global cresceu de 61,7%, em 1997, para 63,5%, em 2005, enquanto na RMS passou de 59,9% para 61,1% no mesmo período. Esse indicador, um pouco mais elevado na primeira região, deve-se, principalmente, à maior participação de homens, jovens e pessoas mais escolarizadas no mercado de trabalho da RMSP (Tabela 2).

Tabela 2

Taxa de participação, segundo atributos pessoais
Regiões Metropolitanas de Salvador e de São Paulo, 1997 e 2005

Em porcentagem

Atributos Pessoais	Salvador		São Paulo	
	1997	2005	1997	2005
Total	59,9	61,1	61,7	63,5
Sexo				
Homens	69,3	68,5	73,9	72,4
Mulheres	51,9	54,7	50,5	55,5
Posição no Domicílio				
Chefe	75,9	72,2	79,4	75,4
Demais	53,0	55,4	52,9	56,8
Faixa Etária				
10 a 14 Anos	10,3	3,1	9,7	5,4
15 a 17 Anos	39,1	26,5	51,1	43,8
18 a 24 Anos	74,1	73,9	78,4	83,0
25 a 39 Anos	83,5	84,1	81,2	84,5
40 a 49 Anos	79,1	77,8	75,3	78,2
50 a 59 Anos	58,1	58,8	58,8	60,3
60 Anos e Mais	19,2	17,4	22,3	21,1
Nível de Instrução				
Analfabeto	43,9	32,6	44,2	34,8
Ensino Fundamental Incompleto	50,5	45,0	51,3	46,2
Ensino Fundamental Completo + Médio Incompleto	64,2	63,3	69,7	65,6
Ensino Médio Completo + Superior Incompleto	77,7	77,2	78,6	82,0
Ensino Superior Completo	84,2	81,7	86,7	86,6
Raça/Cor				
Negros	60,8	61,2	63,1	64,5
Não-Negros	56,6	60,7	61,0	62,9

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Seade-Dieese/SP, SEI-Setras-UFBA/BA e MTE/FAT.

Diminui distância da proporção do desemprego oculto entre as duas regiões

Entre 1997 e 2005, a taxa de desemprego total aumentou de 21,6% para 24,4% da População Economicamente Ativa, na RMS, e de 16,0% para 16,9%, na RMSP. O crescimento maior na RMS deveu-se a elevações quase que proporcionais das suas componentes: 14,5% para a taxa de desemprego aberto e 10,9% para a de desemprego oculto. Já na RMSP, esses indicadores aumentaram, respectivamente, 1,9% e 12,3%. O principal diferencial entre os movimentos internos da taxa de desemprego oculto foi o decréscimo da taxa de desemprego oculto pelo desalento na RMS (12,5%) e a estabilidade na RMSP (Tabela 3).

O desemprego oculto contribui com considerável parcela da taxa de desemprego total nas duas regiões, ressaltando-se que a diferença entre elas tem diminuído, uma vez que a proporção da taxa de desemprego oculto em relação à de desemprego total, na região baiana, reduziu-se de 43% para 42% no período analisado, enquanto na região paulista aumentou de 36% para 38%. Se for tomado como ano de comparação 1989, fica mais evidente a aproximação desses valores, quando equivaliam a 45% na RMS³ e a 25% na RMSP.

O desemprego oculto contribui com considerável parcela da taxa de desemprego total nas duas regiões, ressaltando-se que a diferença entre elas tem diminuído, uma vez que a proporção da taxa de desemprego oculto em relação à de desemprego total, na região baiana, reduziu-se de 43% para 42% no período analisado, enquanto na região paulista aumentou de 36% para 38%

O aumento da taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário é um importante indicativo da deterioração do mercado de trabalho. Essa forma de auto-ocupação esporádica pode ser entendida como um dos últimos recursos possíveis para que o indivíduo, normalmente com maior tempo em desemprego, obtenha alguma remuneração (mesmo que em espécie ou benefício) enquanto procura um trabalho diferente deste que realiza.

Em ambas as regiões, são as mulheres, os jovens e as pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto aqueles que se encontram em maior número na condição de desemprego, perfil que se distingue do encontrado em 1997, quando a maior

proporção era de homens e adultos de 25 a 39 anos – na RMSP – e pessoas com ensino fundamental incompleto (Tabela 4). Uma possível explicação para tal mudança seria a maior dificuldade das mulheres para encontrarem uma ocupação em proporção similar à da sua entrada no mercado de trabalho, que se intensificou a partir dos anos 1980, bem como o maior acesso e permanência dos jovens nas escolas nesses últimos anos, o que significa uma mudança no perfil educacional da população total que se reflete no contingente de desempregados. Parcela dos jovens, portanto, tende a adiar sua entrada no mercado de trabalho até concluir os estudos – em geral, o ensino médio –, e quando essa entrada se concretiza, em um ambiente de baixo crescimento econômico e ocupacional, esses jovens enfrentam a desvantagem de competir com pessoas mais experientes.

Em relação ao atributo raça/cor, a maioria dos desempregados na RMS é composta de negros (90,6%), enquanto na RMSP esse percentual é de 44,0%, diferença associada à característica regional da população. Destaca-se, no entanto, que a proporção de negros na PEA (cerca de 87% e 36% em cada região, respectivamente) é menor do que a verificada no contingente de desempregados, resultando em uma sobre-representação de desempregados negros, especialmente na RMSP.

Tabela 3

Taxas de desemprego, segundo tipos
Regiões Metropolitanas de Salvador e de São Paulo, 1997 e 2005

Em porcentagem

Tipos de Desemprego	Salvador		São Paulo	
	1997	2005	1997	2005
Taxas de Desemprego				
Total	21,6	24,4	16,0	16,9
Aberto	12,4	14,2	10,3	10,5
Oculto	9,2	10,2	5,7	6,4
Trabalho Precário	6,0	7,4	4,2	4,8
Desalento	3,2	2,8	1,5	1,5

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Seade-Dieese/SP, SEI-Setras-UFBA/BA e MTE/FAT.

³ Média referente ao período de janeiro a setembro de 1989, segundo informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador, realizada de 1987 a 1989.

Tabela 4
Distribuição dos desempregados, segundo atributos pessoais
Regiões Metropolitanas de Salvador e de São Paulo, 1997 e 2005
 Em porcentagem

Atributos Pessoais	Salvador		São Paulo	
	1997	2005	1997	2005
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo				
Homens	49,7	45,3	50,8	46,0
Mulheres	50,3	54,7	49,2	54,0
Posição no Domicílio				
Chefe	23,2	24,5	25,6	23,5
Demais	76,8	75,5	74,4	76,5
Faixa Etária				
10 a 14 Anos	3,3	(1)	4,9	1,9
15 a 17 Anos	12,1	5,4	15,6	12,9
18 a 24 Anos	35,0	38,7	29,8	33,1
25 a 39 Anos	34,5	38,3	32,4	31,8
40 a 49 Anos	10,5	12,1	11,3	13,0
50 a 59 Anos	3,5	4,3	4,6	6,1
60 Anos e Mais	(1)	(1)	1,4	1,3
Nível de Instrução				
Analfabeto	4,0	1,8	3,5	2,6
Ensino Fundamental Incompleto	50,6	31,0	50,9	29,1
Ensino Fundamental Completo + Médio Incompleto	20,6	25,4	26,1	27,1
Ensino Médio Completo + Superior Incompleto	22,4	39,0	15,8	36,1
Ensino Superior Completo	2,5	2,8	3,7	5,0
Raça/Cor				
Negros	85,1	90,6	40,8	44,0
Não-Negros	14,9	9,4	59,2	56,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Seade-Dieese/SP, SEI-Setras-UFBA/BA e MTE/FAT.
 (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O desemprego acentuado e de longa duração é uma das principais características do mercado de trabalho sob o padrão de desenvolvimento adotado pelo país na década passada. A dificuldade de encontrar novas oportunidades de ocupação é evidenciada pela expressiva elevação do tempo médio de procura por trabalho, praticamente duplicado na RMS (de 36 para 70 semanas, entre 1997 e 2005) e na RMSP (de 28 para 53 semanas). O percentual de desempregados procurando ocupação *há mais de um ano* mais do que dobrou nessas regiões, sendo que a maior concentração nessa faixa de tempo de procura é verificada em 2005 (35,3% na RMS e 24,7% na RMSP), o que se contrapõe a anos anteriores, nos quais a maior participação de desempregados era na faixa de *uma semana a um mês* de procura. A gravidade dessa situação, além da econômica e emocional para o desempregado e sua família, está no fato de que, quanto maior for o período de desemprego, mais difícil torna-se uma reinserção ocupacional. E quando esse indivíduo encontra um trabalho, há maior probabilidade de

que seja de caráter mais frágil do que o exercido anteriormente (DEMAZIÈRE, 1995).

Participação de assalariados passa a ser semelhante entre a RMS e a RMSP

O total de ocupados na RMS equivalia a 1.298 mil pessoas em 2005, crescimento de 22,3% em relação a 1997. Na RMSP houve aumento de 16,3% nesse período, elevando o contingente de ocupados para 8.342 mil pessoas.

A RM de São Paulo, reconhecida pela elevada densidade industrial, ocupava, em 1989, 33,0% do total de trabalhadores na Indústria e, após passar pelo período de reestruturação produtiva na década de 1990, reduziu seu percentual de ocupados no setor para 19,5% em 2005. Mais da metade dos trabalhadores da região passou a se ocupar nos Serviços (53,1%) e a proporção daqueles que estavam no Comércio diminuiu de 17,0% para 16,1% (Tabela 5).

Na RMSP, a capacidade de absorção de trabalhadores nos Serviços, no período analisado, deveu-se, principalmente, aos serviços especializados, pessoais, de saúde, comunitários, auxiliares e de reparação e limpeza. Por outro lado, alguns ramos do setor tiveram redução do pessoal ocupado, em especial o segmento creditício e financeiro. Situação bastante parecida ocorreu na região

Tabela 5
Distribuição dos ocupados, segundo setores de atividade
Regiões Metropolitanas de Salvador e de São Paulo, 1997 e 2005
 Em porcentagem

Setores de Atividade	Salvador		São Paulo	
	1997	2005	1997	2005
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	8,4	9,3	21,0	19,5
Comércio	17,9	16,1	17,0	16,1
Serviços	58,0	60,8	50,3	53,1
Construção Civil (1)	3,0	2,9	2,7	2,3
Serviços Domésticos	10,8	9,4	8,4	8,6
Demais	1,9	1,6	0,6	0,5

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Seade-Dieese/SP, SEI-Setras-UFBA/BA e MTE/FAT.

(1) Exclui Reformas e Reparações de Edificações.

de Salvador, acrescentando-se o aumento da proporção de ocupados nos serviços de utilidade pública e nos outros serviços (provavelmente atividades vinculadas ao turismo).

O assalariamento representa 61,8% do total de ocupados na RMS e 63,4% na RMSP, e o trabalho autônomo 22,7% e 19,1%, respectivamente (Tabela 6). Em 1989, essas proporções eram, respectivamente, de 57,5% na RMS e 72,1% na RMSP para os assalariados e de 25,5% e 14,4% para os autônomos, mostrando relativa fragilização da estrutura ocupacional em um mercado mais formalizado e relativa formalização de outro menos estruturado, tomando-se como referência um período anterior às transformações da base produtiva e aos incentivos fiscais, que estimularam a implantação de empresas fora dos grandes eixos econômicos. (Tabela 6).

Esses movimentos contrapostos ficam mais evidentes ao se desagregarem as informações de assalariamento. Entre 1997 e 2005, a proporção de assalariados com carteira assinada cresceu principalmente na RMS (de 29,2% para 36,8%) e a de assalariados sem carteira assinada aumentou mais na RM de São Paulo (de 11,9% para 13,8%). Nesse período, o percentual de trabalhadores autônomos elevou-se

apenas na região de São Paulo. A composição do trabalho autônomo é diferenciada nas duas regiões, com participação bem maior daqueles que trabalham para o público em Salvador (84%), enquanto em São Paulo essa proporção (54%) é parecida com a do trabalho autônomo vinculado a empresas (46%).

Entre 1997 e 2005, o percentual de empregadores reduziu-se em ambas as regiões: de 4,3% para 3,9%, na de Salvador, e de 5,2% para 4,0%, na de São Paulo. O emprego doméstico também diminuiu sua participação

na região baiana (de 10,8% para 9,4%) e pouco se alterou na paulista (de 8,4% passou para 8,6%).

O setor público, que continua empregando maior proporção de pessoas na RMS do que na RMSP, diminuiu sua importância nas duas localidades, chegando a 13,4% e 8,0% do total de ocupados, em cada uma dessas regiões, respectivamente.

É possível que a mudança do perfil ocupacional na RMS esteja vinculada, principalmente, ao papel da indústria metal-mecânica e petroquímica e dos serviços de utilidade pública como importantes geradores de postos de trabalho regulamentados e cujos rendimentos médios, entre os mais elevados, influenciam na dinâmica de outros segmentos da economia, através da ampliação do poder de compra. Por

outro lado, o processo de flexibilização da contratação de mão-de-obra, no que diz respeito ao aumento do assalariamento sem carteira assinada e do trabalho autônomo, parece ter afetado com maior intensidade regiões mais industrializadas, uma vez que, além da RMSP, crescimento em proporções semelhantes foi registrado apenas na região de Porto Alegre (DIEESE, 2001).

O tempo médio de trabalho dos ocupados permaneceu em 43 horas semanais em ambas as regiões. Entre 1997 e 2005, a porcentagem de ocupados que trabalharam acima da jornada legal diminuiu de 46,2% para 45,0%,

O processo de flexibilização da contratação de mão-de-obra, no que diz respeito ao aumento do assalariamento sem carteira assinada e do trabalho autônomo, parece ter afetado com maior intensidade regiões mais industrializadas

Tabela 6
Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas de Salvador e de São Paulo, 1997 e 2005

Posição na Ocupação	Em porcentagem			
	Salvador		São Paulo	
	1997	2005	1997	2005
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de Assalariados (1)	56,1	61,8	61,6	63,4
Setor Privado	40,0	48,3	53,2	55,3
Com Carteira Assinada	29,2	36,8	41,3	41,6
Sem Carteira Assinada	10,8	11,5	11,9	13,8
Setor Público	16,1	13,4	8,3	8,0
Trabalhadores Autônomos	24,6	22,7	18,2	19,1
Trabalha para o Público	19,7	19,0	10,6	10,3
Trabalha para Empresa	4,9	3,8	7,5	8,8
Empregadores	4,3	3,9	5,2	4,0
Empregados Domésticos	10,8	9,4	8,4	8,6
Demais (2)	4,2	2,2	6,6	4,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Seade-Dieese/SP, SEI-Setras-UFBA/BA e MTE/FAT.

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares, donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, etc.

na RMS e de 45,1% para 42,4%, na RMSP. Esses níveis, no entanto, permanecem elevados desde a década de 1990, o que indica que a hora extra, como recurso adicional ao da flexibilização da mão-de-obra adotado pelas empresas, diminuiu, mas parece estar longe de ser descartada.

Rendimento do trabalho diminui mais em São Paulo

Em 2005, a média do rendimento dos ocupados equivalia a R\$ 732 na RMS, com redução de 17,7% em relação a 1997, e a R\$ 1.060 na RMSP, retração de 32,2% no mesmo período. A desvalorização dos rendimentos foi praticamente generalizada segundo o setor de atividade ou o tipo de ocupação, entre 1997 e 2005, embora mais intensa nas formas de ocupação que podem ser consideradas mais desregulamentadas (autônomos e empregadores nas duas regiões e empregados domésticos em São Paulo), conforme Tabela 7.

Em 2005, os salários médios que mais se aproximavam entre a RMS e a RMSP referem-se aos do setor público (R\$ 1.353 e R\$ 1.586, respectivamente) e, no setor privado, aos da Indústria (R\$ 977 e R\$ 1.252, respectivamente). Com exceção dos salários pagos na Construção Civil, todos os demais ficaram menos diferenciados entre as duas regiões, devido ao de-

créscimo menor na RMS. No caso do setor público, a redução entre 1997 e 2005 foi de 7,1% na RMS e de 22,3% na RMSP e, no da Indústria, de 16,1% e 25,9%, respectivamente.

O alto patamar de salário na Indústria em relação ao dos demais setores deve-se aos rendimentos pagos nos ramos petroquímico e metal-mecânico, que são os mais elevados nas duas regiões e também os que apresentaram maior decréscimo no setor industrial da RMS, entre 1997 e 2005.

O diferencial entre os rendimentos de homens e mulheres é idêntico nas duas regiões. O rendimento médio recebido por hora pelas mulheres diminuiu menos do que o dos homens e tornaram-se equivalentes a R\$ 3,40, na RMS, e R\$ 4,87, na RMSP, em 2005. Devido à menor redução, esses valores passaram a corresponder a 75,6% dos rendimentos médios/hora dos homens nessas regiões, percentual que equivalia a 69,8% em Salvador e a 73,2% em São Paulo, em 1997.

A despeito de remunerações médias do trabalho maiores em São Paulo, a distribuição da massa de rendimentos é bastante semelhante nas duas regiões, com concentração um pouco mais acentuada na Região Metropolitana de Salvador para o grupo de 10% de ocupados mais ricos. Ao longo da série da pesquisa, no entanto, a redução da concentração para esse grupo foi mais intensa em Salvador, devido ao crescimento dos rendimentos do trabalho para os ocupados mais pobres e diminuição para aqueles com maiores rendimentos: na RMS, a apropriação da massa entre os 10% mais ricos passou de 47,0%, em 1997, para 42,4%, em 2005 e, na RMSP, de 41,8% para 41,0%, no mesmo período.

Tabela 7

Rendimento médio real¹ dos ocupados, segundo categorias selecionadas

Regiões Metropolitanas de Salvador e de São Paulo, 1997 e 2005

Em reais de novembro de 2005

Categorias Selecionadas	Salvador		São Paulo	
	1997	2005	1997	2005
Total de Ocupados	889	732	1.563	1.060
Total de Assalariados (2)	1.005	840	1.546	1.136
Setor Privado	820	701	1.463	1.070
Indústria	1.164	977	1.689	1.252
Comércio	692	553	1.164	830
Serviços	770	679	1.427	1.057
Construção Civil (3)	941	700	1.279	995
Com Carteira Assinada	948	783	1.613	1.172
Sem Carteira Assinada	437	423	926	756
Setor Público	1.456	1.353	2.040	1.586
Trabalhadores Autônomos	585	457	1.248	726
Empregadores	2.732	2.037	4.383	2.882
Empregados Domésticos	216	242	546	387

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Seade-Dieese/SP, SEI-Setras-UFBA/BA e MTE/FAT.

¹ Inflatores Utilizados: ICV-Dieese/SP e IPC-SEI/BA.

(2) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(3) Exclui Reformas e Reparações de Edificações.

Tabela 8

Rendimento médio real¹ por hora dos ocupados no trabalho principal, segundo sexo
Regiões Metropolitanas de Salvador e de São Paulo, 1997 e 2005

Em reais de novembro de 2005

Sexo	Salvador		São Paulo	
	1997	2005	1997	2005
Total de Ocupados	4,83	3,98	8,49	5,76
Homens	5,53	4,50	9,33	6,44
Mulheres	3,86	3,40	6,83	4,87

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Seade-Dieese/SP, SEI-Setras-UFBA/BA e MTE/FAT.

¹ Inflatores Utilizados: ICV-Dieese/SP e IPC-SEI/BA.

Mesmo com esse desempenho – do qual programas de transferência de renda parecem ter importante contribuição –, a distribuição da massa de rendimentos continua extremamente concentrada, devido, principalmente, a rendimentos médios em patamares bastante rebaixados e à escassez de oferta de trabalho, sobretudo mais qualificado e protegido pelas leis trabalhistas. Esta situação ajuda a explicar a necessidade de algumas famílias em encontrar recursos para sua subsistência, como, por exemplo, a execução de trabalhos eventuais concomitante à procura por um trabalho mais adequado, percebida pelo aumento da taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário nas duas regiões.

REFERÊNCIAS

- DEDECCA, C. S.; MENEZES, W. F.; CARRERA-FERNANDEZ, J. Entendendo o desemprego pelos indicadores das regiões metropolitanas de São Paulo e de Salvador. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Descaminhos no mercado de trabalho: transições ocupacionais e mobilidade social*. Salvador: SEI, 2003. p. 35-43. (Série Estudos e Pesquisas, 66).
- DEMAZIÈRE, D. *La sociologie du chômage*. Paris : La Decouverte, 1995. 127 p.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA GRANDE SÃO PAULO: principais resultados. São Paulo: Seade, 1990. n. 21.
- A SITUAÇÃO do trabalho no Brasil. São Paulo: Dieese, 2001. 354 p.
- TROYANO, A. A. A. Trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Seade, v. 4, n. 3-4, p. 69-74, jul./dez. 1990.

A distribuição dos rendimentos dos trabalhadores nos mercados metropolitanos: a dura realidade mostrada pela PED¹

Ademir Figueiredo*

Ranieri Muricy**

Resumo

O Brasil sempre apresentou uma enorme desigualdade na distribuição de renda e um nível elevado de pobreza. Este trabalho objetiva descrever a situação atual dos trabalhadores que recebem salário mínimo nas seis regiões onde a PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – é realizada pelo DIEESE em associação com instituições parceiras.

Palavras-chave: distribuição de renda, salário mínimo, emprego.

Abstract:

Brazil always presented an enormous income distribution inequality and a high poverty level. This work aims to describe the present situation of workers who receive minimum wages in six regions where the PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego (Employment and Unemployment Research), is carried out by DIEESE in association with partner institutions.

Key words: income distribution, minimum wage, employment.

INTRODUÇÃO

Neste artigo pretende-se mostrar a dura realidade dos trabalhadores que recebem 1 salário mínimo nos mercados de trabalho das cinco regiões metropolitanas e do Distrito Federal, onde o DIEESE, em con-

junto com diversos parceiros, realiza a PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

No momento em que se comemoram os dez anos da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – na Região Metropolitana de Salvador, este artigo mostra, utilizando os dados da pesquisa, que muito precisa ser feito para diminuir a desigualdade social e a pobreza do Brasil. Seus dados podem fundamentar as políticas públicas necessárias para compor o salário mínimo de um conteúdo de dignidade e justiça para com aqueles que trabalham, constroem a riqueza e dela não se apropriam além do mínimo necessário para compor seu desgaste fisiológico. Através de características individuais e do posto de trabalho, em 2005, será investigado, em pormenor, a situação daqueles que estavam ocupados naquele ano, cujos rendimentos atingiam até 1

Agradecimento especial pelas sugestões e críticas à Equipe DIEESE/BA: Ana Georgina, Ana Margaret, Lavinia Moura, Thaiz e Tiago (Estagiário), aos membros da Equipe da PED e Frederico Melo da equipe do DIEESE/MG.

¹ A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED é uma pesquisa domiciliar, com base em uma amostra probabilística, de periodicidade mensal, sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho, cuja metodologia de investigação foi desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) e a Fundação SEADE - órgão da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo.

* Coordenador de pesquisa e desenvolvimento do DIEESE. ademir@dieese.org.br

** Supervisor Técnico do Escritório Regional do DIEESE-Bahia. ranieri@dieese.org.br

salário mínimo. A análise será desenvolvida considerando-se classes de salário mínimo.

Além dessa introdução, o artigo traz uma primeira parte com breves considerações sobre o salário mínimo no Brasil. Em seguida faz uma caracterização geral das seis regiões estudadas com respeito ao tema em tela, onde o processamento das variáveis descritivas permitiu a identificação das características gerais dos ocupados por classes de salário mínimo nas regiões metropolitanas onde é realizada a PED, a partir da qual pretendeu-se extrair informações relevantes para a construção do painel dos ocupados por classes de salário mínimo.

Nas terceira parte, o objetivo foi investigar o perfil do trabalhador que recebe um salário mínimo segundo atributos pessoais: sexo, cor, idade, posição na família, condição de migração e instrução; e do posto de trabalho: previdência social, jornada de trabalho, tempo de permanência no emprego e rendimento.

Por fim, nas considerações finais fica patente a necessidade do estabelecimento de políticas públicas para a valorização do salário mínimo como forma de reduzir a desigualdade e minimizar a pobreza, dotando-o de um conteúdo ético e de justiça, para que o trabalhador e sua família possam viver com dignidade.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SALÁRIO MÍNIMO

O mercado de trabalho metropolitano se caracteriza por sua ampla desigualdade nas condições de vida e nos rendimentos, agravado por uma estrutura econômica concentrada nas regiões metropolitanas e assentada em segmentos intensivos em capital. O mercado de trabalho assalariado é marcado por alta rotatividade, flexibilidade nas formas de contratação e demissão, baixos rendimentos e um amplo leque salarial que é a expressão primeira da desigualdade nestes mercados.

No Brasil, a remuneração do trabalho sempre foi marcada por baixos salários e grande dispersão entre os rendimentos. Isso se explica por fatores históricos ligados à má formação da economia brasileira, na regulação estatal de contenção dos salários por um lon-

go período e, também, na estrutura sindical atrelada ao Estado, bem como na espiral inflacionária da década de 1980. Esses fatores estão ligados à formação e evolução do mercado de trabalho urbano e catalisam uma estrutura perversa de distribuição de renda.

A partir da década de 1930 tem início o processo de industrialização e urbanização do Brasil, que se processou de forma muito rápida, com um grande número de trabalhadores das atividades agropecuárias sendo “liberados” para a indústria nascente. Em poucas décadas, o vasto contin-

gente de mão-de-obra rural, com poucos laços de assalariamento, transformou-se em um extenso mercado de trabalho urbano. A maneira e a rapidez com que o Brasil se transformou, passando de uma economia agrária a uma economia industrializada, colaborou para a configuração de um amplo mercado de trabalho caracterizado por trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação. Isso favoreceu o achatamento dos salários de base e viabilizou enorme dispersão salarial entre os menos e os mais qualificados, o que foi extremamente funcional ao modelo de desenvolvimento adotado.

Durante esse processo, a atuação do movimento sindical foi muito cerceada. O mesmo Estado que impulsionou a industrialização nos anos 1930 e concedeu uma série de direitos aos trabalhadores, limitou sua capacidade de organização com a imposição de regras rígidas para a atividade sindical, duramente reprimida durante os vinte anos de regime militar, encerrado apenas em meados da década de 1980.

O Estado também teve grande influência sobre o comportamento dos rendimentos do trabalho, através da determinação dos reajustes gerais de salário por cerca de trinta anos, até instituir-se a livre negociação, em 1995. Compete ao Estado, ainda hoje, a determinação dos salários do funcionalismo público e do salário mínimo.

Respeitadas as inúmeras modificações ocorridas ao longo do tempo, pode-se dizer que, em geral, as políticas salariais e do salário mínimo obedeceram primordialmente aos objetivos das políticas econômicas antiinflacionárias.

Respeitadas as inúmeras modificações ocorridas ao longo do tempo, pode-se dizer que, em geral, as políticas salariais e do salário mínimo obedeceram primordialmente aos objetivos das políticas econômicas antiinflacionárias

Os rendimentos do trabalho sofreram, ainda, a ação devastadora da inflação, que inicia sua trajetória de ascensão na década de 1970, chegando, em 1990, a uma taxa mensal na casa de 80%. Como consequência desse processo, uma análise da década de 1980 revela uma queda generalizada do nível de rendimento real do conjunto dos ocupados. Porém, como a inflação atinge os trabalhadores de forma desigual, as perdas maiores concentraram-se nos rendimentos mais baixos e, em decorrência, os pobres ficaram ainda mais pobres.

Chega-se à década de 1990, uma fase de acirrada concorrência capitalista e instabilidade econômica, em que Estado e empresas empenham-se na flexibilização das formas de contratar, usar e remunerar o trabalhador.

No Brasil, o salário mínimo foi instituído em 1º de maio de 1940, para vigorar a partir de 1º de julho daquele ano. Foram então definidos catorze níveis salariais diferentes, a serem aplicados em regiões delimitadas pelo Governo Federal, a partir de pesquisa nacional que permitiu aferir o valor mais freqüente das remunerações mais baixas praticadas em cada uma das áreas.

Pouco a pouco, o salário mínimo foi sendo unificado por regiões geográficas, até chegar a ser o salário mínimo nacional, em 1984. A evolução de mais de meio século do salário mínimo no Brasil experimentou quatro fases bem distintas. A primeira fase, de consolidação, compreendeu o período que vai de 1940 até 1951. Corrigido para valores de março de 2006, o primeiro valor decretado correspondia a R\$ 922,50. No ano de 1943, o salário mínimo foi reajustado duas vezes e, embora a lei previsse correções em períodos não superiores a três anos, permaneceu congelado até 1951.

A queda violenta de seu poder de compra de 1946 até 1951 ocorreu simultaneamente ao desmonte dos controles da economia, parte dos objetivos da política liberal do governo Dutra. A segunda fase, de recuperação do salário mínimo, correspondeu ao período 1952 a 1964. Entre 1952 e 1959, houve um forte crescimento de seu poder aquisitivo, que chegou, em ja-

neiro de 1959, ao maior valor da história: R\$ 1.329,15 a preços de março de 2006. De 1960 a 1964, seu valor permaneceu estável.

O crescimento do salário de base, na década de 1950, ocorreu simultaneamente a um processo acelerado de industrialização no Brasil. Isso se deu tanto pelo compromisso do governo com uma melhor distribuição dos frutos do desenvolvimento e com um projeto de Nação quanto em função das lutas sindicais travadas no período. A pauta de reivindicações incluía reajustes

salariais, 13º salário – conquistado em 1962 –, salário família – decretado em 1963 – e as campanhas nacionais pelas reformas de base, registradas até 1964.

A terceira fase, marcada pela restrição do salário mínimo, iniciou-se em 1965 e se prolongou até meados da década de 1990. Durante o governo militar (1964 – 1984), com a repressão ao movimento sindical, a eliminação da estabilidade no emprego e a política de arrocho salarial, o país caminhou para uma efetiva concentração de renda. Entre 1965 e 1974, o salário mínimo mantinha, na média anual, apenas 69% do poder aquisitivo de 1940. A mudança da política salarial, a partir de 1974, e a introdução dos reajustes semestrais, em 1979, chegaram a sinalizar uma recuperação do valor real do salário mínimo até o ano de 1982 (21,2%). Ao longo da década seguinte – que passou para a história como a “década perdida” –, o salário mínimo retomou a trajetória de perda crescente do poder de compra. De 1983 a 1991, o poder aquisitivo do salário mínimo caiu acentuadamente, passando a valer, em média, apenas 43% do vigente em 1940. Essa tendência prolongou-se até 1994, quando chegou a valer um quarto do valor instituído em 1940.

Finalmente, a partir de maio de 1995, quando valia um quarto do seu poder aquisitivo, o salário mínimo inicia um movimento de recuperação que o levará a cerca de 40% de seu valor inicial, em abril de 2006.

Tomando o salário mínimo como referência, vê-se que o Brasil trilhou um caminho de aprofundamento da desigualdade, gerando riqueza sem distribuí-la de forma equitativa. Pelo Gráfico 1, constata-se o grande abismo entre o crescimento do PIB *per capita* e o do salário mínimo. Em outras palavras, os dados

Finalmente, a partir de maio de 1995, quando valia um quarto do seu poder aquisitivo, o salário mínimo inicia um movimento de recuperação que o levará a cerca de 40% de seu valor inicial, em abril de 2006

revelam a distância entre a evolução do valor que, em média, é criado na sociedade por cada pessoa e a evolução do que é pago como o mínimo para a sua sobrevivência, sem falar na de sua família.

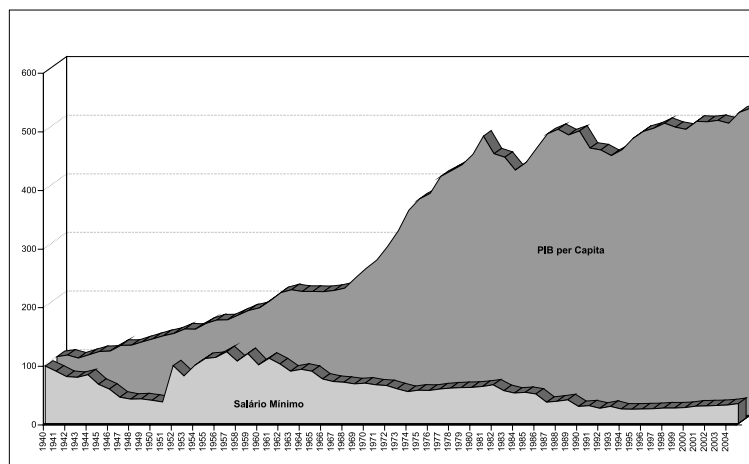
Como resultado de um padrão de crescimento econômico concentrador e excludente, o Brasil apresenta indicadores que revelam uma profunda desigualdade, e o salário mínimo se revela como sua marca mais cruel.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS REGIÕES

Segundo os dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego –, das seis regiões brasileiras - Distrito Federal e Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (RMBH), Porto Alegre (RMPOA), Recife (RMR), Salvador (RMS) e São Paulo (RMSP) -, a proporção dos ocupados que recebem até um salário mínimo nas duas regiões metropolitanas pesquisadas no Nordeste é bastante alta, relativamente às demais regiões. Considerando as duas regiões metropolitanas do Nordeste, a situação da de Recife aparece mais grave que para a de Salvador, com uma grande proporção dos ocupados (quase 77%) recebendo até 2 salários mínimos (SM), e apenas uma pequena parcela (6%) com rendimentos acima de 5 SM (Tabela 1).

Ainda de acordo com a Tabela 1, quando o corte se dá naqueles ocupados que recebem até 1 SM também o destaque é para Recife (39,9%) e Salvador

Gráfico 1
Salário mínimo real e Brasil, 1940 a 2004



Fonte: DIEESE

(37,1%), que sustentam os maiores percentuais das seis regiões metropolitanas pesquisadas. Nessas duas regiões, mais de 20% dos ocupados recebem um rendimento médio inferior ao mínimo legal. Essa situação se explica em parte pela presença significativa, nas duas localidades, de atividades extremamente vulneráveis. A difusão do exercício de jornadas em tempo parcial também pode contribuir para explicar as proporções de ocupados que recebem menos do que 1 SM (o que ainda será visto neste artigo).

O Distrito Federal (16,9%) e a Região Metropolitana de Porto Alegre (12,8%), por sua vez, apresentam os menores percentuais de ocupados que recebem até 1 SM. Na outra ponta, o Distrito Federal tem grandes proporções de ocupados nas faixas superiores (mais de 2 SM).

Com exceção da Região Metropolitana de São Paulo, que tem grande concentração na faixa *mais de 2 até 5 SM*, a faixa

com maior concentração de ocupados é aquela situada em *mais de 1 até 2 SM*. Entre 16,2% (regiões metropolitanas de Salvador e Recife) e 4,8% (na Região Metropolitana de São Paulo) dos ocupados ganham exatamente 1 SM.

Tabela 1

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Classes de Salário Mínimo				Em %
		Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	
Belo Horizonte	100,0	12,3	12,3	38,2	25,9	11,2
Distrito Federal	100,0	7,9	9,0	32,6	25,6	24,9
Porto Alegre	100,0	7,8	5,0	38,9	34,0	14,3
Recife	100,0	23,7	16,2	36,8	17,2	6,0
Salvador	100,0	20,9	16,2	30,7	21,4	10,8
São Paulo	100,0	12,5	4,8	30,3	35,2	17,2

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

PERFIL DO TRABALHADOR

Atributos pessoais

Sexo e classes de salário mínimo

Salta aos olhos o fato de que as mulheres estão sempre representadas nas faixas de SM mais baixas em todas as regiões metropolitanas e DF. Os homens são maioria nas faixas salariais com mais de 2 SM. Conforme a distribuição dos ocupados por faixa de SM a situação das mulheres é mais dramática nas regiões metropolitanas do Nordeste do país. Elas são a maioria entre os ocupados que ganham até 1 SM em todas as regiões metropolitanas estudadas. Chama a atenção as regiões Belo Horizonte e DF, nas quais, dos ocupados que recebem até 1 SM, mais de 70%

Quando o corte se dá naqueles ocupados que recebem até 1 SM também o destaque é para Recife (39,9%) e Salvador (37,1%), que sustentam os maiores percentuais das seis regiões metropolitanas pesquisadas. Nessas duas regiões, mais de 20% dos ocupados recebem um rendimento médio inferior ao mínimo legal

são do sexo feminino (Tabela 2). Na Região Metropolitana de Salvador, 62,6% dos que ganham menos de 1 SM são mulheres, assim como 61,1% dos que ganham exatamente 1 SM.

Faixa etária e classes de salário mínimo

A participação dos jovens entre 16 e 24 anos no total dos ocupados nas regiões metropolitanas pesquisadas no Nordeste é a mais baixa dentre as regiões pesquisadas (RMR = 17,4% e RMS = 19,9%). Nas demais regiões, a participação dos jovens entre 16 e 24 anos no total das ocupações fica acima dos 20%. Todavia, a participação dessa faixa etária entre aqueles que recebem acima de 5 SM é muito baixa, tanto que não permite desagregação na RMBH, RMR e RMS; e fica abaixo de 4,3% nas demais regiões (Tabela 3).

Tabela 2

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo sexo e classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

Em %												
Sexo	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Distrito Federal			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	52,2	27,0	35,5	51,6	66,3	67,5	51,3	28,3	32,1	48,5	60,4	59,7
Mulheres	47,8	73,0	64,5	48,4	33,7	32,5	48,7	71,7	67,9	51,5	39,6	40,3
Sexo	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Recife			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	55,8	36,6	38,1	48,2	67,2	66,1	55,7	40,9	45,6	60,7	70,6	68,2
Mulheres	44,2	63,4	61,9	51,8	32,8	33,9	44,3	59,1	54,4	39,3	29,4	31,8
Sexo	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Salvador				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	São Paulo			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	52,7	37,4	38,9	57,8	64,4	65,5	54,5	32,1	38,6	48,3	63,3	68,2
Mulheres	47,3	62,6	61,1	42,2	35,6	34,5	45,5	67,9	61,4	51,7	36,7	31,8

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

² Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

Tabela 3

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo faixa etária e classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

Em %

Faixa Etária	Belo Horizonte								Distrito Federal			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 15	0,7	4,9	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
16 a 24	22,1	29,9	39,1	26,8	11,5	(3)	21,2	30,0	37,8	31,2	17,0	3,5
25 a 39	41,1	30,9	31,7	42,8	49,3	38,1	45,3	33,2	37,8	46,4	51,0	44,7
40 e mais	36,2	34,2	29,0	30,3	39,2	59,1	33,2	34,0	23,5	22,4	32,0	51,8

Faixa Etária	Porto Alegre								Recife			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 15	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
16 a 24	20,6	27,0	31,3	30,1	13,8	3,7	17,4	23,9	22,2	18,3	7,4	(3)
25 a 39	38,5	27,3	27,6	36,9	44,7	37,9	44,4	37,1	44,2	49,7	46,1	36,9
40 e mais	40,5	42,7	40,4	32,7	41,4	58,3	37,8	37,4	33,5	32,0	46,5	60,9

Faixa Etária	Salvador								São Paulo			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 15	0,7	3,3	(3)	(3)	(3)	(3)	0,9	6,0	(3)	(3)	(3)	(3)
16 a 24	19,9	30,9	26,6	22,0	9,6	(3)	21,3	24,6	35,0	30,9	18,2	4,3
25 a 39	44,1	34,5	43,6	49,1	49,7	38,1	41,5	28,4	29,3	40,2	47,6	44,4
40 e mais	35,2	31,3	29,7	28,9	40,7	58,4	36,3	41,0	34,9	28,6	34,2	51,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal.⁽²⁾ Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.⁽³⁾ A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os dados da Tabela 3 evidenciam que os baixos rendimentos atingem indiscriminadamente todas as faixas etárias. Entretanto, entre os ocupados cujos rendimentos estão abaixo de um salário mínimo há uma predominância das faixas etárias mais elevadas. Nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo, dentre os ocupados que recebem até 1 salário mínimo, mais de 40% possuem acima de 40 anos. Quando se analisam as classes de rendimento mais elevadas constata-se que são os jovens com idade legal para trabalhar os menos representados. Enquanto os jovens estão sub-representados nas faixas de SM mais elevadas, os ocupados com idade de 40 anos e mais estão sobre-representados nessas faixas de SM. Na RMR, entre aqueles que ganham mais de 2 até 5 SM, apenas 7,4% são jovens. Na RMSP esse percentual sobe para 18,2%.

Posição na família e classes de salário mínimo

Os chefes de família compõem a categoria mais representativa entre o total dos ocupados. Essa categoria também está mais representada nas faixas de maior rendimento (acima de 2 SM), relativamente aos cônjuges e filhos. Uma outra observação que se repete em todas as regiões pesquisadas é que o cônjuge está sempre mais representado que a categoria filho na faixa de rendimento acima de 5 SM. Já na classe de rendimento “mais de 2 e até 5 SM”, exceto na RMPOA, a categoria filho apresenta uma maior participação que a categoria cônjuge. Exceto para RMPOA (DF é igual), entre todos os ocupados, a categoria filho apresenta sempre maior participação que a categoria cônjuge (Tabela 4).

Tabela 4

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo posição na família e classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

Em %

Posição na Família	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Distrito Federal			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	45,3	24,7	26,3	42,2	58,3	69,2	47,8	30,3	27,6	41,8	52,9	63,4
Demais	54,7	75,3	73,7	57,8	41,7	30,8	52,2	69,7	72,4	58,2	47,1	36,6
Cônjuge	21,3	34,0	26,0	20,2	16,1	17,3	21,3	34,7	24,3	19,0	18,7	21,6
Filho	27,2	35,1	38,0	29,9	21,3	10,8	21,2	24,9	25,7	24,9	22,3	12,4
Outros	6,3	6,2	9,6	7,6	4,2	(3)	9,7	10,2	22,5	14,3	6,1	(3)

Posição na Família	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Recife			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	50,2	33,5	31,2	39,4	60,9	69,8	49,0	36,7	40,1	50,2	64,2	69,8
Demais	49,8	66,5	68,8	60,6	39,1	30,5	51,0	63,3	59,9	49,8	35,8	30,2
Cônjuge	23,7	33,6	29,6	27,2	18,6	11,4	19,9	26,3	23,0	17,2	15,2	15,8
Filho	21,5	27,4	32,0	27,2	17,0	6,6	24,8	29,3	28,7	25,8	17,1	12,6
Outros	4,6	(3)	(3)	6,2	3,6	(3)	6,4	7,7	8,3	6,8	3,6	(3)

Posição na Família	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Salvador				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	São Paulo			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	46,8	33,1	33,8	47,5	58,4	67,0	47,7	31,0	31,1	39,3	54,0	66,5
Demais	53,2	66,9	66,2	52,5	41,6	33,0	52,3	69,0	68,9	60,7	46,0	33,5
Cônjuge	19,9	24,9	23,2	17,5	16,5	19,0	22,0	34,7	28,4	23,6	17,7	17,2
Filho	24,1	31,2	26,6	26,0	19,1	11,0	24,1	27,1	32,0	28,9	22,9	13,7
Outros	9,3	10,7	16,4	9,0	6,0	(3)	6,2	7,2	8,5	8,2	5,5	2,5

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

(2) Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Enquanto os chefes ocupam a categoria de maior rendimento, as faixas de rendimento mais baixas tendem a concentrar maiores proporções de cônjuges e filhos. Não obstante, os chefes também têm boa representação nas faixas de SM mais baixas (Tabela 4).

Cor e classes de salário mínimo

À medida que aumenta a faixa de renda, menor é a proporção dos negros nessas faixas, ou seja, eles estão mais concentrados nas menores faixas de rendimentos. Inversamente, a participação dos não-negros aumenta à medida que a faixa de rendimento cresce. Tudo isso ocorre em todos os locais pesqui-

sados, sendo que em Salvador a proporção de negros entre os ocupados é de 85,7%, a maior entre todos os locais (Tabela 5).

Há grande contraste nas regiões metropolitanas e na RMPOA, onde as participações dos ocupados segundo a cor mostram resultados opostos. Na RMS, apesar dos negros representarem 85,7% do total dos ocupados, eles representam apenas 63,4% entre os ocupados que recebem acima de cinco SM. Já na RMPOA, apesar dos negros representarem 11,9% do total dos ocupados, eles representam apenas 5,4% do total dos ocupados que recebem acima de cinco SM. Ou seja, os ocupados de cor negra estão bastante representados nas faixas de baixos salários e pouco representados nas faixas de maiores salários, relativamente aos não-negros (Tabela 5).

Tabela 5

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo cor e classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

Em %

Cor	Belo Horizonte								Distrito Federal			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negra	57,2	67,0	66,3	62,9	49,1	35,8	66,0	74,8	77,3	71,7	63,9	53,7
Não-Negra	42,8	33,0	33,7	37,1	50,9	64,2	34,0	25,2	22,7	28,3	36,1	46,3

Cor	Porto Alegre								Recife			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negra	11,9	18,3	16,6	14,9	9,1	5,4	76,6	80,2	82,1	77,5	70,4	59,7
Não-Negra	88,1	81,7	83,4	85,1	90,9	94,6	23,4	19,8	17,9	22,5	29,6	40,3

Cor	Salvador								São Paulo			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negra	85,7	93,2	91,8	88,6	81,0	63,4	35,1	47,1	44,4	43,7	32,2	14,8
Não-Negra	14,3	6,8	8,2	11,4	19,0	36,6	64,9	52,9	55,6	56,3	67,8	85,2

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Elaboração: DIEESE

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal⁽²⁾ Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

Exceto no DF, onde 20,3% dos negros ocupados recebem acima de cinco SM, nas demais regiões é muito baixa a parcela de negros que recebem acima de cinco SM, menos de 8% em qualquer região pesquisada (Tabela 6).

Observando as Regiões Metropolitanas de Salvador e do Recife, nas quais a participação dos ocupados de cor negra no total dos ocupados é bastante alta (85,7% e 76,6%, respectivamente – Tabela 8),

constata-se que a distribuição dos negros pelas faixas salariais coloca as duas regiões em situação de igual pobreza: nas regiões metropolitanas apenas 28,2% dos negros ocupados recebem acima de 2 SM; na RMR a situação é ainda mais crítica, apenas 20,5% dos negros ocupados recebem acima de 2 SM. Enquanto que na RMPOA (apesar dos negros representarem menos de 12% do total dos ocupados na região) 32,4% dos negros ocupados recebem aci-

Tabela 6

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo cor e classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

Em %

Cor	Belo Horizonte								Distrito Federal			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Negra	100,0	14,4	14,3	42,0	22,3	7,0	100,0	8,9	10,5	35,5	24,8	20,3
Não-Negra	100,0	9,5	9,7	33,1	30,8	16,8	100,0	5,8	6,0	27,1	27,2	33,9

Cor	Porto Alegre								Recife			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Negra	100,0	12,0	6,9	48,7	25,9	6,5	100,0	24,9	17,3	37,3	15,8	4,7
Não-Negra	100,0	7,2	4,7	37,7	35,1	15,3	100,0	20,1	12,4	35,4	21,8	10,4

Cor	Salvador								São Paulo			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Negra	100,0	22,7	17,3	31,8	20,2	8,0	100,0	16,7	6,1	37,7	32,2	7,3
Não-Negra	100,0	9,9	9,3	24,5	28,4	27,8	100,0	10,2	4,1	26,3	36,8	22,6

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal⁽²⁾ Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

ma de 2 SM; na RMSP 39,5% do total dos negros ocupados recebem acima de 2 SM. A RMBH fica sempre na posição intermediária (Tabela 6).

Escolaridade e classes de salário mínimo

Nas regiões estudadas, os trabalhadores menos escolarizados estão sobre-representados nas faixas salariais mais baixas. Os indivíduos mais

escolarizados estão sobre-representados nas faixas salariais mais altas.

A RMR apresenta a maior participação dos analfabetos e a menor participação dos ocupados com superior incompleto mais superior completo entre o total dos ocupados. Em todas as regiões confirma-se a ligação entre grau de instrução maior e ganhos salariais maiores (Tabela 7).

Tabela 7

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo escolaridade e classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

Escolaridade	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Distrito Federal				Em %
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Analfabetos	1,4	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	1,8	(4)	(4)	2,2	(4)	(4)	
Ensino Fundamental	42,2	62,9	52,7	48,8	31,9	8,9	34,8	60,7	56,7	46,9	28,8	9,0	
Incompleto (3)	30,4	49,8	38,5	35,8	20,7	(4)	24,1	47,3	42,8	33,0	17,7	4,8	
Completo	11,7	13,1	14,2	13,0	11,2	(4)	10,7	13,4	13,9	14,0	11,2	4,1	
Ensino Médio	39,7	29,7	38,7	42,8	45,3	28,2	40,5	30,5	35,9	44,0	48,6	32,4	
Incompleto	7,4	12,1	12,7	7,7	4,6	(4)	7,3	11,7	12,5	9,5	6,2	(4)	
Completo	32,3	17,5	25,9	35,2	40,7	26,5	33,2	18,8	23,4	34,4	42,5	30,1	
Ensino Superior	16,7	(4)	5,8	7,1	22,4	62,8	22,9	(4)	(4)	6,9	21,4	58,5	
Incompleto	5,2	(4)	4,8	4,4	7,1	7,0	7,3	(4)	(4)	5,4	10,5	9,2	
Completo	11,5	(4)	(4)	2,7	15,3	55,8	15,7	(4)	(4)	(4)	10,9	49,3	
Escolaridade	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Recife				
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Analfabetos	1,0	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	4,9	9,8	7,7	3,1	(4)	(4)	
Ensino Fundamental	43,9	66,2	60,3	54,8	37,3	11,9	43,2	59,9	54,1	41,8	24,7	9,2	
Incompleto (3)	29,2	52,1	43,7	37,5	21,8	6,5	32,4	49,1	42,4	30,0	14,9	(4)	
Completo	14,7	14,1	16,7	17,3	15,5	5,4	10,8	10,9	11,7	11,8	9,8	(4)	
Ensino Médio	35,7	23,3	31,0	35,6	42,0	28,9	40,1	27,6	35,2	47,5	49,1	30,9	
Incompleto	6,7	9,9	12,0	8,4	5,0	(4)	7,1	8,2	7,8	7,6	5,2	(4)	
Completo	29,0	13,4	19,1	27,2	37,0	26,6	33,0	19,5	27,5	39,9	43,8	28,6	
Ensino Superior	19,4	6,7	(4)	8,4	20,3	59,2	11,8	2,7	(4)	7,5	25,3	59,4	
Incompleto	8,6	(4)	(4)	6,4	10,4	13,7	4,2	(4)	(4)	4,1	7,5	10,1	
Completo	10,8	(4)	(4)	2,0	9,9	45,5	7,6	(4)	(4)	3,4	17,8	49,2	
Escolaridade	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Salvador				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	São Paulo				
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Analfabetos	2,4	5,7	4,1	(4)	(4)	(4)	2,5	6,2	(4)	3,1	1,4	(4)	
Ensino Fundamental	37,0	59,5	50,1	36,8	21,0	6,4	40,6	62,2	54,1	49,2	36,8	13,9	
Incompleto (3)	27,4	47,9	38,5	25,8	13,3	(4)	29,1	48,6	40,5	36,4	24,9	7,7	
Completo	9,6	11,6	11,6	11,0	7,7	(4)	11,5	13,6	13,7	12,8	11,9	6,2	
Ensino Médio	43,9	31,7	40,7	52,0	52,8	32,1	38,0	28,2	36,9	41,7	43,0	28,8	
Incompleto	7,8	11,0	10,1	8,7	4,7	(4)	6,4	9,6	12,7	8,0	5,1	2,4	
Completo	36,2	20,7	30,6	43,2	48,2	30,6	31,6	18,6	24,3	33,7	37,9	26,4	
Ensino Superior	16,6	3,2	5,1	9,8	25,6	61,5	18,9	3,4	(4)	6,0	18,9	57,1	
Incompleto	6,4	(4)	4,3	6,8	9,5	10,5	6,1	(4)	(4)	3,8	8,4	9,4	
Completo	10,2	(4)	(4)	3,0	16,1	51,0	12,8	(4)	(4)	2,2	10,4	47,7	

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

⁽²⁾ Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) Inclui alfabetizados sem escolaridade.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Atributos do posto de trabalho

Tempo médio de trabalho e classes de salário mínimo

Entre as áreas estudadas, os ocupados permanecem em média entre 61 meses (cinco anos e um mês), na RMSP, e 77 meses (6 anos e 5 meses), no DF, no mesmo trabalho. O DF apresenta o maior tempo médio de permanência no trabalho principal. Esse tempo é maior à medida que se caminha para as maiores faixas de SM. As ocupações com maior grau de formalização são: carteira assinada e emprego no setor público (Tabela 8).

Tabela 8

Tempo médio de permanência dos ocupados, no trabalho principal, segundo classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

(Em meses)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Classes de Salário Mínimo				
		Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Belo Horizonte	68	36	39	53	88	138
Distrito Federal	77	31	35	42	77	150
Porto Alegre	69	33	41	44	82	135
Recife	70	41	57	65	107	150
Salvador	70	48	50	57	90	138
São Paulo	61	27	29	39	68	118

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

Os indivíduos localizados nas faixas inferiores de SM, em geral, permanecem menos tempo na mesma ocupação. Isso indica que há uma grande rotatividade. Na faixa de 1 SM, o tempo de permanência varia de 29 meses – 2 anos e 5 meses – na RMSP a 57 meses – 4 anos e 9 meses – na RMR. Na faixa de *mais de 5 SM*, esse tempo varia de 118 meses – 9 anos e 10 meses – na RMSP a 150 meses – 12 anos e 6 meses – na RMR e no DF.

A RMSP apresenta o menor tempo de permanência no trabalho principal, em todas as classes de rendimento, relativamente às demais regiões (Tabela 8). Isso poderia ser explicado pela diferença de nível de custo de vida (o que faz com que os ocupados com rendimentos em determinada faix

xa de SM tenham poder aquisitivo menor do que seus congêneres em outras regiões) e pelo maior dinamismo da economia da Grande São Paulo. Mas o entendimento dos motivos de os tempos médios de permanência serem menores na RMSP em comparação com as outras localidades exige uma investigação mais aprofundada.

Horas médias semanais trabalhadas e classes de salário mínimo

Na faixa salarial *menos de um SM* destacam-se as menores jornadas de trabalho entre as regiões analisadas conforme as faixas de SM: de 27 horas, na RMBH, a 38 horas, na RMR. Para os indivíduos ocupados nessa faixa de SM, uma das características de destaque é a subutilização das horas disponíveis daqueles indivíduos ocupados em atividades mais precárias (Tabela 9).

À medida que há deslocamento em direção às faixas salariais superiores, o número de horas trabalhadas tende a aumentar para a maior parte das RMs analisadas, até o limite da faixa mais de 1 SM até 2 SM: 42 horas (RMBH) e 47 horas (RMR). Na faixa de mais de 5 SM, as jornadas de trabalho, embora extensas, estão no limite determinado pela legislação federal (até 44 horas semanais), com exceção da RMSP, que apresenta jornada maior que aquelas verificadas para as faixas intermediárias (Tabela 9).

A RMR apresenta a maior média de horas sema-

Tabela 9

Horas médias semanais trabalhadas pelos ocupados, no trabalho principal, segundo classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

(Em semanas)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Classes de Salário Mínimo				
		Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Belo Horizonte	40	27	41	42	42	42
Distrito Federal	42	30	42	44	43	41
Porto Alegre	43	30	40	44	46	44
Recife	45	38	49	47	47	44
Salvador	42	35	46	44	44	43
São Paulo	43	30	41	44	45	45

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

nais trabalhadas. Nas regiões metropolitanas do Recife e de Salvador, os ocupados que apresentam maior número de horas semanais trabalhadas estão na faixa de remuneração de 1 SM, respectivamente 49 horas e 46 horas, bem acima da jornada legal estabelecida de 44 horas semanais (Tabela 9).

Proporção dos ocupados que trabalham acima de 44 horas, contribuição para a Previdência Social e classes de salário mínimo

Novamente a situação se apresenta mais crítica nas regiões metropolitanas pesquisadas na região Nordeste, onde 50,6% (Recife) e 44,7% (Salvador) do total dos ocupados trabalham acima da jornada legal estabelecida de 44 horas semanais. A RMSP também se destaca com 41,9% de indivíduos trabalhando acima da jornada legal. No DF apenas 34,8% trabalha acima de 44 horas semanais.

A faixa de 1 até 2 SM concentra os maiores percentuais de ocupados com número de horas trabalhadas acima de 44 horas (Tabela 10).

A análise da jornada aqui apresentada se refere apenas ao trabalho principal e, diante de uma renda tão baixa e concentrada, deve-se considerar a possibilidade de outros trabalhos para ampliar os baixos rendimentos auferidos.

Em todos os locais pesquisados, à medida que aumenta a faixa de rendimento, maior é a proporção dos que contribuem para a previdência. Sendo que em Salvador e no Recife o grau dos que contribuem para a previdência é menor do que nas outras regiões (58,3% e 56,0%, respectivamente).

Nas Regiões Metropolitanas do Recife e de Salvador, a parcela dos ocupados que não contribuem com a previdência social, e portanto situam-se a margem deste importante direito constitucional, é bastante alta, relativamente às demais regiões pesquisadas. Entretanto, as demais regiões também apresentam um percentual alto de ocupados que não contribuem para a previdência, principalmente na RMSP.

Em todas as regiões, considerando os que recebem nas faixas de menos de um SM e 1 SM, a parcela daqueles que não pagam previdência é extremamente alta (Tabela 11). Com rendimentos tão baixos, a renda que iria para a Previdência Social é desviada para o consumo. No extremo oposto, a taxa de contribuição para a Previdência Social entre aqueles na faixa de *mais de 5 SM* alcança de 82% a 90%.

Dando continuidade ao comentário iniciado na tabela anterior (Tabela 11), está claro que existe uma relação entre baixo salário e contribuição à Previdência Social (as categorias autônomos e empregado doméstico representam uma parcela alta entre os ocupados e são categorias cuja distribuição por classes de salários mostra maior concentração nas faixas até 1 SM). Mais uma vez a distribuição se mostra pior nas regiões metropolitanas do Recife e de Salvador, seguidas pela RMBH (Tabela 12).

Na RMPOA, 35,4% dos ocupados que não contribuem para a Previdência Social ganham até 1 SM. Na RMR este percentual sobe para 67,3%. A representação dos que não contribuem nas faixas de SM mais elevadas é pequena, principalmente para aqueles que residem nas regiões metropolitanas mais pobres. Mesmo para aqueles que contribuem para a

Tabela 10

Proporção dos ocupados que trabalharam acima de 44 horas semanais, no trabalho principal, segundo classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

(Em %)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Classes de Salário Mínimo				
		Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Belo Horizonte	36,1	17,5	39,1	40,8	39,0	30,6
Distrito Federal	34,8	23,7	43,7	45,6	35,8	19,2
Porto Alegre	36,5	20,6	31,3	36,7	40,5	37,0
Recife	50,6	40,3	61,6	55,4	49,3	35,5
Salvador	44,7	35,4	58,8	49,1	42,1	33,5
São Paulo	41,9	24,0	40,2	45,8	45,4	40,7

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

Tabela 11

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo contribuição à Previdência Social e classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

Em %

Contribuição à Previdência	Belo Horizonte								Distrito Federal			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sim	67,7	8,6	56,6	75,3	81,2	87,6	66,9	(3)	43,0	67,7	74,7	86,1
Não	32,3	91,4	43,4	24,7	18,8	12,4	33,1	95,7	57,0	32,3	25,3	13,9

Contribuição à Previdência	Porto Alegre								Recife			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sim	72,7	14,1	39,8	72,2	83,8	90,8	56,0	3,8	58,4	73,7	78,9	82,3
Não	27,3	85,9	60,2	27,8	16,2	9,2	44,0	96,2	41,6	26,3	21,1	17,7

Contribuição à Previdência	Salvador								São Paulo			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sim	58,3	4,2	58,5	71,0	79,5	83,9	61,6	5,8	29,3	59,2	77,1	83,4
Não	41,7	95,8	41,5	29,0	20,5	16,1	38,4	94,2	70,7	40,8	22,9	16,6

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal⁽²⁾ Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 12

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo contribuição à Previdência Social e classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

Em %

Contribuição à Previdência	Belo Horizonte								Distrito Federal			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Sim	100,0	1,6	10,3	42,5	31,1	14,5	100,0	(3)	5,8	33,1	28,6	32,1
Não	100,0	34,9	16,5	29,2	15,1	4,3	100,0	22,8	15,4	31,8	19,6	10,4

Contribuição à Previdência	Porto Alegre								Recife			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Sim	100,0	1,5	2,7	38,8	39,2	17,8	100,0	1,6	16,9	48,4	24,2	8,9
Não	100,0	24,5	10,9	39,7	20,1	4,8	100,0	51,9	15,3	22,1	8,3	2,4

Contribuição à Previdência	Salvador								São Paulo			
	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Sim	100,0	1,5	16,3	37,5	29,2	15,6	100,0	1,2	2,3	29,1	44,1	23,3
Não	100,0	47,9	16,1	21,3	10,5	4,2	100,0	30,5	8,9	32,2	20,9	7,4

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal⁽²⁾ Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Previdência Social a faixa de concentração da distribuição é naquelas de renda intermediária (Tabela 12).

Setor de atividade econômica e classes de salário mínimo

Os trabalhadores da indústria e do setor de serviços estão sobre-representados nas faixas salariais mais altas. Já os do comércio e da construção civil estão sobre-representados nas faixas salariais mais baixas ou intermediárias. A pior condição recai sobre os trabalhadores alocados em serviços domésticos que estão sobre-representados nas faixas salariais mais baixas, com destaque para o DF.

Na RMS, na RMR e no DF, a proporção de ocupados em serviços domésticos supera a proporção dos

que são ocupados na indústria. Na RMS a indústria absorve 9,2% dos ocupados, enquanto o setor de serviços domésticos contribui com 10,5% de ocupados. O quadro na RMR é parecido com 9,3% dos ocupados na indústria e 10,6% nos serviços domésticos (Tabela 13). No DF, ressalta a importância dos ocupados no setor de serviços da esfera pública.

Os ocupados no setor de serviços apresentam melhor inserção salarial no DF (62,3% dos ocupados nos serviços recebem acima de 2 SM) e na RMSP (59,6% dos ocupados nos serviços recebem acima de 2 SM), e a pior distribuição salarial na RMR, onde apenas 31% dos ocupados no setor de serviços ganham acima de 2 SM. Olhando para os ocupados na Construção Civil, exceto na RMSP e na RMPOA, a sua representatividade nas faixas salariais acima de 5 SM é mínima, tanto que não permitiu desagregação (Tabela 14).

Tabela 13

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo setor de atividade econômica e classes de salário mínimo¹

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

Em %												
Setor de Atividade	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Distrito Federal			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	14,0	9,8	9,8	14,2	17,2	14,8	3,9	(3)	(3)	4,8	4,2	(3)
Comércio	14,5	11,7	13,2	17,3	14,1	9,9	15,5	14,0	13,0	22,3	16,8	6,6
Serviços	54,6	44,9	45,8	51,2	61,2	71,6	65,3	42,6	41,1	53,8	71,7	89,7
Construção Civil	5,9	5,5	4,7	7,6	5,4	(3)	3,6	(3)	(3)	4,7	4,8	(3)
Serviços Domésticos	10,6	27,6	25,9	9,4	(3)	(3)	10,9	28,6	39,9	13,9	(3)	(3)
Outros	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	0,9	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Setor de Atividade	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Recife			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	20,2	8,1	8,9	22,9	22,7	17,7	9,3	3,9	8,8	12,1	11,3	8,9
Comércio	16,6	19,6	18,5	18,5	15,9	10,7	18,1	23,7	13,4	20,1	12,5	13,2
Serviços	50,6	43,6	43,9	43,0	54,2	69,1	53,9	37,9	48,8	54,9	70,8	75,1
Construção Civil	5,0	5,8	(3)	5,8	5,3	(3)	4,3	5,5	(3)	5,1	3,5	(3)
Serviços Domésticos	7,2	22,2	23,5	9,4	1,8	(3)	10,6	19,8	22,5	5,8	(3)	(3)
Outros	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	3,8	9,1	4,0	2,0	(3)	(3)
Setor de Atividade	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Salvador				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	São Paulo			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	9,2	4,4	6,6	9,9	11,5	15,2	19,7	12,6	11,6	18,5	22,2	24,3
Comércio	15,4	18,4	14,4	19,0	11,4	9,0	15,2	19,2	17,9	17,4	13,9	10,4
Serviços	58,6	43,3	47,9	60,8	71,0	72,9	50,1	39,0	39,6	44,5	54,3	62,5
Construção Civil	4,7	5,1	(3)	5,9	5,3	(3)	4,9	5,8	(3)	5,4	5,5	2,3
Serviços Domésticos	10,5	22,9	27,7	3,7	(3)	(3)	9,6	22,8	25,0	13,7	3,9	(3)
Outros	1,7	5,8	(3)	(3)	(3)	(3)	0,4	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

⁽²⁾ Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo setor de atividade econômica e classes de salário mínimo¹
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

Setor de Atividade	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Distrito Federal			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Indústria	100,0	8,7	8,6	38,8	32,0	11,9	100,0	(3)	(3)	40,8	27,9	(3)
Comércio	100,0	10,0	11,3	45,7	25,3	7,7	100,0	7,1	7,5	47,0	27,8	10,5
Serviços	100,0	10,1	10,3	35,8	29,0	14,7	100,0	5,1	5,7	26,9	28,1	34,2
Construção Civil	100,0	11,5	9,8	49,1	23,9	(3)	100,0	(3)	(3)	42,6	34,3	(3)
Serviços Domésticos	100,0	32,0	30,0	33,9	(3)	(3)	100,0	20,7	32,8	41,7	(3)	(3)
Outros	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	100,0	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Setor de Atividade	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Recife			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Indústria	100,0	3,1	(3)	44,1	38,1	12,5	100,0	10,0	15,4	47,9	20,9	5,8
Comércio	100,0	9,2	5,5	43,5	32,6	9,2	100,0	31,0	12,0	40,8	11,8	4,4
Serviços	100,0	6,7	4,3	33,1	36,4	19,5	100,0	16,7	14,7	37,6	22,6	8,4
Construção Civil	100,0	9,0	(3)	45,0	35,4	5,9	100,0	30,5	(3)	43,5	14,1	(3)
Serviços Domésticos	100,0	24,0	16,2	51,2	8,3	(3)	100,0	44,2	34,3	20,3	(3)	(3)
Outros	100,0	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	100,0	57,1	17,2	19,2	(3)	(3)

Setor de Atividade	Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	Salvador				Total ⁽²⁾	Menos de 1 SM	São Paulo			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Indústria	100,0	10,1	11,7	33,3	26,8	18,0	100,0	8,0	2,8	28,4	39,6	21,2
Comércio	100,0	24,9	15,1	37,9	15,8	6,3	100,0	15,7	5,7	34,6	32,2	11,8
Serviços	100,0	15,4	13,2	31,9	25,9	13,5	100,0	9,7	3,8	26,9	38,1	21,5
Construção Civil	100,0	22,5	(3)	38,6	24,2	(3)	100,0	14,6	(3)	33,3	39,1	8,2
Serviços Domésticos	100,0	45,6	42,7	10,7	(3)	(3)	100,0	29,6	12,6	43,1	14,2	(3)
Outros	100,0	73,8	(3)	(3)	(3)	(3)	100,0	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

¹ As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

⁽²⁾ Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

No que se refere aos ocupados em serviços domésticos, merece destaque a sua participação entre 2 e 5 SM na RMSP (14,2%) e RMPOA (8,3%) (Tabela 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2005 experimentou uma grande mobilização em torno de um importante preço da economia: o salário mínimo. Nas regiões metropolitanas estudadas e no Distrito Federal, os rendimentos estão concentrados muito próximos do salário mínimo. O atual governo não se furtou a permitir que as discussões a respeito do piso nacional de salário fosse ampliada e ganhasse eco nas diversas instituições, nas Centrais Sindicais, no Executivo, no Legislativo, na sociedade de modo geral. Diversas reuniões envolvendo representantes do governo, dos trabalhadores ativos e dos aposentados marcaram a criação de

uma comissão quadripartite (Executivo, Centrais Sindicais, Aposentados e empresários). Essa comissão tem o papel de instituir uma política de recuperação e valorização do salário mínimo e, ao mesmo tempo, elaborar mecanismos para equacionar os impactos dos aumentos do salário mínimo sobre a Previdência Social e os orçamentos de alguns municípios.

Essa atitude se traduz num salto fundamental para o alcance do objetivo de resgate da valorização do SM. Entretanto essa luta não pode ficar restrita à comissão. Toda a sociedade precisa se posicionar sobre o quanto deseja pagar para aqueles que constroem a riqueza deste país. Qual o salário mínimo moral, aquele cujo valor seja baseado no princípio da ética e da justiça, que a sociedade brasileira está disposta a pagar para que o trabalhador e sua família possam viver com dignidade? Para que possam ter acesso à alimentação, moradia, saúde, educação,

higiene, transporte, lazer e previdência social, necessidades básicas previstas na própria Constituição Federal ?

A instituição de um salário mínimo, além de ser um importante instrumento de regulação do mercado de trabalho, ao impedir que os salários flutuem ao sabor da demanda e oferta de força de trabalho, ajuda a reduzir a desigualdade no Brasil e em âmbito regional.

A sociedade brasileira, indignada com a violência, com as drogas e com o desemprego também, deve indignar-se com a situação dos 40 milhões de brasileiros, dentre eles 4 milhões de baianos, que recebem até 1 salário mínimo, cujo poder de consumo lhes impõe um padrão indigno de reprodução de suas vidas em família.

Nesse momento em que o país debate a idéia de desenvolvimento com distribuição de renda, a necessidade de valorização do salário mínimo ganha relevância, pois, necessariamente, “desenvolvimento com distribuição de renda” passa por uma política capaz de promover continuamente a elevação do seu poder de compra, como forma de atenuar a insegurança salarial dos 40 milhões de brasileiros que têm seus rendimentos referenciados no salário mínimo: São aproximadamente 16 milhões de aposentados e pensionistas, 24 milhões de trabalhadores ocupados, incluindo-se aí os que trabalham por conta própria e os empregados domésticos, todos eles recebendo um rendimento de até 1 salário mínimo, isto é, até R\$ 350,00 hoje.

Além de ser referência para o piso previdenciário, seguro desemprego e licença maternidade, o salário mínimo alcança outras dimensões posto que o efeito da sua valoração rebate sobre as categorias de trabalhadores que têm os seus pisos salariais referenciados no salário mínimo e cujos sindicatos se mobilizam para afastar o piso da categoria do salário mínimo. Alcança também o enorme contingente de trabalhadores informais, para quem o salário mínimo representa um farol para onde seus rendimentos devem caminhar. Estudos do DIEESE mostram que 86% dos pisos salariais definidos por acordo, ou convenção coletiva de trabalho, assinados em 2005, não ultrapassam dois salários mínimos. Isso mostra que a valorização do salário mínimo descortina um horizonte mais límpido para os trabalhadores que recebem até um salário mínimo, chegando até os trabalhadores metalúrgicos, petroquímicos e da construção civil, dentre outros setores dinâmicos da economia.

REFERÊNCIAS

- DIEESE. *O Salário Mínimo*. Pesquisa DIEESE, Nº 4/Edição Especial. São Paulo: DIEESE, abril de 1992.
- DIEESE. *Valorização do salário mínimo: um imperativo da ética econômica e social*. Nota Técnica nº 21, Abril 2006.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade e outros. *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas, São Paulo: Unicamp. IE, 2005.

O setor informal e as formas de participação na produção: os casos das Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife¹

Thaiz Silveira Braga*

Resumo

O presente estudo tem como objetivo examinar a dinâmica do mercado de trabalho e em particular as diferentes facetas da ocupação informal nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife, no período recente. Para tanto, está dividido em três partes principais. Inicialmente pretende-se uma revisão breve do conceito de setor informal. Na segunda seção busca-se investigar a evolução do perfil da ocupação informal nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife entre os anos 2000 e 2004, destacando o seu papel como espaço de sobrevivência de grande parte da força de trabalho metropolitana. A identificação da diferenciação interna ao segmento informal é apresentada com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Nas considerações finais, são ressaltados os principais resultados aprendidos ao longo deste estudo.

Palavras-chave: mercado de trabalho, ocupação, setor informal, região metropolitana, política pública.

Abstract

This study aims to examine the recent labor market dynamics and especially the different characteristics of informal labor in the metropolitan areas of Salvador and Recife. For such, it is divided into three main parts. Initially, we will make a brief revision of the informal sector concept. Second, we aim to investigate the evolution of the informal labor profile in the metropolitan areas of Salvador and Recife from 2000 to 2004, highlighting its role as a survival space for a big part of the metropolitan labor force. The identification of the informal sector internal differentiation is presented based on data from the Employment and Unemployment Research – PED. Finally, we highlight the main results captured during the study.

Key words: labor market, occupation, informal sector, metropolitan area, public policy.

INTRODUÇÃO

A grande instabilidade da economia brasileira nos anos 1980 e 1990 agravou os problemas estruturais do mercado de trabalho. Destacam-se a precarização das formas de contratação, o crescimento do desemprego e a reversão da tendência ao aumento

da formalização do trabalho assalariado, verificados no período anterior. À redução do emprego formal correspondeu a geração de outras oportunidades de ocupação não assalariadas e de empregos assalariados não formalizados. Como resultado, o crescimento da produção em pequena escala e do emprego à margem da regulamentação institucional têm reafirmado (ou intensificado) o caráter excludente e desigual do desenvolvimento brasileiro, e vêm desafiando a compreensão das possibilidades da modernização econômica em curso, especialmente no que concerne à organização e regulação do trabalho.

Desse ponto de vista, a investigação da “informalização” da ocupação fornece preciosas informações

¹ A autora agradece a colaboração da equipe técnica da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana do Recife (DIEESE/PED – RMR), sobretudo ao seu coordenador Jairo Azevedo Santiago e ao analista de sistemas Mardônio Cavalcanti Lima.

* Mestre em Economia pela Unicamp e Coordenadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). thaiz@dieese.org.br.

acerca da reconfiguração das formas de inserção no mercado de trabalho e do processo de transformações estruturais em andamento na economia e na própria sociedade brasileira. E, sem dúvida, tal afirmação também é válida para as regiões metropolitanas de Salvador – RMS – e Recife – RMR, que constituem o universo de análise deste estudo.

A ampla incorporação da força de trabalho pelo setor de serviços, a relevância da ocupação dos trabalhadores autônomos na configuração da estrutura ocupacional e a maior mobilidade da mão-de-obra entre os setores formal e informal fazem das regiões metropolitanas de Salvador e Recife espaço privilegiado para o estudo da heterogeneidade do mercado de trabalho e para compreensão das diversas formas de reprodução de pequenos negócios. Dessa forma, a reflexão sobre os avanços e recuos na redefinição das relações de produção e das formas de inserção no mercado de trabalho, materializada na reconfiguração do trabalho assalariado e da auto-ocupação nas áreas metropolitanas, objeto deste estudo, constitui a principal motivação deste artigo.

Mais especificamente, o presente estudo tem como objetivo examinar a dinâmica do mercado de trabalho e em particular as diferentes facetas da ocupação informal nas áreas metropolitanas do Nordeste do país abrangidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.² Para tanto, está dividido em três partes principais, além desta introdução. Inicialmente pretende-se uma revisão breve do conceito de setor informal. A proposta é a de recompor o processo pelo qual o setor informal surge como um conceito impreciso, buscando entender as mudanças na percepção da natureza deste segmento e de sua inserção na estrutura produtiva. Na segunda seção busca-se investigar a evolução do perfil da ocupação informal nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife entre os anos 2000 e 2004, destacando o seu papel como espaço de sobrevivência de grande parte da força de trabalho

metropolitana. A identificação da diferenciação interna ao segmento informal é apresentada com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, fonte de dados que permite captar formas de inserção que são próprias de mercados de trabalho com grande disponibilidade de mão-de-obra, amplos segmentos populacionais ocupados em atividades por conta própria e frágeis mecanismos de seguridade social.

Nas considerações finais, são ressaltados os principais resultados aprendidos ao longo deste estudo, destacando-se: I) as mudanças na natureza do setor informal e suas respectivas implicações para a operacionalização das categorias de análise que permitam a sua delimitação; II) a diferenciação interna ao segmento informal nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife, onde convivem atividades mais estruturadas ao lado de empreendimentos de baixa eficiência, caracterizados pela inserção precária da força de trabalho e pelos baixos rendimentos; e iii) a necessidade de políticas públicas desenhadas especificamente para o setor informal.

INFORMALIDADE E AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO: uma breve revisão

Os esforços interpretativos acerca das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina produziram um intenso debate sobre as limitações existentes do processo de desenvolvimento dos países considerados periféricos, e a reprodução de um conjunto de formas de atividades não integradas ao segmento moderno da economia, genericamente determinadas como setor informal.

No âmbito da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, posições otimistas acerca das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo, em países do terceiro mundo, prescreviam o desenvolvimento, mais especificamente o crescimento industrial e a modernização da agricultura, como a única via capaz de possibilitar o processo de integração da estrutura econômica configurado na desarticulação das formas de atividade não características do novo estágio de acumulação. Implicitamente, essa concepção supunha, a partir do processo de desenvolvimento industrial, a repetição nas nações atrasadas da mesma trajetória seguida

² A PED na Região Metropolitana de Salvador é realizada a partir de um convênio entre o Governo do Estado da Bahia, através da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), órgão da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte (SETRAS), em parceria com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE/SP) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Enquanto a PED na Região Metropolitana do Recife é realizada em convênio com o DIEESE, Fundação SEADE e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Governo do Estado de Pernambuco.

pelos países de industrialização clássica, e a configuração do mesmo padrão de relações de trabalho.

Apesar dos esforços desenvolvimentistas, o que se configurou, no entanto, foi a reprodução de uma estrutura produtiva marcada pela convivência de formas modernas de produção com formas atrasadas. Já a partir do início da década de 1960, o insucesso das experiências de industrialização da periferia no que concerne a geração de emprego nos setores modernos da economia, enseja intensos esforços na apreensão do fenômeno da exclusão. Uma vez superada a tese desenvolvimentista, a hipótese central é de que o processo de desenvolvimento capitalista implica a existência de excedentes permanentes de população, incapazes de serem submetidos à exploração capitalista em mercados organizados.

A associação entre precariedade da inserção no mercado de trabalho e a situação de extrema pobreza vigente nos países periféricos determinam o lançamento do Programa Mundial de Emprego – PME da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que vem a se concretizar a partir de 1969, pelo envio de missões para analisar a natureza e a extensão dos problemas de emprego em países do Terceiro Mundo. Com o objetivo principal de propor estudos sobre estratégias de desenvolvimento econômico que possibilitassem a criação de empregos, e a preocupação com a identificação das formas camufladas de desemprego nas economias atrasadas, um marco importante da atuação do PME foi a definição da natureza e da magnitude do problema ocupacional recorrendo aos conceitos de desemprego e subemprego em suas diversas variantes.

Nos primeiros estudos da OIT,³ o conceito de setor informal aparece reportando-se à forma de organização da produção, cuja unidade de análise é o estabelecimento produtivo, ao mesmo tempo em que o núcleo para a classificação dos setores formal e informal constitui-se no emprego assalariado e a auto-ocupação, respectivamente. Ao longo desses estudos, passa-se a trabalhar com dois setores básicos, em oposição aos segmentos moderno e tradicional, repre-

sentantes daquilo que foi classificado por Cacciamali (1983) como o novo dualismo: formal, que pelo lado da oferta gera ocupações em empresas organizadas, e informal, que, por sua vez, está relacionado às atividades de baixo nível de produtividade, para trabalhadores independentes ou por conta própria, e para empresas muito pequenas não organizadas institucionalmente. Outro marco importante da análise da informalidade que pode ser apreendido deste estudo é a correlação simplista entre a pobreza e a forma de inserção no mercado de trabalho.

As idéias básicas que qualificam as afirmações anteriores são apresentadas no estudo sobre o Quênia. Como enfatiza Cacciamali (1983), no primeiro momento dessa construção teórica, a conceituação apresentada pela OIT para definição do setor informal tem como traço principal a associação do segmento à pobreza, com sua face mais evidente na questão do subemprego e da precariedade ocupacional.

Dessa forma, a partir dos primeiros estudos da heterogeneidade ocupacional a expressão setor informal é rapidamente divulgada. Porém, a maioria dos estudos – objetivando a operacionalização do conceito com vistas à aplicabilidade empírica, e em função da preocupação com os aspectos descritivos e dimensionais relativos ao setor – estabelece delimitações da informalidade a partir de elementos os mais diversos possíveis (renda, produtividade, tamanho da empresa e regularidade da atividade), cuja principal característica é a imprecisão na definição do objeto de estudo.⁴

A incorporação da idéia de setor informal na América Latina aparece nos trabalhos desenvolvidos na primeira metade dos anos 1970, a partir do Programa Regional de Emprego para a América Latina – PREALC, constituído pela OIT como parte do Programa Mundial de Emprego. O pensamento do PREALC sobre como se manifesta a falta de emprego em países atrasados tem como procedência os trabalhos clássicos da OIT sobre a situação econômica do Quênia e Gana.

³ Destacam-se os trabalhos da OIT/PREALC: Colômbia: 1970; Gana e Sri Lanka: 1971; Quênia e Costa Rica: 1972; Irã, Filipinas, Paraguai, São Domingos e Nicarágua: 1973; México, São Salvador e Panamá: 1974 (CACCIAMALI, 1983, p. 17).

⁴ Segundo Guergil (1988), nos primeiros estudos da OIT o ponto de partida para a conceituação do setor informal é seu caráter essencialmente residual, definido em contraposição às atividades desenvolvidas no setor formal e mediante uma gama de características observadas empiricamente. O autor destaca ainda que, em virtude do seu caráter residual, o conceito de setor informal torna-se amplo o bastante para inviabilizar a sua operacionalização.

Aqui também são conservadas as premissas iniciais, agregando à abordagem a intenção de fortalecimento do setor informal urbano como alternativa à alocação do excedente de mão-de-obra. No âmbito do PREALC a explicação para o processo que gera a sub-utilização da força de trabalho na América Latina se dá a partir da associação entre pobreza, movimentos migratórios, padrão tecnológico da industrialização tardia e extensão da heterogeneidade da estrutura produtiva. Mais precisamente, a conjunção da dinâmica dos fluxos migratórios e da incapacidade do setor moderno da economia de gerar oportunidades ocupacionais no ritmo exigido para absorver a população ativa urbana determina a criação de estratégias de sobrevivência relacionadas a atividades de baixo nível de produtividade, *locus* da inserção da força de trabalho não absorvida no setor formal. Na delimitação teórica que surge dos estudos realizados pela OIT, o setor informal é resultado do excedente estrutural de mão-de-obra,⁵ configurando-se na única alternativa de alocação desta parcela da população em idade ativa. Nesse sentido, o setor informal está implicitamente colocado como um setor de ajuste para as economias onde o processo de desenvolvimento econômico envolve um crescimento heterogêneo e limitado (TOMAZINI, 1995).

Posteriormente, em trabalhos mais recentes, o PREALC avança com relação à visão dualista da ocupação formal-informal, destacando os vínculos de complementaridade entre os dois setores. Continua implícita, no entanto, a idéia de que o setor informal tende a desaparecer à medida que a economia se diversifica, já que ele é dedicado apenas às camadas marginais da população. A visão por trás dessa afirmação é a de que o setor informal é complementar (funcional) ao setor formal, e devido a essa complementaridade, a tendência à sua redução frente o avanço progressivo da economia formal não poderia ser revertida. Dessa forma, ainda se mantém como

traços definitórios do setor informal o baixo estoque de capital, a reduzida capacitação da mão-de-obra nele inserida e a facilidade de entrada, uma vez que se conserva a tese central de que o setor informal constitui-se apenas no *locus* da inserção da força de trabalho não absorvida no setor formal.

A evolução do conceito permite que algumas características do setor informal sejam minimizadas ou redefinidas. Os próximos estudos do PREALC contêm um esforço mais sistemático de interpretação do setor informal urbano. Diversos autores destacam a existência da diversidade na estrutura e na dinâmica de funcionamento entre as formas de organização da estrutura produtiva, coexistindo dois espaços de reprodução da força de trabalho, ainda que integrados através da participação no mesmo mercado, onde são desenvolvidas ações tanto de complementaridade quanto de competição. Essa visão de heterogeneidade permite conceber a possibilidade de certas atividades informais serem competitivas em relação às mesmas atividades formais, constituindo-se até mesmo alternativa de emprego ao setor formal, o que viabilizaria políticas voltadas para sua organização e seu desenvolvimento, rompendo com a visão dualista da ocupação. Dessa forma, as proposições sugeridas afastam-se do enfoque inicial da OIT.

Finalmente, nos anos 1980, à luz de evidências empíricas, os estudos passam a incorporar a dimensão multifacetária do setor informal, afastando-se da associação da informalidade com a pobreza urbana e a inserção de migrantes. No debate sobre o papel do setor informal no funcionamento do mercado de trabalho urbano, vários postulados da visão original da OIT/PREALC foram revisados. Nesse sentido, criticavam-se as abordagens que associavam o setor informal com baixa renda ou com atividades não-regulamentadas, e sustentava-se que: a) o setor deve ser relacionado com a forma de participação dos indivíduos na produção; b) o setor deve ser entendido como uma forma de organização dinâmica que se insere e se molda aos movimentos da produção capitalista, tornando-se flexível e permeável, e adaptando-se às condições gerais da economia; c) a associação entre pobreza e o setor informal é prejudicada pela heterogeneidade do setor; e d) a facilidade de entrada não é condição geral das atividades não capitalistas, as barreiras à entrada podem ser significativas (SOUZA,

⁵ Como ressaltado anteriormente, o setor informal é resultado do excedente estrutural de mão-de-obra, determinado por características particulares do processo de acumulação do capital. Ao contrário das atividades formais privadas, a expansão dos negócios informais não é função das decisões de investimento, mas da existência de uma população sobrando. Cacciamali, em sua tese de doutorado, relativiza essa questão ao afirmar que "(...) a produção informal é antes determinada pelo espaço econômico permissível pela dinâmica produtiva do capital do que pelo excedente de mão-de-obra" (CACCIAMALI, 1983, p. 34).

1980a; CACCIAMALI, 1983). Essas proposições rompem com a concepção dual de mercado de trabalho, na medida em que passa a conceber que o setor informal é resultado do movimento econômico realizado pelo setor formal, subordinando as atividades informais. A definição do setor informal deixa também de ser a facilidade de entrada e passa a ser as características da organização produtiva, o que significa uma completa reformulação do conceito de setor informal, visto que este não é mais suficientemente elástico para absorver o excedente de mão-de-obra que não consegue se empregar no setor formal, ao mesmo tempo em que o reconhecimento da heterogeneidade interna ao setor invalida a hipótese de que apenas as pessoas mais pobres sejam seus ocupantes.

No que diz respeito à operacionalização do conceito de setor informal, frente às situações concretas de inserção, o trabalho realizado por SOUZA (1980a) distingue dois subconjuntos de atividades: as formas de organização mercantis simples (empresas familiares, trabalhadores autônomos e empregados domésticos⁶); e as “quase-empresas capitalistas”. Estas apresentam semelhanças com as empresas familiares, tendo como principal diferença a utilização permanente de trabalho assalariado, embora frequentemente o próprio patrão esteja envolvido no processo produtivo e seu comportamento empresarial não possa ser totalmente assimilado ao de empresas capitalistas. Destaca-se que a taxa de lucro não é a variável chave de funcionamento da empresa, sendo mais importante o rendimento total do empresário.

O tratamento de CACCIAMALI para essas questões permite qualificar o setor informal a partir de quatro elementos essenciais: a) como forma de organização da produção subordinada às leis gerais do desenvolvi-

to capitalista, mediado pelas especificidades do processo de desenvolvimento econômico de cada país ou região; b) como forma particular de organização da produção, e do trabalho, com características próprias, na qual o produtor direto também é o proprietário dos meios de produção; c) como forma de organização produtiva intersticial e subordinada aos movimentos da produção capitalista; e d) o corte do setor informal não tem necessariamente associação com o baixo nível de renda ou pobreza (CACCIAMALI, 1983, p. 27-28).

Acompanhando a crescente concordância em aplicar o critério de formas de participação na produção como traço distintivo básico da segmentação formal/informal, a OIT estabelece o corte analítico para a classificação e operacionalização estatística do setor informal com base nas formas pelas quais os indivíduos encontram-se integrados à produção, obedecendo aos seguintes elementos distintivos da organização da produção: i) para delimitar o âmbito do setor informal o ponto de partida é a unidade econômica – entendida como unidade de produção⁷ – e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida; ii) fazem parte do setor informal as unidades econômicas não agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo; iii) as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho como fatores de produção⁸; iv) embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informali-

⁶ Conforme SOUZA (1980a), o empregado doméstico constitui um caso muito especial dentro do mercado de trabalho. Formalmente são considerados assalariados, mas não existe uma subordinação a um capital. Para CACCIAMALI (1983), os serviços domésticos integrariam as atividades informais por corresponderem a apenas uma extensão do trabalho dos membros da unidade de consumo para se manter e se reproduzir. O produto resultante do esforço do empregado contratado é encarado como bem de consumo, e a renda auferida, ainda que tome a forma de salário, constitui dedução do rendimento familiar. A convivência em família, por sua vez, imprime pessoalidade à relação de trabalho estabelecida. Em função dessas especificidades a OIT recomenda o tratamento dessa categoria de inserção em separado.

⁷ A OIT vem, desde a década de 1920, desenvolvendo recomendações para a coleta e sistematização de informações sobre mercado de trabalho. Na 11ª Conferência da OIT, em 1966, diante das intensas discussões sobre subutilização da mão-de-obra nos países em desenvolvimento, foi elaborada uma recomendação relativa ao cálculo de subemprego. A 13ª Conferência, realizada em 1982, pretendeu dar continuidade aos avanços metodológicos na área de identificação e mensuração do setor informal. Nas Conferências posteriores, realizadas em 1993 e 1997, a delimitação do setor informal adquire maior clareza.

⁸ Segundo a Organização... (1993) as empresas informais são unidades produtivas que não são constituídas como entidades legais separadas de seus proprietários e não dispõem de registro contábil padrão. O setor informal, por sua vez, é definido como o conjunto de trabalhadores inseridos nessa forma de organização da produção: auto-ocupados, proprietários, mão-de-obra familiar e ajudantes assalariados.

dade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não a seu status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual, não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; e v) a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa (ORGANIZAÇÃO..., 1993).

Cacciamali (1983) e Cacciamali e Braga (2002) procura, ainda, adotar uma maneira mais rigorosa de demarcar os limites da informalidade, com a exclusão de todas as atividades baseadas no trabalho assalariado. De acordo com a autora, apesar da inclusão dos assalariados sem registro ser usual nas estimativas sobre o setor informal, a sua incorporação, mesmo a partir do levantamento dos ocupados em estabelecimentos de pequeno porte, resulta na superestimação do seu tamanho, levando a conclusões e diagnósticos equivocados, cujo efeito mais visível se faz sentir a partir da formulação de políticas públicas inadequadas (CACCIAMALI, 1983; CACCIAMALI; BRAGA, 2002).

Entretanto, apesar do esforço empreendido na tentativa de delimitação e definição da natureza do setor informal e de suas relações com o conjunto da economia, não existe um acordo sobre o significado e alcance desse conceito, havendo variação da sua composição e magnitude segundo as diversas correntes teóricas, traduzidas por meio das diferentes formas de mensuração.

A partir dos anos 1980, e com base na literatura americana, verifica-se o aparecimento de um novo uso do termo informalidade, o que promoverá uma total modificação no enfoque do objeto de estudo. Na nova formulação, a economia informal é definida ex-

Apesar do esforço empreendido na tentativa de delimitação e definição da natureza do setor informal e de suas relações com o conjunto da economia, não existe um acordo sobre o significado e alcance desse conceito, havendo variação da sua composição e magnitude segundo as diversas correntes teóricas, traduzidas por meio das diferentes formas de mensuração

plicitamente pela ausência de regulação, ou mais especificamente, a partir da ruptura em relação ao ordenamento jurídico da organização da produção, através do não cumprimento das regras fiscais, trabalhistas ou previdenciárias. Nesse novo significado,

a economia informal, economia subterrânea, submersa, oculta ou não-registrada é tomada como sinônimo das atividades à margem da regulação social, na qual a mão-de-obra não é registrada com o propósito de fugir ao pagamento de encargos fiscais e sociais. Segundo tal critério, a economia informal corresponderia a atividades na qual a ausência de regulamentação governamental consti-

tuiria um dos aspectos mais importantes de identificação, e a inexistência da carteira de trabalho assinada ou contribuição para o instituto de previdência social seria o elemento identificador da ocupação informal (LIMA, 1985).

A emergência de uma nova abordagem associando a informalidade à clandestinidade do emprego é interpretada por diversos autores como uma tentativa de fuga aos entraves à valorização do capital, identificados a partir da crescente rigidez da legislação fiscal e trabalhista. De acordo com FAGUNDES (1992), no novo sentido dado ao termo tem-se mais do que uma ampliação da perspectiva, havendo um deslocamento do próprio objeto de pesquisa, visto que na acepção anterior, decorrente da natureza não capitalista do pequeno empreendimento, não se confundia a informalidade com a ilegalidade, embora possa haver concretamente uma superposição das duas situações. Em síntese, a existência da economia informal passa a ser explicada como manifestação da crise de gestão do Estado capitalista, cujos principais fatores indutores seriam os crescentes encargos fiscais e sociais, ou seja, os custos excessivos do emprego legal e a pesada carga fiscal sobre as empresas (FAGUNDES, 1992).

Essa discussão ganha fôlego a partir das recentes publicações da 17ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, Organização... (2003), onde é apresentado um conceito mais abrangente

de economia informal, elaborado com o objetivo de ampliar a delimitação do setor informal anteriormente baseada na unidade de produção. A proposta é apresentar uma nova categoria de inserção denominada “emprego informal”, cuja unidade de análise passa a ser o posto de trabalho.⁹ Segundo tal critério, o “emprego informal” inserido na economia informal corresponderia a atividades na qual a ausência de regulamentação governamental constituiria um dos aspectos mais importantes da sua identificação, e a inexistência da carteira de trabalho assinada ou contribuição para o instituto de previdência social, por exemplo, seriam os elementos identificadores da ocupação informal.

Deve-se destacar que não existe de fato uma concordância a respeito da composição do setor informal, mas, de acordo com CACCIAMALI (1989), este não deve ser demarcado como *locus* das firmas que não cumprem a legislação. Enquanto a economia submersa ou subterrânea é caracterizada pelas atividades econômicas que não cumprem as regulamentações institucionais, sejam estas fiscais, trabalhistas, sanitárias ou de outro tipo, o termo economia informal representa o segmento da estrutura produtiva organizada sob a forma de pequena produção. A ilegalidade constitui a principal característica da economia submersa, enquanto que para o setor informal, a ilegalidade não constitui característica essencial, visto que a tendência daqueles inseridos no setor informal é estabelecer-se de forma mais estável, para a qual necessitaria de legalização por diversos motivos, entre os quais a contratação de mão-de-obra. De acordo com CACCIAMALI, existem diferenças essenciais entre a economia informal e a economia submersa, diferenças estas dadas por aspectos teóricos e formas de mensuração. Quanto à forma de expansão, os fatores que induzem à economia sub-

terrânea referem-se aos custos trabalhistas do emprego legal e à carga fiscal sobre as empresas, enquanto a inserção no setor informal está intrinsecamente ligada à necessidade de obtenção dos meios necessários para a sobrevivência ou complementação da renda familiar (CACCIAMALI, 1989).

Diante desse quadro referencial e com base nas recomendações da OIT,¹⁰ o corte analítico a ser adotado para a classificação e operacionalização estatística da ocupação informal tem como base as formas pelas quais os indivíduos encontram-se integrados à produção.¹¹ Após uma breve apresentação das controvérsias conceituais e das principais vertentes explicativas do setor informal, o próximo passo a ser dado é o de interligar os aspectos teóricos da natureza e caracterização do setor informal e a operacionalização da sua definição, configurada na construção das categorias de forma de participação na produção para a investigação do setor informal nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife.

Deve-se ressaltar que, no que concerne aos estudos empíricos da informalidade, é reconhecida a dificuldade de construção de categorias de análise referentes às formas de inserção no mercado de trabalho, dadas as limitações apresentadas pelas categorias de situação ocupacional que constam nos sistemas de informação, tanto no que se refere à geração de dados primários quanto da necessidade de desagregação das categorias representativas do setor informal. Ademais, por ser uma forma de inserção na produção com características específicas, que diferem do modelo capitalista de produção e reprodução da força de trabalho, não existe consenso em torno do conceito de setor informal. É verdade também que a definição desse segmento frente às situações concretas dificilmente consegue

⁹ O “emprego informal” seria assim delimitado: trabalhador por conta própria ou autônomos donos de suas próprias empresas do setor informal; empregadores donos de suas próprias empresas do setor informal; trabalhadores familiares (ocupados em empresas do setor informal e formal); membros de cooperativas de produtores informais; assalariados com empregos informais (sem carteira de trabalho assinada em empresas do setor informal e formal); trabalhadores por conta própria que produzem bens exclusivamente para auto-consumo; e empregados domésticos. O “emprego informal” fora do setor informal estaria representado pelas seguintes categorias de inserção: assalariados sem carteira em empresas formais; trabalhadores familiares em empresas formais; e trabalhadores auto-consumo (ORGANIZAÇÃO..., 2003).

¹⁰ Ver 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho – OIT: www.ilo.or, 1993.

¹¹ De acordo com as Recomendações da OIT, a população ocupada no setor informal será aqui representada pelas seguintes categorias de inserção na produção possibilitadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED: trabalhador por conta própria ou autônomo; dono de negócio familiar; empregadores com até 5 empregados; trabalhador familiar sem remuneração salarial; empregado com ou sem carteira de trabalho assinada ocupado em empresas do setor informal; empregado doméstico. Deve-se destacar que não há recomendação explícita da OIT referente à determinação do número de empregados para classificação das empresas do setor informal, podendo variar conforme a região e o setor de atividade de estudo. Dessa forma, optou-se pelo corte mais utilizado na literatura especializada (até 5 empregados). Por fim, ainda conforme diretrizes da OIT, os empregados domésticos devem ser analisados em separado em função das suas especificidades e para facilitar as comparações internacionais.

evitar a área de interseção entre os setores formal e informal; e, ao se tentar controlar a imprecisão que envolve a expressão informalidade, a operacionalização do conceito acaba por restringir a informalidade ao núcleo básico da inserção não tipicamente capitalista – o trabalho por conta própria –, o que dificulta a percepção da heterogeneidade existente no âmbito desse segmento.

Buscando ampliar a investigação da heterogeneidade do setor informal e preferindo seguir a perspectiva sugerida por CACCIAMALI (1983) e SOUZA (1980a), este trabalho procurará enfocar o setor informal nas regiões metropolitanas de estudo relacionando-o aos processos de produção e trabalho, podendo a ilegalidade ser arrolada como uma característica, sem estar, contudo, intrinsecamente atrelada ao conceito. Neste estudo o setor informal é composto por dois grupos que representam diferentes categorias de inserção laboral: os proprietários (trabalhador por conta própria e pequeno empregador) e seus “empregados” (assalariado com e sem registro e trabalhador familiar). A base de dados utilizada é a PED, considerada a mais adequada para a operacionalização estatística do conceito de ocupação informal, permitindo grande precisão e detalhamento das formas de participação na produção¹² e sua evolução entre os anos de 2000 e 2004.

¹² Conforme metodologia da PED, trabalhador autônomo ou por conta própria é o indivíduo que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador (es) familiar(es). Pode ter eventualmente algum ajudante remunerado para auxiliá-lo em períodos de maior trabalho. Esse se divide em duas categorias distintas: trabalhador autônomo para o público (que presta seus serviços diretamente para o consumidor) e trabalhador autônomo para a empresa (conta própria ou empregado que recebe exclusivamente por produção, que exerce seu trabalho sempre para determinada empresa ou várias empresas). O dono de negócio familiar é a pessoa que gerencia um negócio ou uma empresa de sua propriedade exclusiva ou em sociedade com parentes (que geralmente não recebem remuneração salarial), mas podem haver situações nas quais trabalhem um ou dois empregados de forma permanente e remunerados. Essa pessoa diferencia-se do conta própria porque seu negócio é mais formalizado (requer licença e algum tipo de capitalização). Nunca trabalha sozinho. Diferencia-se do empregador, já que só pode ter no máximo, de forma permanente, dois empregados remunerados. Por fim, o trabalhador familiar é aquele indivíduo que exerce uma atividade econômica em negócios de parentes, sem receber um salário como contrapartida. Pode, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada (FUNDAÇÃO..., 2002).

O TRABALHADOR INFORMAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SALVADOR E RECIFE

No período recente, a generalização do desemprego entre os diferentes segmentos populacionais, bem como o caráter estrutural da desocupação (caracterizado pelo desemprego de longa duração) e a redução do nível de emprego formal, acabaram afetando a dinâmica e a estrutura do mercado de trabalho no seu conjunto. De fato, a crise econômica e social das duas últimas décadas pode ser vista da perspectiva da desorganização do mercado de trabalho brasileiro, isto é, do agravamento da situação de desemprego, da precarização das formas de

contratação, do aumento do número de trabalhadores sem vínculo empregatício institucionalizado e dos elevados níveis de informalidade.

Para compreender as causas do “processo de informalização” é necessário recuar para um momento anterior à crise do mercado de trabalho urbano no Brasil. O desenvolvimento da economia brasileira, até o final dos anos 1970, permitiu abrir amplas oportunidades de inserção na ocupação, que se manifestaram no incremento do assalariamento, na crescente formalização dos vínculos de emprego e, inversamente, na diminuição das ocupações não assalariadas (trabalho por conta própria) e na redução do emprego sem carteira. No entanto, ao contrário dos países desenvolvidos, o incremento da atividade econômica não foi acompanhado pela estruturação de um mercado de trabalho homogêneo, com empregos regulares e bem remunerados e com garantias institucionais que contemplassem a totalidade da oferta disponível da força de trabalho. A difusão desigual e concentrada da modernização produtiva e dos novos padrões de consumo, por sua vez, concorreu para reforçar a heterogeneidade social, reproduzida pelas condições de funcionamento do mercado de trabalho, pelo limitado acesso às políticas sociais e pelos desequilíbrios regionais.

A análise da evolução do emprego nas regiões me-

tropolitanas de Salvador e Recife mostra que a estruturação do mercado de trabalho metropolitano apresentou fortes limitações em razão das suas inserções periférica e dependente de um modelo de desenvolvimento concentrado num recorte do território nacional.

Por esses motivos verifica-se o estreitamento das possibilidades de expansão do processo de industrialização e de articulação de um mercado de trabalho mais homogêneo, o que resultou na proliferação de uma imensa maioria de trabalhadores excluídos e sem acesso a quaisquer direitos sociais.

Nesse contexto, pode-se dizer que a constituição do mercado de trabalho brasileiro

acabou refletindo e acirrando o caráter excludente do padrão de crescimento e afetando profundamente a composição e as condições de vida da população trabalhadora, sobretudo daquela localizada na região Nordeste do país. De outra forma, é evidente que a reprodução da informalidade está associada ao estilo de desenvolvimento desigual adotado.

Ademais, com o recrudescimento da deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, verifica-se a perda de mobilidade dos indivíduos entre as situações ocupacionais no setor formal. Ao mesmo tempo, à redução do emprego formal associa-se o incremento das relações de trabalho não regularizadas legalmente (emprego sem carteira) e a expansão da pequena produção e do trabalho por conta própria. O trabalho informal, que era considerado fruto da incapacidade de geração de empregos nos mercados formais de trabalho e que funcionava como um “colchão amortecedor” em momentos agudos de retração econômica, ganha novas dimensões no mercado de trabalho brasileiro, na medida em que, mesmo em períodos de recuperação da atividade econômica, se destaca como importante alternativa de ocupação para trabalhadores antes incorporados ao setor regulamentado da economia e agora sem alternativa de emprego. Essa “nova” informalidade, que se soma à “tradicional”, é resultado da rigidez da situação de desempre-

go,¹³ caracterizada pelo desemprego de longa duração, e da estagnação do nível de assalariamento do setor formal. Nos mercados de trabalho das regiões de estudo o resultado é a convivência de relações tradicionais ou semi-escravas do trabalho doméstico

com uma grande diversidade de formas particulares de contratos de conta própria, subempreitadas, comércio ambulante e micro-empresendimentos. Essa afirmação pode ser comprovada a partir dos dados da PED.

Na distribuição dos ocupados segundo as categorias de forma de participação na produção, verifica-se a presença nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife de um setor informal de dimensões consi-

deráveis, ainda que registradas retrações da participação do setor na ocupação no período. Em 2004, do total de ocupados analisados, 43,7% e 46,1%, respectivamente na RMS e RMR (ou aproximadamente 550 mil pessoas em cada uma das regiões) tinha na ocupação no setor informal sua principal fonte de renda e sobrevivência (Tabela 1).

O elevado percentual de trabalhadores informais esclarece pouco acerca da inserção destes indivíduos na estrutura produtiva, dada a diferenciação interna do segmento informal nas economias metropolitanas, tanto do ponto de vista das condições de trabalho enfrentadas quanto das suas características pessoais. A identificação da possível diferenciação interna ao segmento informal possibilita, desta forma, o adequado tratamento do fenômeno da informalidade, uma vez que, em ambas as regiões metropolitanas, a informalidade pode ser apreendida segundo situações bastante heterogêneas: como ocupação temporária, com condições de renda e trabalho instáveis, baixos níveis de escolarização e de conhecimentos para o exercício da atividade; ou como condição permanente e estável, configurando uma opção de inserção bastante

¹³ As regiões metropolitanas de Salvador e Recife destacam-se por sustentar as maiores taxas de desemprego no período em análise. Em 2004, a taxa de desemprego total era de 25,5% e 23,1% da População Economicamente Ativa – PEA, respectivamente, conforme os dados da PED.

promissora diante das características da sua força de trabalho, que, em geral, são pouco valorizadas no mercado de trabalho formal. Como será visto adiante, as ocupações informais abrangem um leque variado de categorias de inserção na produção, que se estende desde aquelas que exigem maiores requisitos materiais e conhecimentos apropriados para o exercício do trabalho, explicitando algumas das barreiras impostas ao desenvolvimento da atividade, até as atividades mais tradicionais, que mantêm seu modo rudimentar de operação.

No que tange a ocupação e tomando-se o conjunto das informações concernentes à distribuição da população ocupada segundo a contribuição à previdência social, em 2004, 77,8% dos trabalhadores do setor informal na RMS e 81,1% na RMR não tinham acesso aos benefícios da previdência social, agregando à insegurança própria da atividade a exclusão dos direitos à aposentadoria, ao seguro desemprego, etc (Tabela 2). No caso específico dos trabalhadores autônomos, núcleo da análise da ocupação informal, têm na retração à contribuição à previdência (para 10,5% em 2004 na RMS, e 8,6% na RMR) um dos principais elementos da deterioração das suas condições de trabalho. De outro lado, os maiores níveis de contribuição à previdência são observados para os pequenos empregadores:¹⁴ 47,3% na RMS e 38,6% na RMR contribuem para a previdência social. A comparação da distribuição dos trabalhadores informais

Tabela 1
Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas de Salvador e do Recife, 2000 e 2004

Em porcentagem

Posição na Ocupação	Região RMS		Região Metropolitana RMR	
	2000	2004	2000	2004
Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	6,7	6,1	7,4	6,5
com carteira assinada	2,4	2,3	2,8	2,4
sem carteira assinada	4,3	3,8	4,6	4,1
Empregador c/até 5 Empregados e Dono de Negócio Familiar	3,4	3,5	3,0	2,9
Empregador de Empresas com até 5 Empregados	2,6	2,7	2,1	2,2
Dono de Negócio Familiar	0,8	0,8	0,9	0,7
Autônomos	22,5	23,5	25,9	25,5
que trabalham para o Público	18,1	19,3	18,1	18,3
que trabalham para Empresas	4,4	4,2	7,8	7,2
Empregados Domésticos	10,5	9,7	9,5	8,5
Trabalhadores Familiares	1,5	0,9	3,6	2,7
Subtotal	44,6	43,7	49,4	46,1
Ocupados Não Relacionados Acima (1)	55,4	56,3	50,6	53,9
Ocupados Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

PED RMR - SDSC/DIEESE/SEADE

Nota: (1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

Elaboração própria

que contribuem para a previdência com aquela apresentada para os pequenos empreendedores mostra que estes estão em média duas vezes mais presentes entre os contribuintes para o sistema de seguridade social patrocinado pelo Estado que o total dos ocupados informais, reforçando a idéia de diferenciação interna no setor.

Deve-se destacar que a precarização das condições de inserção, a partir do decréscimo da contribuição à previdência social, é particularmente evidenciada para os trabalhadores informais na Região Metropolitana do Recife. No caso específico dos trabalhadores autônomos para o público, cuja contribuição já era bastante baixa, a sua participação é reduzida para apenas 7,6%, ao mesmo tempo em que todas as outras categorias de posição na ocupação diminuem o acesso aos direitos previdenciários no período de estudo.

Ainda com base nos dados da PED, a informalidade nas regiões metropolitanas de Salvador e do Recife pode ser apreendida segundo situações bastante heterogêneas, conforme o setor de atividade, tempo de permanência no exercício da atividade, jornadas, níveis de rendimento e condições de trabalho, nas quais convivem atividades mais organizadas ao lado de empreendimentos de baixa eficiência.

Os setores de serviços e comércio respondem

¹⁴ Em função das limitações apresentadas pelas pesquisas domiciliares, neste estudo a metodologia utilizada para determinação do tamanho da empresa é o conceito do número de pessoas ocupadas nas empresas. Entretanto, o critério mais adequado para conceituar micro e pequena empresa é a receita bruta anual, cujos valores foram atualizados pelo Decreto nº 5.028/2004, de 31 de março de 2004. Para mais detalhes ver: www.sebrae.com.br.

por 92,1% e 84,6%, respectivamente, do total da ocupação entre os trabalhadores no setor informal nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife. Inicialmente a distribuição dos ocupados informais por setor de atividade parece não se distinguir muito daquela verificada para o total de ocupados (87,1% na RMS e 83,0% na RMR). Há uma maior concentração desses trabalhadores no setor de serviços, segmento que, em geral, exige um volume pequeno de capital e local privilegiado para a inserção da maioria dos trabalhadores informais que, possuindo seus próprios instrumentos de trabalho ou utilizando aqueles fornecidos pelos contratantes, exercem seu ofício atendendo diretamente as demandas por pequenos serviços. No entanto, é no setor de comércio (21,5% na RMS e 24,4% na RMR) que esse trabalhador tem maior participação relativa, revelando uma distribuição proporcionalmente maior que aquela encontrada para o total dos ocupados.¹⁵

O tempo médio de permanência dos ocupados na atividade mostra que a rotatividade atinge diferentemente os trabalhadores informais. Na RMS o tempo médio de permanência na atividade é de 5 anos e 4

meses, abaixo daquele registrado para o total de ocupados (5 anos e 11 meses). A mediana, que representa a metade da distribuição segundo o tempo de permanência no trabalho, indica que 50% dos ocupados informais permanecia em média apenas até 2 anos na atividade. A influência sobre a média de permanência no emprego na RMS é diferenciada segundo a categoria de inserção no mercado de trabalho, com menor tempo de permanência para os assalariados em empresas do setor informal, autônomos que trabalham para empresas e empregados domésticos. Na Região Metropolitana do Recife o tempo de exercício da atividade é ainda menor para os trabalhadores informais (4 anos e 11 meses). É importante ressaltar que na análise da evolução verifica-se o incremento do tempo médio de permanência dos trabalhadores informais no exercício da atividade, nas duas regiões de estudo, embora a mediana mantenha-se inalterada.

Em relação à jornada de trabalho, em 2004, a média de horas trabalhadas na semana para os ocupados informais era de 43 horas na Região Metropolitana de Salvador e de 46 horas na Grande Recife

(Tabela 3). Na comparação entre as categorias componentes da ocupação informal verifica-se que os pequenos empregadores apresentavam jornadas de trabalho mais extensas que aquelas verificadas para a maioria dos trabalhadores informais. Em média, os empregadores em empresas do setor informal (até 5 empregados) trabalhavam 52 e 55 horas semanais (na RMS e RMR, respectivamente), ao passo que os trabalhadores autônomos para a empresa trabalhavam em média 40 horas/semana. Os dados parecem revelar

Tabela 2
Distribuição dos ocupados segundo contribuição a previdência
Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife, 2000 e 2004

Posição na Ocupação	Em porcentagem			
	Sem Contribuição à Previdência RMS		RMR	
	2000	2004	2000	2004
Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	61,1	60,2	60,3	62,7
com carteira assinada	0,0	0,0	0,0	0,0
sem carteira assinada	95,9	97,1	96,8	98,8
Empregador c/até 5 Empregados	57,0	59,0	53,5	60,0
Empregador de Empresas com até 5 Empregados	49,9	52,7	51,9	61,4
Dono de Negócio Familiar	81,1	79,5	57,1	56,0
Autônomos	82,2	89,5	88,8	91,4
que trabalham para o Público	89,7	91,5	90,3	92,4
que trabalham para Empresas	82,3	80,4	85,5	88,7
Empregados Domésticos	67,7	66,0	66,4	67,4
Trabalhadores Familiares	95,5	94,0	93,9	94,9
Subtotal	77,2	77,8	78,5	81,1
Ocupados Não Relacionados Acima (1)	18,1	16,6	18,5	18,2
Ocupados Total	44,5	43,4	48,2	47,2

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

PEDRMR/SDSC/DIEESE/SEADE.

Nota: (1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

¹⁵ Na distribuição do total de ocupados por setor de atividade econômica, em 2004, as proporções encontradas no comércio na RMS e RMR foram 16,5% e 20,1%, respectivamente.

que a precariedade do trabalho informal, no que tange à jornada de trabalho, está associada à proporção dos ocupados que são obrigados a elevar o número de horas trabalhadas para fazer frente às suas necessidades e da sua família,¹⁶ assim como a proporção dos que estão trabalhando involuntariamente com jornada inferior àquela determinada na legislação.¹⁷

Embora o trabalho informal seja, em geral, caracterizado pela inserção precária (geralmente no comércio ou em atividades no setor de serviços), a informalidade não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade social, exclusão, instabilidade ou pobreza. Na Grande Salvador e Região

Metropolitana do Recife, a ocupação informal pode vir a

ser também uma estratégia bem-sucedida de inserção e ascensão sociais, frente aos postos de trabalho assalariados. Nesse sentido, as atividades informais podem abrigar trabalhadores e empreendedores socialmente integrados, inclusive do ponto de vista da renda pessoal.

Neste estudo destaca-se o caráter heterogêneo do setor informal, configurado na diversidade de oportunidades econômicas. A investigação da remuneração do trabalho na RMS mostra que, entre os trabalhadores informais, há uma grande dispersão dos rendimentos segundo a região de estudo, a posição na ocupação e os atributos pessoais. Conforme os dados da PED, os maiores rendimentos médios são verificados

A informalidade nas regiões metropolitanas de Salvador e do Recife pode ser apreendida segundo situações bastante heterogêneas, conforme o setor de atividade, tempo de permanência no exercício da atividade, jornadas, níveis de rendimento e condições de trabalho, nas quais convivem atividades mais organizadas ao lado de empreendimentos de baixa eficiência

Tabela 3

**Média e Mediana de horas semanais trabalhadas dos ocupados²
Regiões Metropolitanas de Salvador e do Recife, 2000 e 2004**

Em horas

Posição na Ocupação	Regiões Metropolitanas							
	RMS				RMR			
	2000		2004		2000		2004	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	45	45	44	45	47	48	48	48
com carteira assinada	45	45	45	45	48	48	49	48
sem carteira assinada	44	45	44	46	46	48	47	48
Empregador c/até 5 Empregados Dono de Negócio Familiar	55	50	53	50	49	48	52	48
Empregador de Empresas com até 5 Empregados	52	48	52	48	53	50	55	50
Dono de Negócio Familiar	62	65	56	56	39	40	41	40
Autônomos	42	42	41	40	44	45	45	48
que trabalham para o Público	42	42	41	40	45	48	47	48
que trabalham para Empresas	42	40	40	40	41	40	40	40
Empregados Domésticos	46	48	44	48	49	50	47	48
Trabalhadores Familiares	41	40	41	40	43	40	46	48
Subtotal	44	48	43	45	46	48	46	48
Ocupados Não Relacionados Acima (1)	42	40	41	40	44	44	45	44
Ocupados Total	43	42	42	40	45	45	45	45

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

PED RMR - SDSC/DIEESE/SEADE

Nota: (1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham.

² Exclusive os ocupados que não trabalharam na semana.

Horas semanais trabalhadas: corresponde ao número de horas efetivamente trabalhadas na semana anterior à entrevista.

Para se obter a média, são somadas todas as horas efetivamente trabalhadas e esta soma é dividida pelo número total de ocupados.

Para se obter a mediana, são ordenados todos os ocupados de acordo com o tamanho de sua jornada.

A mediana equivale ao número de horas efetivamente trabalhadas pelo ocupado que está no centro da escala, ou seja, que a divide em duas metades.

¹⁶ O trabalhador informal apresenta número médio de horas trabalhadas maior que aquele registrado, para o total de ocupados nas RMs de Salvador e do Recife (42 e 45 horas, respectivamente).

¹⁷ A análise do número de horas trabalhadas, em alguns casos, tem que ser feita com cautela, em função de a mensuração ser realizada com base na jornada no trabalho principal. A literatura especializada destaca como uma das características do trabalhador autônomo o acúmulo de diversas atividades.

para os empregadores na RMS e RMR (R\$ 1.618 e R\$ 1.356, respectivamente), donos de negócio familiar (R\$ 725), para os trabalhadores autônomos vinculados a uma ou mais empresas na Grande Salvador (R\$ 657) e trabalhadores com carteira as-

sinada em empresas do setor informal na RMR (R\$ 391) (Tabela 4). Desse modo, as atividades informais também englobam ocupações regularmente exercidas por trabalhadores qualificados, que delas retiram uma renda relativamente elevada face à média de salários vigentes no mercado de trabalho para o total de ocupados (R\$ 696 e R\$ 536), e que desempenham suas funções sob condições de trabalho satisfatórias.

A comparação dos dados entre 2000 e 2004 mostra que a redução do nível de renda não atingiu todos os trabalhadores da mesma maneira. Ressalte-se a retração de 13,7% e 24,7% nos rendimentos dos trabalhadores informais (na RMS e RMR, respectivamente) e de 6,6% e 13,4% entre o total de ocupados. Faz-se necessário destacar que a determinação do nível de renda do setor informal (mais especificamente a sua variação) depende do nível de atividade da economia e, portanto, do nível de rendimentos dos assalariados, que, ao longo dos últimos anos, vem apresentando quedas consideráveis.

Por fim, o perfil da ocupação informal nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife também foi afetado. No período de estudo há uma mudança qualitativa da ocupação no setor informal, resultado da crescente dificuldade de inserção de parte relevante de trabalhadores, sem perspectivas de

reemprego. Na análise da distribuição dos trabalhadores informais segundo atributos pessoais na RMS e Grande Recife, verificou-se que este trabalhador é principalmente homem, de cor negra (89,0% e 74,1%), com idade superior a 25 anos, chefe de família (42,6% e 44,7%) e com baixo nível de escolaridade: até o primeiro grau incompleto (40,7% e 45,0%). Tais características se repetem para a desagregação da população metropolitana segundo atributos pessoais. No entanto, quando comparada às proporções da ocupação total, verifica-se a maior participação relativa de homens, dos negros, jovens de até 17 anos, indivíduos de 40 e mais, chefes de família e indivíduos com baixo nível de escolaridade no total dos trabalhadores informais nas regiões de estudo.

Entre os anos de 2000 e 2004, devido ao limitado crescimento dos setores protegidos e à crescente dificuldade de inserção dos chefes de família e indivíduos com maior nível educacional no mercado de trabalho metropolitano, ocorreu um deslocamento de parte desta população para atividades consideradas marginais e antes reservadas aos mais jovens, ou aos mais idosos, às mulheres, aos negros ou aos trabalhadores com baixo nível de escolarização e qualificação, embora, como foi visto anteriormente, a ocupação no setor tenha diminuído.

Tabela 4

**Média e Mediana do rendimento real dos ocupados
Regiões Metropolitanas de Salvador e do Recife, 2000 e 2004**

Em Reais de fevereiro de 2005

Posição na Ocupação	Regiões Metropolitanas							
	RMS				RMR			
	2000		2004		2000		2004	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Assalariados em Empresas com até 5 Empregados	334	264	340	271	350	296	303	268
com carteira assinada	452	369	454	362	460	373	391	339
sem carteira assinada	264	221	265	254	279	233	248	246
Empregador c/até 5 Empregados	1773	1240	1415	969	1986	1245	1316	831
Empregador de Empresas com até 5 Empregados	1989	1468	1618	1065	2040	1356	1358	930
Dono de Negócio Familiar	1081	746	725	457	(2)	(2)	(2)	(2)
Autônomos	524	292	422	246	464	246	345	206
que trabalham para o Público	453	248	371	214	412	246	339	209
que trabalham para Empresas	818	428	657	319	578	246	358	206
Empregados Domésticos	214	220	219	255	233	227	221	247
Trabalhadores Familiares	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	495	230	427	260	485	243	365	251
Ocupados Não Relacionados (1)	995	538	910	516	901	461	672	412
Ocupados Total	774	395	696	369	703	380	536	329

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. PED RMR - SDSC/DIEESE/SEADE

Nota: (1) Inclusive os Assalariados e Empregadores que não informaram o tamanho da empresa em que trabalham. Inflator utilizado - IPC da SEI para PED RMS e INPC IBGE para PED RMR. Valores em reais de fevereiro de 2005. Excluídos os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. (2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a economia brasileira vem passando por profundas transformações, que se materializam nas intensas e rápidas alterações na organização da produção, na composição da força de trabalho e na estrutura da ocupação. Neste estudo, procurou-se examinar um aspecto desse processo de mudança: o trabalho informal. Mais especificamente, pretendeu-se analisar a ocupação informal nos mercados de trabalho das regiões metropolitanas de Salvador e Recife, historicamente marcados por uma grande informalidade.

A reprodução da informalidade está associada ao estilo de desenvolvimento adotado no país, mas se torna uma questão mais preocupante no atual cenário de crise do desenvolvimento. Com o incremento dos níveis de desemprego e a elevação do tempo médio de procura por trabalho, verifica-se a perda de mobilidade dos indivíduos entre as situações ocupacionais no setor formal. Mesmo em um contexto mais favorável, a reorganização do trabalho assalariado e a ampla incorporação da força de trabalho nas atividades por conta própria acabaram acentuando as desigualdades regionais.

O quadro geral do mercado de trabalho das regiões metropolitanas de Salvador e do Recife revela seu baixo dinamismo, configurado nos altos níveis de desemprego e baixos rendimentos, em que se verificam freqüentemente as relações informais de trabalho, com a presença marcante de ocupações e atividades precárias. Destaca-se a precariedade das condições de inserção dos trabalhadores informais na Grande Recife e sua evolução negativa na maioria dos indicadores analisados. Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, revelam que, embora a informalidade possa ser apreendida segundo situações bastante heterogêneas, a possibilidade de que a ocupação no setor informal se configure em uma estratégia bem-sucedida de inserção e ascen-

são sociais é ainda menos provável na Região Metropolitana do Recife.

Há, no entanto, uma clara seletividade entre os trabalhadores informais no que tange ao acesso à renda e às condições de trabalho mais estruturadas nas duas regiões estudadas. A grande maioria dos trabalhadores informais vê nas ocupações avulsas, exercidas sob condições de trabalho e renda instáveis, a única fonte de sobrevivência e saída para o desemprego. O setor informal é, entretanto, suficientemente heterogêneo para ser composto também por atividades que geram boas oportunidades econômicas, algumas delas permitindo até mesmo altas rendas frente às ocupações formais.

Do ponto de vista da política pública deve-se ressaltar que o

setor informal, conforme apresentado nas seções anteriores, é composto por dois grupos que apresentam condições de trabalho diferenciadas, seja na renda, seja nas demais possibilidades de realização pessoal: os proprietários (trabalhador por conta própria e pequeno empregador) e seus empregados (assalariado com e sem registro e trabalhador familiar). Nesse sentido, a ação governamental deve orientar-se de forma diferenciada para esses dois grupos de trabalhadores, fortalecer os pequenos estabelecimentos e o trabalho por conta própria, aprimorar o aparelho burocrático para orientar, fiscalizar e induzir a aplicação não apenas da legislação laboral, mas de todo o quadro legal pertinente à atividade.

Uma das respostas da política pública para o setor informal é buscar formas de remover os obstáculos ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas, promovendo, principalmente, o acesso a linhas de crédito, qualificando micro-empresários, agilizando canais de comercialização, oferecendo opções tecnológicas, divulgando práticas bem sucedidas e, em determinados casos, criando regimes especiais fiscais. A atuação não deve estar limitada apenas ao fornecimento do crédito, mas faz-

Devido ao limitado crescimento dos setores protegidos e à crescente dificuldade de inserção dos chefes de família e indivíduos com maior nível educacional no mercado de trabalho metropolitano, ocorreu um deslocamento de parte desta população para atividades consideradas marginais e antes reservadas aos mais jovens, ou aos mais idosos, às mulheres, aos negros ou aos trabalhadores com baixo nível de escolarização e qualificação

se necessário investir na qualificação do empreendedor, tanto do ponto de vista técnico como de gestão. Programas voltados para ações de capacitação nas áreas de marketing, análise financeira e gestão empreendedora e preparação do plano de negócios são tão necessários quanto a concessão do crédito. Por fim, o monitoramento para o acompanhamento dos resultados caracteriza uma das principais necessidades dos “empreendedores”, possibilitada pela articulação entre as ações de concessão de crédito, capacitação e assessoria.

Embora a informalidade possa ser apreendida segundo situações bastante heterogêneas, a possibilidade de que a ocupação no setor informal se configure em uma estratégia bem-sucedida de inserção e ascensão sociais é ainda menos provável na Região Metropolitana do Recife

REFERÊNCIAS

- BALTAR, P. E. A. et al. *Mercado de trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90*. Campinas: IPEA/FECAMP-IE-UNICAMP, 1997. 118 p. (Relatório de Pesquisa).
- BRAGA, Thaiz. *Estrutura e dinâmica da ocupação informal na região Metropolitana de Salvador: uma análise dos anos 90*. 2003. 140 p. Dissertação (Mestrado) - Campinas: UNICAMP/IE, Campinas.
- CACCIAMALI, M. C. *Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro*. Brasília: Ministério do Trabalho, nov. 1989. 62 p. (Texto para Discussão, n. 19).
- _____. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. 1983. 144 f. Tese (Doutorado) - IPE/USP, São Paulo.
- _____. BRAGA, T. Políticas públicas voltadas para o setor informal. In: CHAHAD, J. P. Z. (Coord.). *Estudos e análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: FIPE/MTE, jan. 2002, 82 p. (Relatório de Pesquisa).
- DEDECCA, C. S.; FERREIRA, S. P. O Setor informal no funcionamento no mercado de trabalho urbano. In: *Terciarização, metropolização e gestão metropolitana*. Campinas: UNICAMP/NESUR, dezembro, 1990, 62p. (Relatório de Pesquisa).
- FAGUNDES, M. E. M. *Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: um estudo exploratório*. 201 f. Dissertação (Mestrado) - FCE/UFBA, Salvador, 1992.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Manual do Entrevistador: Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. 5. ed. São Paulo: SEADE/DIEESE, jun. 2002. 100 p.
- GUERGIL, M. Algunos alcances sobre la definición del sector informal. Santiago de Chile: *Revista de la CEPAL*, n. 35, p. 55-63, ago. 1988.
- LIMA, B. M. F. de. *Criptoeconomia ou economia subterrânea*. uma investigação preliminar no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, jan. 1985. 127 p. (Estudos Especiais IBRE, 5).
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Directrices sobre una definición estadística de empleo informal, adoptadas por la Decimoséptima Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo*. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICOS DO TRABALHO, 17. OIT, nov./dic. 2003. Disponível em: <http://www.ilo.org>. Acesso em: 10 de mar. 2005.
- _____. *Resolución sobre las estadísticas del empleo en el sector informal, adoptada por la Devimoquinta Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo*. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICOS DO TRABALHO, 15. OIT, enero, 1993. Disponível em: <http://www.ilo.org>. Acesso em: 10 de mar. 2005.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 12 jul. 2005.
- SETHURAMAN, S. V. El Sector urbano no formal: definición, medición y política. *Revista Internacional del Trabajo*, v. 94 n. 1, p. 77-91, jul./ago. 1976.
- SOUZA, P. R. *A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas*. Tese (Doutorado) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 1980a.
- _____. *Emprego, salário e pobreza. Economia e Planejamento*, São Paulo: Hucitec, 1980b.
- TOMAZINI, S. T. *Emprego informal e trabalho por conta-própria: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil*. 98 f. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP/IE, Campinas, 1995.

Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas Regiões Metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000

Lúcia Garcia*

Patrícia Lino Costa**

Mario Marcos Sampaio Rodarte***

Resumo

Este estudo objetiva, primeiramente, analisar as mudanças nos arranjos familiares mediante estudo de aspectos tais como tamanho das unidades, idade do chefe ou responsável pela família e classificação dos membros não-chefes nas principais áreas metropolitanas brasileiras. Na sequência, estudam-se as mudanças de comportamento de cada tipo familiar, em termos de renda e número de membros, no passado recente. Um terceiro aspecto tratado refere-se à mudança do perfil de contribuição de cada membro na renda familiar. Como resultado, além da descrição das mudanças dos arranjos familiares, destaca-se a constatação de que nem a entrada da mulher e demais integrantes da família no mercado de trabalho, nem a redução de dependentes foram suficientes para conter a diminuição da renda per capita das famílias nos últimos anos.

Palavras-chave: emancipação feminina, composição da família, tamanho da família, renda familiar.

Abstract

This paper aims, firstly, to analyze the changes in the family arrangements by studying aspects such as units size, age of the head of the family, and classification of the other family members in the main Brazilian metropolitan areas. Secondly, it studies the changes in the behavior of each family type in terms of income and number of members, in a recent past. A third aspect we dealt with, refers to the change in the contribution profile of each member in the family income. Therefore, besides describing changes in family arrangements, we highlighted the evidence that neither the entrance of women and other family members in the labor market, nor the reduction in the number of dependents were enough to prevent the per capita income decrease of the families during the last years.

Key words: emancipation of women, family types, family size, family income

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar a nova inserção da mulher na família e as mudanças de arranjos domiciliares em curso, entre meados das décadas de 1990 e 2000, em seis regiões metropolitanas brasileiras. Arranjos menos tradicionais vêm elevando a representação, à

medida que o tradicional modelo de família composta por casal com filhos, sob chefia masculina, vem perdendo espaço. Observou-se crescimento do número de famílias sem filhos, de famílias com filhos, mas sem a presença do cônjuge, e mesmo a opção de viver só.

Outra alteração está associada ao aumento de mulheres que se declaram chefes de família, principalmente no caso do arranjo mais tradicional – casal com filhos –, indicando mudança também no comportamento social e nos papéis da família, na qual, tradicionalmente, o homem se identifica como chefe. Estas transformações refletem-se na composição da renda familiar, com aumento da participação da renda feminina, dos jovens e dos demais membros.

* Economista e coordenadora nacional do Sistema PED pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. lucia@dieese.org.br

** Mestre em economia pela UNICAMP e técnica do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

*** Doutorando em Demografia (Cedeplar/UFMG) e mestre em Economia (Cedeplar/UFMG). mario@dieese.org.br

As alterações na composição da família e da renda resultam das várias transformações econômicas e sociais e, quase sempre, estão intimamente associadas ao novo papel da mulher na sociedade. Nos últimos 20 anos, assiste-se ao maior engajamento feminino na força de trabalho. O maior acesso feminino à escola e, principalmente, ao terceiro grau e a decisão de ter menos filhos, auxiliada pelo avanço nos métodos contraceptivos, explicam, em parte, esses novos arranjos.

Outro aspecto a considerar decorre da crise do mercado de trabalho, agravada na década de 1990, que implicou em elevadas taxas de desemprego e contínua redução do poder aquisitivo da renda do trabalho e do salário. A diminuição da renda familiar, decorrente dessa crise, fez com que um número maior de pessoas ingressasse no mercado de trabalho, como forma de manter o padrão de vida familiar. Mulheres, antes inativas, ingressaram no mercado de trabalho para incrementar a renda familiar, muitas vezes combinando as novas funções fora de casa com as funções tradicionalmente reservadas às mulheres dentro do lar.

A metodologia utilizada neste estudo considera quatro tipos de organização familiar, assim definidos: 1) nuclear com filhos: famílias compostas por um casal e filhos; 2) nuclear sem filhos: famílias compostas por um casal sem filhos; 3) monoparental: famílias compostas por um chefe sem cônjuge e com filhos; e 4) unipessoal: pessoas que moram sozinhas. Uma vez que se considera a emancipação feminina o elemento decisivo para o entendimento das mudanças dos arranjos familiares, os indicadores familiares foram especificados segundo sexo do chefe.

Os indicadores referidos para cinco regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo), além do Distrito Federal, foram extraídos da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo convênio do DIEESE com a Fundação SEADE, MTE-FAT e entidades locais nos respectivos estados.

A análise é apresentada em três seções. A primeira expõe as mudanças na composição dos arranjos familiares ao longo do tempo. A segunda parte encarrega-se de descrever as transformações internas de cada tipo de família, no período de estudo. Na sequência, o último item atém-se à mudança do perfil de contribuição de cada membro na renda familiar.

MULHER, FAMÍLIA E MERCADO DE TRABALHO

A entrada da mulher no mercado de trabalho é um elemento chave na compreensão das rápidas mudanças das famílias, entre outros fatores, por afetar: 1) seu tamanho – pela decorrente alteração do comportamento da fecundidade; 2) sua hierarquia social interna – pela desintegração do papel de provedor, reservado ao elemento masculino adulto, e feminização de parte das fontes da renda familiar; e 3) pela aceleração da dinâmica de formação e desintegração¹ de laços familiares – pela maior autonomia feminina promovida pelos frutos de sua ocupação.

A função do ambiente econômico sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho é controvertida, pois enquanto alguns estudos ressaltam o papel das crises econômicas como fator de motivação do ingresso feminino na força de trabalho,² antes inativas; outros apontam o aumento das chances de inserção feminina (MONTALI, 2003) – pela flexibilização de jornada de trabalho, a exigência de maior nível de instrução, combinando com o perfil mais escolarizado do segmento feminino – como o fator mais importante para a incorporação feminina no mercado.³

Nos anos 90 do século passado, é provável que crise⁴ e oportunidade de inserção tenham-se alternado no estímulo à inserção feminina, determinando um comportamento ascendente da taxa de participação das mulheres em todas as regiões metropolitanas analisadas pela PED, enquanto que o mesmo indicador mantinha-se relativamente estável entre os homens.

A abordagem que considera os comportamentos de coortes – ou de diferentes gerações – sugerem que o processo de incorporação da mulher no mercado de trabalho perdurará anos, e décadas, até se chegar a um cenário mais igualitário entre sexos, ao menos quanto à proporção de inativos e população economicamente ativa (WAJNMAN; RIOS-NETO, 2000). Dessa forma, admitida a relação entre eman-

¹ Deve-se considerar outros fatores intervenientes, como a legalização do divórcio em 1978 (MELO, 2006, p. 21).

² O fato da não redução da taxa de participação dos cônjuges quando o desemprego arrefece seria um dos indícios apontados por Melo (2006) para o efeito duradouro da crise na inserção feminina no mercado de trabalho.

³ Em Bruschini (2000), trabalhou-se a relação entre reestruturação produtiva e as mudanças da divisão sexual do trabalho nas empresas e organizações.

⁴ O impacto da crise econômica sobre diversos segmentos do mercado de trabalho foi tratado no Departamento..., (2001).

cipação feminina e as transformações da família já evidenciadas no passado recente, deve-se supor que tais processos prosseguirão no futuro.

MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS

Dois tipos de famílias se destacam pelas proporções que assumem nas áreas metropolitanas brasileiras: a família constituída pelo casal e seus filhos, tendo o homem como chefe; e a família formada pela mãe e seus filhos, sem a presença do cônjuge. Pelas informações da PED constatou-se que, no período formado pelos três últimos anos, a família nuclear com filhos e chefia masculina respondia por cerca de metade das famílias nas áreas metropolitanas pesquisadas, variando en-

Dois tipos de famílias se destacam pelas proporções que assumem nas áreas metropolitanas brasileiras: a família constituída pelo casal e seus filhos, tendo o homem como chefe; e a família formada pela mãe e seus filhos, sem a presença do cônjuge

tre 51,7% na Região Metropolitana (RM) de São Paulo e 44,5% na RM do Recife. A ocorrência de famílias monoparentais femininas, por sua vez, oscilava entre 21,9%, no caso da Grande Recife, e 15,7% na RM de Porto Alegre (Tabela 1).

Esse quadro, sobretudo, tem resultado de um processo de mudanças acentuadamente dinâmico, no qual o padrão tradicional de organização familiar, embora dominante, perde representatividade rapidamente. Desse modo, registre-se que, mesmo no curto período a que se restringe este estudo, nas cinco regiões metropolitanas com disponibilidade de dados, a família nuclear com filhos com chefia masculina, ainda predominante, foi a única forma de organização familiar a perder peso relativo. Na região metropolitana da capi-

tal de Minas Gerais, onde essa forma era a mais típica entre as cinco regiões pesquisadas, seu peso reduziu de 55,8%, para 50,2%, entre os triênios de 1998-2000 e 2003-2005.

Ainda no comparativo entre regiões metropolitanas, notou-se que a família monoparental feminina – o segundo tipo mais freqüente nas cinco regiões pesquisadas – ampliou sua representatividade em todos os casos analisados, sendo o caso da Grande Recife, que passou de 19,9% para 21,9%, entre os triênios, o exemplo mais conspícuo; e da RM de Salvador, o mais contido, ao elevar de 19,7% para 20,9%, no período estudado.

Tabela 1

**Distribuição das famílias segundo tipologia de arranjo familiar
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 1998/1999/2000 e 2003/2004/2005**
(em %)

Arranjos Familiares	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal					
	Belo Horizonte 98/99/00	Horizonte 03/04/05	Distrito Federal 98/99/00	Federal 03/04/05	Porto Alegre 98/99/00	Porto Alegre 03/04/05
Total	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0
Unipessoal feminina	4,4	5,8	-	5,3	7,1	8,3
Unipessoal masculina	3,9	5,3	-	5,3	4,8	5,7
Monoparental feminina (1)	17,2	18,6	-	20,4	14,2	15,7
Monoparental masculina (2)	1,9	2,2	-	1,8	1,8	2,0
Nuclear chefia feminina com filhos (3)	0,9	1,0	-	1,3	0,5	0,9
Nuclear chefia masculina com filhos (4)	55,8	50,2	-	49,1	51,6	46,5
Nuclear chefia feminina s/ filhos (5)	0,3	0,3	-	0,3	0,4	0,5
Nuclear chefia masculina s/ filhos (6)	10,0	10,9	-	10,9	15,6	16,1
Outros	5,6	5,8	-	5,6	4,0	4,3

Arranjos Familiares	Recife		Salvador		São Paulo	
	98/99/00	03/04/05	98/99/00	03/04/05	98/99/00	03/04/05
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Unipessoal feminina	3,9	4,6	4,8	5,5	5,1	5,7
Unipessoal masculina	3,3	3,7	5,8	6,8	4,6	4,9
Monoparental feminina (1)	19,9	21,9	19,7	20,9	13,9	15,8
Monoparental masculina (2)	2,1	2,3	2,4	2,4	1,8	1,8
Nuclear chefia feminina com filhos (3)	1,0	1,7	1,1	2,0	0,9	1,3
Nuclear chefia masculina com filhos (4)	54,4	49,4	49,5	44,5	54,7	51,7
Nuclear chefia feminina s/ filhos (5)	0,3	0,5	0,4	0,6	0,3	0,5
Nuclear chefia masculina s/ filhos (6)	10,7	11,3	9,7	10,6	13,3	13,4
Outros	4,4	4,7	6,6	6,7	5,4	4,9

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Famílias chefiadas por mulheres com filhos e sem a presença do cônjuge.

(2) Famílias chefiadas por homens com filhos e sem a presença do cônjuge.

(3) Famílias chefiadas por mulheres com filhos e a presença do cônjuge.

(4) Famílias chefiadas por homens com filhos e a presença do cônjuge.

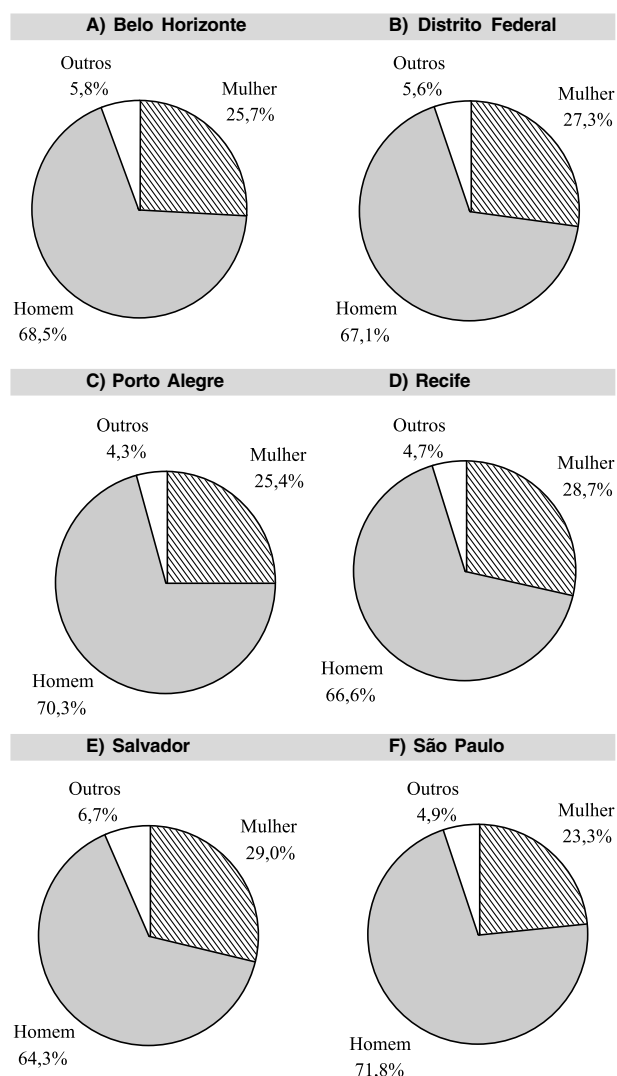
(5) Famílias chefiadas por mulheres sem filhos e com a presença do cônjuge.

(6) Famílias chefiadas por homens sem filhos e com a presença do cônjuge.

Obs: Com exceção dos arranjos familiares unipessoais feminina e masculino, nos demais arranjos, consideram-se as famílias com ou sem parentes.

O crescimento observado das famílias monoparentais, secundado pelo incremento de outros arranjos familiares de chefia feminina, entre os dois triênios analisados, fez com que, no quadro atual, as mulheres já respondessem pela condução de cerca de $\frac{1}{4}$ das famílias nas regiões metropolitanas brasileiras. Pelo Gráfico 1, apurou-se que o número de famílias tendo a mulher à frente, quer como chefes em famílias com duas ou mais pessoas, quer como moradoras desacompanhadas em um domicílio, em famílias unipessoais femininas, variou entre 23,3%, na Grande São Paulo, e 29,0%, na RM de Salvador, no último triênio 2003-2005.

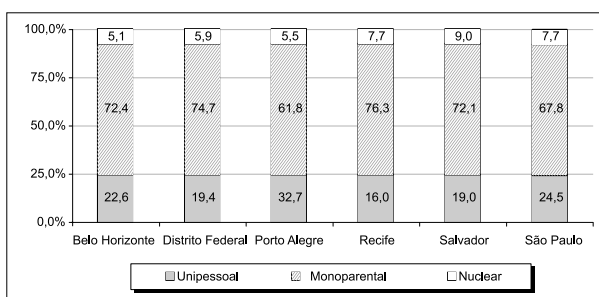
Gráfico 1
Distribuição das famílias segundo sexo do chefe
Regiões Metropolitanas, 2003/2004/2005



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração própria

Gráfico 2

Distribuição das famílias de chefia feminina segundo tipologia de arranjo familiar
Regiões Metropolitanas, 2003/2004/2005

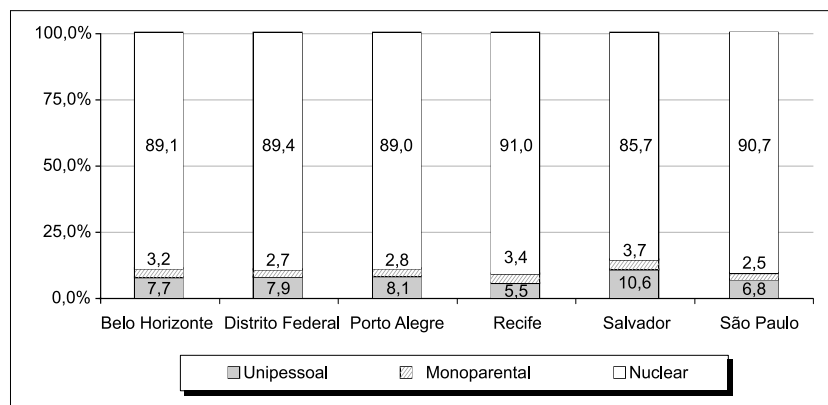


Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego (vide Tabela 1). Elaboração própria

Pelo Gráfico 2 observa-se ainda que, depois do monoparentalismo, a família unipessoal constituía a segunda forma mais frequente entre as famílias sob responsabilidade feminina. Por outro lado, a ocorrência de famílias chefiadas por mulheres com a presença do cônjuge ficava abaixo de 10% em todas as regiões analisadas, no triênio 2003-2005. Apesar da tipologia de composição de chefia feminina não se diferenciar muito entre essas áreas metropolitanas, algumas particularidades podem ser apontadas: Na RM do Recife predominavam as de tipo monoparental (76,3%), enquanto na Grande Porto Alegre, a proporção de famílias unipessoais sobressaía relativamente às demais áreas pesquisadas (32,7%). Na RM de Salvador, por sua vez, destacava-se o percentual de famílias nucleares chefiadas por mulheres (9,0%).

Nas famílias em que os homens estavam à frente, os tipos familiares nuclear eram majoritários, respondendo por cerca de 90% dos casos nas seis regiões pesquisadas. Neste sentido, destacaram-se as áreas metropolitanas do Recife e de São Paulo, nas quais este percentual era de 91,0% e 90,7%, respectivamente. Na RM de Salvador, por sua vez, havia uma presença comparativamente maior de famílias unipessoais (10,6%) e monoparentais (3,7%) (Gráfico 3).

Do quadro apresentado sobre as mudanças na composição das famílias e chefia familiar depreende-se que, de modo geral, as mulheres tinham maior propensão a gerir famílias sozinhas, enquanto os homens tendiam a chefiar famílias com o auxílio de seu cônjuge.

Gráfico 3**Distribuição das famílias de chefia masculina segundo tipologia de arranjo familiar
Regiões Metropolitanas, 2003/2004/2005**

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego (vide Tabela 1). Elaboração própria

TRANSFORMAÇÕES DOS SEGMENTOS DE FAMÍLIAS**Famílias nucleares**

Em todas as regiões analisadas, observou-se que o rendimento médio das famílias nucleares com filhos superava o auferido em todas as demais modalidades de organização familiar (Tabela 4). Esse fato estaria relacionado, primeiramente, à contribuição de um número maior de pessoas na renda total da família, uma vez que se constituem de arranjos com maior dimensão em relação aos demais tipos familiares. Outros fatores poderiam contribuir eventualmente para o maior rendimento familiar das organizações nucleares com filhos, como a idade madura dos chefes e cônjuges, geralmente correspondente ao momento da carreira profissional dos indivíduos em que os rendimentos tendem a ser maiores.

Assim como na questão dos rendimentos serem mais elevados, a família nuclear com filhos está associada, por definição, a um número maior de dependentes, como os filhos de menor idade. No triênio 2003-2005, o número médio de pessoas nas famílias nucleares com filhos foi ligeiramente inferior para aquelas com chefia masculina do que com chefia feminina, mas ambos eram bastante superiores à média de todos os tipos de famílias, em todas as regiões analisadas.

Desse modo, a renda *per capita* das famílias nucleares com filhos era menor que a média do total das famílias, uma vez que a renda total dessas famílias era dividida por um número maior de membros do que nos outros arranjos familiares. Nas regiões de Belo Horizonte, Distrito Federal, Recife e São Paulo, isso era particularmente mais grave nas famílias nucleares com filhos de chefia feminina, pois, nesses casos, um número maior de membros combinava com uma renda familiar menor do que no caso da

chefia masculina.

Quando se compara o triênio de 1998/2000, percebe-se um declínio na quantidade média de pessoas em decorrência, entre outros motivos, da redução da fecundidade. Entretanto, essa redução não foi suficiente para compensar a diminuição da renda total das famílias, o que resultou em uma renda disponível por membro mais baixa (Tabela 2).

As famílias nucleares sem filhos com chefia masculina apresentaram rendimento médio levemente maior que a média de renda familiar na Grande Recife (R\$ 909 contra R\$ 887, respectivamente), inferior, no entanto, à renda das famílias nucleares com filhos (R\$ 1.033, com chefia masculina, e R\$ 974, com chefia feminina) e à renda das famílias monoparentais masculinas (R\$ 974) (Tabela 4 – anexo estatístico). Tais diferenças sugerem a associação da renda desse arranjo familiar com a renda do trabalho dos jovens em início de carreira, e no outro extremo, dos idosos.

Entre os dois triênios analisados, a renda desse tipo de família com chefia masculina na RM de Recife declinou 25,4%, passando de R\$ 1.218 para R\$ 909. Como não houve decréscimo expressivo no número de pessoas na família, uma vez que essas famílias tendem a contar apenas com o casal (2,2 pessoas no último triênio), a retração da renda per capita foi semelhante à redução da renda total da família (24,7%) (Tabela 2).

Tabela 2

Variação do rendimento médio familiar¹ e rendimento médio familiar per capita² segundo tipologia de arranjo familiar entre os triênios de 1998/1999/2000 e 2003/2004/2005
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal

(em %)

Arranjos Familiares	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal					
	Nº médio de pessoas	Belo Horizonte Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita	Nº médio de pessoas	Distrito Federal Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita
Total	-9,4	-13,7	-4,7	-	-	-
Unipessoal feminina	0,0	-0,7	-0,7	-	-	-
Unipessoal masculina	0,0	3,9	3,9	-	-	-
Monoparental feminina (3)	-7,8	-16,5	-9,4	-	-	-
Monoparental masculina (4)	-6,6	-11,4	-5,1	-	-	-
Nuclear chefia feminina com filhos (5)	-9,1	-18,6	-10,4	-	-	-
Nuclear chefia masculina com filhos (6)	-4,2	-11,6	-7,7	-	-	-
Nuclear chefia feminina s/ filhos (7)	-3,6	(9)	(9)	-	-	-
Nuclear chefia masculina s/ filhos (8)	1,4	-7,9	-9,2	-	-	-
Outros	-4,4	-15,2	-11,2	-	-	-

Arranjos Familiares	Recife					
	Nº médio de pessoas	Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita	Nº médio de pessoas	Salvador Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita
Total	-6,7	-28,8	-23,7	-7,7	-15,2	-8,1
Unipessoal feminina	0,0	-23,1	-23,1	0,0	-12,0	-12,0
Unipessoal masculina	0,0	-29,2	-29,2	0,0	-13,1	-13,1
Monoparental feminina (3)	-5,1	-22,3	-18,1	-6,4	-12,4	-6,4
Monoparental masculina (4)	-7,5	-18,0	-11,4	-8,1	-12,7	-5,0
Nuclear chefia feminina com filhos (5)	-3,5	-28,4	-25,8	-4,8	-19,7	15,6
Nuclear chefia masculina com filhos (6)	-4,8	-29,5	-26,0	-5,9	-14,4	-8,9
Nuclear chefia feminina s/ filhos (7)	-2,8	(9)	(9)	-4,7	(9)	(9)
Nuclear chefia masculina s/ filhos (8)	-0,9	-25,4	-24,7	-2,2	-16,2	-14,2
Outros	-2,1	-25,8	-24,2	-1,4	-11,0	-9,7

Arranjos Familiares	Porto Alegre					
	Nº médio de pessoas	Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita	Nº médio de pessoas	São Paulo Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita
Total	-4,7	-12,9	-8,6	-3,8	-23,4	-20,3
Unipessoal feminina	0,0	-5,4	-5,4	0,0	-19,4	-19,4
Unipessoal masculina	0,0	-10,1	-10,1	0,0	-26,1	-26,1
Monoparental feminina (3)	-2,2	-9,9	-7,9	-3,7	-21,7	-18,6
Monoparental masculina (4)	-3,2	-17,7	-15,0	-6,8	-30,0	-24,9
Nuclear chefia feminina com filhos (5)	-4,0	-9,2	-5,4	-5,1	-18,7	-14,3
Nuclear chefia masculina com filhos (6)	-2,2	-12,3	-10,3	-2,4	-23,2	-21,4
Nuclear chefia feminina s/ filhos (7)	1,9	(9)	(9)	2,8	(9)	(9)
Nuclear chefia masculina s/ filhos (8)	0,0	-8,5	-8,5	-0,9	-18,6	-17,8
Outros	-2,4	-15,4	-13,3	-3,0	-19,3	-16,7

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

¹ O rendimento médio familiar consiste na média de rendimentos de aposentadoria ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e inativos).

² Rendimento médio familiar per capita = rendimento médio familiar / nº médio de pessoas na família. Inflatores utilizados: IPCA-BH/IPEA, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SE/BA, ICV-DIEESE/SP

(3) Famílias chefiadas por mulheres com filhos e sem a presença do cônjuge.

(4) Famílias chefiadas por homens com filhos e sem a presença do cônjuge.

(5) Famílias chefiadas por mulheres com filhos e a presença do cônjuge.

(6) Famílias chefiadas por homens com filhos e a presença do cônjuge.

(7) Famílias chefiadas por mulheres sem filhos e com a presença do cônjuge.

(8) Famílias chefiadas por homens sem filhos e com a presença do cônjuge.

(9) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: 1. Com exceção dos arranjos familiares unipessoais feminina e masculina, nos demais arranjos, consideram-se as famílias com ou sem parentes.

Elaboração: Própria

Famílias monoparentais

A diferença de renda e tamanho das famílias monoparentais segundo o sexo do chefe são análogas às encontradas nas famílias nucleares com filhos.

Assim, a renda média mensal das famílias monoparentais masculinas superou a das chefiadas por mulheres em todas as regiões analisadas (Tabela 4). Ainda, no triênio 2003-2005, o rendimento médio mensal das famílias monoparentais femininas corres-

pondeu a 72,5% do auferido pelos agrupamentos monoparentais masculinos na RM do Recife. Este diferencial, por seu turno, assumiu menor dimensão em Porto Alegre, onde era de 76,8% a proporção da renda familiar dos arranjos compostos por mãe e filhos relativamente ao dos que contavam com pai e filhos.

Em relação ao dimensionamento, ainda pela Tabela 4, verifica-se que as famílias monoparentais femininas eram ligeiramente maiores do que as masculinas, refletindo um maior número de dependentes. Entre 2003-2005, o tamanho médio das famílias monoparentais chefiadas por mulheres variava entre 3,2 pessoas, em Porto Alegre, e 3,8 nas regiões metropolitanas de Recife e de Salvador, ao passo em que naquelas chefiadas por homens oscilava entre 3,1 pessoas, em Porto Alegre, e 3,6 na área metropolitana da capital pernambucana.

Com renda menor e maior número de dependentes, a situação de famílias chefiadas por mulheres e com filhos se converte na mais vulnerável de todas as tipologias, o que é traduzido pelos menores patamares de rendimentos per capita familiar. No triênio 2003-2005, verifica-se que a renda familiar per capita dos arranjos compostos por mãe e filhos se situou entre R\$ 191, na RM do Recife, e R\$ 440, no Distrito Federal (Tabela 4).

Em relação ao triênio 1998-2000, os rendimentos médios das famílias monoparentais sofreram retração. Na RM de Recife, as perdas foram de 22,3%, nas famílias com chefias femininas e 18,0%, nas de chefias masculinas. Analogamente às famílias formadas por casais com filhos, a redução de rendimentos prevaleceu sobre a redução do número médio de pessoas, fazendo com que se reduzisse o rendimento disponível por membro da família (Tabela 2).

Famílias unipessoais

Pela ausência de dependentes, em média, as pessoas que moram sozinhas gozavam de melhores condições de vida que os integrantes de outros tipos de famílias, por contarem com maior renda disponível. Contribui também para este quadro o fato dessas pessoas estarem concentradas nas faixas de idade mais produtivas e, via de regra, no auge das suas vidas profissionais.

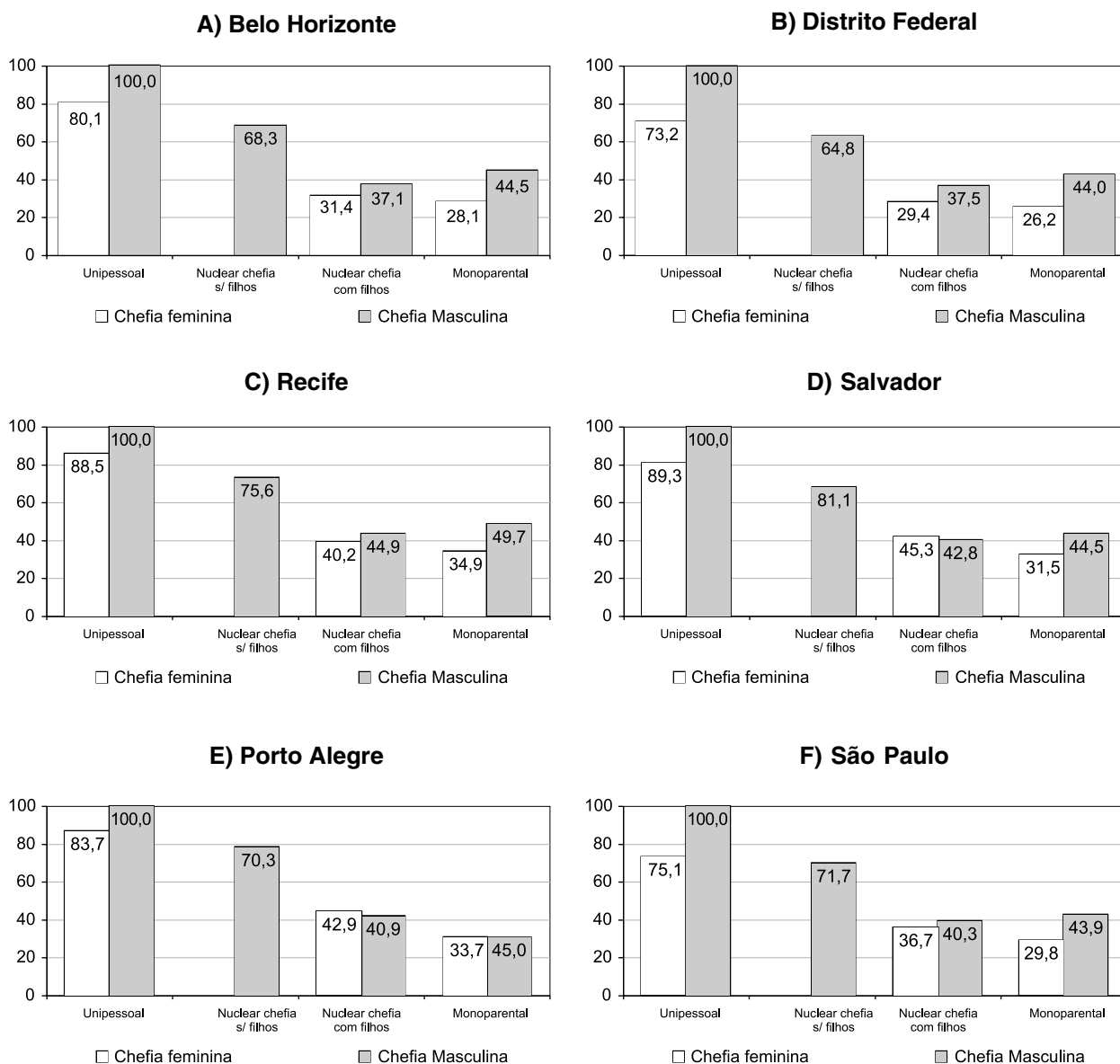
Expressando estas características, o rendimento dos arranjos unipessoais femininos girava em torno do dobro do rendimento médio per capita

do total das famílias das áreas pesquisadas. Na RM do Recife, as mulheres que moravam sozinhas recebiam R\$ 483, enquanto o rendimento familiar médio per capita encontrava-se em R\$ 255 (Tabela 4). Na Grande São Paulo, por sua vez, enquanto o rendimento médio da família unipessoal feminina era 73,8% superior à renda média per capita, o rendimento per capita da família monoparental feminina era pouco mais de dois terços (68,7%) do rendimento médio per capita.

Em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, porém, o rendimento das mulheres que moravam sozinhas era inferior ao dos homens que viviam em igual situação, nos últimos três anos (Gráfico 4). Na RM de Salvador, onde as rendas das famílias unipessoais masculinas e femininas mais se aproximavam, o rendimento das mulheres equivalia a 89,3% do rendimento percebido pelos homens, mas no Distrito Federal, entretanto, as mulheres recebiam apenas 73,2% do rendimento dos homens.

Gráfico 4**Índice do rendimento per capita segundo tipo de família e sexo do seu chefe**
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2003/2004/2005

(Rendimento da família unipessoal masculina = 100)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego (Tabela 4)
Elaboração própria

A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NA RENDA FAMILIAR**Família nuclear com filhos**

A proporção de famílias chefiadas por mulheres nas áreas metropolitanas brasileiras é crescente, sendo uma das expressões mais evidentes das mu-

danças do papel feminino na sociedade. Esta situação, porém, não esgota a ampliação das funções assumidas pelas mulheres na organização familiar, uma vez que sua contribuição na manutenção dos lares visivelmente aumenta, mesmo quando elas ocupam posições de cônjuges em famílias mais tradicionais baseadas em relações nucleares com chefia masculina.

No triênio 2003-2005, a composição da renda nas famílias nucleares chefiadas por homens indicou que, em todas as regiões analisadas, mais de 63% da renda tinha origem no trabalho do chefe, enquanto os cônjuges contribuíram com cerca de 20% desta renda. Na Grande Porto Alegre, esse percentual atingiu 22,5%, sendo essa a região com a maior contribuição do trabalho feminino na renda familiar (Tabela 6).

Ao comparar as famílias com chefias masculinas aos lares chefiados por mulheres, pela mesma Tabela 6, pode-se observar que nesse último a contribuição de cada membro na renda doméstica ocorre de uma maneira mais equilibrada, refletindo a maior inserção dos homens no mercado de trabalho, mesmo enquanto cônjuges. Na Grande Recife, assim como nas regiões metropolitanas de Salvador e de Porto Alegre, a participação do cônjuge masculino era um pouco maior que a da mulher chefe. O contrário era apresentado na Grande Belo Horizonte e no Distrito Federal, onde a participação da mulher chefe no orçamento doméstico superava a do homem.

Entre os dois triênios analisados, observou-se aumento da participação da renda das mulheres, seja no papel de cônjuge, seja como filha, em todas as regiões pesquisadas. Na RM de Recife, por exemplo, enquanto a participação dos homens havia retraído (de 68,3% para 67,0%, no caso dos chefes, e de 6,8% para 6,6%, no caso dos filhos), a das mulheres aumentou, tanto para esposas (de 18,1% para 18,6%) como para filhas (de 4,5% para 4,9%) (Tabela 5 e Tabela 6 – anexo estatístico).

Famílias monoparentais

Na família monoparental feminina, a contribuição dada pelos filhos chegou a ser superior a 1/3 nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Recife (Tabela 8), enquanto nas monoparentais masculinas, a participação da renda do chefe na manutenção familiar superou os 65,0% em todas

as áreas investigadas. O fato de a maior participação de outros membros da família no orçamento doméstico não resultar em patamares relativamente mais elevados dos agrupamentos monoparentais femininos, se comparados aos masculinos, sugere a inserção mais vulnerável no mercado de trabalho por parte de seus membros. Mais grave ainda, a entrada prematura de filhos no mercado de trabalho para garantir a manutenção do grupo familiar, implica, muitas vezes, no abandono dos estudos ou na difícil tentativa de conciliar escola e trabalho. Esta situação, necessariamente, diminui a qualidade da formação deste jovem e compromete sua vida profissional futura.

Em todas as regiões analisadas, observou-se crescimento da participação do chefe nas famílias monoparentais femininas, entre os dois triênios analisados. Na

Grande Belo Horizonte, por exemplo, a participação do chefe na renda familiar saltou de 53,6% para 59,5%, entre os períodos 1998-2000 e 2003-2000 (Tabela 7 e Tabela 8 – anexo estatístico).

A composição da renda familiar variava conforme a faixa etária da mulher chefe de família, conforme mostra a Tabela 9, no anexo estatístico. Em todas as regiões pesquisadas pela PED, a renda familiar era quase que integralmente adquirida pelas chefes, quando estas tinham até 34 anos, sendo que na RM do Recife as chefes respondiam por 81,5%. Pelo fato da maioria dos filhos encontrarem-se abaixo dos 10 anos nesse segmento familiar, a contribuição dos filhos era residual.

Para aquelas mulheres com idade entre 35 e 49 anos, registrou-se um aumento da participação do rendimento dos filhos e diminuição do peso do rendimento das mulheres. Dessa forma, a maior parcela da renda familiar continuava sendo fruto do trabalho dos chefes, variando entre 76,2% (Distrito Federal) e 64,8% (Recife).

As mães chefes conseguiam ter uma ajuda relativamente maior quando encontravam-se na faixa etária de 50 anos e mais, ainda pela Tabela 9. Nesse

A proporção de famílias chefiadas por mulheres nas áreas metropolitanas brasileiras é crescente, sendo uma das expressões mais evidentes das mudanças do papel feminino na sociedade

grupo de famílias, a participação dos filhos chegava a ser maior que a das chefes na Grande São Paulo (51,8% e 42,3%, respectivamente). Esse fato pode ser explicado, de um lado, pela presença da aposentadoria como principal fonte de renda das chefes e, de outro lado, pelo incremento de renda dos filhos, que, com mais idade, estariam melhor posicionados no mercado de trabalho *vis-à-vis* as famílias com chefes mais jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas regiões metropolitanas brasileiras, está em curso um processo profundo e célere de mudanças no padrão de arranjo familiar, que guarda íntima relação com a entrada da mulher no mercado de trabalho. Mais e mais, ao menos em alguma fase de suas vidas, mulheres optam por morar só, ou mesmo constituir uma família com seus filhos, sem a presença do cônjuge. Ao lado disso, o modelo de família de chefia masculina com filhos vai pouco a pouco deixando de ser o modelo predominante e emblemático de organização familiar brasileira.

Ainda que de forma tímida, mesmo nas famílias fundadas por uma união nuclear, a mulher tem, crescentemente, se posicionado como chefe de família. A mudança causada pela emancipação feminina pode ser percebida mesmo nas famílias em que vige a forma mais tradicional de organização nuclear, com chefia masculina, uma vez que a contribuição da mulher, seja como cônjuge, seja como filha, no orçamento familiar, segue tendência de elevação, nos últimos oito anos.

O envolvimento feminino no mercado de trabalho e o seu maior papel desempenhado no lar estão relacionados, também, com o desejo de um número reduzido de filhos, que é concretizado pela diminuição da fecundidade, e tem como conseqüências a redução da razão de dependência e a diminuição do tamanho das famílias. Essa mudança, observada entre os dois triênios analisados, não gerou aumento do bem estar familiar pela maior renda disponível por membro,

pois, concomitante aos efeitos da menor fecundidade na dimensão da família, o mercado de trabalho entrou em uma grave crise, caracterizada tanto pela escalada do desemprego como também pela deterioração das condições de trabalho e renda, e que havia se tornado mais aguda na década passada.

A magnitude dessa crise atingiu tamanha proporção que nem a entrada da mulher e de mais integrantes da família no mercado de trabalho foram suficientes para conter a diminuição da renda per capita das famílias, apesar de terem diminuído seus dependentes.

A análise da evolução dos componentes demográficos deslocam a preocupação para o problema imediato da flagrante situação de empobrecimento das famílias, pois o mesmo processo de redução

da fecundidade, que diminuiu a razão de dependência no presente, será responsável pelo seu aumento, no futuro, com o crescimento da parcela de pessoas na terceira idade na composição da pirâmide etária brasileira, nas próximas décadas.

Se o Estado dá indícios de se mostrar preocupado em lidar com esse quadro que se avizinha, ao propor reformas da previdência, também as famílias sentirão dificuldades em gerir, por recursos próprios, sua sobrevivência com um número maior e crescente de inativos, de sessenta anos e mais, uma vez que foram dilapidadas pelo longo processo de retração do rendimento per capita.

Com essas constatações, é forçoso focar atenção no comportamento das famílias, principalmente nas monoparentais de chefia feminina, pois nestas a estratégia privada de sobrevivência parece ser mais falha, sobretudo nas famílias mais jovens, onde a incorporação precoce dos filhos ao mundo do trabalho pode precarizar as condições de vida futura desta geração. Crescimento econômico com melhora do mercado de trabalho e equidade de gênero apresentaram-se como elementos capazes de mitigar, senão reverter, esse quadro negativo que, se intocado, tende a se agravar nos próximos anos.

Na família monoparental feminina, a contribuição dada pelos filhos chegou a ser superior a 1/3 na regiões metropolitanas de São Paulo e do Recife (Tabela 8), enquanto nas monoparentais masculinas, a participação da renda do chefe na manutenção familiar superou os 65,0% em todas as áreas investigadas

REFERÊNCIAS

- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência a discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP; São Paulo: Editora 34, 2000. p.13-58.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. A situação do trabalho no Brasil. In: *As mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: DIEESE, 2001. p.103-126.
- MELO, Frederico Luiz Barbosa de. *Trajetórias no mercado de trabalho: perfis socioocupacionais de indivíduos e casais da Grande São Paulo*. Tese (Doutorado) – UFMG; Cedeplar, Belo Horizonte, 2006.
- MONTALI, Lília. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.17, n. 2, p.123-135, abr./jun. 2003.
- SOUZA, Laumar Neves de; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. *Gênero e mercado de trabalho na grande Salvador: um breve comparativo entre as décadas de 1980 e 90*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7., 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2001. p.1-22.
- WAJNMAN, Simone; RIOS-NETO, Eduardo L. G. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP; São Paulo: Editora 34, 2000. p.59-84.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 3

Rendimento médio familiar¹ e rendimento médio familiar per capita² segundo tipologia de arranjo familiar
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 1998/1999/2000

(em %)

Arranjos Familiares	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal					
	Nº médio de pessoas	Belo Horizonte Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita	Nº médio de pessoas	Distrito Federal Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita
Total	3,5	1.501	429	-	-	-
Unipessoal feminina	1,0	813	813	-	-	-
Unipessoal masculina	1,0	969	969	-	-	-
Monoparental feminina (3)	3,6	1.124	312	-	-	-
Monoparental masculina (4)	3,5	1.654	473	-	-	-
Nuclear chefia feminina com filhos (5)	4,7	1.658	353	-	-	-
Nuclear chefia masculina com filhos (6)	4,3	1.744	405	-	-	-
Nuclear chefia feminina s/ filhos (7)	2,2	1.658	754	-	-	-
Nuclear chefia masculina s/ filhos (8)	2,1	1.590	757	-	-	-
Outros	2,7	1.250	463	-	-	-

Arranjos Familiares	Recife			Salvador		
	Nº médio de pessoas	Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita	Nº médio de pessoas	Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita
Total	3,7	1.246	334	3,6	1.428	395
Unipessoal feminina	1,0	629	629	1,0	804	804
Unipessoal masculina	1,0	771	771	1,0	911	911
Monoparental feminina (3)	3,9	909	233	3,9	1.034	264
Monoparental masculina (4)	3,9	1.188	306	3,7	1.377	371
Nuclear chefia feminina com filhos (5)	4,6	1.361	296	4,8	2.028	425
Nuclear chefia masculina com filhos (6)	4,4	1.465	332	4,5	1.690	372
Nuclear chefia feminina s/ filhos (7)	2,5	(9)	(9)	2,3	(9)	(9)
Nuclear chefia masculina s/ filhos (8)	2,2	1.218	549	2,2	1.671	749
Outros	2,9	1.141	396	2,8	1.292	461

Arranjos Familiares	Porto Alegre			São Paulo		
	Nº médio de pessoas	Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita	Nº médio de pessoas	Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita
Total	3,2	1.689	530	3,4	2.245	664
Unipessoal feminina	1,0	935	935	1,0	1.132	1.132
Unipessoal masculina	1,0	1.176	1.176	1,0	1.644	1.644
Monoparental feminina (3)	3,2	1.246	387	3,5	1.543	445
Monoparental masculina (4)	3,2	1.774	560	3,4	2.404	709
Nuclear chefia feminina com filhos (5)	4,2	2.026	479	4,5	2.343	520
Nuclear chefia masculina com filhos (6)	4,1	1.974	482	4,2	2.626	622
Nuclear chefia feminina s/ filhos (7)	2,1	(9)	(9)	2,2	(9)	(9)
Nuclear chefia masculina s/ filhos (8)	2,1	1.722	812	2,2	2.276	1.059
Outros	2,5	1.465	577	2,7	1.903	718

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

¹ O rendimento médio familiar consiste na média de rendimentos de aposentadoria ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e inativos).

² Rendimento médio familiar per capita = rendimento médio familiar / nº médio de pessoas na família. Infatores utilizados: IPCA-BH/IEPA, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP.

Valores em R\$ de novembro de 2005.

(3) Famílias chefiadas por mulheres com filhos e sem a presença do cônjuge.

(4) Famílias chefiadas por homens com filhos e sem a presença do cônjuge.

(5) Famílias chefiadas por mulheres com filhos e a presença do cônjuge.

(6) Famílias chefiadas por homens com filhos e a presença do cônjuge.

(7) Famílias chefiadas por mulheres sem filhos e com a presença do cônjuge.

(8) Famílias chefiadas por homens sem filhos e com a presença do cônjuge.

(9) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: 1. Com exceção dos arranjos familiares unipessoais feminina e masculina, nos demais arranjos, consideram-se as famílias com ou sem parentes.

Elaboração: própria

Tabela 4**Rendimento médio familiar¹ e rendimento médio familiar per capita² segundo tipologia de arranjo familiar
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2003/2004/2005**

(em %)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal						
Arranjos Familiares	Nº médio de pessoas	Belo Horizonte		Nº médio de pessoas	Distrito Federal	
		Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita		Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita
Total	3,2	1.295	409	3,3	2.174	655
Unipessoal feminina	1,0	807	807	1,0	1.229	1.229
Unipessoal masculina	1,0	1.008	1.008	1,0	1.680	1.680
Monoparental feminina (3)	3,3	939	283	3,4	1.500	440
Monoparental masculina (4)	3,3	1.466	448	3,3	2.400	738
Nuclear chefia feminina com filhos (5)	4,3	1.350	316	4,4	2.177	494
Nuclear chefia masculina com filhos (6)	4,1	1.541	374	4,2	2.653	630
Nuclear chefia feminina s/ filhos (7)	2,1	(9)	(9)	2,3	(9)	(9)
Nuclear chefia masculina s/ filhos (8)	2,1	1.465	688	2,2	2.394	1.088
Outros	2,6	1.061	411	2,6	1.716	650

Arranjos Familiares	Nº médio de pessoas	Recife		Nº médio de pessoas	Salvador	
		Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita		Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita
Total	3,5	887	255	3,3	1.211	363
Unipessoal feminina	1,0	483	483	1,0	708	708
Unipessoal masculina	1,0	546	546	1,0	792	792
Monoparental feminina (3)	3,7	706	191	3,7	905	247
Monoparental masculina (4)	3,6	974	271	3,4	1.202	353
Nuclear chefia feminina com filhos (5)	4,4	974	219	4,5	1.629	359
Nuclear chefia masculina com filhos (6)	4,2	1.033	245	4,3	1.447	339
Nuclear chefia feminina s/ filhos (7)	2,4	(9)	(9)	2,2	(9)	(9)
Nuclear chefia masculina s/ filhos (8)	2,2	909	413	2,2	1.401	642
Outros	2,8	847	300	2,8	1.150	416

Arranjos Familiares	Nº médio de pessoas	Porto Alegre		Nº médio de pessoas	São Paulo	
		Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita		Rendimento médio familiar	Rendimento familiar per capita
Total	3,0	1.472	484	3,3	1.720	529
Unipessoal feminina	1,0	884	884	1,0	912	912
Unipessoal masculina	1,0	1.057	1.057	1,0	1.215	1.215
Monoparental feminina (3)	3,2	1.122	356	3,3	1.209	362
Monoparental masculina (4)	3,1	1.460	476	3,2	1.684	533
Nuclear chefia feminina com filhos (5)	4,1	1.840	453	4,3	1.906	445
Nuclear chefia masculina com filhos (6)	4,0	1.732	432	4,1	2.016	489
Nuclear chefia feminina s/ filhos (7)	2,2	(9)	(9)	2,2	(9)	(9)
Nuclear chefia masculina s/ filhos (8)	2,1	1.575	743	2,1	1.854	870
Outros	2,5	1.239	500	2,6	1.536	598

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

¹ O rendimento médio familiar consiste na média de rendimentos de aposentadoria ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e inativos).² Rendimento médio familiar per capita = rendimento médio familiar / nº médio de pessoas na família. Indicadores utilizados: IPCA-BH/IPEA, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SE/BA, ICV-DIEESE/SP.

Valores em R\$ de novembro de 2004.

(3) Famílias chefiadas por mulheres com filhos e sem a presença do cônjuge.

(4) Famílias chefiadas por homens com filhos e sem a presença do cônjuge.

(5) Famílias chefiadas por mulheres com filhos e a presença do cônjuge.

(6) Famílias chefiadas por homens com filhos e a presença do cônjuge.

(7) Famílias chefiadas por mulheres sem filhos e com a presença do cônjuge.

(8) Famílias chefiadas por homens sem filhos e com a presença do cônjuge.

(9) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: 1. Com exceção dos arranjos familiares unipessoais feminina e masculina, nos demais arranjos, consideram-se as famílias com ou sem parentes.

Elaboração: própria

Tabela 5

Distribuição da massa de rendimento total das famílias nucleares com filhos¹, segundo tipologia de família e posição na família
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 1998/1999/2000

(em %)

		Regiões Metropolitanas				
Posição na Família		Belo Horizonte			Distrito Federal	
	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina
Total	100,0	100,0	100,0	-	-	-
Chefe	67,0	67,4	40,2	-	-	-
Cônjuge	18,6	18,3	40,2	-	-	-
Filhos	13,0	12,9	17,3	-	-	-
Filho	7,8	7,8	9,9	-	-	-
Filha	5,2	5,1	7,4	-	-	-
Demais	1,4	1,4	(2)	-	-	-

Posição na Família	Total	Recife			Salvador	
		Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	68,3	68,8	42,6	67,2	67,9	43,3
Cônjuge	18,5	18,1	40,3	20,6	19,9	42,2
Filhos	11,3	11,3	12,9	10,2	10,2	11,3
Filho	6,8	6,8	7,5	6,1	6,0	6,9
Filha	4,5	4,5	5,4	4,1	4,2	4,4
Demais	1,9	1,8	(2)	2,0	2,0	(2)

Posição na Família	Total	Porto Alegre			São Paulo	
		Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	66,5	66,8	42,1	67,2	67,5	40,0
Cônjuge	21,2	20,9	45,6	17,7	17,4	41,9
Filhos	10,8	10,8	10,3	13,5	13,5	15,4
Filho	6,6	6,6	(2)	7,7	7,7	9,5
Filha	4,2	4,2	(2)	5,8	5,8	5,9
Demais	1,5	1,5	(2)	1,6	1,6	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

¹ O rendimento familiar total das famílias nucleares com filhos consiste na soma de rendimentos de aposentadoria ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos, cuja a posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado.

Infatores utilizados: IPCA-BH/IPEA, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP.

Valores em R\$ de novembro de 2004.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Consideram-se as famílias com ou sem parentes.

Elaboração: Própria

Tabela 6

Distribuição da massa de rendimento total das famílias nucleares com filhos¹, segundo tipologia de família e posição na família
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2003/2004/2005

(em %)

		Regiões Metropolitanas				
Posição na Família	Total	Belo Horizonte			Distrito Federal	
		Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	66,6	66,9	46,7	63,8	64,1	48,0
Cônjuge	19,7	19,4	36,1	24,7	24,4	38,4
Filhos	12,5	12,5	15,5	10,1	10,1	11,7
Filho	7,2	7,2	9,1	5,7	5,7	7,4
Filha	5,3	5,3	6,4	4,3	4,3	4,3
Demais	1,2	1,2	(2)	1,4	1,4	(2)

Posição na Família	Total	Recife			Salvador	
		Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	67,0	67,8	40,9	63,7	64,9	38,6
Cônjuge	19,2	18,6	42,4	22,8	21,7	43,4
Filhos	11,6	11,5	14,2	11,6	11,4	14,5
Filho	6,6	6,6	8,1	6,7	6,6	8,8
Filha	4,9	4,9	6,1	4,9	4,8	5,7
Demais	2,2	2,1	(2)	2,0	1,9	(2)

Posição na Família	Total	Porto Alegre			São Paulo	
		Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	63,3	63,7	41,3	64,2	64,7	41,1
Cônjuge	23,3	22,9	45,2	19,9	19,4	41,2
Filhos	11,9	11,9	10,7	14,3	14,3	15,2
Filho	7,3	7,3	7,1	8,2	8,2	8,9
Filha	4,6	4,6	3,6	6,0	6,0	6,3
Demais	1,5	1,5	(2)	1,7	1,6	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

¹ O rendimento familiar total das famílias nucleares com filhos consiste na soma de rendimentos de aposentadoria ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos, cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Indicadores utilizados: IPCA-BH/IPEAD, INPC-DF/IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP. Valores em R\$ de novembro de 2005.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Elaboração: Própria

Tabela 7

Distribuição da massa de rendimento total das famílias monoparentais¹, segundo tipologia de família e posição na família
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 1998/1999/2000

(em %)

		Regiões Metropolitanas				
Posição na Família		Belo Horizonte			Distrito Federal	
	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina
Total	100,0	100,0	100,0	-	-	-
Chefe	55,4	67,3	53,6	-	-	-
Filhos	39,0	28,0	40,7	-	-	-
Filho	20,6	15,5	21,4	-	-	-
Filha	18,4	12,5	19,3	-	-	-
Demais	5,6	4,7	5,7	-	-	-

		Recife				
Posição na Família	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Salvador	Chefia Feminina
					Chefia Masculina	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	54,7	65,3	53,2	59,5	71,0	57,7
Filhos	36,4	26,7	37,8	33,2	23,0	34,7
Filho	19,8	13,3	20,8	18,7	12,6	19,6
Filha	16,6	13,4	17,0	14,5	10,4	15,1
Demais	8,9	8,0	9,0	7,3	6,0	7,6

		Porto Alegre			São Paulo	
Posição na Família	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	60,2	65,9	59,3	52,6	62,2	50,8
Filhos	33,0	28,0	33,9	40,6	31,2	42,3
Filho	18,0	14,8	18,6	21,3	15,5	22,4
Filha	15,0	13,2	15,3	19,3	15,7	19,9
Demais	6,8	6,1	6,8	6,8	6,6	6,9

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

¹ O rendimento familiar total das famílias monoparentais consiste na soma de rendimentos de aposentadoria ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos, cuja a posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado.

Indicadores utilizados: IPCA-BH/PEAD, INPC-DF/IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP.

Valores em R\$ de novembro de 2005.

Tabela 8

Distribuição da massa de rendimento total das famílias monoparentais¹, segundo tipologia de família e posição na família
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2003/2004/2005

(em %)

Posição na Família		Regiões Metropolitanas				
		Belo Horizonte		Distrito Federal		
	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	60,9	69,3	59,5	65,3	73,7	64,3
Filhos	33,8	25,5	35,1	30,0	22,5	30,9
Filho	17,2	12,0	18,0	15,4	10,6	16,0
Filha	16,6	13,5	17,1	14,6	11,9	15,0
Demais	5,3	(2)	5,4	4,7	(2)	4,8

Posição na Família		Recife		Salvador		
		Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Chefia Masculina	Chefia Feminina
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	58,1	67,7	56,8	60,1	70,2	58,7
Filhos	32,9	24,8	34,0	32,1	23,3	33,4
Filho	17,2	12,6	17,8	17,9	12,5	18,6
Filha	15,6	12,2	16,1	14,3	10,7	14,8
Demais	9,0	7,5	9,2	7,7	6,5	7,9

Posição na Família		Porto Alegre		São Paulo		
		Chefia Masculina	Chefia Feminina	Total	Chefia Masculina	Chefia Femininaa
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	62,6	67,8	61,7	55,6	65,9	54,1
Filhos	30,9	26,4	31,7	38,3	29,1	39,7
Filho	17,2	15,1	17,6	20,5	17,0	21,0
Filha	13,7	11,3	14,1	17,8	12,1	18,6
Demais	6,5	5,8	6,6	6,1	(2)	6,2

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

¹ O rendimento familiar total das famílias monoparentais consiste na soma de rendimentos de aposentadoria ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos, cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado.

Indicadores utilizados: IPCA-BH/PEAD, INPC-DF/IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SE/BA, ICV-DIEESE/SP.

Valores em R\$ de novembro de 2005.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Elaboração: própria

Tabela 9

Distribuição da massa de rendimento total das famílias monoparentais femininas¹, segundo idade do chefe e posição na família
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2003/2004/2005

(em %)

Posição na Família	Regiões Metropolitanas							
	Total	Belo Horizonte			Total	Distrito Federal		
		Chefia feminina com até 34 anos	Chefia feminina entre 35 e 49 anos	Chefia feminina com 50 anos e mais		Chefia feminina com até 34 anos	Chefia feminina entre 35 e 49 anos	Chefia feminina com 50 anos e mais
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	59,5	88,2	69,9	52,7	64,3	88,9	76,2	52,9
Filhos	35,1	1,3	24,4	42,5	30,9	1,2	19,7	42,4
Filho	18,0	0,7	14,4	21,0	16,0	0,7	11,0	21,3
Filha	17,1	0,6	10,0	21,5	15,0	0,4	8,7	21,1
Demais	5,4	(2)	5,7	4,9	4,8	9,9	4,1	4,7

Posição na Família	Total	Recife			Total	Salvador		
		Chefia feminina com até 34 anos	Chefia feminina entre 35 e 49 anos	Chefia feminina com 50 anos e mais		Chefia feminina com até 34 anos	Chefia feminina entre 35 e 49 anos	Chefia feminina com 50 anos e mais
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	56,8	81,5	64,8	52,4	58,7	83,3	70,6	51,0
Filhos	34,0	3,1	25,4	38,9	33,4	2,0	22,1	41,4
Filho	17,8	2,2	14,7	19,9	18,6	1,4	13,4	22,5
Filha	16,1	0,9	10,8	19,0	14,8	0,6	8,7	18,8
Demais	9,2	(2)	9,8	8,7	7,9	(2)	7,3	7,7

Posição na Família	Total	Porto Alegre			Total	São Paulo		
		Chefia feminina com até 34 anos	Chefia feminina entre 35 e 49 anos	Chefia feminina com 50 anos e mais		Chefia feminina com até 34 anos	Chefia feminina entre 35 e 49 anos	Chefia feminina com 50 anos e mais
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	61,7	87,6	72,2	54,1	54,1	85,8	67,4	42,3
Filhos	31,7	2,0	22,1	39,2	39,7	1,8	27,0	51,8
Filho	17,6	1,4	13,5	21,1	21,0	1,2	16,1	26,4
Filha	14,1	0,6	8,6	18,1	18,6	0,6	10,9	25,4
Demais	6,6	(2)	5,7	6,7	6,2	(2)	5,6	5,9

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

¹ O rendimento familiar total das famílias monoparentais femininas consiste na soma de rendimentos de aposentadoria ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos, cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado.

Indicadores utilizados: IPCA-BH/PEAD, INPC-DF/IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SE/BA, ICV-DIEESE/SP.

Valores em R\$ de novembro de 2005.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Elaboração: própria

Novos baianos: inserção de imigrantes no mundo do trabalho da Região Metropolitana de Salvador

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos*

Resumo

O artigo apresenta resultados de uma investigação exploratória acerca da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS) na atualidade, utilizando como base empírica de dados a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMS) dos períodos 1987-89 e 1997-2005. A investigação revelou que a imigração para a RMS permanece como um fenômeno importante na dinâmica do mercado de trabalho, mudanças no perfil dos imigrantes, padrões diferenciados de inserção produtiva e rendimento entre aqueles procedentes do interior da Bahia e os dos outros estados e diferenciações de gênero.

Palavras-chave: Imigração, inserção de imigrantes no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Abstract

This paper presents the results of an exploratory survey regarding the current insertion of immigrants in the labor market in the Metropolitan Area of Salvador (MAS), using, as an empiric database, the Employment and Unemployment Research (PED-MAS) during the following periods: 1987-89 and 1997-2005. The survey showed that immigration to the MAS remains an important phenomenon in the labor market dynamics, in the change of the immigrant profile, differentiated production patterns, and income insertion among those coming from the interior of Bahia and those coming from other states, besides gender differences.

Key words: Immigration, insertion of immigrants in the labor market of the Metropolitan Area of Salvador, Employment and Unemployment Research.

INTRODUÇÃO

A imigração foi ao longo do século passado, especialmente na sua segunda metade, um componente importante na dinâmica populacional da cidade de Salvador e da sua área metropolitana,¹ com forte impacto na conformação e no desenvolvimento do mercado de trabalho local (AZEVEDO, 2000, SOUZA, 1978). O estudo de Souza (1978) sobre as relações entre os movimentos de população em direção a Salvador e a inserção desses contingentes no mun-

do do trabalho demonstra a importância do saldo migratório no crescimento demográfico da região desde os anos 1940, e a condição subordinada a que os imigrantes estavam submetidos no mercado de trabalho: o subemprego.

A rigor, o padrão de imigração fundado na entrada de grandes contingentes de jovens trabalhadores provenientes do interior do estado – com pouca ou nenhuma instrução e quase sem experiência de trabalho urbano; direcionados a posições subordinadas no trabalho doméstico, nos serviços pessoais, na construção civil, no trabalho braçal e em outras ocupações não-qualificadas; sujeitos a extensas jornadas de trabalho e baixos rendimentos em postos de trabalho não registrados – vigorou por um longo período na RMS.

* Professor, mestre em sociologia e técnico do Núcleo de Análise da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS. uizchateau@yahoo.com.br

¹ Sobre migração e dinâmica populacional da RMS (SUPERINTENDÊNCIA..., 1999), (SALVADOR..., 1976)

A crise da economia brasileira da década de 1980 restringiu a oferta de posições de trabalho nas áreas metropolitanas. Paralelamente, os padrões de movimentação da população foram substancialmente alterados, especialmente em relação às grandes cidades.

Essa investigação parte do reconhecimento da imigração como um elemento importante nas dinâmicas populacional e do mercado de trabalho da RMS, e, de uma forma exploratória, busca compreender como (e se) essas transformações alteraram o perfil e a inserção dos trabalhadores imigrantes na RMS, utilizando como fonte empírica dos dados a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMS), dos períodos de 1987 a 1989 e 1997 a 2005.

Algumas perguntas se insinuam à pesquisa: a imigração ainda se constitui em uma dimensão importante para a dinâmica populacional da RMS? Quais oportunidades ocupacionais estão destinadas aos imigrantes? Marcadores importantes na inserção produtiva no mercado local de trabalho, como gênero, raça, instrução e idade, atuam sobre as oportunidades dos imigrantes? A condição de imigrante interviém sobre o rendimento? E sobre a duração da jornada de trabalho? Existem portas de entrada para esses trabalhadores? Quais são? As portas de entrada porventura existentes são diferenciadas segundo características pessoais dos trabalhadores? A origem geográfica é algo organizador das oportunidades? Trabalhadores com marcas valorizadas são destinados a que tipo de postos de trabalho?

A análise procurará, de um lado, identificar mudanças nas características dos imigrantes orientados para o mercado de trabalho da RMS entre 1987-89 e 2004-05 e, de outro lado, observar os padrões de inserção produtiva vigentes no presente, com atenção especial à sua diferenciação em função da origem dos imigrantes. Desse modo, a exposição dos resultados se reportará mais intensamente à comparação entre os períodos de análise no primeiro momento e, no momento posterior, à observação dos imigrantes *vis-à-vis* aos não-migrantes e residentes com mais de três anos na RMS.

Além dessa introdução, o texto está organizado em mais três seções. Na próxima, especificam-se as características da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS em relação à coleta das informações, sobre elementos da metodologia da pesquisa e as-

pectos conceituais, tais como a “naturalidade” e a “condição migratória”. Na terceira seção, examinam-se as características da população imigrante, sua inserção no mercado de trabalho e as posições de trabalho destinadas a eles em relação à distribuição setorial da ocupação, à ocupação, à jornada de trabalho, às relações de trabalho e ao rendimento. Finalmente, algumas considerações a título de conclusão.

CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

A Pesquisa de Emprego e Desemprego é um *survey* domiciliar e contínuo, com metodologia desenvolvida pela Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), juntamente com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), na segunda metade dos anos 1980. Concebida com o objetivo de acompanhar os movimentos conjunturais do mercado de trabalho, a pesquisa utiliza uma amostra probabilística de domicílios,² projetada para ter como indicador principal a taxa de desemprego metropolitano.³

A PED capta informações sobre todos os residentes no domicílio no momento da pesquisa, com ênfase na população com 10 anos de idade ou mais – considerada em idade de trabalhar –, que responde um questionário ampliado de modo a dar conta da situação ocupacional, das características pessoais dos entrevistados e das posições de trabalho ocupadas no momento da entrevista ou, quando pertinente, da última ocupação.

Embora a pesquisa tenha sido idealizada para acompanhar mensalmente a evolução do mercado de trabalho a partir de indicadores de base trimestral móvel, é possível, através dela, acompanhar de forma detalhada a evolução anual do mercado de trabalho ou realizar estudos estruturais diversos.

Para a presente investigação, foram utilizados os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS das duas rodadas de sua realização. A primeira envolvendo os 24 meses entre outubro de 1987 e setembro de 1989, quando a pesquisa foi suspensa, e a segunda, a partir de outubro de 1996, sendo regular-

² O tamanho mínimo da amostra levantada na RMS é, hoje, de 2.500 domicílios/mês.

³ Sobre a Pesquisa de Emprego e Desemprego ver Hoffmann, Costa e Sanches, 2003.

mente efetuada até o presente. Embora os arquivos relativos aos inativos do primeiro período (1987-89) tenham sido extraviados,⁴ impossibilitando as análises relacionadas à população total, à População em Idade Ativa e à evolução das taxas de participação dos diversos grupos populacionais, dispõe-se, para esse período, do conjunto das informações relativas à PEA,⁵ que são comparáveis com as informações coletadas na segunda rodada da pesquisa.

Para o segundo período da investigação (1997-2005), foram utilizados os dados coletados a partir de janeiro de 1997 até dezembro de 2005 nas análises sobre a evolução dos movimentos populacionais. Na investigação estrutural e para os demais aspectos, foram empregados os dados dos anos de 2004 e 2005 agregados, de modo a permitir maior confiança nos resultados. Ocasionalmente, quando os resultados dos anos 2004-05 não permitiam a formulação de hipóteses sólidas, recorreu-se à observação dos cinco anos compreendidos entre 2001 e 2005.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego capta a condição migratória e a naturalidade dos pesquisados através da combinação de quatro questões do bloco de atributos pessoais: (a) o Estado de nascimento do entrevistado; (b) o último local de residência anterior a RMS,⁶ (c) o Estado de residência anterior, para aqueles que procedem de outra unidade da federação; e (d) o tempo de residência na RMS, medido em anos completos.

Embora a PED-RMS não possibilite a observação da migração de retorno – fenômeno que a literatura sobre deslocamentos de populações no Brasil contemporâneo tem destacado com frequência –, a análise do Estado de nascimento do imigrante foi tomada, com reservas, como *proxy* desse fenômeno.

A partir da combinação dessas quatro questões, foram criadas as categorias de migrantes utilizadas nessa análise. Chamou-se **migrante** aos residentes que em algum momento do seu ciclo de vida moraram

fora da área dos municípios da RMS. Em oposição, designou-se **não-migrante** aqueles que sempre residiram em municípios da RMS. Nessas condições, a unidade espacial de análise da condição migratória é a Região Metropolitana de Salvador em conjunto, e não os seus municípios. Desse modo, os movimentos populacionais intrametropolitanos não são considerados e os resultados não são comparáveis com os obtidos através dos Censos Demográficos.

Denominou-se **imigrante** aos moradores com três anos ou menos de residência em municípios da RMS. Essa categoria foi subdividida em **imigrante recente**, incluindo as pessoas que no momento da entrevista residiam na RMS há mais de um ano e há menos de três anos, e **imigrante recém-chegado**, com todos os residentes com menos de um ano na região metropolitana.

Os grupos imigrantes foram relacionados com os **não-migrantes e residentes há mais de três anos na RMS**, na perspectiva, adotada em muitos estudos sobre imigração e mercado de trabalho, de que os moradores com mais de três anos de residência possuem algum conhecimento do mercado de trabalho e maior domínio sobre a sua situação ocupacional.

Outro recorte introduzido na análise considera os imigrantes procedentes do interior do estado da Bahia em relação aos oriundos dos demais estados nacionais. Nessas análises, os provenientes de outros países foram excluídos devido à sua pouca expressão quantitativa.

NOVOS BAIANOS NO MERCADO DE TRABALHO

A população migrante, definida como aquela que em algum momento do seu ciclo de vida residiu fora da área metropolitana de Salvador, representava mais de 1/3 do contingente populacional da RMS ao longo do período de 1997 e 2005.⁷ Em 2005, por exemplo, os migrantes eram cerca de 1,189 milhão de pessoas em um universo calculado em 3,319 milhões de habitantes (Gráfico 1).

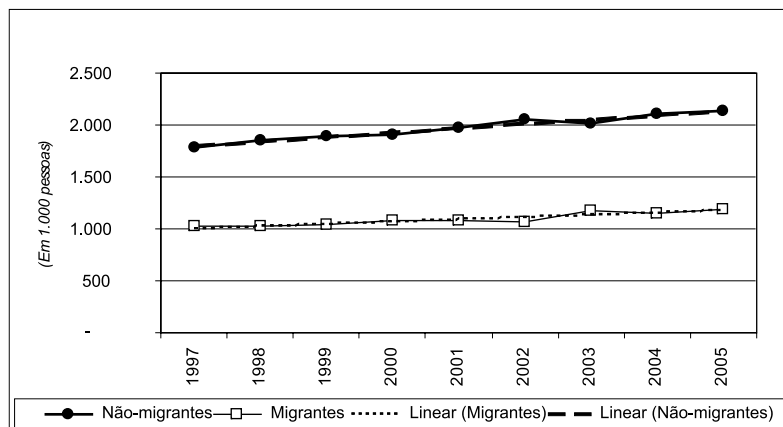
Em que pese o fato do número de migrantes vir diminuído relativamente ao longo das últimas décadas, a **imigração** permanece como um fenômeno importante na oferta de força de trabalho na RMS,

⁴ Temos conhecimento da existência de um banco de dados referente ao ano de 1988 que inclui os inativos. Esse banco de dados não pode ser utilizado, em virtude do fato da versão a que tivemos acesso não incluir a coleta relativa ao mês de novembro daquele ano.

⁵ O banco de dados do período de 24 meses a partir de outubro de 1987 contém o registro de 76.260 entrevistados, sendo 64.154 ocupados e 12.106 nas diversas situações de desemprego.

⁶ O quesito relativo ao último local de residência tem as seguintes alternativas de resposta: 1) Sempre morou em municípios da RMS; 2) Outros municípios do Estado; 3) Outro Estado (Qual?); e, finalmente, 4) Outros países.

⁷ A menor participação relativa da população migrante nesses anos foi observada em 2002 (34,3%) e a mais elevada em 2003 (36,9%).

Gráfico 1**População da RMS, 1997 - 2005**

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

ampliando, em 2004-2005, a sua expressão relativa na PEA em relação à que tinha em 1987-89: 5,9% e 5,5%, respectivamente.⁸

Esses percentuais podem ser considerados elevados mesmo em face ao principal mercado de trabalho brasileiro, que é o da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), destino tradicional de fortes correntes migratórias. Dados da PED-SP, analisados por Rodrigues e Ferreira (1989), mostram que a parcela de imigrantes com até três anos de residência na PEA da Grande São Paulo, no período março de 1985 a janeiro de 1986, era semelhante a encontrada para a RMS em 1987-89: 5,7%.

Os valores relativos ao ano de 2005 da RMSP, contudo, mostram que, hoje, a imigração é mais importante na composição da PEA da RMS que naquela área Metropolitana. Nesse ano, 1,4% da PEA da RMSP era de imigrantes recém-chegados, em face de 1,9% da PEA da RMS, que era de pessoas na mesma condição.⁹

Pela Tabela 1 se observa a importância da imigração na evolução da oferta de força de trabalho nos últimos anos. Os imigrantes recém-chegados à

RMS respondem por mais da metade do crescimento anual da PEA, sendo que em 2004 e 2005 o número desses trabalhadores chegou a ser maior que a variação da População Economicamente Ativa. Em outras palavras: a entrada de trabalhadores imigrantes sustentou o crescimento da força de trabalho da RMS.

Quem são esses trabalhadores? Quais são as suas características? O perfil da população imigrante atual assemelha-se àquele que particularizava os imigrantes da RMS ao

longo do século passado? Ou seja: trabalhadores jovens, com pouca instrução, sem qualificações para os trabalhos urbanos, originários do interior e de outros estados nordestinos, a quem estavam destinados os postos subordinados do trabalho não-qualificado na construção civil, no emprego domésti-

Tabela 1
Variação da PEA e número de imigrantes recém-chegados
Região Metropolitana de Salvador, 1997-2005

(Em mil pessoas)

Ano	Variação da PEA	Imigrantes Recém-chegado 1	Participação dos Imigrantes Recem-chegados na Variação da PEA
1997*	1.354	33	
1998	39	31	79,5
1999	43	31	72,1
2000	60	33	55,0
2001	52	35	67,3
2002	63	32	50,8
2003	60	36	60,0
2004	21	31	147,6
2005	25	32	128,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

co, no subemprego etc. Esse padrão ainda vigora no presente?

NOVOS TRABALHADORES? DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NO PERFIL DOS IMIGRANTES

Os dados da pesquisa acerca das características dos imigrantes presentes no mercado de trabalho sugerem que estamos diante de um processo de imigra-

⁸ Entre 1997 e 2005, a média anual de pessoas com três anos ou menos de residência na RMS foi de 99 mil. O número mais elevado ocorreu em 2003, quando foi calculada em 107 mil pessoas e os menores valores ocorreram em 1998 e 1999, com 94 mil indivíduos.

⁹ Os imigrantes com até três anos de residência representavam 3,3% da PEA da RMSP em 2005 e 5,6% da PEA da RMS. Em termos absolutos, esses percentuais correspondem, no caso da RMSP, a 141 mil trabalhadores com menos de um ano de residência na metrópole e 332 mil com até três anos de residência. Na RMS, esses valores representam 32 mil e 96 mil pessoas, respectivamente.

ção com traços distintos daqueles do final dos anos 1980 (ver Tabela 2). De um modo geral, o perfil dos trabalhadores imigrantes do período 2004-05 difere daquele do passado recente nos seguintes aspectos:

- Menor presença de imigrantes procedente de outros municípios do interior da Bahia na composição da PEA;¹⁰
- Menor número de crianças e de adolescentes em busca de trabalho;¹¹
- Mais instrução. Em relação à escolaridade dos imigrantes dois fenômenos chamam a atenção: a) aumento da escolaridade dos imigrantes e b) ao contrário do que ocorria no final dos anos 1980, os imigrantes dos anos 2000 têm mais instrução que os demais residentes;
- Maior contingente de mulheres;
- Diminuição do número de imigrantes na condição de trabalhador doméstico residindo no domicílio do empregador;¹²
- Intensificação da migração de retorno;
- Diminuição da importância da RMS como destino da migração originada do Nordeste.

Em relação à origem dos imigrantes, a pesquisa mostra que: o contingente procedente do Norte e do Nordeste foi reduzido à metade de sua expressão relativa – indicando que a RMS está deixando de ser um destino para essas populações –, o número de naturais do Sul, Sudeste e Centro-Oeste diminuiu e que a maioria absoluta dos imigrantes interestaduais é, hoje, constituída de

Tabela 2

Composição da população economicamente ativa por condição migratória segundo as características pessoais
Região Metropolitana de Salvador, 2004-05

(Porcentagem)

Característica Pessoal	1987-89		2004-05	
	Imigrantes (1)	Não-migrante e mais de 3 anos de residência (2)	Imigrantes (1)	Não-migrante e mais de 3 anos de residência (2)
Idade				
10 a 17	13,2	10,1	4,9	3,4
18 a 24	40,0	24,3	36,4	22,7
25 a 39	37,1	41,4	43,6	41,5
40 a 59	8,8	21,2	14,5	29,5
60 e mais	S.R.	3,1	S.R.	2,9
Sexo				
Masculino	52,6	57,0	51,0	51,9
Feminino	47,4	43,0	49,0	48,1
Instrução				
Sem instrução	12,7	9,7	S.R.	2,5
1o Incompleto	52,0	50,8	26,3	27,9
1o Completo	6,3	9,0	10,3	10,2
2o Incompleto	4,9	6,3	8,6	9,1
2o Completo	16,1	17,5	33,2	35,0
3o Incompleto	2,8	2,1	7,8	5,8
3o Completo	5,3	4,6	12,1	9,4
Cor				
Branca	23,5	15,4	22,1	12,7
Negra	76,5	84,6	77,9	87,3
Última residência				
Sempre residiu na RMS	58,4		62,5	
Outro município da Bahia	71,7	33,4	61,7	28,3
Outro Estado do Brasil	27,3	8,0	36,4	8,8
Outro país	S.R.	0,2	S.R.	0,4
Naturalidade				
Norte/Nordeste	12,8	5,4	6,5	2,4
Bahia	78,9	92,9	85,9	95,9
Sudeste/Sul/Centro-Oeste	8,4	1,8	7,7	1,7
Posição na família				
Chefe	34,7	41,4	36,1	41,1
Cônjuge	14,3	18,0	14,8	19,4
Filho	13,2	31,1	14,0	30,8
Empregado Doméstico (3)	13,3	2,0	8,8	1,0
Outros	24,5	7,5	26,3	7,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com até 3 anos de residência na RMS.

(2) Pessoas que sempre residiram na RMS e residentes com mais de 3 anos.

(3) Inclui parentes do empregado doméstico.

baianos que retornam ao estado de origem.¹³

A escolaridade diferencia também os imigrantes procedentes do interior do estado dos originados das demais unidades da federação. Estes últimos têm, em 2004-05, em média, 10,4 anos de estudo completos, em face dos 8,6 anos dos procedentes do interior.¹⁴

¹⁰ Ao final dos anos 1980, tinham essa procedência 71,7% do total de imigrantes. Em 2004-05, 61,7%.

¹¹ Os trabalhadores com idade entre 10 e 17 anos tinham elevada participação na PEA (13,2%) em 1987-89. Nesse período, a média de idade da PEA imigrante foi calculada em 26 anos, com metade da população com menos de 24 anos. Em 2004-05, esse grupo etário estava reduzido a 4,9% da PEA imigrante, a média de idade elevada para 29 anos, com metade dos imigrantes com até 26 anos de idade.

¹² A Pesquisa de Emprego e Desemprego classifica o trabalhador doméstico que reside no domicílio do empregador como membro do grupo doméstico e do grupo familiar.

¹³ Ao final dos anos 1980, 1/3 dos imigrantes interestaduais da RMS eram naturais da Bahia. Em 2004-05, essa população foi calculada em 52,5%.

¹⁴ Esse fenômeno está relacionado ao fato dos imigrantes interestaduais terem mais do dobro de pessoas com o curso superior completo ou incompleto em relação aos oriundos do interior da Bahia (30,6% dos imigrantes interestaduais ingressaram ou concluíram o 3º grau, em face de apenas 12,2% dos vindos de outras cidades da Bahia).

Em alguns aspectos, contudo, o perfil dos “novos baianos” do presente se aproxima daquele do passado:

- Os trabalhadores imigrantes do período de 2004-05, como os do período anterior, continuam procedendo, na sua maioria, de municípios do interior da Bahia;
- Os imigrantes são, em geral, mais jovens que as populações mais antigas;
- A proporção de brancos entre os imigrantes é superior àquela encontrada entre os que residem há mais tempo na RMS;
- A parcela feminina da PEA imigrante também é maior que a encontrada entre não-migrantes e residentes há mais de três anos;
- A distribuição dos imigrantes segundo a posição no grupo familiar pouco foi alterada entre os períodos. Apenas observou-se uma diminuição do número de pessoas destinadas ao trabalho doméstico no domicílio do empregador.

As quantidades de “outros parentes” e de “demais agregados” nos domicílios dos imigrantes sugerem a existência de redes de solidariedade de parentes e amigos que permanecem, em ambos os períodos, atuando no sentido de favorecer a decisão de migrar para a RMS.¹⁵

DESEMPREGO

De modo geral, a população imigrante está mais sujeita ao desemprego que os não-migrantes e residentes há mais de três anos, especialmente os recém-chegados à RMS. Em 2004-05, o desemprego atingiu mais intensamente aos imigrantes mais jovens, às mulheres, aos negros, aos filhos e outros membros do grupo familiar que às pessoas maduras e idosas, aos homens, aos brancos e aos chefes de família e cônjuges, como, de resto, acontece com a população natural ou com mais tempo de residência (ver Tabela 3).

Como esperado, a taxa de desemprego total dos imigrantes cresceu fortemente entre o final dos anos 1980 e o meado dos anos 2000.¹⁶ Esse crescimento

¹⁵ Desagregando-se a posição na família “Outros”, na Tabela 2, temos que 20,2% dos imigrantes com menos de três anos de residência na RMS declararam que sua posição na família era a de “Outros parentes”. Os demais classificados nessa categoria se classificaram como “Outros”, “Agregados” e “Pensionistas”, nessa ordem.

¹⁶ O desemprego total atingia 17,8% dos imigrantes em 1987-89 e 27,3% em 2004-05.

Tabela 3

Taxas de desemprego por condição migratória e características pessoais
Região Metropolitana de Salvador, 2004-05

(Porcentagem)

Característica Pessoal	Imigrantes Recém-chegado (1)	Imigrantes (2)	Não-migrante e Mais de 3 Anos de Residência (3)
Total	31,4	27,3	24,8
Idade			
10 a 17	-	-	48,7
18 a 24	35,9	34,0	41,9
25 a 39	30,8	23,2	22,4
40 a 59	-	18,5	14,1
60 e mais	-	-	6,5
Sexo			
Masculino	28,2	22,7	22,2
Feminino	35,0	31,9	27,6
Instrução			
Sem instrução	-	-	20,4
1o Incompleto	26,8	27,6	27,9
1o Completo	-	29,3	29,1
2o Incompleto	-	34,3	38,6
2o Completo	38,0	28,8	23,4
3o Incompleto	-	34,1	20,7
3o Completo	-	-	6,7
Cor			
Branca	-	22,1	17,2
Negra	31,8	28,7	25,9
Última residência			
Sempre residiu na RMS	-	-	28,7
Outro município da Bahia	-	29,9	28,1
Outro Estado do Brasil	33,0	25,9	17,4
Outro país	-	-	-
Posição na família			
Chefe	-	16,0	15,5
Cônjuge	-	37,8	23,8
Filho	56,8	46,7	37,0
Empregado Doméstico (4)	-	-	-
Outros	40,7	35,3	31,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. - A amostra não comporta observações a esse nível.

(1) Pessoas com menos de um ano de residência na RMS.

(2) Pessoas com até 3 anos de residência na RMS.

(3) Pessoas que sempre residiram na RMS e residentes com mais de 3 anos.

(4) Inclui parentes do empregado doméstico.

foi especialmente elevado para os jovens, as mulheres, os negros, os procedentes do interior da Bahia, os cônjuges e os filhos.¹⁷

Em ambos os períodos, uma parcela importante dos imigrantes vem em busca de uma primeira oportunidade ocupacional.¹⁸ Em 1987-89, 20,4% dos imigrantes desempregados não tinham experiência de

¹⁷ A taxa de desemprego total dos jovens com 18 a 24 anos de idade cresceu 89,6% entre 1987-89 e 2004-05, a das mulheres, 81,8%, a dos negros, 80,2%, a dos procedentes de outros municípios baianos, 85,5%, a dos cônjuges, 84,0% e a dos filhos, 95,8%.

¹⁸ Na observação desses resultados e nos comentários seguintes, o leitor deve considerar que a pesquisa não registra se a experiência anterior de trabalho se deu no local de origem ou na própria RMS.

trabalho. Embora essa parcela tenha diminuído em 2004-05 (17,2%), esse número ainda é muito elevado,¹⁹ especialmente entre os imigrantes procedentes do interior da Bahia, onde as oportunidades de trabalho são escassas.²⁰

dem dos mesmos setores da atividade econômica que os não-migrantes e residentes há mais de três anos (ver Tabela 4).

Os imigrantes recém-chegados de outros estados têm maiores dificuldades de inserção ocupacional que

Tabela 4

**Setor de atividade e ocupação dos desempregados no trabalho anterior
Região Metropolitana de Salvador, 2001-05**

(Porcentagem)					
Setor de Atividade	Imigrantes (1)	Demais (2)	Ocupação	Imigrantes (1)	Demais (2)
Agropecuária	-	-	Empresários, diretores e gerentes	22,5	21,1
Indústria	8,3	9,5	Planejamento e organização	-	1,1
Construção Civil	10,0	11,6	Execução qualificado	6,5	5,0
Comércio	18,7	17,9	Execução semiquualificado	23,7	24,9
Serviços	44,8	45,1	Execução não-qualificado	23,7	24,2
Serviços domésticos	16,8	15,4	Apoio não operacionais	5,5	6,1
Outros	-	0,3	Serviços de escritório	4,7	3,8
	100	100	Serviços gerais	6,3	8,3
			Mal definidas e outras	4,8	5,6
				100	100

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com até três anos de residência na RMS.

(2) Não-migrantes e residentes há mais de três anos na RMS - A amostra não comporta desagregação a esse nível.

Em que pese a pouca experiência de trabalho de muitos imigrantes, as informações relativas ao período de 2001 a 2005 permitem algum avanço na discussão sobre imigração e trabalho na RMS. Para alguns estudos, o elevado desemprego total da região metropolitana estaria relacionado à falta de qualificação dos trabalhadores imigrantes para as ocupações urbanas.

Como visto anteriormente, os dados da pesquisa mostram que os imigrantes são mais instruídos que os demais residentes. Além disso, não existem diferenças significativas entre imigrantes e antigos moradores desempregados em relação ao setor da atividade econômica onde exerceram sua última ocupação antes de serem atingidos pelo desemprego. Tampouco se observam diferenças expressivas em relação às tarefas desenvolvidas no trabalho. Em outras palavras: os imigrantes desempregados tiveram a mesma ocupação e proce-

Tabela 5

**Meios de sobrevivência utilizados pelos desempregados segundo a condição migratória
Região Metropolitana de Salvador, 2004-05**

(Porcentagem)			
Meios de Sobrevivência Utilizados	Imigrantes Recém-chegados (1)	Imigrantes (2)	Não-migrante e mais de 3 anos de residência (3)
Trabalho irregular	-	23,2	30,4
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	57,2	56,5	49,1
Trabalho de outro membro da família	58,9	59,1	63,3
Aposentadoria, FGTS ou Seguro Desemprego	-	-	4,1

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com menos de um ano de residência na RMS.

(2) Pessoas com até 3 anos de residência na RMS.

(3) Pessoas que sempre residiram na RMS e residentes com mais de 3 anos.

- A amostra não comporta desagregação a esse nível

¹⁹ A parcela sem experiência de trabalho na população não-migrante e residente há mais de três anos em 2004-05 foi calculada em 15,7 % e, em 1987-89, em 20,1%. ²⁰ Os dados relativos ao período 2001-05 mostram que 19,8% dos imigrantes oriundos do interior do estado não tinham experiência de trabalho no momento da pesquisa, em face de 11,7% dos vindos de outros estados na mesma condição.

²⁰ Os dados relativos ao período 2001-05 mostram que 19,8% dos imigrantes oriundos do interior do estado não tinham experiência de trabalho no momento da pesquisa, em face de 11,7% dos vindos de outros estados na mesma condição.

os procedentes do interior da Bahia. Superado o período inicial, entretanto, esse grupo populacional tem mais facilidade de acesso aos postos de trabalho que os imigrantes originados do interior.

Mais sujeito ao desemprego que os demais trabalhadores, o imigrante, especialmente aquele recém-chegado, utiliza mais intensamente da ajuda de parentes e amigos como meio de sobrevivência

durante a procura por trabalho,²¹ replicando o que se afirmou anteriormente acerca da importância da rede de conhecimentos e parentesco na escolha do destino da imigração (ver Tabela 5).

Paralelamente, o menor conhecimento do mercado local faz do imigrante um desempregado que utiliza menos o recurso do trabalho irregular para prover sua subsistência que os demais residentes.

Os imigrantes de outros municípios da Bahia parecem ter mais acesso às redes de proteção e apoio que os provenientes de outros estados, na medida em que recorrem mais a ajuda de parentes e/ou conhecidos para sobreviver na RMS. Além disso, utilizam mais dos recursos advindos do trabalho de outro membro do grupo familiar e menos do recurso do trabalho irregular.

Em relação aos trabalhadores mais antigos, os imigrantes estão desproporcionalmente presentes na Indústria, na Construção civil, no Comércio, nos Serviços domésticos e nos Serviços. Na Indústria, na Construção civil, no Comércio e, sobretudo, nos Serviços domésticos, os imigrantes estão sobre-representados, e nos Serviços estão sub-representados

civil, no Comércio e, sobretudo, nos Serviços domésticos, os imigrantes estão sobre-representados, e nos Serviços estão sub-representados.

A desagregação do setor de Serviços em: **Serviços à produção**,²² reunindo segmentos mais formalizados, com melhores condições de trabalho e remuneração; **Serviços pessoais**,²³ bastante heterogêneos, com alguns segmentos mais estruturados e com melhores remunerações, convivendo com outros cujos postos de trabalho estão entre os de pior qualidade na RMS; e **Serviços domésticos**, em que está parcela importante das piores posições de trabalho, ajuda na qualificação das posições destinadas aos imigrantes nos setores de serviços.

O TRABALHO DOS IMIGRANTES

Superada a barreira representada pelo acesso às posições de trabalho, a absorção dos imigrantes se dá, majoritariamente, no setor de Serviços. Os dados da Tabela 6 mostram que estão nesse setor quase a metade (49,0%) das oportunidades de trabalho dos imigrantes. Os Serviços domésticos respondem por pouco menos de 1/4 (18,50%) das chances ocupacionais, o Comércio por 17,3%, a Indústria por 10,6% e a Construção civil por 4,0%.

Em relação aos trabalhadores mais antigos, os imigrantes estão desproporcionalmente presentes na Indústria, na Construção civil, no Comércio, nos Serviços domésticos e nos Serviços. Na Indústria, na Construção

Tabela 6
Distribuição setorial da ocupação segundo a condição migratória
Região Metropolitana de Salvador, 2004-05

Tipo de Procura	(Porcentagem)			
	Imigrantes Recém-chegados (1)	Imigrantes Recentes (2)	Imigrantes (3)	Não-migrante e mais de 3 anos de residência (4)
Indústria de transformação	-	11,1	10,6	8,8
Construção civil	-	-	4,0	2,9
Comércio	17,5	17,3	17,4	16,2
Serviços	41,1	52,3	49,0	61,5
Serviços de transformação	25,0	15,7	18,5	9,0
Outros	-	-	-	1,5

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com menos de um ano de residência na RMS.

(2) Pessoas com um a três anos de residência na RMS.

(3) Pessoas com até três anos de residência na RMS.

(4) Residentes na RMS há mais de três anos

- A amostra não comporta desagregação a esse nível.

²¹ O entrevistador pergunta ao entrevistado sobre os dois meios mais utilizados para sobreviver nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa e apresenta as seguintes alternativas: a) trabalhos irregulares, ocasionais, bicos etc; b) ajuda de parentes e/ou conhecidos; c) outra(s) pessoa(s) da família tem trabalho; d) dinheiro do fundo de garantia; e) dinheiro do seguro-desemprego; f) pensão ou aposentadoria; e g) outros.

²² Nos Serviços à produção estão incluídos os seguintes Serviços: Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, forças armadas e polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis; Auxiliares; e Outros serviços de reparação e limpeza.

²³ Incluem: Serviços pessoais diversos; Alimentação; Educação; Saúde; Serviços comunitários; Oficinas de reparação mecânica; e Outros serviços.

Tabela 7
Distribuição dos ocupados nos serviços por condição migratório e local de procedência
Região Metropolitana de Salvador, 2004-05

(Em porcentagem)

Condição Migratória	Serviço à Produção*	Serviços Pessoais*	Serviços Domésticos*	Total
Imigrante recém-chegado (1)	35,8	24,5	39,7	100
Interior da Bahia	22,2	19,2	58,6	100
Demais Estados	51,3	36,5	-	100
Imigrante recente (2)	43,3	32,7	24,0	100
Interior da Bahia	34,0	28,2	37,8	100
Demais Estados	52,3	38,5	9,1	100
Imigrantes (3)	41,1	30,3	28,6	100
Interior da Bahia	30,4	25,4	44,2	100
Demais Estados	52,0	37,9	10,0	100
Não-imigrantes e residentes com mais de 3 anos (4).	49,4	37,0	13,6	100
Interior da Bahia	43,0	36,7	20,3	100
Demais Estados	52,8	38,7	8,4	100

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com até menos de um ano de residência na RMS.

(2) Pessoas com um a três anos de residência na RMS.

(3) Pessoas com até três anos de residência na RMS.

(4) Pessoas que sempre residiram ou residem há mais de 3 anos na RMS.

- A amostra não comporta desagregação a esse nível.

* Ver notas do texto números 23 e 24.

Na Tabela 7, observa-se que os imigrantes estão igualmente excluídos tanto nos Serviços à produção como nos Serviços pessoais, setores a que somente têm maior acesso depois de adquirirem algum conhecimento do mercado de trabalho local. Também se percebe que o emprego doméstico é uma importante porta de entrada para os trabalhadores imigrantes, especialmente para as mulheres negras.

A ocupação no trabalho doméstico é duas vezes mais importante na distribuição setorial do trabalho dos imigrantes que na dos residentes mais antigos. Ela responde por mais da metade (51,2%) das chances de trabalho das mulheres recém-chegadas à RMS. Na precária posição do trabalho doméstico no domicílio do empregador, 97% são mulheres e 91,5% são mulheres negras. No total de pessoas nessa situação, 49,9% são mulheres negras vindas do interior do estado há menos de três anos.

Aos homens imigrantes ocupados no setor de Serviços, estão destinadas as posições do trabalho dos Serviços à produção, em que ocupam 69,7% dos postos. Nos Serviços pessoais, homens e mulheres estão igualmente presentes.

Aos imigrantes procedentes de outros estados da federação são destinadas as posições nos Serviços à produção, espaço de trabalho de mais da metade desses imigrantes, como se observa na Tabela 7, e aos provenientes do interior da Bahia, as posições subordinadas do Serviço doméstico.

Em relação à Indústria, foi observado, pela Tabela 8, que sua sobre-representação na absorção de imigrantes não se deve aos ramos tradicionais e pouco produtivos do setor industrial. Em lugar disso, a análise mostra que no período 2001 a 2005²⁴ quase ¼ das oportunidades ocupacionais dos imigrantes nesse setor estão nos ambicionados postos de trabalho das indústrias Química, farmacêutica, plásticos e petroquímica, mais de 1/5 estão na Metal-mecânica, eletro-eletrônica e de material de transporte e 17,4% na indústria de Alimentos.

Tabela 8
Distribuição dos ocupados na indústria por setor e condição migratória
Região Metropolitana de Salvador, 2001-05

(Porcentagem)

Sector Industrial	Imigrantes (1)	Não-migrante e mais de três anos de residência (2)	Total
Total	100	100	100
Met-mecânica, eletro-eletrônica e mat. de transporte (3)	22,0	18,0	18,2
Química, farmacêutica, plásticos e petroquímica	24,3	26,6	26,4
Alimentação	17,4	16,4	16,5
Outras indústrias de transformação	36,4	39,0	38,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com até 3 anos de residência na RMS.

(2) Pessoas que sempre residiram na RMS e residentes com mais de 3 anos.

(3) Metalúrgica, mecânica, material elétrico-eletrônico e material de transporte.

²⁴ Na impossibilidade de resultados significativos acerca da presença de imigrantes nos diversos segmentos industriais com a amostra de 2004-05, observamos esse fenômeno em um período mais longo: os cinco anos compreendidos entre 2001 e 2005. Mesmo agregando dados de um período maior, não se logrou representatividade para a análise da origem dos imigrantes ocupados na indústria nem em relação a características dos trabalhadores. Contudo, alguns autores mencionam a imigração de engenheiros, técnicos e trabalhadores especializados para a grande indústria, procedentes dos estados do Sul e do Sudeste do Brasil.

Tabela 9**Distribuição da posição na ocupação por condição migratória
Região Metropolitana de Salvador, 2004-05**

(Porcentagem)

Posição na Ocupação	Imigrantes Recém-chegado (1)	Imigrantes Recente (2)	Imigrantes (3)	Não-migrante e mais de 3 anos de residência (4)	Total
Assalariados	54,3	61,3	59,2	60,9	60,8
Assalariados privados	44,4	49,5	48,0	47,1	47,2
Assalariados privados com carteira	26,7	35,2	32,6	35,8	35,6
Assalariados privados sem carteira	17,7	14,4	15,4	11,3	11,6
Assalariados setor público	S.R.	11,8	11,2	13,8	13,7
Autônomos	16,5	16,2	16,3	23,6	23,1
Autônomo ao público	11,5	11,6	11,6	19,6	19,2
Autônomo para empresas	S.R.	4,6	4,8	3,9	4,0
Empregador	S.R.	S.R.	3,3	4,1	4,0
Doméstico	25,0	15,7	18,5	9,0	9,6
Outros	S.R.	S.R.	2,7	2,4	2,4
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com até menos de um ano de residência na RMS.

(2) Pessoas com um a três anos de residência na RMS.

(3) Pessoas com até três anos de residência na RMS.

(4) Pessoas que sempre residiram ou residem há mais de 3 anos na RMS.

O assalariamento é a principal relação de trabalho dos imigrantes. O número de imigrantes nessa condição é semelhante ao dos residentes mais antigos. Entre os recém-chegados, com menos de um ano de residência na RMS, mais da metade (54,3%) dos trabalhadores são assalariados. Os imigrantes recentes, que já ultrapassaram as dificuldades de adaptação do primeiro ano de imigração e possuem algum conhecimento do mercado de trabalho, têm relativamente o mesmo número de assalariados que os demais trabalhadores.

A Tabela 9 mostra, contudo, que os imigrantes recém-chegados têm parcelas expressivamente menores no trabalho autônomo, entre os assalariados e nos assalariados em empresas privadas com carteira de trabalho assinada. No emprego doméstico, têm quase três vezes mais pessoas que os não-migrantes e

residentes com mais de três anos na RMS. Em outras palavras: no primeiro momento, os imigrantes estão mais sujeitos às relações precárias de trabalho por não deterem ainda conhecimentos necessários para inserirem-se mais intensamente nos melhores segmentos do mercado de trabalho.

Passado o momento inicial, os imigrantes

recentes têm mais trabalhadores nas empresas privadas que os não-migrantes e residentes há mais de três anos, têm o mesmo número desses como ocupados no setor privado com carteira de trabalho assinada, uma maior quantidade sem carteira assinada e pouco menos do dobro de pessoas no emprego doméstico. Entretanto, permanecem as dificuldades de inserção no trabalho autônomo, especialmente entre os que trabalham para o público.

Tabela 10**Distribuição da posição na ocupação por condição migratória e procedência do imigrante
Região Metropolitana de Salvador, 2004-05**

(Porcentagem)

Posição na Ocupação	Procedência do Imigrante					
	Imigrantes Recém-chegado (1)	Imigrantes Recente (2)	Imigrantes Recente (3)	Imigrantes Recém-chegado (1)	Imigrantes Recente (2)	Imigrantes (3)
Assalariados	46,0	73,7	69,7	67,3	65,3	65,9
Assalariados privados	39,5	50,1	46,9	52,2	48,7	49,8
Ass. com carteira	20,2	33,6	29,6	37,5	37,9	37,8
Ass. sem carteira	19,3	16,5	17,3	-	-	12,0
Ass setor público	S.R.	8,9	8,2	-	16,5	16,1
Autônomos	14,1	14,7	14,5	-	18,3	18,9
Aut público	-	10,8	10,8	-	12,8	12,6
Aut empresas	-	-	-	-	-	-
Empregador	-	-	-	-	-	-
Doméstico	36,9	22,4	26,7	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total	100	100	100,0	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com menos de um ano de residência na RMS.

(2) Pessoas com um a três anos de residência na RMS.

(3) Pessoas com até três anos de residência na RMS.

- A amostra não comporta desagregação a esse nível.

Tabela 11**Distribuição das ocupações por condição migratória
Região Metropolitana de Salvador, 2004-05**

(Porcentagem)

Ocupações	Imigrantes Recém chegado (1)	Imigrantes Recente (2)	Imigrantes (3)	Não-migrante e mais de 3 anos de residência (4)
Empresários, diretores e gerentes	-	5,2	4,9	5,0
Planejamento e organização	-	8,5	8,2	6,5
Execução qualificada	-	10,5	9,7	10,6
Execução semiquálificadas	24,5	25,5	25,2	31,6
Execução não-qualificada	29,5	20,2	23,0	12,1
Apoio não operacional	-	9,2	8,5	7,9
Serviços de escritório	-	5,5	4,9	6,0
Serviços gerais	-	5,0	5,4	7,3
Ocupações mal definidas e outras	-	10,2	10,1	12,9

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com menos de um ano de residência na RMS.

(2) Pessoas com um a três anos de residência na RMS.

(3) Pessoas com até três anos de residência na RMS.

(4) Pessoas que sempre residiram ou residem há mais de 3 anos na RMS.

- A amostra não comporta desagregação a esse nível.

As relações de trabalho diferenciam fortemente os imigrantes procedentes do interior da Bahia dos provenientes de outros estados, especialmente no primeiro ano na RMS. Os dados da pesquisa mostram que menos da metade (46,0%) dos imigrantes recém-chegados do interior tiveram acesso a um posto de trabalho assalariado, em face de mais de 2/3 (67,3%) dos oriundos de outro estado na mesma condição. As informações da Tabela 10 mostram que os imigrantes recém-chegados do interior da Bahia

encontram sérios obstáculos para serem admitidos nas empresas privadas e obterem um trabalho assalariado formal. Mais da metade (52,2%) dos recém-chegados de outros estados são assalariados do setor privado, quase 2/5 (37,5%) têm carteira de trabalho assinada, em face de apenas cerca de 2/5 (39,5%) dos baianos do interior que são assalariados das empresas, sendo que apenas 1/5 (20,2%) têm sua relação de trabalho registrada.

Nos anos seguintes a chegada à RMS, as oportunidades de inserção ocupacional como assalariados do

setor privado do imigrante procedente do interior do estado melhoram, embora continuem tendo maiores dificuldades de acesso aos postos formais. Além disso, o setor público privilegia os trabalhadores procedentes de outros estados, ocupando quase o dobro de pessoas com essa origem em relação aos baianos do interior. O trabalho autônomo permanece mais acessível aos trabalhadores procedentes de outros estados.

A inserção dos imigrantes se dá, principalmente, no exercício de ocupações do trabalho de execução semi-

Tabela 12**Ocupações por condição migratória e procedência do imigrante
Região Metropolitana de Salvador, 2004-05**

(Porcentagem)

Ocupação	Regiões Metropolitanas							
	Procedentes do interior da Bahia				Procedente dos demais estados			
	Imigrantes Recém- chegado (1)	Imigrantes Recente (2)	Imigrantes (3)	Não-migrante Mais de 3 Anos na RMS (4)	Imigrantes Recém- chegado (1)	Imigrantes Recente (2)	Imigrantes (3)	Não-migrante mais de 3 anos na RMS (4)
Empresários, diretores e gerentes	-	3,7	3,3	5,3	-	9,1	8,6	9,5
Planejamento e organização	-	3,9	3,9	6,3	13,2	13,8	13,6	11,6
Execução qualificadas	-	7,6	6,9	9,3	14,4	12,3	13,0	12,0
Execução semiquálificadas	22,5	24,7	24,0	31,8	24,5	25,5	25,2	30,9
Execução não-qualificadas	45,5	31,1	35,5	16,5	-	9,3	10,0	8,2
Apoio não operacional	-	7,0	6,0	5,5	-	12,6	12,1	6,8
Serviços de escritório	-	5,1	4,3	5,8	-	-	4,2	5,8
Serviços gerais	-	6,6	6,3	7,8	-	-	-	4,3
Ocupações mal definidas e outras	8,3	10,3	9,7	11,7	-	10,3	10,5	10,9

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com menos de um ano de residência na RMS.

(2) Pessoas com um a três anos de residência na RMS.

(3) Pessoas com até três anos de residência na RMS.

(4) Pessoas que sempre residiram ou residem há mais de 3 anos na RMS.

- A amostra não comporta desagregação a esse nível.

qualificada (25,2%) e não-qualificada (23,0%), que juntas respondem por quase a metade (48,2%) das suas oportunidades de trabalho. Em relação aos trabalhadores com mais de três anos de residência na RMS, os imigrantes estão sobre-representados nas ocupações de execução não-qualificadas, em que têm mais do dobro de pessoas, no exercício de tarefas de Planejamento e organização e nas ocupações de apoio não-operacional.

A presença de imigrantes em posições que expressem a propriedade, a direção e o comando (empresários, diretores e gerentes) da atividade produtiva é semelhante à de não-migrantes e residentes há mais de três anos. Embora as ocupações de execução semi-qualificadas sejam importantes na estruturação das oportunidades ocupacionais dos imigrantes, como veremos a seguir, eles encontram-se sub-representados nesse segmento,

bem como nos serviços gerais, nos serviços de escritório e nas de execução qualificadas.

Aos imigrantes recém-chegados ao mercado de trabalho da RMS estão destinadas as posições do trabalho de execução não-qualificada (29,5%) e semi-qualificada (24,5%). O exercício dessas ocupações responde por mais da metade (54,0%) das suas chances de trabalho.

Por meio da Tabela 12, com informações do período 2001 a 2005, foi observado que existem grandes diferenças nas distribuições das posições ocupacionais dos imigrantes procedentes do interior da Bahia em relação às dos oriundos de outros estados da federação. Aos imigrantes de origem baiana estão destinadas as ocupações não qualificadas e subordinadas, e aos provenientes dos outros estados, as ocupações mais prestigiadas.

Tabela 13

**Jornada por condição migratória, tipo de trabalho, setor de atividade e ocupação.
Região Metropolitana de Salvador, 2004-05**

(horas por semana)

Jornadas de Trabalho	Imigrantes Recém chegados (1)	Imigrantes Recentes (2)	Imigrantes (3)	Não-migrante e mais de 3 anos de residência (4)
Jornada no trabalho principal (5)				
Média	44	42	43	40
Mediana	48	42	44	40
Jornada no trabalho adicional (5)				
Média	-	12	12	13
Mediana	-	9	8	10
Jornada total de trabalho (5)				
Média	45	43	43	41
Mediana	48	44	45	40
Jornada média no trabalho principal				
Indústria de transformação	-	42	43	43
Construção civil	-	-	45	43
Comércio	46	45	45	44
Serviços	39	38	39	38
Serviços domésticos	50	50	50	42
Outros	-	-	-	38
Ocupações				
Empresários, diretores e gerentes	-	47	47	45
Planejamento e organização	-	36	37	34
Execução qualificada	-	36	36	35
Execução semiqualificadas	45	44	44	44
Execução não qualificadas	51	50	50	45
Apoio não-operacional	-	39	40	40
Serviços de escritório	-	37	38	36
Serviços gerais	-	44	43	38
Ocupações mal definidas	-	37	36	36

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com menos de um ano de residência na RMS.

(2) Pessoas com um a três anos de residência na RMS.

(3) Pessoas com até três anos de residência na RMS.

(4) Pessoas que sempre residiram ou residem há mais de 3 anos na RMS.

(5) Inclui ocupados que não trabalharam na semana anterior a pesquisa.

- A amostra não comporta desagregação a esse nível.

Os imigrantes do interior estão mais ausentes dos seguintes postos: de propriedade e comando – nos quais seu contingente é inferior à metade da representação dos procedentes dos demais estados; das posições de Planejamento e organização – em que os imigrantes interestaduais têm duas vezes e meio mais pessoas; e do trabalho de execução qua-

lificado e no apoio não-operacional.

A presença de imigrantes do interior da Bahia e dos demais estados é semelhante nas ocupações de execução semi-qualificadas e nos serviços de escritório, e os baianos estão sobre-representados no trabalho de execução não-qualificado, em que têm três vezes e meio mais pessoas.

Tabela 14

Rendimento médio no trabalho principal por condição migratória, segundo tipo de trabalho, setor de atividade, posição na ocupação, ocupação e procedência
Região Metropolitana de Salvador, 2004-05

(R\$1,00 de abril de 2006*)

Rendimentos médios no Trabalho Principal	Imigrantes Recém chegado (1)	Imigrantes Recentes (2)	Imigrantes (3)	Não-migrante e mais de 3 anos de residência (4)
Rendimento médio no trabalho principal				
Média	842	921	899	732
Mediana	381	438	420	403
Por setor de atividade				
Indústria de transformação	-	1347	1272	1016
Construção civil	-	-	640	762
Comércio	499	575	552	550
Serviços	1118	1048	1066	822
Serviços domésticos	-	229	216	226
Outros	-	-	-	283
Ocupações				
Empresários, diretores e gerentes	-	-	2277	2191
Planejamento e organização	-	2495	2448	2290
Execução qualificada	-	1217	1203	907
Execução semiqualficadas	583	628	615	608
Execução não qualificadas	292	295	294	300
Apoio não-operacional	-	1221	1295	706
Serviços de escritório	-	860	828	889
Serviços gerais	-	309	296	327
Ocupações mal definidas	-	443	417	336
Posição na ocupação				
Assalariados privados com carteira			967	784
Assalariados privados sem carteira			452	397
Assalariados do setor público			1986	1349
Autônomos que trabalha para o público			444	404
Autônomos que trabalha para empresas			885	715
Empregador			2174	2078
Doméstico			216	226
Outros			-	860
Procedência				
Outros municípios da Bahia				
Média	518	561	550	761
Mediana	315	367	349	418
Outros Estados				
Média	1250	1376	1339	1175
Mediana	568	704	665	571
Sempre residiram na RMS				
Média				638
Mediana				375

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Pessoas com até menos de um ano de residência na RMS.

(2) Pessoas com um a três anos de residência na RMS.

(3) Pessoas com até três anos de residência na RMS.

(4) Pessoas que sempre residiram ou residem há mais de 3 anos na RMS.

(5) Inclui ocupados que não trabalharam na semana anterior a pesquisa

- A amostra não comporta desagregação a esse nível.

* Deflacionado pelo IPC/SEI.

A jornada de trabalho dos imigrantes é mais extensa do que a dos ocupados residentes há mais de três anos na RMS. Entre os imigrantes recém-chegados, a média das jornadas de todos os trabalhos é de 45 horas, sendo que metade deles trabalha mais que 48 horas por semana.

De um modo geral, as jornadas de trabalho diminuem ao longo do tempo de permanência na região em todos os setores de atividade e ocupações, como se observa na Tabela 13. Nas ocupações não-qualificadas e nos Serviços domésticos – importantes espaços ocupacionais para os imigrantes – suas jornadas médias são as mais elevadas da estrutura ocupacional, na ordem de 50 horas semanais. No entanto, o tempo gasto em trabalho adicional cresce à medida que aumenta o tempo de residência na RMS.

Os valores relativos aos rendimentos médios no trabalho principal dos imigrantes da RMS surpreendem e contraditam as condições mais desfavoráveis que, como se observou, eles encontram em relação à posição na ocupação, à jornada de trabalho, às qualidades dos postos a eles destinados, às distribuições setorial e ocupacional e ao que a literatura sobre inserção de imigrantes nos mercados de trabalho mostra ocorrer regularmente a essa população: os valores médios recebidos são maiores em cerca de $\frac{1}{4}$ ao dos não-migrantes e residentes há mais de três anos. A rigor, os dados da PED-RMS mostram que mesmo os imigrantes recém-chegados têm rendimentos médios mais elevados que os residentes há mais de três anos, embora tenham rendimentos médios mais baixos.

As informações da Tabela 14 sugerem que esse fenômeno pode estar relacionado com as diferenças observadas na inserção ocupacional dos imigrantes a partir de sua procedência. Os imigrantes oriundos do interior da Bahia têm rendimento médio no trabalho principal de R\$ 550, ou $\frac{3}{5}$ (75,0%) da média dos residentes há mais de três anos (R\$ 752). Os provenientes dos outros estados recebem R\$ 1.339, valor que é 82,0% superior ao que recebem os trabalhadores mais antigos na RMS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da imigração para a RMS procurou combinar duas dimensões da questão que têm se mostrado relevantes para o mercado de trabalho no período recente. Por um lado, buscou-se caracterizar

os imigrantes e a importância da movimentação dessa mão-de-obra na composição da PEA. Por outro lado, foi feita uma particularização da situação ocupacional e das posições de trabalho destinadas a esses “novos baianos”, com o propósito de identificar a sua inserção produtiva em face aos demais residentes e às diferenças de origem.

Em relação à primeira questão, a investigação mostrou que a imigração tem sido um forte componente da dinâmica do mercado de trabalho e que o padrão tradicional de deslocamento de trabalhadores no país, onde o Nordeste aparecia como origem de fortes correntes migratórias de trabalhadores para o Sudeste e para as metrópoles regionais, pode, a partir do que se observou para a RMS, ser reavaliado.

O crescimento dos fluxos de trabalhadores, na RMS, revela um aumento da importância do retorno de grandes contingentes de naturais. A volta desses baianos, agora novos, pode estar relacionada, de um lado, ao aumento das dificuldades de inserção ocupacional nos locais de destino e, de outro lado, à provável intensificação da movimentação de pessoas em busca de trabalho no país.

Esses resultados corroboram, portanto, com a hipótese presente na literatura sobre o tema, que dá conta da existência de grandes grupos populacionais em constante deslocamento em busca de ocupação.

O imigrante da RMS do presente difere bastante do tradicional. Um elemento flagrantemente importante nessa diferenciação é a maior instrução de que são portadores. Ao contrário do que ocorria até recentemente, parcela expressiva dos novos trabalhadores é mais escolarizada que os residentes mais antigos e os naturais. Os dados da pesquisa permitem supor, contudo, que permanece em vigência o perfil do imi-

grante com pouca instrução, oriundo do interior do estado da Bahia e que vem em busca de trabalho, a quem estão destinadas as ocupações subordinadas e mal remuneradas. Esse grupo é majoritário, porém, parece que vem perdendo importância relativa na composição da PEA imigrante nas últimas duas décadas.

A observação da situação ocupacional e das posições de trabalho desses “novos baianos” replica essa idéia. Como se demonstrou, o conjunto dos imigrantes tem melhor remuneração e melhor inserção ocupacional que os residentes mais antigos e naturais. Isso se deve ao melhor desempenho dos trabalhadores oriundos de outros estados, inclusive os baianos que retornam.

Por fim, é mister destacar que algumas perguntas permanecem desafiando a pesquisa e devem ser retomadas. Entre elas as relativas à forma de atuação de marcadores importantes na estruturação do mercado de trabalho da RMS, como raça e gênero, e as em relação à inserção produtiva dos “novos baianos” no mercado de trabalho, que foram apenas parcialmente observadas.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. S. G. *Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.10, n.1, jun. 2000.
- HOFFMANN, M. B. P.; COSTA, P.; SANCHES, S. O Sistema PED: pesquisa de emprego e desemprego em seis regiões metropolitanas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Emprego e desemprego*. Salvador: SEI, 2003. p.7-22. (Série estudos e pesquisas, 62).
- RODRIGUES, M.; FERREIRA, J. M. N. Absorção dos migrantes pelo mercado de trabalho In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *Mercado de trabalho na Grande São Paulo*. São Paulo: SEADE/ DIEESE, 1989. p.195-221.
- SOUZA, G. A. A. de *Migração e subemprego em Salvador*. Salvador: CPE, 1978.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sócio-demográficas recentes: Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: SEI, 1999. (Série Estudos e Pesquisas, 41).

Discriminação dos rendimentos por gênero na Região Metropolitana de Salvador

Leormínio M. Bispo Filho*

Wilson F. Menezes**

Resumo

Este trabalho analisa a discriminação de rendimentos entre trabalhadores homens e mulheres na Região Metropolitana de Salvador. Utilizou-se a base da Pesquisa de Emprego e Desemprego dessa região para os anos de 1997 e 2005. Foi utilizado o procedimento de Heckman para corrigir possíveis vieses de seleção da amostra, bem como foi aplicada a decomposição de Oaxaca para se separar os atributos produtivos dos não produtivos que explicam a formação dos rendimentos. Os resultados econométricos permitiram distinguir os diferenciais de rendimentos decorrentes de atributos produtivos ou de procedimentos discriminatórios nesse mercado de trabalho.

Palavras-chave: ocupação, diferenciais de rendimento, capital humano, discriminação.

Abstract

This paper analyzes the inequality of earnings between working men and women in the Metropolitan Area of Salvador. The data was collected from the Employment and Unemployment Research for years 1997 through 2005. Heckman's procedure was used to correct possible sample selection bias, and Oaxaca's decomposition to separate productive and non-productive attributes, which explain the income composition. The econometric results enabled us to distinguish the income differentials due to productive attributes or discriminatory procedures within this market.

Key words: occupation, income differentials, human capital, prejudice.

INTRODUÇÃO

A preocupação com os diferenciais de rendimentos não é nova na literatura econômica brasileira. Esses diferenciais foram analisados sob o prisma dos distintos segmentos do mercado de trabalho, tal como em Fernandes (1996), que buscou observar o papel que a qualificação da mão-de-obra exerce na determinação dos diferenciais de salários entre mercados regulamentados e não regulamentados. Por outro lado, Silva e Kassouf (2000) apontaram os dife-

renciais de rendimentos dos mercados formais e informais de trabalho, enquanto Leme e Wajnman (2001) trataram das especificidades dos diferenciais de rendimento por gênero como decorrentes do estágio de desenvolvimento dos mercados de trabalho.

Quanto aos estudos dos diferenciais de rendimentos sob a ótica da discriminação, pode-se apresentar Giubert e Menezes Filho (2005), que compararam as diferenças de rendimento entre homens e mulheres no Brasil e nos Estados Unidos; Jacinto (2005), que analisou os diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da região Sul do Brasil com dados da RAIS; Loureiro (2003), que examinou as principais fontes de discriminação racial por sexo no mercado de trabalho; Loureiro e Carneiro (2001), que mostraram a discriminação nos merca-

* Técnico da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS e Mestre em Economia pelo CME-UFBA. leorminio@bol.com.br.

** Doutor em Economia pela Universidade de Paris I, Professor do Curso de Mestrado em Economia da UFBA e Coordenador da PED-RMS pela UFBA. awilson@ufba.br

dos de trabalho urbanos e rurais; Soares (2000), que estimou os diferenciais de rendimentos para homens e mulheres na perspectiva da cor; e Kassouf (1998), que calculou os retornos da educação e da experiência, tendo constatado uma discriminação salarial por gênero, presentes em diferentes segmentos do mercado de trabalho.

Em geral, os diferenciais de rendimentos entre indivíduos ocupados podem ser originários de três características presentes no mercado de trabalho:

**É preciso saber por que
trabalhadores com
características produtivas
iguais acabam por receber
remunerações diferenciadas no
mercado de trabalho**

1. Diferenças nas dotações dos atributos produtivos dos trabalhadores, dentre os quais se destacam a educação e a experiência. Nessa situação, pode-se dizer que o mercado de trabalho estaria traduzindo, de maneira justificada, os distintos rendimentos, de forma que os que possuem as maiores quantidades desses atributos alcançam também as maiores remunerações;
2. Discriminação no mercado de trabalho, quando trabalhadores igualmente produtivos são remunerados de maneira diferenciada em decorrência de avaliações subjetivas quanto aos seus atributos não produtivos, tais como gênero e cor; e
3. Segmentação no mercado de trabalho para trabalhadores igualmente produtivos.

Neste trabalho, optou-se por investigar a discriminação existente no mercado de trabalho da RMS, buscando conhecer melhor a condição econômica dos trabalhadores dessa região. Para tanto, comparou-se o rendimento dos ocupados desagregados entre homens e mulheres. Com isso, procurou-se levantar os mais importantes determinantes dos rendimentos dos trabalhadores, bem como separá-los por critérios que distingam condicionantes de desigualdades de atributos produtivos e de discriminação. Para atingir esse fim, utilizaram-se os dados da base PED-RMS,¹ referentes aos ocupados da RMS no ano de 1997 e 2005.

Além desta introdução, o trabalho encontra-se dividido em mais três partes. Inicialmente, procede-se uma análise dos componentes teóricos que nortearam o artigo. Em seguida, fez-se uma estimativa dos determinantes dos rendimentos, bem como dos diferenciais desses rendimentos entre trabalhadores masculinos e femininos, quando uma análise dos diferenciais de rendimentos foi emitida. Por fim, algumas considerações são emitidas.

AVALIAÇÃO TEÓRICA DA DISCRIMINAÇÃO

No que concerne à discriminação, a abordagem retoma, em outras bases, a problemática dos diferenciais dos rendimentos. Assim, é preciso saber por que trabalhadores com características produtivas iguais acabam por receber remunerações diferenciadas no mercado de trabalho. Se as características produtivas dos trabalhadores são iguais, é razoável imaginar que essas pessoas deveriam receber um mesmo montante de rendimento por seus serviços prestados. Mas isso somente aconteceria se o mercado de trabalho fosse perfeito, com informação livre e gratuita, sem a possibilidade de existir expedientes discriminatórios ou de segregação.

Para Becker (1957), a discriminação é definida precisamente como a observância de tratamento desigual para insumos iguais de produção. Na medida em que são levadas em consideração características não econômicas das pessoas, tais como gênero, idade e raça, é possível existir essa discriminação. Esses elementos exigem, dessa forma, uma atenção analítica especial, assim conseguindo perceber um gosto pela discriminação. O problema é, portanto, saber por que os empregadores, independentemente das condições objetivas de produtividade das pessoas, preferem um determinado perfil de mão-de-obra. Dessa forma, indivíduos que não respondem às preferências dos empregadores são rechaçados no mercado de trabalho, a ponto de terem dificuldades de emprego a menos que aceitem remunerações bem inferiores àquelas permitidas pelo seu potencial de qualificação.

A inserção no mercado de trabalho das pessoas

¹ A Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador segue orientação metodológica do SEADE-DIEESE e foi realizada na RMS entre setembro de 1987 e outubro de 1989, em convênio com SETRAB, SINE e UFBA. Desde julho de 1996, ela vem sendo realizada em convênio com a SEI, SETRAS e UFBA, além do DIEESE e da Fundação SEADE. A pesquisa é atualmente desenvolvida em mais cinco regiões metropolitanas do país: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, São Paulo e Distrito Federal.

que sofrem discriminação se verifica, dessa forma, a um preço muito elevado: aceitar postos de trabalho, em relação à suas capacitações, inferiores, ou mesmo receber remunerações menores para exercer uma atividade similar. Assim, existe discriminação no mercado de trabalho se trabalhadores com idênticas características produtivas são tratados diferentemente devido aos grupos a que pertencem. Há discriminação salarial contra as mulheres, os negros ou idosos se os empregadores pagam menos a essas pessoas do que pagam, respectivamente, aos homens, brancos ou jovens, uma vez que as diferentes pessoas de cada um dos grupos se apresentem no mercado de trabalho com o mesmo nível educacional, a mesma experiência e venham a trabalhar sob as mesmas condições e exercendo as mesmas funções. Assim, os indivíduos que têm gosto pela discriminação acabam por influenciar suas atitudes ao levar em consideração aspectos subjetivos que diferem de indivíduo para indivíduo.

Naturalmente que o gosto pela discriminação pode estar ligado à ignorância e/ou à desinformação das pessoas. Dessa forma, um empregador ao não contratar um indivíduo em razão de seu sexo, cor ou idade provavelmente está inseguro quanto à produtividade do trabalhador discriminado, mesmo podendo, nesse momento, estar deixando de lado um trabalhador que possa ser mais produtivo que o trabalhador escolhido. Uma escolha que se verifique a partir de um critério discriminatório e a pessoa selecionada não responda objetivamente em termos de produtividade pode vir a representar um custo não pecuniário que o empregador deve arcar em vista do seu comportamento pleno de subjetividades discriminatórias.

Comportamentos discriminatórios tendem a desaparecer, pelo menos nas grandes firmas, conforme os empregadores adotem muito mais critérios que permitam a maximização de sua função objetivo que critérios baseados na desinformação ou atitudes segregacionistas. Isso porque, com a presença de discriminação, há sempre a possibilidade de contratar trabalhadores igualmente produtivos por salários diferenciados, ou mesmo de perder a possibilidade de selecionar o trabalhador mais produtivo, dado

que esse pode estar sendo discriminado. Pode-se então estar problematizando o funcionamento interno da atividade econômica, na medida em que os comportamentos discriminatórios podem apresentar custos indesejáveis. Esses custos naturalmente prejudicam os ajustes do mercado de trabalho, os quais são necessários para que esse mercado torne-se mais competitivo.

Existe discriminação no mercado de trabalho se trabalhadores com idênticas características produtivas são tratados diferentemente devido aos grupos a que pertencem

UMA AVALIAÇÃO EMPÍRICA

O modelo utilizado para as equações de rendimentos pode então ser resumido como:

$$y^* = \beta' X_i$$

onde y^* representa o logaritmo natural da variável dependente e X_i representa o vetor de variáveis independentes.

Um problema a ser enfrentado diz respeito a um possível viés de seleção presente na amostra. Esse problema foi resolvido em dois passos, através da aplicação do procedimento de Heckman (1979):

- 1) Através do modelo probit gerou-se uma variável chamada razão inversa de Mills, qual seja:

$$\lambda_i = \frac{\phi_i(\gamma' w_i)}{\Phi_i(\gamma' w_i)}$$

- 2) Estimou-se a equação de rendimentos utilizando-se a razão inversa de Mills como regressor adicional, além das demais variáveis.

Para a estimativa das equações de rendimentos foram utilizadas as seguintes variáveis para homens e mulheres:

Escolaridade – em anos de estudo completos dos indivíduos. Espera-se uma relação direta com os rendimentos, ou seja, à medida que se eleva o grau de escolaridade, maior a chance de o indivíduo auferir rendimentos mais elevados no mercado de trabalho;

Idade – em anos completos. Esta variável representa uma proxy da experiência do indivíduo e se espera um sinal positivo para ela, de maneira que o rendimento deve crescer com o aumento da idade; Idade² – quadrado da idade. Esta variável procura

captar se o crescimento do rendimento com respeito à idade acontece a taxas decrescentes, dessa forma se espera um sinal negativo;

Tempo de ocupação – em número de anos na atual ocupação. O interesse dessa variável é averiguar se o tempo do indivíduo na ocupação em que ele se encontra, caracterizando uma estabilidade ocupacional, contribui para aumentar seu rendimento; Lambda – inversa da razão de Mills. Esta variável ao ser colocada na equação de rendimentos corrige o viés de seleção quando estatisticamente significativa. Isso significa dizer que, quando seu sinal for positivo, as características não observadas influenciam positivamente o rendimento do indivíduo, caso contrário o sinal será negativo.

Para uma estimativa do modelo econométrico, utilizou-se o seguinte modelo:

$$y = \alpha + \beta_i X_i + \varepsilon$$

onde y representa o logaritmo natural do rendimento e X_i representa o vetor de variáveis explicativas (inclusive a variável Lambda).

Para estimar os diferenciais de rendimentos foram escolhidos os anos de 1997 e 2005. Fez-se uma comparação dos resultados desses dois anos gerando uma amostra de 11.639 e 13.135, respectivamente,² de indivíduos ocupados com rendimentos positivos, com idade entre 25 e 65 anos e que não frequentam mais a escola. Essa faixa foi definida de maneira ad hoc, esperando, com isso considerar os indivíduos adultos mais implicados no mercado de trabalho. Deixou-se, portanto, os jovens e idosos fora dessa seleção. Além disso, foram excluídos da seleção os assalariados do setor público, uma vez que os rendimentos neste setor são definidos de maneira administrativa. Dessa forma, apesar de certamente haver uma discriminação entre homens e mulheres no setor público, considerou-se que esta discriminação não é operada via mercado, em face da condição estatutária específica dessas pessoas.

Equações de Rendimentos

Os resultados das equações de rendimentos po-

dem ser visualizados na Tabela 1. Uma inspeção dessa tabela permite constatar que todos os sinais dos coeficientes foram os esperados e estatisticamente significativos. Pode-se, dessa forma, afirmar que o poder de explicação das regressões foi robusto, quando se considera que os dados referem-se a uma amostra *cross-section* e os testes F mostraram-se muito satisfatórios.

Tabela 1
Equações de rendimentos por sexo

Variáveis	1997		2005	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
(Constante)	4,85 (34,707)	3,845 (20,108)	5,27014 (41,934)	4,809 (29,564)
Escolaridade	0,0857 (34,118)	0,107 (28,748)	0,05782 (22,762)	0,07 (20,684)
Idade	0,0685 (9,875)	0,086 (9)	0,05175 (8,641)	0,067 (8,454)
Idade ao quadrado	-0,0003 (-3,751)	-0,001 (-6,743)	-0,00019 (-2,604)	-0,001 (-5,996)
Tempo de Ocupação	0,0172 (12,668)	0,027 (14,136)	0,01455 (12,543)	0,023 (14,458)
Lambda	-2,563 (-45,632)	-1,331 (-19,814)	-2,4376 (-49,549)	-1,841 (-32,921)
R ²	0,518	0,425	0,494	0,412
F	1400,26	754,78	1397,41	834,47
DW	1,902	1,926	1,833	1,883
N	6.523	5.116	7.177	5.958

Fonte: Cálculos a partir da base PED/RMS.

Nota: As estatísticas-t são dadas entre parênteses.

A escolaridade mostrou ser muito importante para obtenção de maiores rendimentos dos indivíduos, dado que os coeficientes dessa variável foram positivos e estatisticamente significativos para homens e mulheres, tanto em 1997 quanto em 2005.

A idade também se mostrou importante para elevar os rendimentos das pessoas. Essa variável apresentou uma relação direta, ou seja, quanto maior a idade das pessoas, maiores serão seus rendimentos do trabalho.

A idade ao quadrado, por sua vez, também apresenta o resultado esperado. Assim, o aumento da idade permite uma elevação dos rendimentos, muito embora essa elevação se verifique a taxas decrescentes com o decorrer da idade. Isso acontece, de maneira estatisticamente significativa, tanto para homens quanto para mulheres nos dois anos analisados.

O tempo que as pessoas levam na mesma ocupação, que pode ser entendido como uma *proxy* da estabilidade ocupacional, se mostrou positivo e muito

² É bom lembrar que esse quantitativo de indivíduos foi obtido somente após a correção do viés de seleção.

significativo, de maneira que se pode afirmar que a estabilidade ocupacional das pessoas é importante elemento indutor dos rendimentos. Esse resultado foi verificado para homens e mulheres.

Por fim, tem-se que os coeficientes da variável explicativa lambda, a qual foi adicionada ao modelo com a intenção de corrigir o viés de seletividade amostral, se mostraram negativos e significativos em todas as equações estimadas de rendimento. A significância dessa variável demonstra que o viés de seleção foi corrigido pelo procedimento de Heckman.

A média dos rendimentos dos homens é superior à média das mulheres tanto em 1997 quanto em 2005. Assim, os homens receberam no primeiro período, em média, R\$ 839,75, enquanto as mulheres ganharam R\$ 401,70

Uma avaliação dos diferenciais de rendimentos

Antes de iniciar a análise dos diferenciais de rendimentos, é interessante observar as médias das variáveis consideradas nas regressões, bem como as respectivas estatísticas t do teste das médias (Tabela 2).

Tabela 2

Médias das variáveis por segmentos de ocupação controlada por gênero

Variáveis	1997		2005	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Rendimento	839,75	401,70 (39,33)	642,33	355,85 (37,30)
Escolaridade	8,16	8,35 (2,66)	8,84	9,21 (5,96)
Idade	37,37	36,79 (3,43)	38,29	38,15 (0,80)
Tempo de Ocupação	5,58	4,95 (5,21)	5,94	5,28 (5,62)

Fonte: cálculos a partir da base PED/RMS.

Nota: Estatísticas t dos testes das médias encontram-se entre parênteses. As comparações foram feitas por gênero, relativamente ao homem no ano de 1997 e 2005 respectivamente.

Como se esperava, a média dos rendimentos dos homens é superior à média das mulheres tanto em 1997 quanto em 2005. Assim, os homens receberam no primeiro período, em média, R\$ 839,75, enquanto as mulheres ganharam R\$ 401,70. No período seguinte, os homens ganharam uma média de R\$ 642,33, ao tempo em que as mulheres receberam apenas R\$ 355,85. Assim, pode-se ver que, em 1997, o salário das mulheres era equivalente a 48% do salário dos

homens, mas em 2005 foi equivalente a 55%. Esse resultado é garantido pelo teste da diferença entre as médias dos rendimentos, cujas estatísticas t encontram-se entre parênteses. Esses números não só apontam como também reforçam a existência de discriminação contra as mulheres

no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador.

A escolaridade média encontra-se desigualmente distribuída quando observada por gênero das pessoas ocupadas. Efetivamente os níveis de escolaridades dos homens mos-

tram-se, grosso modo, menos elevados que os níveis referentes às mulheres. Se os salários fossem determinados apenas pelos anos de estudo, as mulheres deveriam receber, em média, mais que os homens, o que não acontece, reforçando a hipótese de existência de uma discriminação presente no mercado de trabalho da RMS. Mesmo que dificilmente esses diferenciais possam ser totalmente imputados aos diferentes níveis de escolaridade das pessoas envolvidas do mercado de trabalho, naturalmente as diferenças de escolaridade contribuem para justificar os diferenciais de rendimentos. No entanto, nessa região metropolitana, os rendimentos de homens e mulheres acontecem de maneira inversa ao que se deveria esperar, tendo em vista os atributos de escolaridade das mulheres, que se mostram mais elevados, em média, em relação a esses mesmos atributos dos homens.

Não se percebe um diferencial de idade muito importante entre os gêneros no mercado de trabalho da RMS. Como mostram os resultados dos testes das médias, apenas em 1997 os homens mostraram-se com idade, em média, mais elevada que as mulheres. Para o ano de 2005, a idade média dos homens continua a ser mais elevada, mas essa diferença é muito tênue, dado que a estatística t não foi significativa. Dessa forma, dificilmente se podem justificar os diferenciais de rendimentos pelos níveis de idade, isso porque estatisticamente homens e mulheres têm médias de idade similares.

Entretanto, o mesmo não se pode dizer para o tempo de ocupação entre os gêneros para cada ano. Apesar de as mulheres terem maior tempo de ocupação em 2005 que em 1997, os homens têm mais

tempo de ocupação no atual emprego que as mulheres, tanto em um período quanto em outro.

Diferenciais de rendimentos por discriminação

A decomposição de Oaxaca (1973) permitiu o cálculo dos diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres, tendo em vista a separação dos rendimentos explicados pelos atributos produtivos dos indivíduos em relação aos rendimentos não explicados por esses mesmos atributos. Essa decomposição propõe os seguintes passos:

- 1 Estima-se a equação de rendimentos para cada segmento, tal como segue:

$$y_h = \alpha_h + \sum \beta_{ih} x_{ih} \quad \text{e} \quad y_m = \alpha_m + \sum \beta_{im} x_{im}$$

- 2 Toma-se a diferença entre as duas regressões avaliadas nos pontos médios das variáveis e soma-se e subtrai-se, $\sum \beta_{ih} x_{im}$ de forma a não alterar a igualdade, resultando em:

$$\tilde{y}_h - \tilde{y}_m = (\alpha_h - \alpha_m) + \sum \tilde{x}_{im} (\beta_{ih} - \beta_{im}) + \sum \beta_{ih} (\tilde{x}_{ih} - \tilde{x}_{im})$$

onde $\tilde{y}_h$ e $\tilde{y}_m$ são os logaritmos naturais dos rendimentos de homens e mulheres respectivamente. Os dois primeiros termos à direita da equação medem a discriminação, enquanto o terceiro termo mede o diferencial de rendimentos referente aos atributos produtivos das pessoas.

Blinder (1973) aponta que os coeficientes dessa equação também contêm informação sobre discriminação, pois o segundo termo da equação $\sum \tilde{x}_{im} (\beta_{ih} - \beta_{im})$ também permite que se extraia algo a esse respeito, uma vez que se refere à parte da diferença de rendimentos que se deve à valorização diferente de um mesmo atributo. Dessa forma, se a diferença dos atributos for positiva, significa que o atributo é mais valorizado no homem que na mulher, pois essa diferença é ponderada pelo atributo médio da mulher. Assim, a parte não explicada do diferencial

de rendimentos cuja origem pode ser atribuída à discriminação é $(\alpha_h - \alpha_m) + \sum \tilde{x}_{im} (\beta_{ih} - \beta_{im})$. Esse termo mede a parcela considerada como explicada dos rendimentos. Essa parte resulta das diferenças de dotação dos atributos dos trabalhadores, a qual é

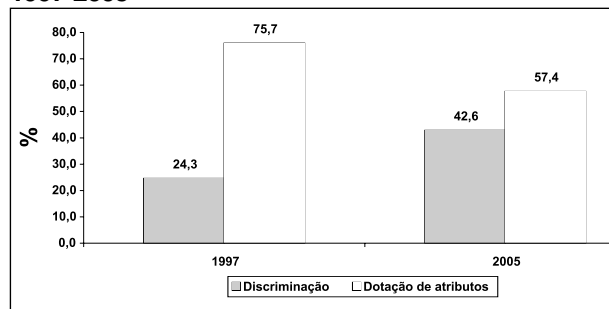
ponderada pelo valor que se dá a essas características. Se o indivíduo possui uma dotação mais elevada de atributos produtivos, ele terá uma remuneração mais elevada.

O procedimento dessa decomposição consiste em utilizar duas regressões, uma para cada segmento de trabalhadores. A primeira das regressões considera o grupo específico dos homens,

enquanto que na segunda equação considera-se o grupo das mulheres. Esse procedimento possibilitou separar os rendimentos que podem ser explicados pelos atributos econômicos e não econômicos das pessoas, daqueles inerentes ao próprio segmento de mercado de trabalho. Vários cortes comparativos foram realizados e analisados.

Inicialmente, procurou-se estimar e comparar os diferenciais de rendimentos, para os anos de 1997 e 2005, dos homens contra os rendimentos das mulheres, tal como aparece no Gráfico 1. A análise desse gráfico permite dizer que 75,7% do diferencial de rendimentos, em 1997, podem ser explicados pelas respectivas dotações em atributos pessoais, enquanto 24,3% desse diferencial não encontram explicação nos atributos econômicos e não econômicos dessas pessoas, assim podendo perfeitamente ser atribuível à discriminação existente no mercado de trabalho. Para 2005 esses percentuais são de 42,6% e 57,4%, respectivamente, para a discriminação e dotação dos atributos pessoais dos indivíduos. Uma comparação entre os anos leva a crer que, entre 1997 e 2005, houve um aumento do processo discriminatório contra a mulher no mercado de trabalho da RMS.

A análise do diferencial de rendimentos entre homens e mulheres pode ainda ser realizada com o auxílio da Tabela 3. Nessa tabela encontram-se registradas as diferenças básicas de rendimentos decorrentes das dotações de atributos de homens e

Gráfico 1**Diferencial de rendimentos na RMS por atributos 1997-2005**

Fonte: Cálculos a partir da base PED-RMS

mulheres, bem como as diferenças de rendimentos que podem ser atribuíveis aos processos discriminatórios contra as mulheres.

Essa Tabela mostra que o homem, em média, ganha mais que a mulher, além de confirmar a informação do gráfico anterior. Isso porque o efeito discriminação alcançou R\$ 122,11 em 2005, quando ele era de R\$ 106,55 em 1997. Por outro lado, o efeito

Tabela 3**Diferenciais dos rendimentos por sexo**

Diferencias dos Rendimentos	1997			2005		
	Oaxaca	Homem-Mulher R\$	%	Oaxaca	Homem-Mulher R\$	%
Efeito discriminação	0,26	106,55	24,3	0,53	122,11	42,6
Efeito dotação atributos	0,79	331,50	75,7	0,71	164,38	57,4
Efeito Total	1,05	438,05	100,0	1,24	286,48	100,0

Fonte: Cálculos a partir da base PED/RMS.

Nota: Para os valores em reais foi utilizado como inflator o IPC da SEI de março de 2006.

to dotação passou de R\$ 331,50 para R\$ 164,38 no mesmo período. Ademais, em 1997 os homens receberam, em média, R\$ 438,05 a mais que as mulheres. Já no ano de 2005, os homens passaram a receber, em média, apenas R\$ 286,48 a mais que as mulheres. Dessa forma, tem-se que, apesar da ocorrência de uma redução do diferencial total entre os rendimentos de homens e mulheres, tem-se uma elevação do diferencial decorrente de processos discriminatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos diferenciais de rendimento mostrou algumas características interessantes da estrutura

do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. O modelo econométrico utilizado recorreu ao procedimento de Heckman para corrigir possíveis vieses de seletividade da amostra, bem como aplicou a decomposição de Oaxaca, numa tentativa de separar os efeitos provocados pela dotação dos atributos econômicos das pessoas dos efeitos relativos à discriminação existente no mercado de trabalho.

Os resultados obtidos foram significativos e permitem reconhecer a existência de processos discriminatórios no mercado de trabalho. Observa-se, então, uma das fontes de mazelas sociais. A presença de comportamentos discriminatórios nesse mercado de trabalho contribui para a redução dos rendimentos das mulheres de maneira independente das condições de produtividade dessas pessoas.

A discriminação se mostrou como importante fator redutor dos rendimentos das pessoas que sofrem com atitudes e comportamentos segregacionistas. Assim, em 1997, 24,3% do diferencial de rendimentos existente entre os ocupados foram devidos à discriminação por gênero e 75,7% dos diferenciais de rendimentos são atribuíveis às diferenças nas dotações de atributos produtivos, como educação, experiência e tempo na ocupação. Quando observamos o ano de 2005, percebe-se que há um aumento da presença de procedimentos discriminatórios para explicar o diferencial de rendimentos, já que o efeito discriminação passou a representar 42,6% do total da diferenciação dos rendimentos de homens e mulheres da RMS, ficando os 57,4% restantes sob responsabilidade das diferenças nas dotações de atributos produtivos. Isso mostra que, a discriminação por sexo se fortaleceu quando comparamos um período com outro. Como as diferenças entre os atributos produtivos de homens e mulheres tendem a diminuir, então a parcela do diferencial devido à discriminação existente no mercado de trabalho tende a aumentar, mesmo que em termos absolutos ela seja menor.

O fato de o indivíduo ser homem ou mulher influi, de maneira decisiva, nos seus níveis de remuneração. Um dos fatores analisados que provoca importantes diferenciais nos rendimentos dessas pessoas foi a presença de comportamentos discriminatórios

contra as mulheres no mercado de trabalho. Entende-se que o presente estudo avançou algumas contribuições importantes, deixando, dessa forma, um pouco mais claro os mecanismos de funcionamento desse importante mercado de trabalho, bem como algumas peculiaridades que afligem esse importante contingente de pessoas. Uma tentativa de reduzir os malefícios dessa discriminação somente pode advir de políticas públicas que realcem muito mais o caráter produtivo das pessoas em detrimento de comportamentos discriminatórios que restrinjam os direitos dos trabalhadores e/ou se exteriorizem através de segregação social no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- BECKER, G. *The economies of discrimination*. Chicago: The University of Chicago Press, 1957.
- BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural. *Journal of Human resources*, n. 8, p. 436-455, 1973.
- FERNANDES, R. Mercado de trabalho não regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 417-441, 1996.
- GIUBERT, A. C.; MENEZES-FILHO, N. A. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 369-383, jul./set. 2005.
- HECKMAN, J. Sample selection bias as a specification error. *Econometrica*, Princeton, v. 47, n. 01, p. 153-161, Jan. 1979.
- JACINTO, P. A. Diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da região Sul do Brasil: uma análise com micro dados. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 43, n. 3, p. 529-555, jul./set. 2005.
- KASSOUF, A. L. Wage gender discrimination and segmentation in the Brazilian labor market. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 243-269, jun. 1998.
- LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. Diferenciais de rendimentos por gênero. In: LISBOA, M. B.; MENEZES-FILHO, N. A. *Microeconomia e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001. p. 79-115.
- LOUREIRO, P. R. A. Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação. *Revista Brasileira de Economia*, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 125-157, 2003.
- _____. CARNEIRO, F. G. Discriminação no mercado de trabalho: uma análise dos setores rural e urbano no Brasil. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 519-545, 2001.
- OAXACA, R. Male-Female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, v. 14, n. 3, p. 693-709, out. 1973.
- SILVA, N. D. V.; KASSOUF, A. L. Mercado de trabalho formal e informal: uma análise da discriminação e da segmentação. *Nova Economia*, Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v. 10, n. 1, p. 41-77, jul. 2000.
- SOARES, S. S. D. O Perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0769.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2000.

Quanto vale um diploma de graduação em Salvador?

Paulo Henrique de Almeida*

Resumo

A Teoria do Capital Humano padrão afirma que quanto maior for o progresso educacional de um indivíduo maior será sua renda. Este artigo estima a influência de um diploma de graduação e da experiência no trabalho sobre os ganhos durante a vida de habitantes de Salvador, Bahia, em 2006. Considerando-se os períodos de trabalho e aposentadoria e inspirando-se na abordagem Minceriana, são estimados os rendimentos em vida através da utilização das rendas médias mensais de pessoas entre 18 e 75 anos. Os resultados são comparados, em seguida, com aqueles obtidos pelo método tradicional de cálculo do Valor Presente Líquido dos ganhos esperados. Em ambos os casos, essas estimativas preliminares e ilustrativas dos benefícios obtidos com a graduação estão baseadas em dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Finalmente, propõe-se o uso da primeira das técnicas para a construção de um Índice de Capital Humano a partir dos dados da PED.

Palavras-chave: capital humano, ensino superior, economia baiana

Abstract

The standard Human Capital Theory states that the higher the academic achievement of an individual the higher will be his income. This paper estimates the influence of graduation and work experience on the lifetime earnings of inhabitants in Salvador, Bahia, in 2006. Taking work and retirement periods into consideration, and inspired by the Mincerian approach, we estimated lifetime earnings by using the average monthly income of people between 18 and 75 years of age. Then we compare the results with those achieved by the traditional Net Present Value method. In both the cases, these preliminary and illustrative estimations of the benefits achieved through graduation are based on data from the Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (Employment and Unemployment Research). Finally, we propose the use of the first technique to create a Human Capital Index based on the PED data.

Key words: human capital, university education, Bahia's economy

INTRODUÇÃO

Por *capital humano* entende-se, contemporaneamente e em sentido estrito, o estoque pessoal de competências, capacidades e habilidades que um indivíduo utiliza para trabalhar e obter rendimentos.

A ideia de *capital humano* remonta a economistas dos séculos XVII e XVIII, como William Petty (1623-1687) e Adam Smith (1723-1790), e aparece na obra

dos primeiros ultraliberais, precursores do neoclacismo, entre os quais, Jean-Baptiste Say (1767-1832) e Nassau Senior (1790-1864). Adotada entre os séculos XIX e XX por autores clássicos e neoclássicos, como John Stuart Mill (1806-1873), Léon Walras (1834-1910), Alfred Marshall (1842-1924) e Irving Fisher (1867-1947), ela também marca presença, paradoxalmente e desde o século XIX, entre adversários do liberalismo, como no caso de fundadores da Escola Histórica alemã do porte de Friedrich List (1789-1846) e Wilhelm Roscher (1817-1894) (ver KIKER, 1966).

* Doutor em Economia pela Universidade de Paris X - Nanterre, e Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. phalm@uol.com.br

No século XX, o conceito ressurgiu com diversos sentidos em textos de importantes economistas como Arthur Cecil Pigou (1877-1959) ou Frank H. Knight (1885-1972). Mas só após a Segunda Guerra Mundial é que um grupo de economistas do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, reunindo Theodore W. Schultz (1902-1998), Jacob Mincer (1922-) e Gary S. Becker (1930-), decidiu explorar sistematicamente o tema, consolidando senão uma teoria do capital humano, pelo menos um novo e importante programa de pesquisa (TEIXEIRA, 2005).

Schultz, Mincer e Becker sustentam, na segunda metade do século XX, que é necessário superar a noção clássica de trabalho, associada a tarefas manuais que não demandam muito conhecimento, e reconhecer a crescente importância do conteúdo intelectual exigido em um leque cada vez maior de atividades. Não estão sós. Desde os anos 1940, Allan Fisher, Colin Clark e Jean Fourastié anunciam uma economia pós-industrial, assentada na produção de serviços cada vez mais intensivos em conhecimento. Peter Drucker já afirma desde 1959 que numa nova economia “o trabalho verdadeiramente produtivo passaria a ser o trabalho baseado na mente” (SAUL, 2004). Pouco mais de dez anos depois, Daniel Bell (1973) prevê o “advento de uma sociedade pós-industrial” e a hegemonia de uma nova classe de “trabalhadores do conhecimento”.

Futurologias e profecias à parte, o fato é que desde os anos 1920, constata-se nas economias desenvolvidas que o avanço do progresso técnico está correlacionado ao incremento da fração intangível do capital: saúde, educação e formação da força de trabalho, P&D acumulada e outros ativos. No início dos anos 1990, Kendrick (1994) estima que, nos Estados Unidos, o estoque de capital intangível já equivale ao estoque tangível (equipamentos, estoques físicos e infra-estrutura). Essa tendência à passagem do capitalismo industrial para uma economia baseada cada vez mais na produção imaterial e no conhecimento, acelerada na virada do século, recoloca o conceito de capital humano em absoluta evidência.

Essa tendência à passagem do capitalismo industrial para uma economia baseada cada vez mais na produção imaterial e no conhecimento, acelerada na virada do século, recoloca o conceito de capital humano em absoluta evidência

O sucesso do conceito, porém, não deixa de ser acompanhado por inúmeras críticas e contestações. Em sentido estrito, a versão à la Chicago do capital humano, que define a renda pessoal como função da escolaridade, do treinamento e da experiência no trabalho, peca pela simplificação.

Ela omite variáveis importantes para a determinação do nível de renda, entre as quais a qualidade dos laços sociais e a existência de discriminação no mercado de trabalho (de gênero, étnica etc.). Ao inverso, quando incorpora a essas variáveis outras dificilmente mensuráveis, como personalidade individual, estado de saúde ou capacidade empreendedora, peca por excesso de elasticidade e falta de poder explicativo.

Os marxistas, particularmente, têm grandes restrições à teoria. Eles enxergam na idéia de capital humano uma tentativa de dissolver a categoria trabalho no conceito de capital, com o objetivo de eliminar o conflito de classes na explicação de fenômenos do mercado de trabalho.

“A educação”, argumentam, “não pode ser chamada de capital, posto que não proporciona aos trabalhadores educados nenhum controle sobre os meios de produção” (ALMEIDA; PEREIRA, 2000, p. 7). Esta eliminação teórica do conflito no mercado de trabalho, insistem tais críticos, tem aplicação prática. De fato, como lembra Saul (2004, p. 268), se a “capitalização” é uma decisão pessoal de investimento, como pretende a teoria do capital humano, o trabalhador pode ser individualizado e fica aberto o espaço político e ideológico para a negação da negociação salarial coletiva.

Um terceiro tipo de crítica tem mais a ver com o conteúdo deste artigo. Trata-se da chamada teoria do credencialismo (*screening hypothesis*). Grosso modo, a questão que a teoria propõe pode ser colocada nos seguintes termos: o que eleva a renda do trabalhador é a educação ou diploma? O credencialismo sustenta duas teses básicas. A primeira: o diploma sinaliza as credenciais do trabalhador (disciplina, inteligência etc.) e a educação é apenas um filtro. A segunda: o diploma não apenas qualifica o trabalhador, mas também permite seu

acesso a ocupações bem remuneradas porque protegidas pela exigência de um título.¹

Qual teoria estaria certa? A do capital humano ou a credencialista? Como lembra o IPEA (2006, p. 126):

A Screening Hypothesis tampouco sobreviveu incólume ao teste do tempo. Por exemplo: a teoria fazia prever taxas de retorno bem inferiores ou negativas para os que estudaram, mas não conseguiram obter um diploma. E não é isso o que acontece. Há sólida evidência de que os retornos para cursos incompletos existem e são também elevados. Apesar das limitações, não se pode rechaçar as hipóteses do credencialismo. Há o caso clássico de reservas de mercado, em que a posse do diploma restringe a oferta, gerando um equilíbrio de mercado no qual as remunerações são mais elevadas do que seriam caso não houvesse a reserva. Não obstante essas considerações, o fato é que há consenso, hoje, de que a educação é o fator mais importante para determinar rendimentos individuais.

Ainda que a adoção da metodologia e de certas ferramentas disponibilizadas pela teoria do capital humano possa ficar assim justificada, é preciso entender o texto que segue apenas como um exercício, uma primeira tentativa de responder a esta simples questão: quanto vale, em 2006, um diploma universitário em Salvador? Suas conclusões, ainda que quantitativas, não têm mais que valor indicativo, haja vista a necessidade que o autor teve de abstrair variáveis mais que relevantes e de adotar uma ou outra hipótese quase “heróica”.

O modelo padrão e os dados da ped para salvador

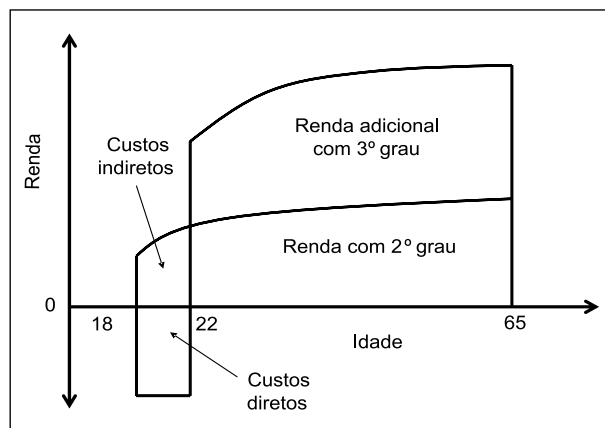
Se os componentes não educacionais do capital humano (saúde, mobilidade etc.) são abstraídos, a teoria padrão pode ser resumida nos seguintes itens: a) a educação incrementa a capacidade produtiva do indivíduo; b) uma capacidade produtiva aumentada implica maior remuneração no trabalho; c) as pessoas buscam educação suplementar porque pretendem

obter uma renda maior; c) a educação é um investimento pessoal que depende de uma opção racional em termos de custos (presentes) e benefícios (futuros); d) os custos se dividem em diretos (taxas, mensalidades, material escolar etc.) e indiretos ou de oportunidade, vale dizer, o que se deixa de ganhar imediatamente em razão da troca de um possível trabalho por mais tempo na escola; e, finalmente, e) a renda futura é função não apenas da educação formal, mas também da experiência no trabalho, adquirida com o tempo.

O Gráfico 1 ilustra a teoria padrão para o caso do indivíduo que opta por sacrificar quatro anos de renda atual com diploma de segundo grau por quatro anos de universidade. Como mostra o modelo, o nível de renda varia com o tempo, crescendo com a experiência de trabalho. Note-se, contudo, que o gráfico prevê um declínio da taxa de incremento dos rendimentos no tempo, que se justifica pelo maior impacto da experiência sobre a produtividade no início da vida ativa, ou, dito de outro modo, pelo retorno decrescente da experiência a partir de certo acúmulo.²

Gráfico 1

Modelo teórico: custos da graduação e rendimento por idade com e sem universidade



² A relação entre educação formal, experiência de trabalho e renda pessoal foi primeiro sugerida por Mincer (1974), que propôs a atualmente denominada “função minceriana”:

$$Y = f(S, Ex)$$

Onde Y é renda, S é número de anos de escolaridade e Ex é o número de anos de experiência no trabalho. A função “minceriana” pode ser estimada a partir de uma equação de regressão múltipla, semi-logarítmica:

$$\ln Y = a + bS + cEx + Ex^2$$

¹ No Brasil de 2000, segundo os microdados do Censo Demográfico, 53% dos ocupados com diploma superior trabalhavam em profissões distintas daquelas para as quais se prepararam. De um lado, isso explica em grande parte a fúria corporativa das associações profissionais na defesa de seus nichos. De outro, coloca uma grande questão: trata-se de uma falha do mercado ou do atual modelo de educação superior, que exige opção precoce de carreira, forma bacharéis para uma demanda inexistente etc.? Ver Gois, 2006.

O Gráfico 2, a seguir, foi elaborado a partir de dados da Pesquisa Emprego e Desemprego para Salvador, retirados dos questionários aplicados em 2004 e 2005. O eixo vertical mostra a renda média individual mensal em reais, em valores de abril de 2006, de pessoas ocupadas agrupadas em duas categorias: na curva inferior, aquelas com segundo grau completo (inclusive terceiro incompleto); na curva superior, aquelas com diploma universitário. O eixo horizontal relaciona as diferentes idades dessas pessoas no intervalo de 22 a 62 anos, para o qual os dados da amostra têm significância estatística.

Como se vê, as curvas obtidas a partir dos dados da PED têm um padrão semelhante ao definido pelo modelo teórico (Gráfico 1), ainda que no primeiro caso se trate de renda e escolaridade no plano individual, enquanto que no segundo esta relação seja estabelecida para o conjunto da população ocupada.

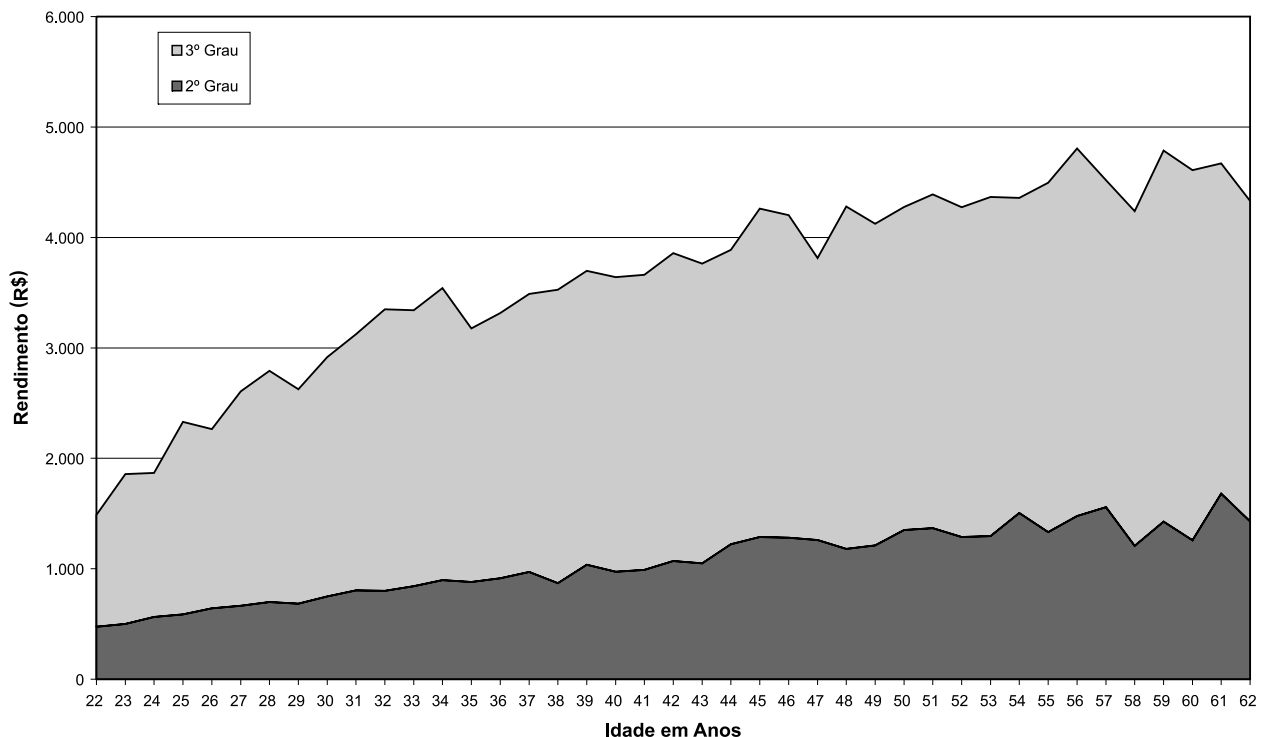
Chama atenção a diferença considerável entre os rendimentos médios dos trabalhadores com terceiro grau completo e a renda média daqueles que concluíram apenas o nível médio.

Quanto vale um diploma: primeira aproximação

Com ciência do risco de incorrer numa “falácia de composição” neoclássica, pode-se sugerir que o Gráfico 2, válido para a população em diferentes idades, possa descrever também o *percurso de indivíduos no tempo*. Assumida essa hipótese, as áreas sob as curvas mediriam, respectivamente, em valores de abril de 2006, os rendimentos médios *de um mês* obtidos ao longo da vida por pessoas com 2º e 3º graus completos. Tais áreas podem ser facilmente calculadas com uso de integrais definidas, uma vez conhecidas as equações das duas curvas.³

Gráfico 2

Rendimento médio mensal (R\$) por anos de idade e escolaridade dos ocupados Salvador, amostra PED 2004-05



³ Um método análogo foi utilizado por Day e New Burguer (2002) em um estudo realizado para o U.S. Census Bureau. Ver bibliografia.

O Gráfico 3, gerado em Excel, transforma as curvas originais em linha de tendência polinomiais e exibe suas respectivas equações. Para o soteropolitano com 2º grau completo:

$$y = -0,2914x^2 + 37,672x + 433,75 \quad (1)$$

E, para o seu conterrâneo com 3º grau completo:

$$y = -1,5164x^2 + 105,99x + 1231,6 \quad (2)$$

A obtenção das equações de ambas as curvas permite, em princípio, a superação da restrição colocada pela não significância da amostra para as idades inferiores a 22 anos e superiores a 62. Assim, pode ser estimada a renda total a partir de 18 anos. Admitindo-se ainda que o impacto da educação sobre a renda se prolonga até a aposentadoria e que ambos viverão até os 75 anos, tem-se que o somatório dos rendimentos de um mês de cada um para um período, respectivamente, de 57 e 53 anos, em valores de abril de 2006, serão dados, respectivamente, pelas seguintes equações:

$$\int_{18}^{75} (-0,2914x^2 + 37,672x + 433,75) dx \quad (3)$$

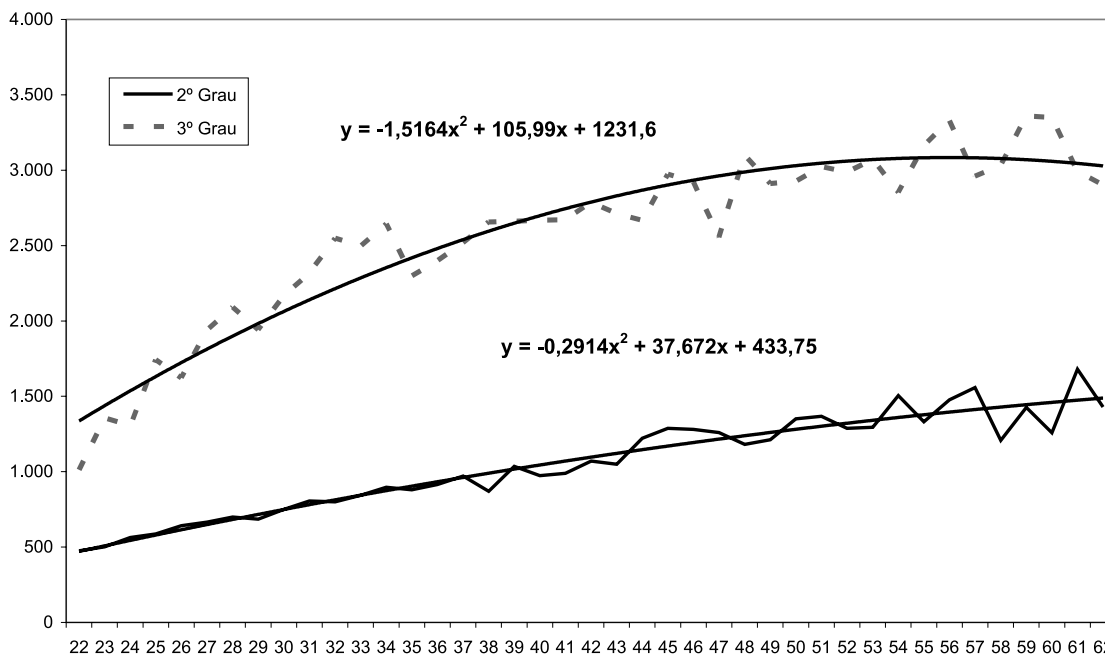
$$\int_{22}^{75} (-1,5164x^2 + 105,99x + 1231,6) dx \quad (4)$$

Finalmente, para o cálculo dos rendimentos totais ao longo das vidas, os resultados obtidos com as equações (3) e (4) precisam ser multiplicados por 12 (12 salários mensais). Com efeito, nossos soteropolitanos hipotéticos receberiam rendimentos durante 684 (57 x 12) e 636 meses (53 x 12), respectivamente.

O leitor atento deve estar se perguntando: por que o décimo terceiro salário não é incluído no cálculo? A razão é simples: segundo a PED, os assalariados com carteira assinada (exclusive domésticos) e os funcionários públicos somavam menos de 50% da população ocupada em Salvador no intervalo 2004-2005. Uma amostra exclusiva de assalariados formais perderia em significância estatística.⁴

Considerando-se apenas 12 remunerações mensais, chega-se aos seguintes resultados:

Gráfico 3
Rendimento médio mensal por anos de idade e escolaridade dos ocupados
Salvador, amostra PED 2004-05 - Curvas Ajustadas



⁴ O leitor pode contra-argumentar, com razão, lembrando que a proporção de trabalhadores formais é de qualquer modo maior entre os ocupados com diplomas de 2º ou 3º graus. Nenhum problema. O leitor fica livre para refazer os cálculos considerando 13 salários mensais.

- Rendimentos totais do trabalhador com 2º grau, ao longo da vida: R\$ 1.009.940,91.
- Rendimentos totais do trabalhador 3º grau, ao longo da vida: R\$ 1.558.326,65.
- Valor do diploma universitário: R\$ 548.385,74.

Os cálculos anteriores são insuficientes porque desconsideram três variáveis mais que importantes: (a) o valor do dinheiro no tempo; (b) o risco de não obter os rendimentos esperados; e (c) os custos diretos e indiretos da formação universitária. Nesta primeira aproximação são levadas em conta apenas as duas últimas.

O risco de não obter o retorno esperado pelo investimento em capital humano depende de vários fatores, que vão da profissão escolhida à possibilidade de morte prematura.⁵ Neste exercício considera-se apenas o mais óbvio deles: o risco de desemprego, que é função de várias causas e, antes de mais nada, do ritmo de expansão da economia nacional. Como é impossível prever o comportamento da economia no longo prazo, adota-se aqui mais uma hipótese arriscada: as diferenças atuais entre as taxas de desemprego verificadas em Salvador para graus distintos de escolaridade se manterão nas próximas décadas.

A Tabela 1 mostra os rendimentos médios mensais e as taxas de desemprego total na capital da Bahia, segundo os níveis de escolaridade para o perí-

Tabela 1

Taxa de desemprego total e rendimento médio mensal dos ocupados

Salvador, amostra PED 2004-05

Escolaridade	Rendimento* (R\$)	Desemprego** (%)
Analfabetos - sem escolaridade	306,69	20,4
1º grau incompleto	380,15	27,1
1º grau completo ao 2º incompleto	478,68	33,7
2º grau completo ao 3º incompleto	843,64	23,0
3º grau completo	2.544,16	7,2

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE. Nossos cálculos.

* Em valores de abril de 2006

** Corresponde à soma de desemprego aberto mais desemprego com bico e por desalento

⁵ A escolha da profissão não impacta apenas sobre o nível de remuneração, mas também sobre a probabilidade de desemprego. O censo de 2000 revelou taxas de desocupação que variavam de cerca de 10% (pedagogia, medicina) a 31% (comunicação) – ver Gois, 2006, *loc. cit.*

odo considerado. No caso das pessoas ocupadas com 3º grau completo, a taxa é de 7,2%; no caso daquelas com apenas o 2º grau, ela é de 23,0%. Pode-se dizer, portanto, que as probabilidades de retorno do investimento em capital humano no caso analisado são, respectivamente, de 92,8% e 77,0%.

A Tabela 2, a seguir, mostra os custos anuais estimados para a realização de cursos de graduação em universidade pública e em universidade privada na cidade de Salvador. Para os custos diretos, as estimativas

foram feitas com base em pesquisa de sites de universidades e faculdades locais de primeira linha, considerando-se cursos de custo médio. Valores para os

Tabela 2

Estimativas de custos anuais diretos e indiretos (R\$) da graduação

Salvador, 2006

Itens	Graduação	
	Faculdade Privada	Faculdade Pública
Matrículas e mensalidades	9.000,00	-
Transporte	525,00	525,00
Livros e material escolar	600,00	600,00
Custos diretos	10.125,00	1.125,00
Custos indiretos	10.123,68	10.123,68
Custos totais anuais	20.248,68	11.248,68

gastos com transporte e material escolar foram obtidos de entrevistas com alunos. Para os custos indiretos (custos de oportunidades perdidas pela opção pela sala de aula), utilizou-se o valor do rendimento médio de pessoas ocupadas com 2º grau da tabela anterior, que foi multiplicado por 12.

O cálculo do valor do diploma, tendo-se em vista um curso de quatro anos de duração, passa a ser, desse modo, o seguinte:

- Rendimentos totais do trabalhador com 2º grau, ao longo da vida: R\$ 1.009.940,91 x 0,77 = R\$ 777.654,50.
- Rendimentos totais do trabalhador 3º grau, ao longo da vida: R\$ 1.558.326,65 x 0,928 = R\$ 1.446.127,13.
- Valor do diploma universitário em universidade privada: R\$ 1.446.127,13 – [R\$ 777.654,50 + (R\$ 20.248,68 x 4)] = R\$ 587.477,91.

- Valor do diploma universitário em universidade pública: R\$ 1.446.127,13 – [R\$ 777.654,50 + (R\$ 11.248,68 x 4)] = R\$ 623.477,91.

Quanto vale um diploma: segunda aproximação

A teoria corrente do capital humano sustenta, com razão, que ainda que os benefícios obtidos com educação aumentem com o tempo, tais retornos futuros precisam ser descontados, vale dizer, devem ser convertidos em valores de hoje com base em uma determinada taxa (de desconto). Esse ponto de vista tem algumas justificativas sólidas, entre as quais: (a) as pessoas têm preferência por ganhos no presente; (b) os recursos ao invés de serem destinados à educação, podem ser aplicados em um investimento alternativo; e (c) de novo, o risco – o futuro a Deus pertence.

Assim, se os rendimentos obtidos com a educação superior forem denominados de “R” e seus custos (diretos mais indiretos) de “C”, o valor total dos benefícios esperados é dado pela fórmula:

$$\sum_{t=1}^T \frac{R_t - C_t}{(1+r)^t}$$

Onde “t” é a quantidade de anos em que ocorrerão custos ou benefícios (57 anos para o universitário hipotético aqui considerado) e “r” é a taxa de desconto.

Como duas variáveis já são conhecidas (os custos diretos e “t”), trata-se de estimar os retornos não descontados e o valor da taxa de desconto. No primeiro caso, pode-se usar as equações (1) e (2) com valores de “x” variando de 0 a 57 (correspondendo ao intervalo de 18 a 75 anos da vida do soteropolitano em questão). Já no caso da taxa de desconto surge alguma dificuldade. A literatura utiliza taxas mais ou menos arbitrárias que variam de 2,5% a mais de 12% ao ano (ver, por exemplo, CARPENA; OLIVEIRA, 2002, LE; GIBSON, 2003 ou RIBEIRO; CAMPOS; FORISSI, 2005). Qual a taxa a ser utilizada?

Taxas de desconto mais reduzidas parecem mais lógicas por pelo menos duas razões: (a) o percentual utilizado na avaliação do retorno da educação deve ser comparável a investimentos de baixo risco e longo prazo. No Brasil, o rendimento líquido da caderneta de poupança (6% a.a.) pode ser, portanto, uma boa referência;

e (b) o investimento em educação também pressupõe retornos que não são imediatamente monetários, como, por exemplo, ganhos de status, gratificação pessoal ou construção de redes de relacionamento social.

A Tabela 3, em seguida, mostra as estimativas para os rendimentos totais durante a vida de indivíduos nas duas situações analisadas – 2º ou 3º graus completos –, sob risco diferenciado de desemprego.

As Tabela 5 e 6, em anexo, apresentam os resul-

Tabela 3

Estimativas dos rendimentos totais durante a vida de pessoas com 2º ou 3º Graus

Salvador, 2006

Rendimentos*	2º Grau Completo	3º Grau Completo	Diferença (%)
Primeiro método (sem desconto)	1.009.940,91	1.558.326,55	54,3
Idem, com risco de desemprego	777.654,50	1.446.127,13	86,0
Segundo método (sem desconto)	827.577,06	1.689.390,60	104,1
Idem, com risco de desemprego	637.234,34	1.567.754,48	146,0

*Em Reais de abril de 2006

tados obtidos para o valor do diploma de nível superior na capital da Bahia a taxas de desconto de 3%, 6%, 9% e 12% ao ano.

A Tabela 4, a seguir, exibe os resultados alcançados para taxas de 3% e 6%.

Tabela 4

Valor do diploma de 3º grau

Salvador, 2006

Valor do Diploma de 3º Grau segundo o Procedimento de Cálculo*	Faculdade Privada	Faculdade Pública
Primeiro método com risco e sem desconto	587.477,91	623.477,91
Segundo método com risco e sem desconto	780.818,82	816.818,82
Idem, com desconto de 3% a.a.	280.349,23	314.806,74
Idem, com desconto de 6% a.a.	99.675,84	132.732,94

*Em Reais de abril de 2006

CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES FINAIS

Os dados aqui apresentados comprovam basicamente três fatos.

Em primeiro lugar, a dimensão do impacto positivo na renda de um soteropolitano que resulta de um diploma de grau universitário. De um lado, porque o

3º grau implica um incremento dos rendimentos líquidos aferidos ao longo da vida da ordem de 50 a 100% em relação ao trabalhador que só conclui o nível médio. De outro, porque o diploma universitário reduz em cerca de 1/3 o risco de desemprego, o que implica incrementar ainda mais essa diferença, fazendo-a saltar (em termos de rendimentos totais esperados) para uma proporção situada entre 86% e quase 150%.

Em segundo lugar, o significado econômico para a cidade da multiplicação do contingente de pessoas graduadas. Em Salvador, segundo a PED, a proporção de ocupados com 3º grau completo passa de 6,0% em 1987-88 para 11,8% em 1997-98 e 13,7% em 2004-05. Essa porcentagem deve dobrar nos próximos vinte anos, revolucionando o produto e o consumo da cidade.

Em terceiro, que o investimento em educação superior garante retorno positivo (valor presente líquido) mesmo quando a taxas de investimento alternativas elevadas. No caso do ensino público, ele é positivo mesmo quando descontado a 12% ao ano (Tabela 6).

O exercício aqui apresentado serve ainda para duas coisas.

Ele sublinha a necessidade de discriminar na PED as pessoas pós-graduadas. Esse contingente, que era pouco expressivo, já deve ser certamente importante para a economia soteropolitana. Pesquisas recentes realizadas no país mostram que a renda dos pós-graduados (com mestrado ou doutorado) *dobra* em relação a dos trabalhadores apenas graduados!⁶

Ele mostra que é possível construir, a partir dos dados da PED, índices de estoque de capital humano para Salvador e para a RMS. Um índice dessa natureza pode vir a ser, em face das necessidades da nova economia, uma das mais importantes medidas do potencial econômico da metrópole.

O 3º grau implica um incremento dos rendimentos líquidos aferidos ao longo da vida da ordem de 50 a 100%

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edson P. de; PEREIRA, Rosângela S. Críticas à teoria do capital humano (uma contribuição à análise de políticas públicas em educação). Cuiabá, *Revista de Educação Pública*, v. 9, n. 15, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html>>. Acesso em: 12 ago. 2006.

BELL, Daniel. *The coming of post-industrial society – a venture in social forecasting*. New York: Basic Books, 1973.

CARPENA, Luciane e OLIVEIRA, João Barbosa de. Estimativa do estoque de capital humano para o Brasil: 1981 a 1999. Rio de Janeiro: IPEA, maio 2002. (Texto para Discussão, 877).

DAY, Jennifer Cheeseman e NEWBURGER, Eric C. The Big Pay Off: Educational Attainment & Synthetic Estimates of Work Life Earnings. Washington, U.S. Census Bureau, *Special Studies*, Julho de 2002.

IPEA. *Brasil: o estado de uma nação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

KENDRICK, J. W. Total capital and economic growth. Saint Louis. *Atlantic Economic Journal*, v. 22, n. 1, p. 1-18, Mar. 1994.

KIKER, B. F. The Historical Roots of the Concept of Human Capital. Chicago, *The Journal of Political Economy*, v. 74, n. 5, p. 481-499, Out. 1966.

LE, Trinh; GIBSON, John. Cost and Income-Based Measures of Human Capital. Oxford. *Journal of Economic Surveys*, v. 17, n. 3, p. 271-306, 2003.

MINCER, Jacob. *Schooling, experience and earnings*. New York: Columbia University Press, 1974.

RIBEIRO, Eduardo Pontal; CAMPOS, Paulo Tiago Cardoso; FORISSI, Stefano. Investimentos em capital humano no Brasil: um estudo sobre retornos financeiros privados de cursos de graduação relativos ao ano de 1995. Porto Alegre: IPES, janeiro de 2005. Disponível em: <<http://hermes.ucs.br/ccea/ipes/IPES%20TD%20013%20JAN%202005.pdf#search=%22Florissi%20Ribeiro%20Capital%20Humano%22>>. Acesso em: 10 de ago. 2006.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. Porto Alegre, *Sociologia*, v. 6, n. 12, p. 230-273, jul./dez. 2004.

TEIXEIRA, Pedro Nuno. The 'human capital revolution' in economics. Pisa/Roma, *History of Economic Ideas*, v. 13, n. 2, p. 129-148, 2005.

⁶ Ver, por exemplo, "Mestrado dobra a renda do trabalhador", *Folha de São Paulo*, 15 jan. 2006 e "Ensino superior dá lucro e tem dívida baixa", *Valor Econômico*, 10 nov. 2005..

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 5

Estimativas de retorno do investimento em educação superior privada
Salvador, 2006

Ano	Idade	Rendimentos Anuais		Custos Diretos	Retorno Anual não Descontado	Retorno Anual Descontado			
		Com 3º Grau	Com 2º Grau*			3%	6%	9%	12%
0	18		5.205,00	20.248,68	(25.453,68)	(25.453,68)	(25.453,68)	(25.453,68)	(25.453,68)
1	19		5.653,57	20.248,68	(25.902,25)	(25.147,81)	(24.436,08)	(23.763,53)	(23.127,01)
2	20		6.095,14	20.248,68	(26.343,82)	(24.831,58)	(23.445,91)	(22.173,07)	(21.001,13)
3	21		6.529,72	20.248,68	(26.778,40)	(24.506,03)	(22.483,66)	(20.677,84)	(19.060,34)
4	22	14.779,20	6.957,31		7.821,89	6.949,65	6.195,67	5.541,23	4.970,95
5	23	16.032,88	7.377,90		8.654,98	7.465,86	6.467,51	5.625,15	4.911,07
6	24	17.250,17	7.791,50		9.458,67	7.921,49	6.667,99	5.639,90	4.792,06
7	25	18.431,07	8.198,10		10.232,96	8.320,34	6.805,51	5.597,78	4.628,87
8	26	19.575,57	8.597,72		10.977,85	8.666,02	6.887,64	5.509,41	4.433,77
9	27	20.683,68	8.990,34		11.693,34	8.961,98	6.921,27	5.383,94	4.216,74
10	28	21.755,40	9.375,96		12.379,44	9.211,46	6.912,61	5.229,21	3.985,85
11	29	22.790,72	9.754,59		13.036,13	9.417,57	6.867,27	5.051,93	3.747,57
12	30	23.789,64	10.126,23		13.663,42	9.583,25	6.790,30	4.857,82	3.507,06
13	31	24.752,18	10.490,87		14.261,31	9.711,26	6.686,26	4.651,73	3.268,32
14	32	25.678,32	10.848,52		14.829,80	9.804,24	6.559,23	4.437,76	3.034,47
15	33	26.568,07	11.199,18		15.368,89	9.864,70	6.412,90	4.219,34	2.807,84
16	34	27.421,42	11.542,84		15.878,58	9.895,00	6.250,54	3.999,33	2.590,14
17	35	28.238,38	11.879,51		16.358,87	9.897,38	6.075,10	3.780,10	2.382,58
18	36	29.018,95	12.209,19		16.809,76	9.873,96	5.889,19	3.563,56	2.185,93
19	37	29.763,12	12.531,87		17.231,25	9.826,74	5.695,15	3.351,30	2.000,66
20	38	30.470,90	12.847,56		17.623,34	9.757,62	5.495,04	3.144,55	1.826,95
21	39	31.142,28	13.156,26		17.986,03	9.668,38	5.290,69	2.944,28	1.664,78
22	40	31.777,28	13.457,96		18.319,32	9.560,72	5.083,70	2.751,23	1.513,95
23	41	32.375,88	13.752,66		18.623,21	9.436,23	4.875,51	2.565,93	1.374,17
24	42	32.938,08	14.040,38		18.897,70	9.296,42	4.667,33	2.388,76	1.245,02
25	43	33.463,89	14.321,10		19.142,79	9.142,70	4.460,24	2.219,95	1.126,04
26	44	33.953,31	14.594,83		19.358,48	8.976,43	4.255,19	2.059,60	1.016,72
27	45	34.406,33	14.861,56		19.544,77	8.798,84	4.052,96	1.907,72	916,52
28	46	34.822,96	15.121,30		19.701,66	8.611,14	3.854,24	1.764,25	824,89
29	47	35.203,20	15.374,05		19.829,15	8.414,43	3.659,60	1.629,05	741,28
30	48	35.547,04	15.619,80		19.927,24	8.209,76	3.469,53	1.501,94	665,13
31	49	35.854,49	15.858,56		19.995,93	7.998,12	3.284,43	1.382,68	595,91
32	50	36.125,55	16.090,32		20.035,22	7.780,42	3.104,61	1.271,00	533,11
33	51	36.360,21	16.315,10		20.045,11	7.557,53	2.930,32	1.166,63	476,23
34	52	36.558,48	16.532,88		20.025,60	7.330,27	2.761,76	1.069,26	424,79
35	53	36.720,36	16.743,66		19.976,70	7.099,39	2.599,07	978,58	378,35
36	54	36.845,84	16.947,45		19.898,39	6.865,59	2.442,34	894,26	336,49
37	55	36.934,92	17.144,25		19.790,68	6.629,54	2.291,63	815,98	298,81
38	56	36.987,62	17.334,05		19.653,57	6.391,85	2.146,93	743,42	264,95
39	57	37.003,92	17.516,86		19.487,06	6.153,11	2.008,25	676,26	234,55
40	58	36.983,83	17.692,68		19.291,15	5.913,83	1.875,53	614,18	207,32
41	59	36.927,34	17.861,50		19.065,84	5.674,53	1.748,70	556,89	182,94
42	60	36.834,46	18.023,33		18.811,13	5.435,65	1.627,68	504,08	161,16
43	61	36.705,19	18.178,17		18.527,02	5.197,62	1.512,35	455,48	141,72
44	62	36.539,52	18.326,01		18.213,51	4.960,85	1.402,61	410,80	124,39
45	63	36.337,46	18.466,86		17.870,60	4.725,68	1.298,30	369,78	108,98
46	64	36.099,00	18.600,72		17.498,29	4.492,45	1.199,29	332,18	95,27
47	65	35.824,16	18.727,58		17.096,58	4.261,47	1.105,44	297,76	83,11
48	66	35.512,92	18.847,44		16.665,47	4.033,02	1.016,57	266,28	72,34
49	67	35.165,28	18.960,32		16.204,96	3.807,36	932,53	237,55	62,80
50	68	34.781,25	19.066,20		15.715,05	3.584,71	853,14	211,34	54,38
51	69	34.360,83	19.165,09		15.195,74	3.365,30	778,26	187,49	46,95
52	70	33.904,01	19.256,98		14.647,03	3.149,30	707,69	165,80	40,40
53	71	33.410,80	19.341,88		14.068,92	2.936,89	641,28	146,10	34,65
54	72	32.881,20	19.419,79		13.461,41	2.728,23	578,86	128,25	29,60
55	73	32.315,20	19.490,70		12.824,50	2.523,44	520,26	112,09	25,18
56	74	31.712,81	19.554,62		12.158,19	2.322,65	465,31	97,50	21,31
57	75	31.074,03	19.611,54		11.462,48	2.125,97	413,85	84,33	17,94
		1.689.390,60	827.577,06		780.818,82	280.349,23	99.675,84	23.424,60	(13.209,16)

* Custos indiretos ou de oportunidade nos primeiros quatro anos

Tabela 6

Estimativas de retorno do investimento em educação superior pública
Salvador, 2006

Ano	Idade	Rendimentos Anuais		Custos Diretos	Retorno Anual não Descontado	3%	Retorno Descontado			
		Com 3º Grau	Com 2º Grau*				6%	9%	12%	
0	18		5.205,00	11.248,68	(16.453,68)	(16.453,68)	(16.453,68)	(16.453,68)	(16.453,68)	
1	19		5.653,57	11.248,68	(16.902,25)	(16.409,95)	(15.945,52)	(15.506,65)	(15.091,29)	
2	20		6.095,14	11.248,68	(17.343,82)	(16.348,21)	(15.435,94)	(14.597,95)	(13.826,39)	
3	21		6.529,72	11.248,68	(17.778,40)	(16.269,76)	(14.927,09)	(13.728,19)	(12.654,31)	
4	22	14.779,20	6.957,31		7.821,89	6.949,65	6.195,67	5.541,23	4.970,95	
5	23	16.032,88	7.377,90		8.654,98	7.465,86	6.467,51	5.625,15	4.911,07	
6	24	17.250,17	7.791,50		9.458,67	7.921,49	6.667,99	5.639,90	4.792,06	
7	25	18.431,07	8.198,10		10.232,96	8.320,34	6.805,51	5.597,78	4.628,87	
8	26	19.575,57	8.597,72		10.977,85	8.666,02	6.887,64	5.509,41	4.433,77	
9	27	20.683,68	8.990,34		11.693,34	8.961,98	6.921,27	5.383,94	4.216,74	
10	28	21.755,40	9.375,96		12.379,44	9.211,46	6.912,61	5.229,21	3.985,85	
11	29	22.790,72	9.754,59		13.036,13	9.417,57	6.867,27	5.051,93	3.747,57	
12	30	23.789,64	10.126,23		13.663,42	9.583,25	6.790,30	4.857,82	3.507,06	
13	31	24.752,18	10.490,87		14.261,31	9.711,26	6.686,26	4.651,73	3.268,32	
14	32	25.678,32	10.848,52		14.829,80	9.804,24	6.559,23	4.437,76	3.034,47	
15	33	26.568,07	11.199,18		15.368,89	9.864,70	6.412,90	4.219,34	2.807,84	
16	34	27.421,42	11.542,84		15.878,58	9.895,00	6.250,54	3.999,33	2.590,14	
17	35	28.238,38	11.879,51		16.358,87	9.897,38	6.075,10	3.780,10	2.382,58	
18	36	29.018,95	12.209,19		16.809,76	9.873,96	5.889,19	3.563,56	2.185,93	
19	37	29.763,12	12.531,87		17.231,25	9.826,74	5.695,15	3.351,30	2.000,66	
20	38	30.470,90	12.847,56		17.623,34	9.757,62	5.495,04	3.144,55	1.826,95	
21	39	31.142,28	13.156,26		17.986,03	9.668,38	5.290,69	2.944,28	1.664,78	
22	40	31.777,28	13.457,96		18.319,32	9.560,72	5.083,70	2.751,23	1.513,95	
23	41	32.375,88	13.752,66		18.623,21	9.436,23	4.875,51	2.565,93	1.374,17	
24	42	32.938,08	14.040,38		18.897,70	9.296,42	4.667,33	2.388,76	1.245,02	
25	43	33.463,89	14.321,10		19.142,79	9.142,70	4.460,24	2.219,95	1.126,04	
26	44	33.953,31	14.594,83		19.358,48	8.976,43	4.255,19	2.059,60	1.016,72	
27	45	34.406,33	14.861,56		19.544,77	8.798,84	4.052,96	1.907,72	916,52	
28	46	34.822,96	15.121,30		19.701,66	8.611,14	3.854,24	1.764,25	824,89	
29	47	35.203,20	15.374,05		19.829,15	8.414,43	3.659,60	1.629,05	741,28	
30	48	35.547,04	15.619,80		19.927,24	8.209,76	3.469,53	1.501,94	665,13	
31	49	35.854,49	15.858,56		19.995,93	7.998,12	3.284,43	1.382,68	595,91	
32	50	36.125,55	16.090,32		20.035,22	7.780,42	3.104,61	1.271,00	533,11	
33	51	36.360,21	16.315,10		20.045,11	7.557,53	2.930,32	1.166,63	476,23	
34	52	36.558,48	16.532,88		20.025,60	7.330,27	2.761,76	1.069,26	424,79	
35	53	36.720,36	16.743,66		19.976,70	7.099,39	2.599,07	978,58	378,35	
36	54	36.845,84	16.947,45		19.898,39	6.865,59	2.442,34	894,26	336,49	
37	55	36.934,92	17.144,25		19.790,68	6.629,54	2.291,63	815,98	298,81	
38	56	36.987,62	17.334,05		19.653,57	6.391,85	2.146,93	743,42	264,95	
39	57	37.003,92	17.516,86		19.487,06	6.153,11	2.008,25	676,26	234,55	
40	58	36.983,83	17.692,68		19.291,15	5.913,83	1.875,53	614,18	207,32	
41	59	36.927,34	17.861,50		19.065,84	5.674,53	1.748,70	556,89	182,94	
42	60	36.834,46	18.023,33		18.811,13	5.435,65	1.627,68	504,08	161,16	
43	61	36.705,19	18.178,17		18.527,02	5.197,62	1.512,35	455,48	141,72	
44	62	36.539,52	18.326,01		18.213,51	4.960,85	1.402,61	410,80	124,39	
45	63	36.337,46	18.466,86		17.870,60	4.725,68	1.298,30	369,78	108,98	
46	64	36.099,00	18.600,72		17.498,29	4.492,45	1.199,29	332,18	95,27	
47	65	35.824,16	18.727,58		17.096,58	4.261,47	1.105,44	297,76	83,11	
48	66	35.512,92	18.847,44		16.665,47	4.033,02	1.016,57	266,28	72,34	
49	67	35.165,28	18.960,32		16.204,96	3.807,36	932,53	237,55	62,80	
50	68	34.781,25	19.066,20		15.715,05	3.584,71	853,14	211,34	54,38	
51	69	34.360,83	19.165,09		15.195,74	3.365,30	778,26	187,49	46,95	
52	70	33.904,01	19.256,98		14.647,03	3.149,30	707,69	165,80	40,40	
53	71	33.410,80	19.341,88		14.068,92	2.936,89	641,28	146,10	34,65	
54	72	32.881,20	19.419,79		13.461,41	2.728,23	578,86	128,25	29,60	
55	73	32.315,20	19.490,70		12.824,50	2.523,44	520,26	112,09	25,18	
56	74	31.712,81	19.554,62		12.158,19	2.322,65	465,31	97,50	21,31	
57	75	31.074,03	19.611,54		11.462,48	2.125,97	413,85	84,33	17,94	
		1.689.390,60	827.577,06		816.818,82	314.806,74	132.732,94	55.206,25	17.407,32	

* Custos indiretos ou de oportunidade nos primeiros quatro anos

A curva de salário para a Região Metropolitana de Salvador

Wilson F. Menezes*
Olinto Silveira Alves Filho**

Resumo

Este trabalho estimou a curva de salário para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) entre 1997 e 2003. Utilizou-se de uma amostra de 79.477 pessoas, cujas informações foram levantadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego. O procedimento metodológico aplica os argumentos presentes nos trabalhos de Blanchflower e Oswald (1994b) e Card (1995). Para os primeiros, existe uma lei empírica da economia em que os níveis de salários estão inversamente relacionados com as taxas locais de desemprego, cujo cálculo se dá através das médias das variáveis. O segundo autor apresenta uma alternativa em dois passos. No primeiro passo, a taxa local de desemprego não é considerada, mas se introduzem variáveis interativas de região por tempo, enquanto no segundo leva-se em consideração as taxas locais de desemprego. Os resultados permitem apresentar a curva de salário para a RMS, tendo sido estimada uma elasticidade de $-0,27$ para o modelo de Blanchflower-Oswald e de $-0,013$ para o modelo de Card.

Palavras-chave: desemprego, curva de salário, mercado local de trabalho.

Abstract

This paper estimated the salary curve for the Metropolitan Area of Salvador (MAS), between 1997 and 2003. We used a sample of 79,477 people, whose information was collected by the Employment and Unemployment Research. The methodological procedure applies the arguments by Blanchflower-Oswald (1994b) and Card (1995). For the first, there is an empiric economy law where the salary levels are inversely related to local unemployment rates, and may be calculated through the variables' averages. The second author presents a two-step alternative. The first step introduces interactive variables of region per year, however the local unemployment rates are unknown; while the second step considers the local unemployment rates. The results allows us to present a salary curve for the Metropolitan Area of Salvador, estimating an elasticity of -0.27 for Blanchflower-Oswald's model, and of -0.013 for Card's model.

Key words: unemployment, salary curve, local labor market.

INTRODUÇÃO

Para Blanchflower e Oswald (1994b), existe uma evidência empírica que relaciona de maneira negativa o nível dos salários com a taxa local de desemprego. Essa evidência foi então batizada de curva de salário. Segundo esses mesmos autores, essa curva apresenta duas características que a diferencia daquelas

da curva de Phillips, bem como daquilo que foi avançado no modelo de Harris e Todaro em 1970.¹ Em primeiro lugar, a curva de salário permite o uso de dados microeconômicos longitudinais, enquanto aqueles estudos requerem dados agregados e apresentados em séries temporais; em segundo lugar, para esses trabalhos o salário encontra-se positivamente relacionado com o desemprego, enquanto para a curva de

* Doutor em Economia pela Universidade de Paris I, Professor do Curso de Mestrado em Economia da UFBA. awilson@ufba.br
Mestre pelo Curso de Mestrado em Economia da UFBA. olinthos@ig.com.br

¹ Esses autores defenderam a idéia de que os elevados níveis de desemprego nas áreas urbanas dos países menos desenvolvidos poderiam ser atribuídos aos altos salários, os quais provocavam uma onda migratória em direção a esses centros urbanos.

salário essa relação é inversa. Por outro lado, o uso de microdados é de grande importância, na medida em que, diferentemente da curva de Phillips, as características pessoais podem ser incorporadas como variáveis de controle do modelo.

Os autores da curva de salário argumentam ainda que a relação negativa entre a taxa de desemprego e o nível dos rendimentos do trabalho é da ordem de 10%. Assim, para cada ponto percentual de variação da taxa de desemprego, os salários são reduzidos em 0,1 ponto percentual. Outro

aspecto importante, considerado pela curva de salário, é o fato de se poder contestar o modelo clássico de interpretação do funcionamento do mercado de trabalho. Assim, a relação negativa entre desemprego e salário necessariamente requer outras formas de entendimento do mercado de trabalho, as quais não têm vínculo com a ordem dos mercados competitivos. Nesse momento, abre-se um vasto campo de possibilidades interpretativas em que as teses do salário de eficiência e das negociações salariais ganham relevo, com novas possibilidades empíricas.

Os resultados diferenciados, em relação ao modelo de Phillips e de Harris-Todaro, devem ser atribuídos aos erros provocados pelo processo de agregação dos dados, os quais podem ser minimizados através do uso de microdados. Além dos erros de agregação, Card (1995) aponta que os diferentes resultados vêm à tona quando se adiciona ao modelo uma variável interativa entre as regiões em estudo e os anos analisados. Com a ausência dessa variável, os resultados ficam enviesados para baixo, na medida em que se deixa de captar inúmeras forças desconhecidas, mas que não deixam de exercer influências sobre os salários. A presença dessa variável interativa permite isolar essas influências, abrindo, então, o espaço para que o sinal negativo da taxa de desemprego seja revelado.

Muitos são os estudos nesse campo de análise, além dos trabalhos dos pioneiros Blanchflower e Oswald. No plano internacional pode ser citado o trabalho de Berg e Contreras (2002), que testaram a curva de salário existente em Santiago do Chile, no período de 1957 a 1996. A análise foi dividida em dois

períodos correspondentes a dois modelos econômicos implantados naquele país. O primeiro foi o modelo econômico de uma economia fechada e conduzida pelo Estado, voltado para o mercado interno (1957 a 1973). Enquanto o segundo foi o modelo de uma eco-

nomia aberta conduzida pela iniciativa privada (1974 a 1996), voltado para o mercado externo. Para o primeiro período, os autores não obtiveram uma curva de salário, no entanto, no período posterior, eles encontraram uma curva de salário com estimativa de $-0,08$ para a declividade da curva, a qual é

similar a dos Estados Unidos e outros países ocidentais. Ainda no plano internacional, outro trabalho relevante foi realizado por Kano (2003), que estimou a curva de salário japonesa. Em seu artigo, utilizando *pseudo panel* de uma totalidade de 5.091 coortes em 1984, 1988 e 1994, esse autor chegou à conclusão de que existe uma curva de salário estatisticamente significativa para aquele país. Com efeito, a elasticidade dos salários em relação à taxa de desemprego regional foi estimada em $-0,18$. Esse resultado passou, então, a ser explicado pelo peculiar processo de ajuste salarial que ocorre no Japão.

No Brasil, merecem destaque dois trabalhos. O primeiro desenvolvido por Garcia e Fajnzylber (2002) e o segundo realizado por Souza e Machado (2003). Os primeiros autores estudaram a relação inversa entre a taxa de desemprego e o salário real. Para tanto, os autores usaram os microdados da PNAD no período compreendido entre 1992 e 1999. As estimativas permitem afirmar sobre a existência de uma curva de salário para o Brasil, ou seja, os mercados de trabalho com elevadas taxas de desemprego são também aqueles que menos pagam aos serviços do trabalho, permitindo, portanto, concluir sobre o elevado grau de flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro. Essas constatações foram verificadas por grupos de trabalhadores, definidos segundo o sexo, a raça, a posição na família e as faixas etárias. Os principais resultados em termos da elasticidade da taxa de desemprego foram de $-0,167$ e de $-0,172$, respectivamente, para os métodos de Blanchflower-Oswald e de Card.

**Existe uma evidência empírica
que relaciona de maneira
negativa o nível dos salários
com a taxa local de desemprego.
Essa evidência foi então
batizada de curva de salário**

Os segundos autores, também usando a base PNAD no período compreendido entre 1981 e 1999, estimaram uma curva de salário levando em consideração um corte urbano-rural. As estimativas desse trabalho também afirmam sobre a existência de uma curva de salário no Brasil. Essa curva foi calculada para trabalhadores agrupados por gênero e faixa etária, além de tipo de contrato de trabalho (com ou sem carteira), setor de atividade e região brasileira, tendo calculado uma elasticidade da taxa de desemprego de $-0,236$ para o segmento urbano do mercado de trabalho e de $-0,061$ para o segmento rural.

Este trabalho encontra-se centrado nesse mesmo horizonte de preocupação. O marco que o separa dos estudos brasileiros não deve ser procurado no campo metodológico, já que é o mesmo, mas no ambiente de aplicação dessa metodologia, qual seja, um espaço mais estrito que aqueles já pesquisados. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é de estimar a curva de salário para a Região Metropolitana de Salvador. Para tanto, faz-se uso de uma amostra de 79.477 indivíduos da base da Pesquisa de Emprego e Desemprego. O período selecionado foi focado entre os anos 1997 e 2003. A escolha desse período fica explicada pela disponibilidade e atualidade das informações.

Além desta introdução, o texto é ainda formado por outras seis partes. Na segunda parte, apresentam-se algumas das mais importantes versões da curva de Phillips, com o intuito de realçar, posteriormente, as principais diferenças entre esta curva e a curva de salário. Na oportunidade, são evidenciados alguns questionamentos, levados a termo por Card (1995) à curva de salário, os quais irão permitir uma modelação, incorporando essas críticas, além de realçar o vínculo existente entre a curva de salário e os modelos de negociação e de salário-eficiência. Em seguida, é discutido o modelo de estimação empírica, quando são listadas as principais equações a serem estimadas. Na quarta parte é apresentada a base de dados PED, bem como as variáveis do modelo. A quinta parte analisa os resultados obtidos através dos métodos propostos por Blanchflower-Oswald e por Card. Em seguida, al-

guns testes de especificação são realizados, para salientar a veracidade dos resultados, além da pertinência da curva de salário para analisar mercados locais de trabalho. Por fim, algumas conclusões e considerações são emitidas.

A taxa de crescimento do desemprego influencia negativamente a taxa de crescimento dos salários

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS CURVAS DE PHILLIPS E DE SALÁRIO

A curva de Phillips e seus desdobramentos

A macroeconomia posterior a Keynes colocou a relação entre a inflação e o desemprego no cerne dos estudos macroeconômicos. Phillips (1958) constatou a existência de uma relação decrescente entre a taxa de inflação e a taxa de desemprego;² essa relação foi analisada a partir da relação decrescente, porém não linear, entre a variação da taxa do salário nominal e a taxa observada de desemprego. Dessa forma, existe, para Phillips, um dilema entre inflação e desemprego, enquanto a não linearidade acontece em decorrência de a taxa de salário ser muito elástica na alta conjuntura, quando os empregadores disputam a mão-de-obra disponível, mas essa taxa de salário torna-se rígida à baixa nos momentos de diminuição do nível da atividade econômica, quando os trabalhadores resistem a uma queda de seus rendimentos. A taxa de crescimento do desemprego influencia negativamente a taxa de crescimento dos salários; e em grande parte a taxa de crescimento dos preços no varejo depende dos preços dos bens importados, repercutindo parcialmente sobre a alta dos salários nominais. Com essas proposições, esse autor pode então estabelecer a seguinte relação:

$$Dw/w = \alpha - \beta U \quad (1)$$

onde Dw/w representa a taxa de variação do salário e U é a taxa de desemprego.

Segundo Abraham-Frois (1991), Lipsey, em seu trabalho de 1960, reinterpreta a curva de Phillips ao levar em consideração que os ajustamentos dos salários estão em função crescente do excesso de de-

² A exposição sobre a curva de Phillips encontra-se baseada em HENIN, 1991 e ABRAHAM-FROIS, 1991.

manda de trabalho. Esse ponto de vista pode ser expresso pela seguinte equação:

$$Dw/w = f((N_d - N_o) / N_o) = f(N_E) \quad (2)$$

onde N_d representa a demanda de trabalho, N_o representa a oferta e N_E constitui o equilíbrio do mercado de trabalho. Lipsey supõe ainda que o desemprego (U) é uma variável estável, logo ele constitui um indicador válido para expressar o excesso de demanda no mercado de trabalho. Pode-se então conceber que $U = g(N_E)$ e $N_E = g^{-1}(U)$, ou seja, o desemprego é uma função estável do equilíbrio do mercado de trabalho e esse equilíbrio encontra-se em relação inversa com a taxa de desemprego. Dessa forma, a curva de Phillips resulta do produto de duas funções, e pode ser representada por:

$$dw/w = f(g^{-1}(U)) = h(U) \quad (3)$$

Esta apresentação busca encontrar um valor para U que anule a alta dos salários, ou seja, uma taxa de equilíbrio do desemprego. Essa taxa pressupõe que uma vaga de trabalho necessariamente equivale a uma procura de trabalho, o que não é verdade. Mas a interpretação de Lipsey consagrou então uma curva de Phillips em termos de excesso de demanda de trabalho, permitindo uma espécie de arbitragem entre escolhas de combinações realizáveis da inflação e do desemprego,³ de maneira que se deve buscar uma determinada taxa de desemprego que anule os efeitos dos aumentos salariais. O valor dessa taxa de desemprego deve corresponder a uma situação em que não existe excesso de demanda no mercado de trabalho (N_E). Isso não significa a eliminação das ofertas e demandas não satisfeitas, mas tão somente uma igualdade entre oferta e demanda.

A interpretação da curva de Phillips, em termos de excesso de demanda, autorizou seu uso como uma arbitragem, ou seja, escolher entre as combinações realizáveis da inflação e do desemprego. A taxa de crescimento dos salários (g_w) pôde então ser expressa pela soma da taxa de inflação ($\tilde{\pi}$) com a taxa de

crescimento da produtividade do trabalho (y). A expressão dessa curva pode ser dada por:

$$g_w = \tilde{\pi} + y \quad (4)$$

Como a taxa de inflação (p) depende da taxa de desemprego e da taxa de crescimento da produtividade do trabalho, tem-se então:

$$\tilde{\pi} = h(U) - y \quad (5)$$

Lipsey muito contribuiu para o estudo dessa relação, que passou a ser chamada de taxa de desemprego de equilíbrio, ou seja, a taxa de desemprego que permite uma estabilidade dos preços. Dessa forma, quando a indexação dos salários se faz de maneira incompleta, a taxa de desemprego de equilíbrio passa a ser uma função decrescente da taxa de inflação. A taxa de desemprego exerce, portanto, um efeito de curto e de longo prazo sobre a taxa de inflação.

Na seqüência da contribuição de Lipsey aparece a tese aceleracionista. Tentando entender a instabilidade da curva de Phillips, passou-se então a considerar as previsões da inflação. Quando a expectativa da inflação é introduzida na estimativa da curva de Phillips, sua instabilidade de curto prazo pode ser explicada, mas sua existência no longo prazo passa a ser questionada.

A expressão da tese aceleracionista é designada pela seguinte relação:

$$g_p = h(U_t) + \alpha g_p^* \quad (6)$$

com $0 < \alpha \leq 1$, g_p^* representando a expectativa da taxa de inflação e g_p indicando a taxa corrente de inflação, enquanto α indica o percentual da expectativa inflacionária que é repassado aos níveis de salário e de preços.

Desse modo, a formação das previsões passou a ser considerada na estimativa da curva de Phillips. A expressão acima é então representativa para uma expectativa dada de inflação de curto prazo. Porém, no longo prazo, quando se admite que as previsões foram realizadas, tem-se então que $g_p^* = g_p$, de maneira que a equação (6) se transforma em:

$$g_p = h(U_t) / 1 - \alpha \quad (7)$$

³ Com o passar do tempo, a curva de Phillips passou a ser caracterizada pelo uso da inflação em lugar da taxa nominal de salário. Isso decorre naturalmente da observação de que os trabalhadores não se interessam diretamente pelos salários, mas pelo seu poder de compra.

Essa equação mostra que a inclinação da curva de Phillips é mais elevada no longo que no curto prazo. Isso significa que o preço a ser pago, em termos de inflação, para reduzir o desemprego é muito mais elevado no longo que no curto prazo. No limite, quando não existir ilusão monetária nem expectativa de inflação, o coeficiente α fica igual à unidade, de maneira que a curva de Phillips torna-se perfeitamente inelástica. Dessa forma, não é mais possível se obter um nível mais elevado de inflação para que se possa reduzir o desemprego, já que nesse momento o desemprego é compatível com qualquer nível de inflação.

Ao se admitir que a expectativa de inflação acompanha a inflação realizada com certa inércia, pode-se estabelecer a tese aceleracionista como segue:

$$g_{p,t} = h(U_t) - g_{p,t-1} \quad e \quad (8)$$

$$\Delta g_p = h(U_t) \quad (8')$$

Dessa forma, a arbitragem deixa de ser entre desemprego e inflação, mas entre desemprego e aceleração da inflação. De acordo com Abraham-Frois (1991), para Friedman (1968) a única taxa de desemprego compatível com uma taxa de inflação constante é a taxa natural de desemprego (U_n). Definindo-se a função h em termos da diferença entre a taxa de desemprego corrente e a taxa natural de desemprego, chega-se à conclusão de que essa diferença é tão somente função dos erros de previsão dos preços. Por essa razão, não se pode deixar de considerar esse modelo de Phelps e Friedman como sendo eminentemente walrasiano, já que o equilíbrio dos mercados se faz via preços em um ambiente em que os agentes econômicos buscam maximizar suas respectivas funções objetivo.

A tese aceleracionista pode também ser considerada pela idéia das previsões adaptativas, pois as previsões quanto aos preços podem ser revistas a cada momento. Como os erros persistem no tempo, as diferenças do desemprego em relação ao desemprego natural deixam de ser aleatórias,

tornando-se cíclicas ao longo do tempo. Nessa linha de entendimento, um novo avanço aparece com os modelos das expectativas racionais, segundo os quais os agentes econômicos formulam suas previsões explorando da melhor forma possível as informações disponíveis. Assim, a previsão da inflação acaba sendo a esperança matemática da própria taxa de inflação, com a restrição das informações disponíveis (I). Pode-se então dizer que:

$$g_{p,t+1}^* = E(g_{e,t+1} / I_t) \quad 9)$$

implicando dizer que a inflação é dada por uma previsão da própria inflação, acrescida de um erro, tal como segue:

$$g_{p,t} = g_{p,t}^* + e_t \quad (10)$$

onde e representa um termo aleatório de média zero e desvio padrão conhecido.

Esta equação combinada com a taxa natural de desemprego permitiu uma noção racional de previsão. Noção essa que implica no desaparecimento da própria curva de Phillips. Com efeito, $U_t^* = h^{-1}(g_t - g_t^*)$ torna-se $U_t^* = h^{-1}(e_t)$, ou seja, a diferença da taxa de desemprego resulta de choques aleatórios e imprevisíveis enfrentados pela economia.

A consequência mais importante que se pode tirar dessa conclusão é o fato de se excluir toda e qualquer eficácia de uma política econômica sistemática e previsível. A linha de pensamento das expectativas racionais leva ao extremo as conclusões já avançadas por Friedman ao questionar as políticas de estabilização. Com efeito, para os teóricos das expectativas racionais, a determinação dos salários encontra-se no contexto de uma dinâmica em que a inflação influencia o desemprego e este influencia a formação dos salários. Quando a inflação influencia a formação dos salários, é possível encontrar, no curto prazo, uma relação inversa entre inflação e desemprego. Assim, uma elevação do desemprego reduz a possibilidade de aumento dos salários, fazendo com que a inflação se desacelere.

A CURVA DE SALÁRIO

Desde o advento da curva de Phillips, as análises de corte temporal sempre a tomaram como referência analítica nos estudos empíricos, apesar do caráter agregado dessa curva. É bom lembrar que a curva de Phillips original apresenta uma relação entre a taxa local de desemprego e a taxa de variação do rendimento do trabalho (influenciada pelo processo inflacionário). Isso naturalmente impedia o uso de dados microeconômicos para o estudo dos determinantes do rendimento do trabalho.

Nos anos 1990, Blanchflower e Oswald (1994b) reivindicaram a descoberta de uma lei empírica da economia, que passou a ser denominada de curva de salário. A equação da curva de salário aponta no sentido de existir uma relação negativa entre a taxa local de desemprego e os rendimentos reais do trabalho. Assim, um movimento ascendente da taxa de desemprego exerce uma influência redutora sobre os rendimentos reais do trabalho; por outro lado, essa influência se mostra amenizada quando o movimento da taxa de desemprego se posiciona de maneira descendente; por isso mesmo, os salários se mostram menos elevados em mercados de trabalho com alto desemprego. Além do uso de taxas de desemprego locais, regionais ou mesmo nacionais, a curva de salário apresenta uma segunda vantagem em relação à curva de Phillips: a curva de salário permite o uso de informações relativas às características dos indivíduos como determinantes da formação dos rendimentos do trabalho.

O modelo proposto por esses autores considera a flexibilidade do salário a partir da estimação de uma equação tal como segue:

$$\ln W_{irt} = \beta_0 + \beta_1 X_{irt} + \beta_2 \ln U_{rt} + f_r + d_t + \varepsilon_{irt} \quad (11)$$

onde os subscritos *i*, *r* e *t* referem-se, respectivamente, aos indivíduos, regiões e anos; *W* é o rendimento bruto do trabalho; *X* representa vetores de características pessoais (gênero, cor, escolaridade, idade, experiência) e do mercado de trabalho (estabilidade na ocupação, registro em carteira de trabalho, setor de ocupação); *U* expressa a taxa de

desemprego; *f_r* e *d_t* são, respectivamente, *dummies* de região e de tempo; e o termo ε representa o erro aleatório, para o qual se espera uma média zero e um desvio padrão conhecido.

Como os rendimentos do trabalho e a taxa de desemprego encontram-se expressos em logaritmo natural, pode-se interpretar o β_2 como sendo a elasticidade dos rendimentos em relação à taxa de desemprego. A vantagem da forma logarítmica aparece, quando da comparação de diferentes realidades, exatamente porque essa medida independe da unidade em que foram expressos os dados originais.

Para Blanchflower e Oswald (1994b), os rendimentos do trabalho são compostos de duas grandes forças: as de natureza cíclica e as de natureza estrutural, de maneira que a relação que se estabelece entre os rendimentos do trabalho e a taxa de desemprego fica difícil de ser captada, já que os elementos cíclicos da taxa de desemprego impõem uma relação negativa com os rendimentos, enquanto aqueles de natureza estrutural permitem uma relação positiva. Vale ressaltar que as considerações registradas nas abordagens tradicionais de Harris e Todaro (1970) e de Hall (1970) apenas anteviam uma relação positiva entre essas variáveis, dado que esses autores captaram apenas os efeitos permanentes da relação, não tendo, portanto, percebido seus efeitos cíclicos. Esses precursores apontavam o efeito sobre os salários decorrentes da taxa de desemprego, justificando políticas de compensação diferenciada. Dessa forma, regiões com alto desemprego deveriam ter aumentos salariais mais significativos e assim evitar movimentos migratórios não desejáveis e deletérios ao desenvolvimento econômico. Mas não tinham condição de perceber a relação inversa entre taxa de desemprego e rendimentos do trabalho; isso somente foi possível através da incorporação de variáveis de região aos modelos de regressão, podendo-se então isolar os efeitos estruturais dos efeitos cíclicos e, dessa forma, chegando-se a resultados mais significativos. O foco explícito sobre os mercados de trabalho localizados volta então a permitir estudos centrados nas questões migratórias.

A curva de salário pode, portanto, ser estimada por meio de uma equação padrão. Para tanto, devem ser considerados os retornos da escolaridade, o fato do indivíduo ser homem ou mulher, a experiência, a estabilidade no emprego e o fato do indivíduo ter ou não registro em carteira profissional de trabalho, além de se poder considerar o setor e a região onde esses indivíduos estão inseridos. Dessa forma, pode-se utilizar um largo espectro de regressores para determinar o comportamento dos salários reais.

Como as pessoas presentes no mercado de trabalho são dotadas de diferentes quantitativos de atributos econômicos, além de uma diferenciação de atributos não econômicos, tem-se que elas se apresentam de maneira diferenciada no mercado de trabalho, de sorte que o modelo de concorrência perfeita torna-se inapropriado para a determinação dos salários reais. Nessas circunstâncias, os modelos mais apropriados são aqueles que consideram as negociações entre as partes, os contratos implícitos ou mesmo aqueles que consideram um salário de eficiência.

Crítica e alternativa ao modelo de blanchflower-oswald

A despeito de grandes possibilidades, a curva de salário, tal como apresentada por Blanchflower e Oswald (1994b), não está isenta de contestação. Card (1995) inaugura uma linha de pesquisa a partir de três ordens de crítica sobre a curva de salário de Blanchflower e Oswald. A primeira aparece a partir de uma avaliação empírica que considere diferentes regiões e temporalidades distintas, bem como a interação dessas distintas regiões com os diferentes anos considerados na análise. Nesse caso, à equação (11) devem ser acrescidas informações que captem os efeitos regionais e de tempo. Essas informações irão, certamente, permitir uma separação entre os efeitos fixos e os transitórios presentes nessas variáveis, garantindo assim o isolamento dos efeitos permanentes presentes nas taxas de desemprego, captando tão somente seus efeitos transitórios. Sugere-se então uma equação tal como a que se segue:

A curva de salário de Blanchflower e Oswald é calculada levando-se em consideração a média das variáveis relevantes

$$\ln W_{irt} = \beta_0 + \beta_1 X_{irt} + \beta_2 \ln U_{rt} + f_r + d_t + fd_{rt} + \varepsilon_{irt} \quad (12)$$

em que X_{irt} representa os atributos econômicos e não econômicos dos indivíduos⁴ e U_{rt} constitui a taxa local de desemprego. Além disso, tem-se que f_r constitui uma *dummy* de separação das diferentes regiões, enquanto d_t representa uma *dummy* para fixação dos diferentes anos e fd_{rt} é a *dummy* que registra a interação entre as regiões e os anos considerados na avaliação empírica.

A segunda crítica de Card (1995) fica evidenciada quando se sabe que a curva de salário de Blanchflower e Oswald é calculada levando-se em consideração a média das variáveis relevantes. Com esse método de agregação (*cell means*), perdem-se muitas informações, sobretudo aquelas referentes às características pessoais dos indivíduos envolvidos na amostra, já que não se podem alcançar taxas de desemprego individualizadas. Por outro lado, pessoas localizadas em um mesmo mercado local de trabalho podem compartilhar componentes comuns de variância que não podem ser atribuíveis nem às características mensuráveis nem tampouco à taxa local de desemprego, de maneira que o erro aleatório pode estar positivamente correlacionado às pessoas de uma mesma região. Isso significa a presença de algum tipo de viés. Para resolver essa questão, Card (1995) apresentou uma solução alternativa, que consiste em estimar a equação (12) em dois passos.

$$\ln W_{irt} = \beta_0 + \beta_1 X_{irt} + f_r + d_t + fd_{rt} + \varepsilon_{irt} \quad (13)$$

As diferenças salariais capturadas pelas variáveis de região, tempo e interativas de região versus tempo passam então a serem utilizadas no segundo passo, como variável dependente. Esta técnica faz com que os valores dos resíduos correlacionados, devido à omissão da taxa de desemprego, sejam transportados para os valores dos salários obtidos. A especificação do segundo passo é então representada pela equação que se segue:

⁴ Esses atributos devem ser agregados para efeito da regressão. Isso é feito através do método *cell means*, que consiste no cálculo de suas respectivas médias nos meses controlados pelas regiões, evitando-se assim uma sobre-estimação dos resultados tal como apontado em Moulton (1986). Tem-se, então, o mesmo princípio de agregação nos dois lados da equação a ser estimada.

$$\text{Ln}W_{rt} = \beta_0 + \beta_1 \ln U_{rt} + f_r + d_t + \varepsilon_{irt} \quad (13')$$

Uma terceira fonte de crítica aparece quando se considera o salário real na estimativa da curva de salário. Como se sabe que esse salário real é influenciado pelas horas trabalhadas no período em apreço, seria, portanto, interessante que se considerasse o salário real por hora trabalhada, permitindo assim uma melhor estimativa das taxas de desemprego transitórias, já que os salários por mês são mais influenciados pelo desemprego permanente. As equações acima ganham então a seguinte forma:

$$\text{Ln}Wh_{irt} = \beta_0 + \beta_1 X_{irt} + f_r + d_t + fd_{rt} + \varepsilon_{irt} \quad (14)$$

$$\text{Ln}Wh_{rt} = \beta_0 + \beta_1 \ln U_{rt} + f_r + d_t + \varepsilon_{irt} \quad (14')$$

Com a curva de salário, novas possibilidades se abrem para estudos sobre a composição salarial e seus determinantes. Dessa forma, a fundamentação básica da curva de salário é a relação empírica entre o nível de salário real por hora de trabalho e a taxa de desemprego local. De fato, o ajuste proporcionado ao mercado de trabalho, decorrente da relação negativa entre o nível de salário por hora e a taxa local de desemprego, permite estabelecer uma medida de sensibilidade dos salários em relação ao desemprego, ou seja, a curva de salários contribui para que se possa medir a flexibilidade do mercado de trabalho.

De acordo com Garcia e Fajnzylber (2003), a vantagem do método de Card (1995) consiste na passagem das estimações dos coeficientes das variáveis individuais do primeiro para o segundo passo. Dessa forma, os desvios padrão do primeiro passo transportam para o segundo a existência de correlação da taxa de desemprego com o salário através das pessoas da mesma região em cada período de tempo. O presente trabalho estimará os coeficientes da curva de salário pelo método sugerido por Card (1995), bem como pelo método originário (*cell means*) de Blanchflower e Oswald (1994b), de tal maneira que será possível uma comparação entre os dois procedimentos.

Curva de salário versus curva de phillips

A literatura econômica registrou, após o trabalho de Blanchflower e Oswald (1994b), algumas discussões sobre a curva de salário. Dentre essas discussões, pode-se destacar aquela que questiona se a

curva de salário, em verdade, não seria o resultado de um simples erro de especificação da curva de Phillips. Vejamos as três principais diferenças apontadas por Blanchflower e Oswald (1994a).

Inicialmente, tem-se que a curva de Phillips propõe um mecanismo de ajustamento do desequilíbrio, enquanto a curva de salário imagina um locus espacial de equilíbrio que não é uma descrição de um fenômeno inerentemente temporário ou de uma dinâmica transitória. Em seguida, é fácil constatar que a curva de Phillips relaciona a taxa de variação do rendimento à taxa agregada de desemprego, enquanto a curva de salário relaciona um nível de pagamento com a taxa local de desemprego. Finalmente, a curva de Phillips sempre foi estimada a partir de dados macroeconômicos em séries temporais, enquanto a curva de salário propõe uma estimativa com dados microeconômicos em painel.

Esses argumentos apontam no sentido de haver um verdadeiro divórcio entre a curva de Phillips e a curva de salário. Estudos a partir da curva de Phillips se preocupam com a influência macroeconômica do desemprego sobre os rendimentos. Isso resulta em uma distinção entre as dinâmicas e as propriedades de equilíbrio de longo prazo, quando a condição de estado estacionário pode estabelecer uma conexão entre os níveis de salários e os níveis de desemprego, mas também impõe erros de estimativa não negligenciáveis. Talvez seja por essa razão que se possa afirmar sobre a existência de um erro intrínseco presente na curva de Phillips, mas isso provavelmente decorre da presença de erros nos dados agregados. Significa dizer que há uma grande vantagem em se trabalhar com dados microeconômicos, na medida em que se podem reduzir de maneira substancial os erros, normalmente presentes nos dados agregados, fazendo com que as estimativas se apresentem mais confiáveis.

Entretanto, uma vez restabelecida a validade da curva de Phillips, não implica negar a curva de salário. Isso porque a curva de salário tem uma existência independente da curva de Phillips. Os pontos que se seguem tentam dar uma veracidade a essa afirmação. Para tanto, parte-se da premissa de que os assalariados trabalham em áreas específicas e essas áreas podem ser classificadas com alto, médio ou baixo desemprego, independentemente das condi-

ções macroeconômicas. As áreas com elevadas taxas de desemprego acabam pagando menores salários e vice-versa. Uma área de trabalho pode ser definida como uma região, um setor, uma indústria ou mesmo uma economia como um todo. Pode-se então dizer que a curva de salário permite uma avaliação mais precisa da relação existente entre o desemprego e os ganhos do trabalho. Assim, ao estabelecer uma relação inversa entre a taxa local de desemprego e os rendimentos do trabalho, a curva de salário inverte uma relação tradicionalmente reconhecida em estudos dessa natureza, a exemplo dos modelos de Harris e Todaro, no início dos anos 1970.

Esses modelos, em verdade, encontram-se baseados nos fluxos de oferta e de demanda de trabalho, em que o desemprego é visto como voluntário e resultante de um excesso de oferta relativamente à demanda por parte das firmas. Assim, quando os salários encontram-se acima do nível de equilíbrio do mercado de trabalho, haverá um aumento da oferta de trabalho, mas, ao mesmo tempo, um desequilíbrio é provocado na forma de desemprego da força de trabalho; de maneira inversa, caso haja uma queda no nível de salário, imediatamente as empresas se encarregarão de contratar mais mão-de-obra, reduzindo, por conseguinte, o desemprego.

Nesse momento, assume-se, de maneira implícita ou não, que o emprego é o reverso do desemprego, sem se dar conta que esse mecanismo somente funciona na presença de alguma elasticidade da curva de oferta de trabalho; para tanto, necessário se faz a presença de pessoas que aceitem voluntariamente o desemprego, mas que são impulsionadas ao mercado de trabalho quando o nível dos salários se eleva. No entanto, ao se considerar inicialmente uma oferta fixa de trabalho, todo movimento do mercado de trabalho passa a ser originário de movimentos exógenos provocados por afastamentos da demanda. Nesses termos, um aumento da demanda fará com que os rendimentos aumentem e, ao mesmo tempo, o desemprego diminua. Assim, crescem simultaneamente o salário e a

contratação de mão-de-obra. Isso pode engendrar em um segundo momento um afastamento da curva de oferta de trabalho, de sorte que o resultado final, em termos de salários, vai depender das magnitudes desses dois movimentos, podendo ficar igual, acima ou abaixo do salário original.

Os sindicatos se preocupam apenas com os trabalhadores sindicalizados, de maneira que uma elevação da taxa de desemprego conduz esses sindicatos a se preocuparem muito mais com a manutenção dos postos de trabalho, em detrimento de uma preocupação a respeito dos salários

Modelos de negociação e de salário eficiência na abordagem da curva de salário

A curva de salário se mostra consistente com as teses incorporadas nos modelos de barganha e/ou de salários de eficiência, negando a tradição presente nos modelos econô-

micos em que os mercados de trabalho são vistos como competitivos. Os modelos de negociação e de salário eficiência dão suporte teórico ao modelo de Blanchflower e Oswald. Os modelos de negociação podem ser considerados, quando se sabe que o aumento do desemprego reduz a capacidade de barganha dos sindicatos. Para Blanchflower e Oswald, os sindicatos se preocupam apenas com os trabalhadores sindicalizados, de maneira que uma elevação da taxa de desemprego conduz esses sindicatos a se preocuparem muito mais com a manutenção dos postos de trabalho, em detrimento de uma preocupação a respeito dos salários. Nesse momento, a defesa dos rendimentos fica subordinada à defesa do nível de ocupação e a relação inversa entre rendimentos do trabalho e taxa de desemprego se impõe.

Pela abordagem do salário de eficiência tem-se que a produtividade do trabalho está diretamente relacionada com o nível de esforço dos trabalhadores, de sorte que um bom ambiente de trabalho e uma boa remuneração acabam por influenciar positivamente esse esforço. Considerando que os trabalhadores naturalmente são inclinados a oferecer um menor esforço, o sistema que prevê um pagamento adicional de salário, necessariamente deve ser acompanhado de um sistema de vigilância que garanta a efetividade do esforço. Ações de vigilância e punição, por um lado, e ações de incentivo e prêmio, por outro,

permitem um bom funcionamento de todo o sistema.

Ora, a grande punição aparece na forma do desemprego, de maneira que essa punição ficará atenuada nos momentos em que a taxa de desemprego for baixa e vice-versa. A taxa de desemprego serve, portanto, de elemento regulador da relação entre o esforço e a ociosidade no trabalho; dessa forma, quando o desemprego for elevado, os trabalhadores acabarão por se esforçar mais, mesmo nas circunstâncias em que os salários encontrem-se depreciados. Perder uma remuneração acima do que paga o mercado de trabalho é outra perda que arriscam os trabalhadores caso o esforço não seja compatível ao desejável pela empresa, que dispõe de forte aliada quando a taxa de desemprego se encontra em patamar elevado. Assim, para os modelos não competitivos, a curva de salário não pode ser entendida como uma curva de oferta de trabalho. Não obstante, os microdados, levantados em amostras aleatórias, vêm permitindo ricas e novas observações acerca dos mercados locais de trabalho, tudo isso em um plano internacional.

A BASE DE DADOS E AS VARIÁVEIS DO MODELO

Para estimar a curva de salário, utilizou-se a base da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Região Metropolitana de Salvador (RMS) como fonte de informação estatística. Trata-se de uma pesquisa domiciliar que vem sendo levantada nessa região desde outubro de 1996, de maneira que se dispõe atualmente de uma poderosa fonte de informação em *cross-section* acerca das características pessoais dos indivíduos entrevistados; permite também o cálculo da taxa de desemprego, dentre outros indicadores econômicos do mercado de trabalho dessa região metropolitana. O uso da base PED-RMS se justifica pelo fato dessa pesquisa levantar informações sobre gênero, cor, idade, posição na família, escolaridade, estabilidade na ocupação, setor de atividade e rendimentos do trabalho, dentre outras informações muito importantes para estudos dessa natureza.

Nesta investigação, foram considerados dois espaços geograficamente distintos como constituindo as regiões analisadas (Salvador e demais municípios da RMS), além de sete períodos (os anos de 1997 a

2003). Isso equivale a 70.477 casos considerados no primeiro passo do modelo de Card, os quais permitiram uma agregação em 84 meses e duas regiões, resultando em 168 observações consideradas no segundo passo do modelo de Card, bem como no modelo de Blanchflower e Oswald.

Para construção das variáveis utilizadas na estimação da curva de salário da RMS, procedeu-se da seguinte forma. Em primeiro lugar, para os dois modelos, considerou-se como variável dependente o logaritmo natural do salário/hora real ($\ln Wh_{it}$)⁵. Essa variável foi obtida através da consideração do rendimento proveniente do trabalho principal, excluindo-se, portanto, os rendimentos oriundos de trabalhos secundários e demais rendimentos originários de fontes que não o trabalho. Em segundo lugar, procedeu-se um corte etário, estabelecendo como núcleo do trabalho as pessoas com idade entre 18 e 65 anos. Em terceiro lugar, foram considerados nas regressões apenas os indivíduos assalariados com rendimentos positivos. Por assalariados entende-se os indivíduos ocupados que recebem, na forma de salário, pelos serviços prestados por suas respectivas forças de trabalho, em um determinado período de tempo. Nessa categoria, incluem-se tanto os trabalhadores assalariados, com registro em carteira profissional, como aqueles que não dispõem desse registro. Deixa-se, portanto, de fora todas as pessoas ocupadas que não recebem na forma de salário, tais como empregadores, donos de negócios familiares, autônomos, trabalhadores familiares etc. Isso porque não se espera que essas formas de rendimentos sejam diretamente influenciadas pelas variações da taxa de desemprego. Por fim, considerou-se o mês como unidade de periodicidade, de maneira que, quando necessário, as variáveis foram agregadas por mês para as distintas regiões e períodos considerados.

São dois os blocos das variáveis independentes. O primeiro constituído das variáveis região, ano e interativa, região vs ano; no segundo bloco aparecem as variáveis referentes aos atributos econômicos e não econômicos dos indivíduos entrevistados pela pesqui-

⁵ Vale ressaltar que as informações monetárias foram deflacionadas pelo índice de preços de Salvador, o qual é produzido mensalmente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia.

sa, além da taxa de desemprego mensal no período em análise. Têm-se, então, as seguintes variáveis:

Região – Salvador = 1 e demais municípios = 0;

Ano – conjunto de *dummies* para caracterizar os anos entre 1998 e 2003;

Interativas, região versus

anos - conjunto de *dummies* que captam os efeitos interativos dessas duas variáveis;

Escolaridade – representada em anos de estudos, dividida em quatro faixas: *fxesc4* (até 4 anos de estudos), *fxesc8* (mais de quatro até 8 anos de estudo), *fxesc11* (mais de oito até 11 anos de estudo) e *fxesc12* (mais de 11 anos de estudo);

Estabilidade – dividida em quatro faixas de tempo no emprego: *fxest5* (menos do que 6 anos no emprego), *fxest10* (mais que 5 e menos do que 11 anos no emprego) e *fxest11* (mais do que 10 anos no emprego);

Idade – dividida em três faixas etárias: *fxida25* (entre 18 e 25 anos), *fxida55* (entre 26 e 55 anos) e *fxida56* (entre 56 e 65 anos);

Sexo – masculino = 1 e feminino = 0;

Cor – branco = 1 e negro = 0;

Posição na família – chefe de família = 1 e outros membros da família = 0;

Carteira profissional – possui carteira = 1 e não possui = 0;

Setor de atividade – comércio e serviços = 1 e demais setores = 0; e, finalmente,

LnUrt – que representa a taxa de desemprego da região *r* no mês *t*.

Através das variáveis região, ano e interativas, região versus ano, espera-se separar os condicionantes permanentes daqueles conjunturais relativos ao desemprego. Os primeiros encontram-se relacionados ao longo prazo e à natureza estrutural do desemprego, enquanto os segundos dependem mais diretamente das flutuações econômicas. Como se sabe que esses distintos componentes do desemprego apresentam influências diferenciadas sobre os rendimentos do salário, é interessante uma separação para que se possa captar a verdadeira relação entre desemprego e rendimento do trabalho. O conjunto de *dummies*, representadas pelos anos, capta as flutuações econômicas, sobretudo aquelas advindas da política

macroeconômica, enquanto a interação das regiões pelos anos considerados no estudo busca captar a interseção dos efeitos das duas variáveis interagidas. O elenco dos atributos econômicos e não econômicos capta diferentes aspectos oriundos de cada um dos indivíduos.

A taxa de desemprego constitui a principal variável para estimação de todos os modelos. Essa taxa é calculada pela razão entre as pessoas desempregadas e a PEA (população economicamente ativa). A PEA,

por sua vez, representa as pessoas ocupadas e desempregadas no período de referência da pesquisa. As pessoas ocupadas são aquelas que dispõem de alguma atividade econômica, enquanto as pessoas desempregadas são aquelas que não exerceram trabalho remunerado no período de referência e tomaram algum tipo de providência na busca de uma ocupação.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos permitem algumas considerações sobre as estimativas das regressões. O primeiro modelo a ser apresentado é aquele desenvolvido por Blanchflower e Oswald (Tabela 1). Esse modelo leva em consideração o período compreendido entre 1997 e 2003, logo seus resultados devem ser entendidos como representando a média de todo o período. Em primeiro lugar, deve-se registrar que o modelo se mostrou significativo, respondendo por 57,4% do fenômeno analisado. O coeficiente estimado para a taxa de desemprego, conforme esperado e previsto na literatura, apresentou sinal negativo e significância estatística. Assim, para cada elevação de um ponto percentual na taxa de desemprego estima-se que os rendimentos do trabalho na RMS sofrerão redução de 0,27%. Essa elasticidade do rendimento em relação à taxa de desemprego permite considerar uma forte flexibilidade do mercado de trabalho dessa região metropolitana, já que o esperado pelos estudos internacionais do próprio Blanchflower e Oswald é de 0,10.

Interessante notar que as variáveis idade e sexo não se mostraram significativas, de maneira que se pode afirmar que a idade e o fato de ser homem ou mulher não exercem grandes influências sobre os

rendimentos do trabalho por hora; provavelmente o mesmo não se possa dizer sobre os níveis absolutos desses mesmos rendimentos. Quanto às variáveis setor e região, apesar das baixas significâncias, não se deve descartar seus respectivos sinais. Assim, o fato de estar fora do setor terciário (comércio e serviços) eleva a probabilidade das pessoas auferirem maiores ganhos; vale lembrar que estar fora do setor terciário é praticamente estar no setor industrial (indústria e construção civil), já que o setor primário é praticamente inexistente na RMS.

Tabela 1

Modelo de Blanchflower e Oswald (Método “cell means”)

	B	Std. Error	t	Sig.
(Constant)	-0,259	1,137	-0,228	0,820
LnEscaridade	0,481	0,091	5,309	0,000
LnIdade	0,011	0,333	0,033	0,974
LnEstabilidade	0,147	0,053	2,802	0,006
Sexo	-0,064	0,244	-0,261	0,794
Cor	0,729	0,148	4,930	0,000
Chefe	0,936	0,229	4,082	0,000
Carteira	0,716	0,208	3,450	0,001
Setor	-0,115	0,169	-0,682	0,496
Região	0,019	0,053	0,356	0,722
LnTxDes	-0,270	0,061	-4,422	0,000
R ² Ajustado = 0,574 F = 23,503 Sig. 0,000 N = 168				

Por outro lado, quanto mais presente no município de Salvador, maior a possibilidade de se obter rendimentos mais elevados. As demais variáveis se comportaram de acordo com o esperado. Assim, o nível de escolaridade, a estabilidade na ocupação, a cor do indivíduo, o fato de ser chefe de família e a condição de possuir carteira de trabalho assinada influenciam diretamente os rendimentos do trabalho.

Como foram vistos anteriormente, os resultados estimados a partir do modelo de Blanchflower e Oswald foram significativos e em conformidade com as expectativas. Entretanto, como bem salientou Moulton (1986), esses resultados podem estar apresentando vieses contidos nos próprios dados, ou seja, na medida em que os rendimentos do trabalho são registrados por indivíduo em cada momento do tempo, enquanto a taxa de desemprego é única por região e por período.

Essa observação obrigou a utilização do processo *cell means*, quando foram consideradas as médias de

todas as variáveis, exceto a taxa de desemprego, que já é uma média. Naturalmente, esse procedimento garante uma avaliação das condições de funcionamento do mercado de trabalho, mas não a exime dos possíveis vieses contidos nos próprios dados. São, portanto, resultados enviesados, provavelmente para cima, deixando presente a possibilidade de haver uma inconsistência entre os planos micro e macroeconômicos. Para responder a essa problemática, estimou-se o modelo proposto por Card (1995), cujos resultados encontram-se na Tabela 2.

Tabela 2

Modelo de Card – primeiro passo

	B	Std. Error	Beta	t	Sig.
(Constant)	-0,026	0,016		-1,687	0,092
FxEsc8	0,184	0,007	0,097	25,692	0,000
FxEsc11	0,616	0,007	0,367	89,691	0,000
FxEsc12	1,588	0,009	0,630	176,581	0,000
FxIda55	0,278	0,006	0,155	49,654	0,000
FxIda56	0,070	0,016	0,012	4,389	0,000
FxEst10	0,211	0,007	0,082	29,280	0,000
FxEst11	0,502	0,008	0,170	59,968	0,000
Sexo	0,187	0,005	0,108	34,810	0,000
Cor	0,211	0,006	0,094	33,278	0,000
Chefe	0,160	0,006	0,096	28,782	0,000
Carteira	0,294	0,006	0,149	53,033	0,000
Região	-0,113	0,015	-0,056	-7,682	0,000
Setor	-0,118	0,006	-0,058	-20,232	0,000
Ano98	-0,028	0,018	-0,011	-1,489	0,136
Ano99	-0,084	0,019	-0,034	-4,472	0,000
Ano00	-0,101	0,018	-0,042	-5,600	0,000
Ano01	-0,071	0,018	-0,030	-4,023	0,000
Ano02	-0,130	0,017	-0,057	-7,461	0,000
Ano03	-0,169	0,018	-0,073	-9,498	0,000
Int98	0,025	0,021	0,009	1,172	0,241
Int99	0,028	0,021	0,010	1,302	0,193
Int00	0,021	0,021	0,008	1,004	0,315
Int01	0,008	0,020	0,003	0,391	0,696
Int02	0,017	0,020	0,007	0,859	0,390
Int03	-0,019	0,020	-0,007	-0,950	0,342
R² Ajustado = 0,49 F = 2705,781 Sig. 0,000 N = 70.477					

Interessante perceber que os coeficientes da variável educação são mais elevados à medida que os anos de escolaridade vão aumentando, levando a crer que a contribuição da educação para os rendimentos é crescente com os anos de escolaridade, conforme o que adianta a teoria do capital humano. As pessoas com idade acima dos 55 anos detêm contribuições menos significativas que aquelas com até 55 anos, como pode ser observado através dos coeficientes dessa variável. A estabilidade na ocupação apresenta uma contribuição crescente para com os rendimentos. Os homens, os brancos, os chefes de família e os com carteira de tra-

balho recebem mais que seus opostos.⁶

O segundo passo do modelo de Card também apresentou significância estatística, além de um R² ajustado bastante elevado: 99% (Tabela 3). Uma inspeção dessa tabela permite afirmar que a taxa de desemprego exerce uma influência negativa sobre os rendimentos do trabalho, de forma que uma elevação de um por cento da taxa de desemprego resulta em uma redução de 0,013% nesses rendimentos.⁷ A variável região aponta no sentido de que os trabalhadores de Salvador apresentam variações menos significativas de seus rendimentos. Excetuando os anos de 1998 e 2000, os demais anos apresentaram relações negativas com os ganhos do salário.

Os coeficientes da variável educação são mais elevados à medida que os anos de escolaridade vão aumentando, levando a crer que a contribuição da educação para os rendimentos é crescente com os anos de escolaridade

Tabela 3
Modelo de Card – segundo passo

	B	Std. Error	Beta	t	Sig.
(Constant)	0,037	0,037		1,010	0,314
Região	-0,111	0,003	-0,623	-39,029	0,000
Ano 98	0,011	0,003	0,045	4,156	0,000
Ano 99	-0,070	0,003	-0,276	-20,602	0,000
Ano 00	0,003	0,003	0,011	0,876	0,382
Ano 01	-0,067	0,003	-0,264	-20,488	0,000
Ano 02	-0,127	0,003	-0,499	-37,902	0,000
Ano 03	-0,191	0,004	-0,746	-53,795	0,000
LnTxDes	-0,013	0,011	-0,022	-1,165	0,246
R ² Ajustado = 0,99 F = 2683,864 Sig. = 0,000 N = 168					

TESTES DE ESPECIFICAÇÃO

Para averiguar se a curva de salário pode ser considerada como uma curva de oferta de trabalho estimou-se a equação (11), introduzindo a taxa de participação.⁸ Antes da apresentação das estimativas com a incorporação da taxa de participação, será feito um exercício de lógica. Em primeiro lugar, é bom que se

deixe bem claro que a taxa de desemprego é exatamente o inverso da taxa de ocupação,⁹ o que significa dizer que o sinal da taxa de ocupação em relação aos rendimentos do trabalho necessariamente apresentará um sinal inverso em relação ao da taxa de desemprego; neste estudo trata-se, portanto, de um sinal positivo.

No entanto, não se pode aceitar que a taxa de ocupação constitua uma boa representação da oferta de trabalho, isso porque a taxa de ocupação representa os pontos de encontro das curvas de oferta e de demanda por trabalho. Nesse sentido, ela deixa de considerar as pessoas que querem trabalhar e procuram trabalho, mas por algum motivo encontram-se desempregadas. Dessa forma, em lugar da taxa de ocupação deve-se considerar a taxa de participação como uma melhor *proxy* da curva de oferta de trabalho. Como essa taxa é o resultado da razão entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa, configura-se como uma boa representação da pressão da força de trabalho sobre o mercado de trabalho. Ademais, não se pode esquecer que a taxa de participação recebe influências endógenas e exógenas, de forma que um exercício de estática comparativa se faz necessário.

Assim, quando apenas os elementos endógenos encontram-se presente, tem-se que trabalhar ao longo de uma curva de oferta de trabalho, enquanto os elementos exógenos acabam por influenciar um deslocamento da curva de oferta de trabalho. Raciocinando apenas em termos dos elementos exógenos, percebe-se que em momentos de elevação da taxa de desemprego um forte contingente de pessoas se sente desencorajado para procurar uma ocupação e simplesmente se retira da força de trabalho e passa à inatividade. Nesse momento, a taxa de participação pode apresentar um movimento que desacelera o esperado crescimento da taxa de desemprego.

⁶ Para as variáveis *dummies*, foram realizados os cálculos dos anti-logs, conforme a expressão $[\exp(\beta) - 1] \cdot 100$, que mostra quanto cresce a variável dependente ao assumir o valor 1.

⁷ Essa variável é significativa ao nível de 24,6%. Isso permite dizer que o modelo de Blanchflowers-Oswald se mostrou mais aderente que o de Card.

⁸ A taxa de participação mede a relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA). Essa taxa é um indicador da pressão das pessoas que trabalham ou procuram trabalho sobre o mercado de trabalho.

⁹ Enquanto a taxa de desemprego resulta da relação entre desempregados e População Economicamente Ativa (PEA), a taxa de ocupação representa a relação entre ocupados e a População Economicamente Ativa (PEA). Dado que a PEA é composta de ocupados mais desempregados, tem-se que as duas taxas somam 100% e uma é exatamente o inverso da outra.

Por outro lado, quando a economia apresenta um movimento de elevação do nível ocupacional, pode haver uma busca de trabalho também por parte de pessoas que antes se encontravam na inatividade, de maneira que a taxa de participação pode agora apresentar um movimento crescente, de tal magnitude que desacelere a redução esperada da taxa de desemprego. No primeiro momento, a taxa de participação engendra um movimento de redução da oferta de trabalho, enquanto no segundo se verifica um movimento de elevação da oferta de trabalho. Esses dois movimentos exógenos quando se encontram com uma elevação da demanda endógena necessariamente induzem a uma queda dos rendimentos do trabalho, de maneira que se espera um sinal negativo para a taxa de participação, ou seja, um movimento similar ao da taxa de desemprego.

Com efeito, uma análise da Tabela 4 permite avançar sobre a existência de uma relação negativa entre a oferta de trabalho (vista pela taxa de participação) e os rendimentos dos trabalhadores.¹⁰ Isso pode auxiliar a confirmação de que a curva de salário não pode ser considerada como uma curva de oferta de trabalho mal especificada, dado que a incorporação dessa nova variável não alterou os resultados relativos à taxa de desemprego (-0,242). Entretanto, a taxa de participação pode, face à sua elevada significância, ser incluída no modelo como uma variável adicional para explicar a composição e os níveis dos rendimentos do trabalho, levando-se em consideração os movimentos da população entre atividade e inatividade econômica.

Tabela 4

Teste da curva de oferta pelo método *Cell Means*

	B	Std. Error	Beta	t	Sig.
(Constant)	2.589	1.315		1.969	0.051
LnE escolaridade	0.616	0.094	0.584	6.583	0.000
LnIdade	0.220	0.323	0.048	0.681	0.497
LnEstabilidade	0.127	0.051	0.215	2.499	0.014
Sexo	0.089	0.237	0.088	0.376	0.707
Cor	0.673	0.142	0.243	4.727	0.000
Chefe	0.786	0.223	0.635	3.519	0.001
Carteira	0.670	0.199	0.176	3.362	0.001
Setor	-0.080	0.162	-0.116	-0.493	0.623
Região	0.092	0.054	0.477	1.715	0.088
LnTxDesemprego	-0.242	0.059	-0.243	-4.101	0.000
LnTxParticipação	-0.970	0.251	-0.394	-3.866	0.000
R ² Ajustado = 0.609	F = 24.624	Sig. = 0.000		N = 168	

¹⁰ Esse mesmo teste foi realizado levando-se em consideração variáveis interativas da taxa de participação por ano, onde todos os resultados se apresentaram com sinais negativos.

Para testar a importância das variáveis interativas de região e tempo presentes no modelo de Card (1995), procedeu-se o teste da equação (14') sem essas variáveis, para averiguar se a exclusão dessas variáveis garante a inversão do sinal da taxa de desemprego. Esses resultados podem ser observados na Tabela 5. Uma inspeção dessa tabela permite observar que a retirada das variáveis interativas provocam imediatamente uma mudança do sinal da taxa de desemprego, levando a crer, portanto, que somente a presença dessas variáveis garante a separação entre os aspectos estruturais e conjunturais. Dessa forma, o modelo sem as variáveis interativas se apresenta como mais específico da abordagem clássica do mercado de trabalho, em que os movimentos salariais para cima acabam por apresentar uma contrapartida na forma de desemprego e vice-versa, estabelecendo, dessa forma, uma relação direta entre a taxa de desemprego e os rendimentos do trabalho.

Tabela 5

Modelo de BO sem as variáveis interativas

	B	Std. Error	Beta	t	Sig.
(Constant)	-0.216	0.37		-0.703	0.483
LnTxDesemprego	0.181	0.094	0.388	1.923	0.056
Região	0.062	0.024	0.445	2.591	0.010
Dum98	-0.019	0.023	-0.097	-0.841	0.402
Dum99	-0.093	0.029	-0.470	-3.264	0.001
Dum00	-0.012	0.027	-0.060	-0.451	0.653
Dum01	-0.051	0.027	-0.256	-1.846	0.067
Dum02	-0.037	0.028	-0.188	-1.328	0.186
Dum03	-0.069	0.030	-0.348	-2.332	0.021
R ² Ajustado = 0.11	F = 3.474	Sig. = 0.000		N = 168	

Além dos testes anteriores, examinou-se também se a curva de salário não poderia ser confundida com uma curva de Phillips mal especificada. Para responder a esse questionamento, Blanchflower e Oswald sugerem que se adicione o salário defasado no seu modelo original. Esse recurso tenta captar os efeitos das variações dos rendimentos sobre os próprios rendimentos. Na hipótese do coeficiente dessa variável ser significativo e próximo da unidade, ficaria confirmada a hipótese de que a curva de Phillips deveria ser considerada como a especificação correta, de maneira que a taxa de desemprego estaria inversamente relacionada com as variações dos rendimentos, mas não com seus níveis. Em sentido oposto, se o coeficiente do rendimento defasado se mostrar próximo de zero ou não significativo, deve-se considerar a curva de

salário como sendo a especificação correta, isso porque a taxa de desemprego estaria efetivamente relacionada com os níveis dos rendimentos do trabalho e não com suas variações.

Por outro lado, considerando que a *dummy* de região já capta os efeitos da defasagem dos rendimentos do trabalho, Card (1995) propõe uma outra especificação para o teste da curva de Phillips. O modelo proposto leva em consideração a defasagem dos rendimentos contra a defasagem da taxa de desemprego, além das demais variáveis. A

expectativa desse modelo é que a defasagem dos rendimentos e da taxa de desemprego elimine os efeitos fixos regionais. Caso o coeficiente da taxa de desemprego defasada se aproxime de zero, a curva de Phillips seria a melhor especificação, já que a variação dos rendimentos do trabalho estaria relacionada com a variação da taxa de desemprego. Caso o coeficiente da taxa de desemprego se aproxime do coeficiente da taxa de desemprego defasada, pode-se concluir que a especificação correta ficaria com a curva de salário.

Os resultados desses testes podem ser vistos na Tabela 6. Pode-se então observar que, segundo o método de Blanchflower-Oswald, o coeficiente do rendimento defasado ($\ln W_{rhtDef}$) é muito próximo de zero, além de apresentar uma significância a 8,3%. Fato esse que corrobora a consideração de que a curva de salário possa constituir uma melhor especificação. Os resultados obtidos através do

método de Card também se encontram na Tabela 6, onde se percebe que o coeficiente da taxa de desemprego defasada se aproxima de zero (0,068) e está próximo do coeficiente da taxa de desem-

prego (0,065), além de apresentar uma significância bastante reduzida (60,8%). Esse resultado, mais uma vez, leva a crer que a melhor especificação é a da curva de salário.

o mercado de trabalho dessa região metropolitana é flexível, a despeito dos discursos governamentais quando pretendem empreender uma reforma nos mais variados ambientes do mundo do trabalho brasileiro

ALGUMAS CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, procurou-se averiguar a existência de uma curva de salário na Região Metropolitana de Salvador. Para tanto, utilizou-se a base da Pesquisa de Emprego e Desemprego, com uma amostra

de 79.477 indivíduos, a qual foi levantada entre janeiro de 1997 e dezembro de 2003. Os resultados analisados devem, portanto, ser entendidos como sendo uma média do que se passa na Região Metropolitana de Salvador nesse período.

Os principais resultados desse trabalho podem ser resumidos como segue. O método proposto por Blanchflower e Oswald apresentou uma elasticidade da taxa de desemprego mais elevada (-0,27) em relação ao método desenvolvido por Card (-0,013), entretanto os sinais dessa variável foram confirmados nos dois processos de estimação. Os testes realizados confirmam que a curva de salário não pode ser confundida com uma curva de oferta de trabalho. O sinal negativo da taxa de desemprego, alcançado através do método de Card, fica garantido pelo uso da variável interativa entre a variável região e os anos analisados,

Tabela 6
Curva de Salário ou Curva de Phillips

	Método de BO (var dep= $\ln w_{rht}$)					Método de Card (var dep= $\ln w_{rhtDefasado}$)				
	B	Std. Error	Beta	t	Sig.	B	Std. Error	Beta	t	Sig.
(Constant)	-0.131	1.138		-0.116	0.908	0.730	1.671		0.437	0.663
$\ln$ Escolaridade	0.459	0.092	0.434	5.010	0.000	-0.270	0.147	-0.257	-1.833	0.069
$\ln$ Idade	0.003	0.330	0.001	0.009	0.993	0.056	0.441	0.012	0.127	0.899
$\ln$ Estabilidade	0.137	0.052	0.234	2.636	0.009	-0.052	0.070	-0.088	-0.741	0.460
Sexo	-0.053	0.243	-0.052	-0.218	0.828	0.044	0.310	0.043	0.141	0.888
Cor	0.730	0.147	0.264	4.974	0.000	-0.173	0.222	-0.063	-0.776	0.439
Chefe	1.005	0.227	0.802	4.437	0.000	-0.026	0.304	-0.021	-0.087	0.931
Cart	0.826	0.212	0.217	3.900	0.000	0.705	0.264	0.186	2.666	0.009
Setor	-0.169	0.168	-0.244	-1.009	0.314	-0.348	0.213	-0.505	-1.638	0.104
Regiao	-0.002	0.053	-0.009	-0.032	0.975	-0.065	0.068	-0.338	-0.957	0.340
$\ln Tx_{des}$	-0.277	0.061	-0.272	-4.540	0.000	0.065	0.144	0.064	0.455	0.650
$\ln W_{rhtDef}$	-0.109	0.063	-0.109	-1.747	0.083					
$\ln Tx_{DesDef}$						0.068	0.133	0.069	0.514	0.608
R ² Aj=0.593 F=22.835 Sig=0.0000 N=166						R ² Aj=0.349 F=6.194 Sig=0.0000 N=166				

isso porque quando se retira essa variável, o modelo apresenta um sinal positivo para a taxa de desemprego. A curva de salário não pode ser considerada como uma má especificação da curva de Phillips, já que os testes, que levam em consideração as defasagens dos salários/hora reais (método de Blanchflower e Oswald) e da taxa de desemprego (método de Card), apontam no sentido de negar essa identificação.

Até onde se possa perceber, trata-se de uma abordagem pioneira não em termos metodológicos, mas na contextualização do estudo: uma região metropolitana brasileira. Os resultados encontrados acabam por confirmar a presença de uma curva de salário nessa região metropolitana. Esse resultado, naturalmente, traz para um primeiro plano todas as consequências registradas em estudos dessa natureza. Dessa forma, pode-se dizer, em primeiro lugar, que o mercado de trabalho dessa região metropolitana é flexível, a despeito dos discursos governamentais quando pretendem empreender uma reforma nos mais variados ambientes do mundo do trabalho brasileiro. Em seguida, pode-se também afirmar que o modelo competitivo não é o melhor para abordar o mercado de trabalho em economias de corte capitalista razoavelmente desenvolvido. Finalmente, tem-se a dizer que os segmentos populacionais atuam e sofrem de maneira diferenciada sobre o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM-FROIS, G. *Dynamique économique*. Paris: Dalloz, 1991.
- BERG, J.; CONTRERAS, D. Political-Economic Regime and the Wage Curve: Evidence from Chile, 1957-96. Working Papers, Center for Economic Policy Analysis (CEPA), New York: New School University, 2002.
- BLANCHFLOWER, D; OSWALD, A. A Introduction to the Wage Curve. Massachusetts: MIT, Jun 1994a.
- _____. OSWALD, A. Estimating a Wage Curve for Britain. *The Economic Journal*, n. 104, p.1025-1043, Sep. 1994b.
- CARD, D. The Wage Curve: A Review. *J. E. L.*, v. 33, n. 2, p. 785-799, Jun. 1995.
- GARCIA, L. L; FAJNZYLBER, P. A curva de salário e a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro. In: WAJNMAN, S; MACHADO, A. F. (Org). *Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- _____. FAJNZYLBER, P. A curva de salário para o Brasil: uma análise microeconômica a partir dos dados da PNAD de 1992 a 1999. Belo Horizonte: Cedeplar, 2002. Mimeografado.
- HALL, R. E. Why is the unemployment rate so high at full employment? *Brookings Papers on Economic Activity*, n. 3, p. 369-402, 1970.
- HARRIS, J; TODARO, M. Migration, unemployment and development: a two sector-analysis. *American Economic Review*, v. 60, n. 1, p. 126-142, Mar. 1970.
- HENIN, P. Y. *Macrodynamique, fluctuations et croissance*. Economica, Paris, 1981.
- KANO, S. *Japanese Wage Curve: a Pseudo Panel Study*. IPPS. Discussion Paper 1032. Tsukuba, Ibaraki, Japão: Institute of Policy and Planning Sciences, University of Tsukuba, 2003.
- MOULTON, B. R. Random Group Effects and the Precision of Regression Estimates. *Journal of Econometrics*, 32, p.385-397, 1986.
- PHILLIPS, A. The Relation Between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the U. K. 1867-1957. *Economica*, nov. 1958.
- SOUZA, I; MACHADO, A. F. *Curva de rendimentos: uma análise no mercado de trabalho urbano e rural no Brasil (1981-99)*. In: ENCONTRO REGIONAL DAANPEC, Fortaleza, 2003.

Chefias femininas na RMS: a persistência das desigualdades entre negras e brancas

Vanda Sá Barreto*

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos**

Resumo

O artigo contém uma análise exploratória das estruturas familiares e das mulheres que assumem o comando de unidades familiares na Região Metropolitana de Salvador, com base em dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do período 2000 a 2005. Os resultados indicam a existência de padrões racialmente diferenciados, tanto em relação ao perfil das pessoas que comandam os arranjos familiares quanto em relação à estrutura das famílias e às estratégias e aos espaços ocupados no mundo do trabalho.

Palavras-chave: mulheres chefes de família, desigualdades raciais, raça, família.

Abstract

This paper brings an exploratory analysis of family structures and of women who head family units in the Metropolitan Area of Salvador, based on data from the Employment and Unemployment Research from 2000 to 2005. The results indicate the existence of racially different patterns, both related to the profile of people who head family arrangements as related to family structures, strategies, and filled spaces in the labor world.

Key words: women head of family, racial inequalities, race, family.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No início de 2003, o IBGE divulgou, com grande repercussão na imprensa, resultados de tabulações especiais do Censo Demográfico de 2000 que revelavam a elevada participação de mulheres na chefia dos domicílios, à época correspondendo a 24,9% do total.

Esse fato, que apenas naquele momento ganha publicização na grande mídia, no entanto, já vinha sendo destacado pelos demógrafos. (OLIVEIRA; BERQUÓ apud ROCHA, 1997), já nos anos 90 do século passado, constatavam que eram famílias

com chefia feminina o arranjo familiar¹ que mais estava crescendo. No âmbito local, CASTRO, em 1989, já apontava que 20% das famílias baianas eram chefiadas por mulheres pobres e negras Rocha (1997), realizava análise comparativa entre famílias negras e brancas, revelando as grandes diferenças de padrões entre elas, sempre com as negras apresentando os piores escores.

Naquela oportunidade, as informações tornadas públicas pelo IBGE não enfatizavam as diferenças por cor/raça, apesar do intenso debate que se fazia no país, estimulado por Durban² e no qual o próprio

* Socióloga, coordenadora adjunta do CEAFFRO/CEAO/UFBA. Coordenou a implantação da PED na RMS e foi sua Coordenadora Geral, entre 1987 e 1989. vandasa@yahoo.com.br

** Mestre em sociologia e técnico do Núcleo de Análise da PED/RMS. luizchateau@yahoo.com.br

¹ O arranjo familiar pode ser constituído por uma pessoa que viva só ou por grupos de pessoas que residem em domicílios particulares, com ou sem parentesco (MEDEIROS; OSÓRIO. 2002).

² Em 2001, realizou-se em Durban, na África do Sul, promovida pelas Nações Unidas, a III WCAR – III Conferência Mundial Contra o Racismo e a Discriminação Racial.

governo reconhecia, através de seu mais importante instituto de pesquisa e planejamento, o IPEA (2002), que a dimensão racial era determinante na configuração das desigualdades sociais no país.

Apenas em 2004 a divulgação dos dados passou a dar visibilidade às desigualdades raciais, questão esta que historicamente a sociedade brasileira resistiu a incluir na sua agenda, e, dentro dela, à desigualdade de gênero. Atualmente, as análises e pesquisas que se apóiam na dimensão de raça/gênero demonstram que não há dúvida de que as mulheres negras são aquelas que, acumulando desvantagens e vulnerabilidades, encontram-se na base da pirâmide social. Ou seja, a maior desigualdade tem cor e gênero: é negra e feminina.

Dessa forma, ao constatarmos que as mulheres cada vez mais assumem o papel de chefas de famílias, as perguntas que se devem fazer são: Quais são, do ponto de vista racial, as mulheres que se tornaram chefes? Mulheres brancas e negras chefes de famílias são iguais social e economicamente? Que estruturas familiares estão sendo chefiadas por mulheres brancas e negras?

A literatura não é pródiga na análise de mulheres negras que assumem famílias, apesar de que a história de muitas famílias negras são exemplos do papel que elas tiveram na constituição de famílias que lograram romper com a barreira da cor.

O objetivo deste artigo é, pois, tendo por base os dados da PED,³ iniciar a análise desse segmento da população da Região Metropolitana de Salvador, contribuindo para o entendimento dos contextos sócio-familiares em que mulheres brancas e negras tornam-se chefes, e, dessa forma, dando pistas que possam levar à construção de estratégias políticas para alterar a forma/lugar postos para as mulheres negras.

A hipótese central é que mulheres negras chefes,

mesmo aquelas que logram romper as barreiras da cor por conta de uma trajetória familiar de exclusão, têm padrões de sobrevivência inferiores ao das mulheres brancas – que estando em outra estrutura familiar e tendo outras trajetórias educacionais, logram se postar em melhores posições na escala social, expressas em termos da ocupação e da renda de que desfrutam.

Ao constatarmos que as mulheres cada vez mais assumem o papel de chefas de famílias, as perguntas que se devem fazer são: Quais são, do ponto de vista racial, as mulheres que se tornaram chefes? Mulheres brancas e negras chefes de famílias são iguais social e economicamente? Que estruturas familiares estão sendo chefiadas por mulheres brancas e negras?

CHEFIAS NEGRAS E BRANCAS: características pessoais

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) tem um terço dos arranjos familiares estruturados a partir de chefias femininas (CF) e, espelhando a sua realidade demográfica, na qual a população negra é majoritária,

as famílias comandadas por negras são, também, maioria absoluta e relativa.⁴

Conquanto não se diferenciem significativamente, encontramos maior expressão relativa da chefia feminina entre as famílias brancas comparativamente às pardas e pretas, respectivamente, 33,3% contra 32,0% e 31,6%.

Não é de estranhar que estejam colocadas na condição de chefia as mulheres com idade média relativamente elevada, o que, além de ser compatível com o padrão que se observa em todo o país, pode estar sendo condicionado, entre outros, pelos seguintes fenômenos:

- As altas taxas de desemprego juvenil, o que, teoricamente, lhes impede de assumir o comando ou formar família;⁵
- Permanência de filhos/as em casa dos pais e mães, mesmo passada a adolescência;⁶

⁴ De acordo com a PED, entre as famílias chefiadas por mulheres no período compreendido entre os anos 2000 a 2005, 15,8% são chefiadas por brancas, 25,4% por pretas e 58,7% por pardas.

⁵ Na RMS, o desemprego no período 2000 a 2005, alcançou a 43%, para a população com idade entre 10 e 24 anos.

⁶ No período analisado, 2000 a 2005, os filhos representam 41,6% dos membros das famílias, sendo que os que têm idade entre 18 a 24 anos e residem com os pais representam 24,7% do total de filhos e os com 25 a 39 anos, 14,4%.

³ Este artigo usa a base de dados da PED correspondente aos anos de 2000 a 2005.

- Ampliação da longevidade das pessoas;
- Pessoas mais velhas em situação de mudança do arranjo familiar – são viúvas, separadas – cujas rendas fixas estão jogando um papel chave na manutenção e sobrevivência familiar, inclusive de segmentos das classes médias;
- Ampliação do número de pessoas em inatividade resultante do alongamento da expectativa de vida.

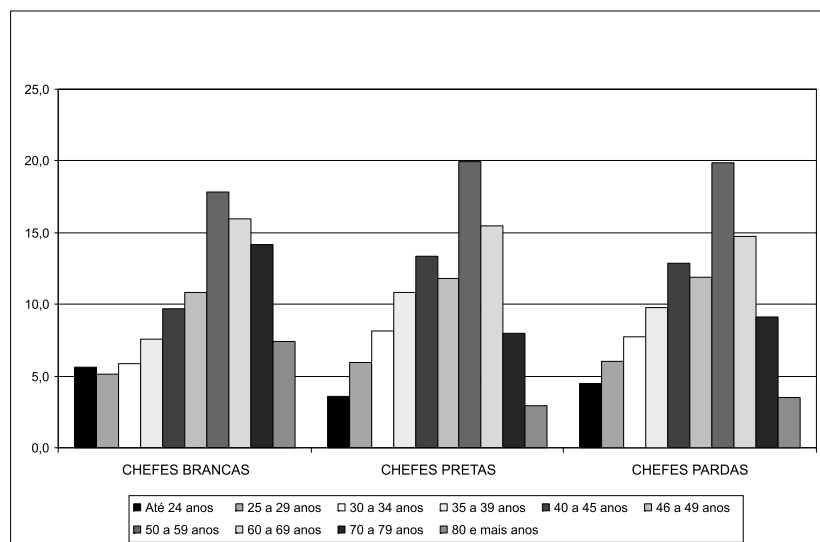
No entanto, essas CF, do ponto de vista racial, apresentam muito mais diferenças que semelhanças, o que ficou constatado pela análise do perfil etário, da escolaridade, da estrutura do próprio arranjo em termos de tamanho, lugar no mercado de trabalho, etc.

Perfil etário – Desse ponto de vista, apenas em termos da sua média, encontramos alguma semelhança entre as Chefias Femininas Brancas (CFB) e Chefias Femininas Negras (CFN): as idades médias vão de um gradiente de preta a branca, com esta última tendo a maior média etária, superior a 53 anos, as pardas com 49,6 e as pretas com a menor média (49,3). Para todas, 42 anos⁷ é a idade mais frequente e metade das chefias brancas têm menos de 52 anos,⁸ contra 48 anos entre pardas e pretas, ou seja, entre as negras.

Os extremos das faixas etárias estão jogando um papel chave nesse perfil etário. Entre pardas e pretas encontram-se semelhanças na distribuição etária.

Gráfico 1

Idade das chefes femininas por cor ou raça, RMS 2000 a 2005



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

⁷ Definido pela Moda.

⁸ Definido pela Mediana.

Tabela 1

Distribuição das chefes de família por classe de idade

Região Metropolitana de Salvador, 2000-05

Classes Idade	(Porcentagem)			Total
	Chefes Brancas	Chefes Pretas	Chefes Pardas	
Até 24 anos	5,6	3,6	4,5	4,4
25 a 29 anos	5,1	6,0	6,0	5,9
30 a 34 anos	5,9	8,2	7,7	7,5
35 a 39 anos	7,6	10,8	9,8	9,7
40 a 45 anos	9,7	13,3	12,9	12,5
46 a 49 anos	10,8	11,8	11,9	11,7
50 a 59 anos	17,8	19,9	19,9	19,6
60 a 69 anos	16,0	15,5	14,7	15,1
70 a 79 anos	14,2	8,0	9,1	9,6
80 e mais anos	7,4	2,9	3,5	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Mas são as CFB as que têm, em termos relativos, mais mulheres com idade inferior a 24 anos e, simultaneamente, maior expressão na faixa de idade superior a 70 anos, com destaque para a faixa acima de 80 anos. Não é desprezível constatar que entre as brancas essas duas faixas somadas correspondem a 21,6% das CFB contra 12,6% e 10,9% entre CFPa (Chefia Feminina Parda) e CFPp (Chefia Feminina Preta), o que pode estar sendo condicionado pelas diferenças das expectativas de vida.

Nível de escolaridade

– Esta é outra variável que revela diferenciações: as CFB têm nível educacional relativamente elevado, se considerarmos o perfil do conjunto das mulheres da RMS com mais de 18 anos de idade. Enquanto entre a totalidade das mulheres da RMS apenas 13,4% têm nível superior completo ou incompleto no período, esse percentual para as CF alcança 29,5% delas. Mas, do ponto de vista racial, o padrão educacional das chefias brancas é, não resta dúvida, privilegiado face às mulheres negras: o número de CFPa analfabetas ou sem escolaridade é duas vezes maior que o das brancas, e o das CFPp, três vezes. No outro extremo, ao nível superior, têm ou tiveram acesso à

universidade cerca de 33,3% das CFB, enquanto apenas 12,9% das pardas e menos de 4% das CFPr estão nessa condição. Nessa mesma linha, as CFB têm, em média, quase o dobro de anos de estudo das CFPr, e 2,4 anos a mais que as CFPa.⁹

De uma forma similar, porém, entre todas as chefias, independentemente do perfil racial, encontramos um percentual elevado de CF que estão apostando na continuidade do estudo, mas, como vimos observando nas análises anteriores, são as CFB as que continuam estudando em maior número, com as CFPr em segundo lugar.¹⁰

Mas continuam estudando a partir de que patamar de escolaridade? Mais uma vez, brancas e negras estão em posições diametralmente diferentes: enquanto 77,0% das brancas estão frequentando cursos de nível universitário, este nível envolve apenas 46,9% das CFPa e 16,0% das CFPr.

Visto de outro modo, a maior parcela das CFB que estuda está fazendo universidade ou pós-graduação; uma parcela expressiva das CFPr, quase a metade delas, corre para completar o nível fundamental – sendo que uma em cada quatro ainda está no primeiro ciclo

do curso fundamental – e, no máximo, chegar ao nível médio (1/3 das CFPr está cursando esse patamar de escolaridade), no qual 90,5% são negras. Cabe investigar que idade têm essas pessoas que continuam na escola ou a ela estão retomando.

Enfim, chefes brancas que estão estudando são jovens e as negras têm um perfil etário mais elevado; para aquelas, os bancos escolares são dos níveis mais elevados do ensino superior, enquanto entre as negras, parcela expressiva está cursando ainda o fundamental e, em menor escala, o médio.

CHEFIAS NEGRAS E BRANCAS: acesso e lugar no mercado de trabalho

De modo geral, as chefias negras estão mais pressionadas a buscar ocupação no mercado de trabalho que brancas na mesma condição.

Dito de outra forma: as taxas de participação, que mostram as parcelas de pessoas que estão presentes no mercado de trabalho com as mesmas características, revelam que as CFB têm maior condição para estar na inatividade. Quase a metade das CFB (48,6%) encontrava-se inativa no momento da pesquisa, em face de 39,3% das CFPr e 42,4% das CFPa.

Essa afirmação é verdadeira independentemente do tamanho da família e do grau de instrução de que são portadoras, mostrando o elevado domínio que as brancas têm sobre sua situação ocupacional e a forte pressão por trabalho que atinge as pretas e pardas.

Outras duas ordens de fenômenos chamam atenção em relação à presença das chefes de família no mundo do trabalho:

- 1) a grande distância que separa as CFB das CFN com instrução igual ou menor que o curso médio completo; e
- 2) as menores taxas de participação das CFB jovens e idosas em relação às CFN nessas mesmas faixas etárias.¹¹

¹¹ Em relação ao ciclo de vida, chamamos de jovens as CF com 18 a 24 anos de idade e de idosas as com 60 anos e mais.

Do ponto de vista racial, o padrão educacional das chefias brancas é, não resta dúvida, privilegiado face às mulheres negras: o número de CFPa analfabetas ou sem escolaridade é duas vezes maior que o das brancas, e o das CFPr, três vezes. No outro extremo, ao nível superior, têm ou tiveram acesso à universidade cerca de 33,3% das CFB, enquanto apenas 12,9% das pardas e menos de 4% das CFPr estão nessa condição

Tabela 2
Distribuição da escolaridade das chefes de família por raça e série frequentada
Região Metropolitana de Salvador, 2000-05

(Porcentagem)

Série Frequentada	Mulher Branca	Mulher Preta	Mulher Parda	Total
Até a 4ª série do Ensino Fundamental	...	24,1	12,5	14,1
5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	...	26,5	18,1	18,0
Nível Médio	...	33,3	22,5	23,2
Nível Superior	77,0	16,0	46,9	44,7
Total	100	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

⁹ As CFB têm média de 9,8 anos de estudos completos, as CFPa 7,4 anos e as CFPr, 5,6 anos.

¹⁰ Em termos relativos, continuam frequentando as escolas 8,7% das CFB, 7,6% das CFPr e 6,9% das CFPa.

Tabela 3

Taxas de participação das chefes de família por raça segundo a idade e escolaridade
Região Metropolitana de Salvador, 2000-05

(Percentagens)

Característica	Taxas de participação			Total
	Mulher Branca	Mulher Preta	Mulher Parda	
TOTAL	51,4	60,7	57,6	57,4
Idade				
Até 17 anos	-	-	-	-
18 a 24 anos	64,8	80,3	76,4	74,9
25 a 39 anos	90,5	89,6	88,5	89,1
40 a 59 anos	70,2	69,7	67,8	68,6
60 anos e +	11,4	15,3	11,7	12,5
Instrução				
Sem escolaridade	-	32,3	26,7	28,5
Fundamental incompleto	30,7	58,4	48,5	49,9
Fundamental completo	35,5	72,3	59,4	59,1
Médio incompleto	52,4	82,3	73,5	74,0
Médio completo	54,3	78,3	70,1	68,4
Superior incompleto	73,2	83,9	78,0	76,9
Superior completo	72,4	79,5	77,3	75,7
Número de pessoas na família				
1 pessoa	45,7	57,2	52,2	51,9
2 pessoas	50,5	63,4	59,1	58,6
3 pessoas	55,3	64,3	62,8	61,9
4 pessoas e mais	53,7	58,7	55,8	56,4

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Não se deve perder a perspectiva de que a menor presença no mercado de trabalho das CFB jovens ocorre em um momento do ciclo de vida em que são feitos investimentos na aquisição de escolaridade de grau superior. Esse desempenho pode também estar relacionado a ausências do mercado de trabalho por razões reprodutivas. Em ambos os casos, porém, os resultados sugerem que as CFB têm maior controle sobre a posição dos seus membros no mercado de trabalho e, especialmente no que diz respeito aos investimentos em instrução, aponta para a continuidade da desigualdade entre CFN e CFB no mundo do trabalho.

Porém, estar no mercado de trabalho nem sempre representa uma garantia de acesso às posições ocupacionais. O desemprego, que representa o insucesso na busca de um posto de trabalho, é um fenômeno que atinge de forma diferenciada os grupos raciais, penalizando a população negra com taxas mais elevadas que a branca.¹²

¹² A desigualdade de oportunidade de inserção produtiva entre brancos e negros na RMS é um tema recorrente na literatura sobre racismo no mercado de trabalho local. Sobre isso ver: Castro; Barreto (1998) e Santos (2001), entre outros.

Tabela 4

Taxas de desemprego das chefes de família por tipo segundo a raça
Região Metropolitana de Salvador, 2000-05

(Percentagens)

Tipo de Desemprego	Taxas de participação			Total
	Mulher Branca	Mulher Preta	Mulher Parda	
Desemprego Total	14,1	21,6	18,2	18,5
Desemprego com bico	4,5	11,7	7,3	8,0
Desemprego aberto	9,5	12,7	12,2	11,9
Desemprego por desalento	-	3,1	2,7	2,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Não é diferente entre as CF. As CFPr, exatamente aquelas que mostram maior premência de trabalho, são as que encontram as maiores dificuldades de acesso a um posto.¹³ A existência de mecanismos racistas na seleção de trabalhadores direciona a população negra às posições precárias e instáveis, pouco diferenciadas em relação ao desemprego (CASTRO; BARRETO, 1998). Assim, as taxas de desemprego com trabalho precário ou bico entre as CFN são mais elevadas, especialmente entre as CFPr, cujas taxas de desemprego com bico são duas vezes e meia maiores que as das CFB.

Necessitadas de trabalho, com responsabilidades na sobrevivência do grupo familiar e com dificuldades de acesso às posições ocupacionais, como, afinal, sobrevivem as CF desempregadas?

O que se observa é que as alternativas utilizadas diferem racialmente, embora a ajuda de parentes e/ou conhecidos seja a forma mais praticada pelas CF desempregadas.¹⁴

Comprovando o que se afirmou acima sobre a precariedade da inserção produtiva das CFN, o trabalho irregular é a forma de sobrevivência mais utilizada por elas, especialmente pelas CFPr.¹⁵

¹³ As CFPr têm taxas de desemprego de 21,6%, as CFPa 18,2% e as CFB, 14,1%.

¹⁴ A PED pergunta a todos os desempregados: "Quais os meios mais utilizados pelo Sr(a) para sobreviver nos últimos 30 dias?". O pesquisado responde então afirmativamente ou negativamente às seguintes alternativas: 1) trabalhos irregulares, ocasionais, bicos etc.; ajuda de parentes e/ou conhecidos; 2) outras(s) pessoas da família têm trabalho; 3) dinheiro do fundo de garantia; 4) dinheiro do seguro-desemprego; 5) pensão ou aposentadoria; e 6) outros. Para essa investigação reunimos os resultados 3, 4, 5 e 6 na Tabela 5.

¹⁵ Com efeito, o trabalho irregular é uma forma de sobrevivência utilizada por mais de 2/5 das CFPr, 1/3 das CFPa e apenas por 27,0% das CFB, ou seja, um pouco mais de ¼.

Tabela 5**Meios de sobrevivência utilizados pelas chefes de família desempregadas por raça
Região Metropolitana de Salvador, 2000-05**

(Porcentagem)

Meios de sobrevivência utilizados	Mulher Branca	Mulher Preta	Mulher Parda
Trabalho irregular	27,0	42,5	32,5
Ajuda de parentes e/ou conhecidos	59,7	62,4	64,4
Trabalho de outro membro da família	29,1	28,1	27,1
Aposentadoria, FGTS ou Seguro Desemprego	30,2	19,2	22,4

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Paralelamente, o conjunto de meios que inclui os Fundos Institucionais do FGTS, Seguro Desemprego, as pensões e as aposentadorias são mais utilizados pelas CFB que pelas CFN.

Observou-se que as condições materiais de sobrevivência fazem dos membros das CFN pessoas mais coagidas a buscar ocupação. Postas no mercado de trabalho, os mecanismos racistas de seleção penalizam essa população com maiores dificuldades de inserção produtiva. Coloca-se, então, à análise a seguinte questão: superadas as barreiras representadas pelas dificuldades de acesso às posições ocupacionais, para que tipos de trabalho são selecionadas? Que tarefas são executadas pelas CF?

Os principais elementos diferenciadores das ocupações destinadas às chefes de família segundo a sua condição racial são:

Tabela 6**Distribuição da ocupação das chefes de família por raça
Região Metropolitana de Salvador, 2000-05**

(Porcentagens)

Grupo de ocupação	Mulher Branca	Mulher Preta	Mulher Parda	Total
Empresárias, Diretoras e Gerentes	10,9	1,4	4,6	4,8
Planejamento e Organização	20,1	3	8,4	8,7
Execução qualificado	13,2	6,5	9,8	9,5
Execução semiquualificado	21,4	27,2	25,4	25,3
Execução não-qualificado	6	27,4	16,7	17,9
Serviços de escritório	11	6,1	10	9,2
Apoio não operacional	5,4	2,8	4,7	4,3
Serviços gerais	4	11,4	8,8	8,7
Mal Definidas	7,9	14,2	11,6	11,7
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

- A importância das ocupações de execução semi-qualificadas e não-qualificadas para as CFN, especialmente as não-qualificadas para as CFPr;¹⁶
- A forte presença de CFB nas ocupações ligadas à propriedade, ao comando, planejamento e organização, conformado um espaço de trabalho quase exclusivo;¹⁷
- Os Serviços Gerais e as Ocupações mal definidas têm elevada presença de CFN;
- O espaço de trabalho dos Serviços de Escritório é compartilhado por CFB e CFPa, com as CFPr tendo participação secundária.

Em relação à distribuição setorial da ocupação, as diferenças na inserção produtiva advêm do número elevado de CFB nos setores de Serviços¹⁸ e da esmagadora maioria de CFN, especialmente das CFPr, no trabalho doméstico.¹⁹

Essa estrutura ocupacional perversa e desigual se expressa em enormes distâncias entre os rendimentos do trabalho das CFB em relação às CFN. Uma CFPr recebe, em média, 1/3 do que auferem uma CFB, e as CFPa, pouco mais da metade.

Tabela 7**Rendimento médio do trabalho principal das chefes de família por raça e instrução
Região Metropolitana de Salvador, 2000-05**

(Porcentagens e R\$1,00 de abril de 2006)

	Mulher Branca Valor absoluto (R\$ 1,00)	Valor relativo	Mulher Preta*	Mulher Parda*
Total	1.734	100	37,7	55,8
Instrução				
Sem escolaridade	-	-	-	-
Fundamental incompleto	319	100	81,5	89,2
Fundamental completo	431	100	77,2	85,4
Médio incompleto	-	-	-	-
Médio completo	928	100	64,3	75,2
Superior incompleto	1.140	100	84,1	97,4
Superior completo	2.321	100	74,9	89,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

* Em percentual do rendimento médio das chefes brancas.

- A amostra não permite desagregação a esse nível.

¹⁶ Esses grupos ocupacionais empregam 54,6% das CFPr, 42,1% das CFPa e apenas 27,4% das CFB.

¹⁷ Com efeito, 31% das CFB desempenham esse tipo de tarefa, em face de 1,7% das CFPr e 13,0% das CFPa.

¹⁸ Nos Serviços estão 3/4 das CFB, quase 2/3 das CFPa e pouco mais da metade das CFPr.

¹⁹ Apenas 5,8% das CFB estavam no trabalho doméstico, em face de 16,4% das CFPa e 27,9% das CFPr. Na indústria encontram-se 5,0% das CFB e CFPa e 3,9% das CFPr. Na Construção civil e no Comércio as CF têm presença mais simétrica.

A educação parece diminuir as distâncias entre os rendimentos, porém, não suficientemente de modo a eliminar as desigualdades: qualquer que seja o nível de instrução, o rendimento médio das CFB é maior que o das CFN.

A distância entre os rendimentos médios das CFB em relação às CFN é especialmente elevada entre as que detêm o curso médio completo. Nesse nível, uma CFP_r é remunerada com menos de 2/3 do que recebe uma CFB, e uma CFP_a, com ¾. É importante destacar que o curso médio completo é exigência de uma grande parcela de posições de trabalho na RMS.²⁰

CHEFIAS NEGRAS E CHEFIAS BRANCAS: os arranjos familiares

Tamanho das famílias – Os arranjos familiares chefiados por mulheres negras são, em média, maiores do que os chefiados por brancas.²¹ Pesa nesse resultado não apenas o fato das brancas terem famílias menores, mas por apresentarem um número maior, em termos relativos, de famílias unipessoais.

A maior parte dos arranjos familiares chefiados por mulheres, brancas e negras, são compostas por duas pessoas; as mulheres pretas chefiam famílias em média 20% maiores do que as das mulheres brancas e 10% maiores do que as das pardas.

Nos arranjos familiares chefiados pelas negras encontra-se um número maior de grupos envolvendo mais de 5 pessoas (11,1%), em contraposição aos chefiados pelas mulheres brancas (3,5%) e pardas (7,3%).

A quantidade relativa de mulheres negras morando sozinhas é muito menor do que a de brancas na mesma situação. A distância na participação do número de pessoas morando sós entre brancas e pardas alça a 2/5, e entre brancas e pretas, a 3/5.

Composição etária – A composição etária dos arranjos familiares revela, mais uma vez, as diferenças entre CF brancas e negras. Essa informação é fundamental para se entender a dinâmica das relações econômicas entre membros dos grupos domésticos porque, por um lado, condiciona a capacidade do grupo familiar em gerar

renda e, por outro lado, determina quantos membros da família têm de se postar no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência dos inativos.

Dessa forma, temos que em cerca de 69,6% do conjunto dos arranjos familiares chefiados por mulheres não existem pessoas com menos de 10 anos de idade, conquanto se observe uma maior presença de crianças com até 10 anos no perfil familiar das mulheres negras.

A Tabela 8 demonstra que as mulheres brancas têm um número maior de arranjos familiares sem a presença de crianças com menos de 10 anos de idade. Paralelamente, naqueles em que existem pessoas nesta classe etária, as mulheres brancas têm em média um número menor de crianças.²² Esses fenômenos podem estar relacionados a dimensões culturais, que fazem das estruturas familiares negras historicamente mais numerosas que as brancas, e padrões diferenciados de fecundidade.

Tabela 8
Distribuição das famílias por raça da chefe segundo o número de menores de 10 anos
Região Metropolitana de Salvador, 2000-05

(Percentagens)				
Número de pessoas com menos de 10 anos	Mulher Branca	Mulher Preta	Mulher Parda	Total
Sem menores	81,9	62,2	69,6	69,6
1	13,7	23,0	20,4	20,0
2	3,3	9,9	7,0	7,1
3	-	3,3	2,0	2,2
4 e mais	-	1,7	1,1	1,1
	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

- A amostra não permite desagregação a esse nível.

Nos arranjos com pessoas com idade acima de 10 anos,²³ são as mulheres brancas que chefiam mais intensamente as famílias com até três pessoas e as negras aquelas com um número maior de indivíduos, confirmando o dito acima.

Apesar da constatação apresentada em relação ao perfil etário das CF, mostrando que as CFB apre-

²⁰ Entre 2000 e 2005, 1/3 dos ocupados da RMS tinha o nível médio de escolaridade completo.

²¹ As famílias chefiadas por brancas têm, em média, 3,0 pessoas; as chefiadas por pardas, 3,4 pessoas, e as chefiadas por pretas, 3,7 pessoas.

²² Com efeito, 75,4% das famílias chefiadas por mulheres brancas com menores de 10 anos de idade têm apenas uma criança. Nas famílias chefiadas por mulheres pardas, esse número chega a 66,9% e, nas chefiadas por mulheres pretas, apenas a 60,7%. O inverso ocorre com as famílias com duas crianças. Nesse caso, as CFB são 18,8%, as CFP_a 22,9% e as CFP_r, 26,2%.

²³ A PED considera as pessoas com 10 anos de idade ou mais como pertencentes à População em Idade Ativa, em que pese o fato de que do ponto de vista legal isso somente podem ocorrer a partir dos 16 anos de idade.

sentam maior número de pessoas com idades elevadas, observa-se, porém, que entre CF com mais de 80 anos, as negras, particularmente as pretas, têm um número maior de famílias com mais de três pessoas sob sua responsabilidade.

Tabela 9

Distribuição das famílias por raça da chefe segundo o número de maiores de 10 anos Região Metropolitana de Salvador, 2000-05

(Percentagens)

Número de pessoas com menos de 10 anos	Mulher Branca	Mulher Preta	Mulher Parda	Total
1	25,3	20,5	21,7	22,0
2	29,8	25,3	27,3	27,2
3	23,8	21,8	23,3	23,0
4	12,5	14,8	14,3	14,1
5	5,6	8,8	7,2	7,4
6	1,7	4,7	3,4	3,5
Mais de 7	1,3	4,2	2,8	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Rendimentos – A manutenção desses padrões de arranjos familiares está sendo garantida por rendas médias que, mais uma vez, revelam a situação mais desfavorável para as negras, que apresentam renda familiar apenas de cerca de 37,7% das brancas. As pardas, conquanto em melhor posição, alcançam apenas um pouco mais metade daquele rendimento familiar. É importante destacar que enquanto metade das CFPr têm renda de R\$ 377,00, as CFBr têm R\$ 901,00.²⁴

Na medida em que o tamanho das famílias deva ter relação com a renda a ser alcançada pelo grupo doméstico, seria esperado que todas apresentassem incrementos de renda em proporção similar, na medida em que o número de pessoas crescesse. No entanto, o rendimento médio das CFB com quatro ou mais pessoas é 56,1% maior que as CFB com uma pessoa. Esses crescimento alça 94,7% entre as CFPr e 61,7% entre as CFPa.

Chefias unipessoais – Mas o que significa morar sozinha? Fragilidade ou independência? E no caso, que tipo de Independência? Mora-se só em que condições?

Entre as mulheres CFs unipessoais, repete-se o padrão observado nos demais arranjos familiares, em

Tabela 10

Distribuição do número de pessoas nas famílias chefiadas por mulheres com mais de 80 anos segundo a raça da chefe Região Metropolitana de Salvador, 2000-05

(Percentagens)

Número de pessoas com menos de 10 anos	Mulher Branca	Mulher Preta	Mulher Parda	Total
1	28,7	28,5	32,2	30,5
2	35,5	30,1	29,6	31,4
3 e mais	35,7	41,4	38,3	38,1
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

- A amostra não permite desagregação a esse nível.

que as CFB têm escolaridade maior e um número mais expressivo de pessoas nas faixas etárias limites – tanto nas classes com menores idades como nas com idade mais elevadas –, conquanto em patamares inferiores ao registrado para o conjunto das chefias femininas.

Com efeito, no conjunto das chefias femininas, as mulheres brancas têm presença desproporcional no nível superior completo (37,1%) e as CFN, particularmente as pretas, no nível fundamental.²⁵ As mulheres brancas que moram sozinhas têm relativamente um número menor com instrução superior completa, 29,7%, e as chefes de famílias unipessoais negras, embora com maior quantidade de pessoas sem escolaridade, têm menores parcelas nos estratos de escolaridade até o segundo grau incompleto e maiores proporções nos níveis superior completo e incompleto (Tabela 11).

Tabela 11

Distribuição da escolaridade das chefes de famílias unipessoais por cor Região Metropolitana de Salvador, 2000-05

(Percentagens)

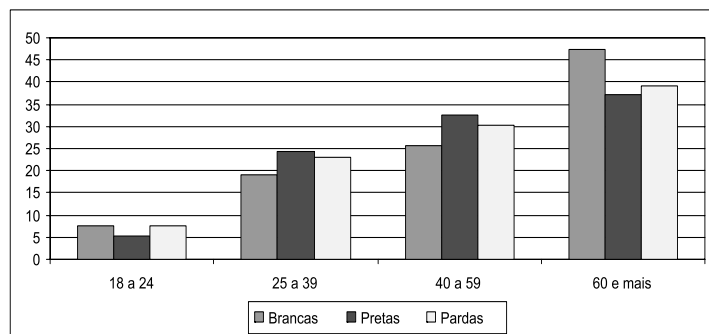
Escolaridade	Mulher Branca	Mulher Preta	Mulher Parda	Total
S/ Escolaridade	-	21,1	11,8	12,52
1º Incompleto	18,2	39,1	29,8	29,24
1º Completo	-	7,6	6,1	6,44
2º Incompleto	-	-	4,1	3,83
2º Completo	31,7	21,1	29,4	28,15
3º Incompleto	-	-	3,8	3,86
3º Completo	29,7	-	15,1	15,94
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

- A amostra não permite desagregação a esse nível.

²⁴ A mediana do rendimento do trabalho principal das CFPa foi calculada em R\$ 515,00Pr.

²⁵ As CFN respondem por 90,5% das CF com o curso fundamental incompleto. Nesse nível, 31,7% são CFPr.

Gráfico 2**Idades das chefes de arranjos familiares unipessoais por raça ou Cor RMS, 2000-05**

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Em relação às distribuições etárias das CFs unipessoais, o Gráfico 2 mostra:

- As mulheres com 60 anos de idade ou mais assumem a família unipessoal mais intensamente em todos os grupos populacionais observados, especialmente entre as brancas, em que cerca da metade (47,4%) das pessoas nesse tipo de arranjo familiar está nesta faixa etária;
- Um número menor de mulheres pretas com 18 a 24 anos de idade entre as CF que brancas e pardas; e
- Forte presença de mulheres pretas, nas faixas de idade compreendidas entre 25 e 59 anos.

Entre as mulheres negras, encontramos um perfil etário muito similar entre pardas e pretas, que por seu lado se diferencia do das brancas, repetindo o padrão da maior presença entre as CFB nas faixas etárias mais baixas e nas mais elevadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RMS, acompanhando a tendência nacional, amplia cada vez mais a presença feminina na chefia das famílias e na constituição de unidades unipessoais. Espaço demográfico com forte presença da população negra, este fato condiciona, evidentemente, em termos absolutos, a presença majoritária das CFN entre os arranjos femininos.

Essa forte presença, no entanto, não garante que possam estar em um patamar sócio-econômico semelhante ao encontrado pelas mulheres brancas. Particularmente em relação à educação e seu reatamento no mercado de trabalho.

As análises extraídas dos dados da PED/RMS, referentes aos anos de 2000 a 2005, revelam que o capital educacional, que teoricamente possibilita que as pessoas se postem de forma diferenciada e em escala socialmente superior no mercado de trabalho, joga efetivamente um papel importante na estruturação das chefias de mulheres, com visível posição subalterna para as negras em relação às brancas.

Assim, as reflexões realizadas nos permitem afirmar que, do ponto de vista racial, chefias brancas e negras apresentam padrões absolutamente diferenciados tanto em relação ao perfil das pessoas que comandam os arranjos familiares quanto da estrutura das famílias e da chefia unipessoal.

Pode-se afirmar que apenas em relação à variável idade encontramos composição similar, mesmo assim apenas em relação à média, o que estaria sinalizando, talvez, para a presença de um componente geracional do âmbito do mundo feminino.

- Dessa forma, do ponto de vista das pessoas que se postam como chefes de arranjos familiares, são as seguintes as principais dimensões da diferenciação entre CFB e CFN:
- Número maior de arranjos familiares chefiados por mulheres brancas nas faixas etárias mais elevadas e também nas menos elevadas;
- Grandes diferenças nos perfis educacionais, em prejuízo das mulheres negras em relação às brancas; forte presença dessas com nível superior e daquelas no nível fundamental;
- Contudo, todas elas estão apostando na instrução como mecanismo de mobilidade social ascendente, mas enquanto as pretas correm atrás da conclusão do fundamental, as brancas querem concluir o nível médio ou o superior;
- Quanto ao acesso e lugar no mercado de trabalho, a pesquisa mostrou que as CFN estão mais pressionadas a buscar ocupação e que as CFB têm maior controle sobre sua situação ocupacional;
- Embora mais premidas a buscar ocupação, as CFNs encontram maiores obstáculos à inserção produtiva;

- Elevada presença das CFB nas ocupações ligadas à propriedade, comando, organização e planejamento, ficando as CFNs nos espaços de trabalho de execução não-qualificados e semi-qualificados;
- O Serviço doméstico é um espaço ocupacional quase exclusivo das CFN;
- A condição racial intervém fortemente sobre os níveis de rendimento. As CFN têm níveis de rendimento muito inferiores aos auferidos pelas CFB;
- O mesmo acontece com o total dos rendimentos dos grupos familiares. Os rendimentos dos arranjos chefiados pelas mulheres negras são em média apenas 38% do que recebem as famílias chefiadas pelas brancas;
- O tamanho das famílias negras é maior entre CFN e, apesar da moda ser igual, as mulheres pretas chefiam famílias 20% maiores do que as brancas;
- Também em relação às famílias, vemos que são as chefiadas negras que têm maior número de pessoas sob sua responsabilidade;
- Um número mais elevado de menores de 10 anos nos arranjos familiares chefiados por mulheres negras;
- Morar sozinha é uma possibilidade maior entre brancas de nível superior e uma aposta para mulheres pretas nesse mesmo patamar de educação.

Essa possibilidade confirma o que a análise já vinha detectando: os enormes esforços que as mulheres pretas – ou seja, aquelas em que as marcas dos estigmas e discriminações estão expressas no corpo – estão realizando. De um lado, um enorme contingente delas, que apesar da idade estão na busca de concluir o ensino fundamental, e de outro, um percentual pequeno (mas maior do que para o conjunto das mulheres negras) que está apostando na universidade mesmo que isso implique em múltiplas jornadas e exercício de múltiplos papéis: de chefe, mãe, trabalhadora e estudante.

Concluindo, podemos dizer que os diferentes arranjos familiares construídos pelas mulheres negras

são espaços de resistência e de busca pela igualdade por parte das mulheres negras da RMS que, como as de todo o Brasil, se constituem como as de maior vulnerabilidade social e que apresentam as maiores desigualdades, porque cumulativas de gênero e raça.

REFERÊNCIAS

- CASTRO N. A.; BARRETO, V. S. (Org.) *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablumme/A Cor da Bahia, 1998.
- DIEESE, São Paulo. Mulher Negra: dupla discriminação nos mercados de trabalho metropolitanos. *Boletim DIEESE*, São Paulo, Edição Especial, 1993.
- FUNDAÇÃO SEADE. Arranjo familiar e inserção feminina no mercado de trabalho da RMSP na década de 90. *Mulher e Trabalho*, São Paulo, n. 10, dez. 2002.
- GUIMARÃES, Iracema. Revisitando a família no cenário da pobreza. *Caderno CRH*, Salvador: CRH/Ufba, n. 29, jul 1998.
- IPEA. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília, 2002.
- MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael. *Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998*. Brasília: IPEA, 2002.
- RIBEIRO, Rosa M^a et al. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: KOLUASTIAN, Silvio M. (Org.). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: UNICEF; Cortez, 1994. p. 135-158.
- ROCHA, Marta. Padrões de organização familiar em Salvador e na RMS: as famílias chefiadas por mulheres. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 7, n. 2, p. 110-128, set. 1997.
- _____. Igualdade de Gênero, diferença de cor: a trajetória de duas chefes de família na RMS. In: CASTRO, N. A.; BARRETO, V. S. (Org.). *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablumme/A Cor da Bahia. 1998.
- SANTOS, L. C. C. *Trabalha, trabalha negro*: participação dos grupos raciais no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. *Bahia Análise & Dados: População, Meio Ambiente e Desenvolvimento*, v. 10, n. 4, mar. 2001.

Perfil dos ocupados no comércio da Região Metropolitana de Salvador: uma análise para os biênios 1997-1998 e 2004-2005¹

Eletice Rangel Santos*

Resumo

O Comércio possui uma grande importância econômica na Região Metropolitana de Salvador, onde se constitui em um dos principais empregadores de mão-de-obra. Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, em 2005, cerca de 16,1% dos ocupados trabalhavam no comércio. Tendo em vista esta importância, este artigo apresenta alguns aspectos do perfil ocupacional do trabalhador do comércio, através do estudo de características individuais e do posto de trabalho em dois períodos: 1997/1998, primeiro biênio da pesquisa, e 2004/2005, último período onde há disponibilidade de dados.

Palavras-chave: comércio, perfil ocupacional, inserção ocupacional, renda do trabalho.

Abstract

Trade holds a big economic importance in the Metropolitan Area of Salvador, where it constitutes one of the main employment opportunities for the labor force. According to data from the Employment and Unemployment Research, in 2005, around 16.1% laborers worked in Trade. Due to its importance, this paper presents a few aspects of the occupational profile of the Trade laborer, by studying individual characteristics and work rank during two periods: 1997/1998, first biennium of the research, and 2004/2005, last period where there is data availability.

Key words: trade, occupational profile, occupational insertion, work income.

INTRODUÇÃO

As mudanças econômicas ocorridas na década de 1990 impactaram o mercado de trabalho brasileiro como um todo. Elas representaram a negação de conquistas históricas dos trabalhadores, consagradas na legislação pertinente, pois nos diversos setores as re-

lações de trabalho foram transformadas: ocorreram modificações nas jornadas de trabalho e novas formas de contratação e de remuneração foram desenvolvidas, obedecendo às demandas por flexibilização advindas da reestruturação ocorrida na última década.

No entanto, as transformações da economia brasileira na década de 1990, impactaram o comércio mais tardiamente que a Indústria, acontecendo somente a partir de meados desta década, com uma característica peculiar de desnacionalização do capital através dos movimentos de fusões e aquisições (SANTOS, 2004).

Inovações tecnológicas e organizacionais se processaram nesse contexto de mudanças e, apesar de ter ocorrido com mais expressividade no setor supermercadista, alteraram as relações entre os di-

¹ Este artigo é parte do Relatório Final do Projeto de Pesquisa intitulado "Os Impactos do Processo Recente de Modernização do Comércio sobre as Relações de Trabalho, na Região Metropolitana de Salvador", resultante da parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), apresentado em 2004.

* Técnica da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS e graduada em Ciências Econômicas pela UFBA, eleticerangel@hotmail.com

versos segmentos que compõem o Comércio (SANTOS; GIMENEZ, 2002).

Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), essas mudanças atingiram especialmente os grandes segmentos do varejo, com o crescimento das redes internacionais e o fechamento de empresas de capital nacional e local. Apesar do processo de reestruturação não ter ocorrido nas pequenas e médias empresas da mesma forma que nas grandes, nas quais as mudanças organizacionais foram mais intensas, o reflexo desse movimento resultou em alterações nas relações de trabalho em todo o setor comércio (SANTOS, 2004).

A grande disponibilidade de mão-de-obra caracteriza o mercado de trabalho brasileiro, no qual uma parcela significativa de trabalhadores é contratada sem as garantias oferecidas pela legislação do trabalho. Além da precariedade na inserção desses trabalhadores, os que possuem o contrato padrão também estão submetidos a baixos salários, jornada extensas de trabalho e alta rotatividade.

Além disso, o Comércio responde rapidamente às flutuações da renda pessoal disponível bem como às medidas relativas ao crédito ao consumidor. A criação de postos de trabalho no setor está intimamente relacionada ao aumento da renda e das facilidades creditícias que aquecem as vendas, dinamizando-o.

Este trabalho tem como objetivo apresentar um perfil ocupacional do trabalhador do comércio² na Região Metropolitana de Salvador, diante das mudanças ocorridas a partir da última década.

Foram selecionadas para o estudo as informações captadas nos dois primeiros anos completos da série da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na RMS: primeiro biênio (1997/1998) e segundo

biênio (2004/2005). A adoção desse procedimento, isto é, agregação das informações em um período maior de tempo, no caso dois anos, foi necessária para permitir uma maior desagregação das variáveis para a análise do perfil ocupacional. Procedimento semelhante foi adotado em outros estudos, a exemplo dos realizados pelo DIEESE (DIEESE, 2003).

A escolha do comércio justifica-se pela sua importância na estrutura setorial da Região Metropolitana de Salvador. Nos anos de 2004 e 2005 o setor respondeu por 16,3% dos ocupados, vindo imediatamente depois o setor de Serviços (60,8%), principal empregador na região (Tabela 1).

Tabela 1
Distribuição dos ocupados segundo setor de atividade
Região Metropolitana de Salvador, 1997-1998 e 2004-2005

(em %)			
Sector de Atividade	1997/1998	2004/2005	Variação Relativa
Total	100,0	100,0	-
Indústria	8,2	8,9	8,5
Construção Civil ⁽¹⁾	3,1	2,9	-6,5
Comércio	17,5	16,3	-6,9
Serviços	58,8	60,8	3,4
Serviços Domésticos	10,5	9,6	-8,6
Outros ⁽²⁾	1,9	1,5	-21,1

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração própria

⁽¹⁾ Construção Civil: Construção de Edificações e Obras de Infra-Estrutura ⁽²⁾ Outros: Agricultura, Pecuária, Extração Vegetal, Embaixadas, Consulados, Representações Oficiais e Políticas, Outras Atividades não Classificadas

Objetivando investigar o perfil do trabalhador no comércio, foram analisados os atributos pessoais: sexo, cor, idade, posição no domicílio, tempo de residência na RMS e grau de instrução; e os do posto de trabalho: posição na ocupação, jornada de trabalho, tempo médio de permanência no emprego, contribuição à previdência, tamanho médio das empresas do setor e rendimento real médio.

Além dessa introdução, o trabalho está dividido em quatro seções. A segunda apresenta características dos ocupados no setor comércio segundo atributos pessoais. A terceira mostra alguns indicadores da situação e das condições de trabalho dos ocupados no setor; em seguida é feita uma análise acerca dos rendimentos médios desses ocupados. A última parte apresenta algumas considerações finais.

² Neste estudo, o setor comércio foi trabalhado a partir do agrupamento de todos os seus ramos, segundo a metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Até agosto de 2001, a classificação utilizada pela PED/RMS contemplava dois ramos: comércio de mercadorias e comércio ambulante. A partir de agosto de 2001 houve um maior detalhamento dessa variável em quatorze ramos, que são delimitados pelos seguintes grupos: comércio de veículos automotores e combustíveis, comércio atacadista, comércio varejista em loja, comércio varejista não realizado em lojas e outras atividades comerciais não especificadas. Essa nova classificação permitirá, no futuro, com o acúmulo de mais informações, estudos sobre o setor contemplando esses segmentos. Para este trabalho, realizado a partir da base de dados da PED/RMS para o setor comércio, não foi possível a desagregação em razão das informações coletadas até o momento serem estatisticamente insignificantes para uma análise por ramos.

OCUPADOS NO COMÉRCIO SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS: sexo, cor, idade, posição no domicílio, tempo de residência na RMS e grau de instrução

A Pesquisa de Emprego e Desemprego mostra que os trabalhadores do Comércio têm as seguintes características:

- o comércio ocupa mais homens que mulheres. Em 2004/2005, o contingente masculino foi de 54,9%. Apesar dessa constatação, a participação feminina aumentou 6,1%, enquanto a masculina caiu 4,5% (Tabela 2);

O comércio ocupa mais homens que mulheres. Em 2004/2005, o contingente masculino foi de 54,9%. Apesar dessa constatação, a participação feminina aumentou 6,1%, enquanto a masculina caiu 4,5%

Tabela 2

Distribuição dos ocupados no comércio segundo sexo, cor, faixa etária, posição no domicílio, tempo de residência e instrução Região Metropolitana de Salvador, 1997-1998 e 2004-2005

Atributos	1997/1998	2004/2005	Variação Relativa
Sexo	100,0	100,0	-
Homens	57,5	54,9	-4,5
Mulheres	42,5	45,1	6,1
Cor ⁽¹⁾	100,0	100,0	-
Negra	77,9	85,7	10,0
Não-negra	22,1	14,3	-35,3
Faixa Etária	100,0	100,0	-
10 a 17 anos	7,3	3,4	-53,3
18 a 24 anos	23,7	23,5	-0,8
25 a 39 anos	41,4	42,7	3,1
40 anos e mais	27,6	30,4	10,1
Posição no Domicílio	100,0	100,0	-
Chefe	39,6	41,1	3,8
Cônjuge	19,7	19,5	-1,0
Filho	29,5	28,6	-3,1
Demais Membros ⁽²⁾	11,2	10,8	-3,0
Tempo de Residência	100,0	100,0	-
Até 3 Anos	7,1	6,1	-14,1
Mais de 3 Anos	92,9	93,9	1,1
Grau de Instrução	100,0	100,0	-
Analfabeto	4,2	2,6	-38,1
Ensino Fundamental Incompleto	38,5	26,2	-31,9
Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto	18,2	20,3	11,5
Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	35,0	46,6	33,1
Superior Completo	4,1	4,5	9,8

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração própria

Nota: ⁽¹⁾ Cor Negra: negros e pardos. Cor Não-negra: brancos e amarelos

⁽²⁾ Demais Membros: outros parentes, agregado, pensionista, empregado doméstico, parente de empregado doméstico e outros

- os negros, cuja parcela aumenta entre os dois períodos, não são apenas a maioria dos ocupados, mas também têm aumentado seu espaço no setor. No primeiro biênio eles representavam 77,9%, enquanto no segundo biênio passaram a representar 85,7% do total;

- considerando o atributo idade, verifica-se que a maior parcela da população ocupada no comércio tem entre 25 e 39 anos de idade (42,7%), todavia o percentual de ocupados com mais de 40 anos foi o que mais cresceu (10,1%). As crianças e adolescentes diminuíram sua

participação na ocupação do setor, passando de 7,3% para 3,4%;

- uma constatação interessante é a expressiva participação dos filhos (28,6%) em 2004/2005, quando considerada a posição do ocupado segundo a posição no domicílio;
- é importante destacar que a maior parcela dos ocupados no comércio reside na RMS há mais de três anos (93,9%), ou seja, poucos trabalhadores neste setor são classificados como migrantes;
- a avaliação do nível de instrução dos ocupados no setor, enquanto um dos indicadores de menor ou maior qualificação da mão-de-obra, revela que a maioria dos trabalhadores têm ensino médio completo e superior incompleto (46,6%), e que a participação dos que têm este nível de escolaridade também cresceu mais (33,1%). Por outro lado, a participação de ocupados analfabetos caiu com grande intensidade (-38,1%), bem como os que não concluíram o ensino fundamental (-31,9%), o que mostra que houve um aumento do nível de escolaridade dos ocupados no setor comércio. Esse comportamento tem refletido uma tendência que vem ocorrendo desde meados da década de 1990 para os ocupados. Entretanto, não é possível inferir que a maior participação de ocupados com mais anos de estudo seja decorrente apenas da elevação da escolaridade, uma vez que há uma alta rotatividade no setor e a seleção nas empresas pode estar excluindo os menos escolarizados.

INDICADORES DA SITUAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO COMÉRCIO

A maioria dos trabalhadores no comércio é assalariada (54,3%), com uma parcela significativa sem carteira de trabalho assinada (14,6%) (Tabela 3). Apesar desse percentual expressivo, a proporção dos sem carteira de trabalho assinada (6,6%) cresceu menos do que a de assalariados com carteira.

Os autônomos também são uma fração expressiva na ocupação do setor. Sua proporção é de 34,2%.

Esse número elevado de autônomos e assalariados sem carteira mostra a fragilidade do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, colocando estes trabalhadores de forma mais precária, visto que as formas de contratação à margem dos direitos garantidos por lei excluem os ocupados de garantias mínimas (SANTOS, 2004).

Além do declínio da proteção do contrato formal de trabalho, um outro indicador da precarização é a jornada de trabalho. O comércio é um setor que possui uma jornada de trabalho mais extensa, com média maior que a jornada legal, que é de 44 horas semanais (Tabela 4). Os trabalhadores desse setor têm também uma jornada média maior que o total de ocupados na RMS. Em média

exercem uma jornada de 45 horas semanais, enquanto a média do total de ocupados é de 42 horas. Além disso, a jornada de trabalho desses ocupados é atrelada ao horário de funcionamento dos estabelecimentos, bem como a diversos instrumentos utilizados pelas empresas, como adoção de banco de horas e revezamento de equipes, além da questão da abertura do comércio aos domingos.

A adoção do banco de horas tem sido combatida pelos trabalhadores, pois para eles a definição deste mecanismo para o comércio é diferente da Indústria, na qual se justifica a sua utilização pela necessidade dos picos de produção, o que não ocorre no comércio. A adoção do banco de horas é

um prolongamento da jornada de trabalho, que já é extensa comparativamente aos demais setores da economia (SANTOS, 2004).

Além da sobrecarga física com efeitos danosos à saúde do trabalhador, a extensão da jornada de trabalho restringe o número de postos de trabalho que poderiam ser gerados com sua redução.

A maioria (54,5%) dos ocupados no comércio trabalhava, no biênio 1997/1998, mais que a jornada legal de 44 horas; em 2004/2005 observa-se um aumento dessa proporção de trabalhadores (56,1%).

A avaliação do nível de instrução dos ocupados no setor, enquanto um dos indicadores de menor ou maior qualificação da mão-de-obra, revela que a maioria dos trabalhadores têm ensino médio completo e superior incompleto (46,6%), e que a participação dos que têm este nível de escolaridade também cresceu mais (33,1%)

Tabela 3
Distribuição dos ocupados no setor comércio segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador, 1997/1998 e 2004/2005

(Em %)

Posição na Ocupação	1997/1998	2004/2005	Variação Relativa
Total	100,0	100,0	-
Assalariado	49,5	54,3	9,7
Com Carteira Assinada	35,8	39,7	10,9
Sem Carteira Assinada	13,7	14,6	6,6
Autônomo	35,8	34,2	-4,5
Para o Público	29,4	30,2	2,7
Para a Empresa	6,5	4,0	-38,5
Empregador	7,6	7,3	-3,9
Trabalhador Familiar	4,4	2,2	-50,0
Dono de Negócio Familiar	2,7	1,9	-26,6
Outros	(2)	(2)	-

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração própria.
Nota: ⁽²⁾ A amostra não comporta desagregação para esta posição.

Tabela 4
Jornada média semanal dos ocupados no comércio e proporção dos ocupados no comércio com jornada acima da jornada legal
Região Metropolitana de Salvador, 1997/1998 e 2004/2005

Jornada	1997/1998	2004/2005	Variação Relativa (%)
Média em horas (Total de ocupados na RMS)	43	42	-
Média em horas (Ocupados no Comércio)	46	45	-
(%) dos ocupados que trabalham mais de 44 horas semanais	54,5	56,1	2,9

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração própria

O tempo médio de permanência no emprego também pode ser uma variável importante para avaliação da precariedade do mercado de trabalho. O grau de rotatividade no comércio é maior que o de outros setores de atividade econômica. Uma significativa parcela dos ocupados (22,9%) têm apenas até seis meses no emprego. Esta constatação resulta de características próprias do comércio, que obedece a sazonalidade das vendas, determinando o nível de contratação para períodos específicos do ano, o que contribui para uma maior rotatividade da mão-de-obra (Tabela 5). Por outro lado, a participação dos que têm entre dois e 5 anos de permanência no emprego e dos que têm mais de 5 anos também é significativa: 21,7% e 25,8%, respectivamente.

Tabela 5

**Distribuição dos ocupados no comércio segundo tempo de permanência no emprego
Região Metropolitana de Salvador, 1997/1998 e 2004/2005**

Classes de Tempo	1997/1998	2004/2005	Varição Relativa (Em %)
Total	100,0	100,0	-
Até 6 meses	24,6	22,9	-6,9
De 6 a 12 meses	14,3	13,5	-5,6
De 1 a 2 anos	17,0	16,2	-4,7
De 2 a 5 anos	20,6	21,7	5,3
Mais de 5 anos	23,5	25,8	9,8

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração própria.

No que tange à contribuição à previdência social, os números da PED evidenciam que mais da metade dos ocupados no setor não contribui (51,9%), já que a maioria está inserida através de formas de contratação mais precárias, ou seja, sem carteira de trabalho assinada e como trabalhador autônomo. Entre os autônomos, o percentual dos que contribui diminuiu (-35,9%) (Tabela 6).

Tabela 6

**Distribuição dos ocupados no setor comércio, segundo contribuição à Previdência Social
Região Metropolitana de Salvador, 1997/1998 e 2004/2005**

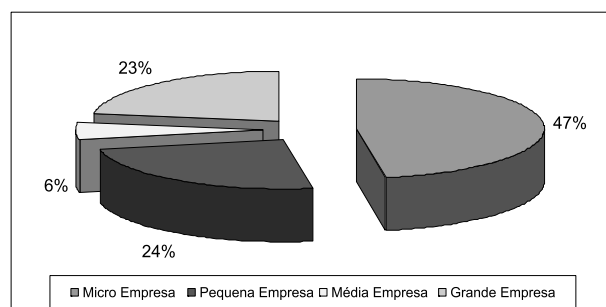
Ocupados no Comércio	1997/1998	2004/2005	Varição Relativa (Em %)
Total de Ocupados	100,0	100,0	-
Contribui	47,9	48,1	0,4
Não Contribui	52,1	51,9	-0,4
Autônomos	100,0	100	-
Contribui	14,2	9,1	-35,9
Não Contribui	85,8	90,9	5,9

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração própria.

Para entender a estrutura ocupacional é importante também verificar a distribuição dos ocupados segundo o tamanho das empresas, pois a partir desta análise é possível compreender como está distribuída a mão-de-obra no comércio. Os resultados indicam que as microempresas e pequenas empresas³ da região são as que mais empregam no setor (Gráfico 1).

Gráfico 1

**Distribuição dos ocupados no comércio, segundo o tamanho da empresa em que trabalham
Região Metropolitana de Salvador, 2004/2005**



Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração própria.

Apesar do processo de internacionalização e concentração do capital, que proporcionou a expansão de grandes redes a partir de meados da década de 1990, observa-se que as microempresas ainda são responsáveis por cerca de 47,4% dos ocupados no comércio, e as pequenas aumentaram sua participação em 2,5%, com 24,3% da mão-de-obra ocupada no setor. As grandes empresas são responsáveis por 22,5% do total de ocupados (Tabela 7).

Tabela 7

**Ocupados no comércio segundo tamanho da empresa em que trabalham
Região Metropolitana de Salvador, 1997/1998 e 2004/2005**

Tamanho da Empresa	1997/1998	2004/2005	Varição Relativa (Em %)
Total	100,0	100,0	-
Micro Empresa	48,7	47,4	-2,7
Pequena Empresa	23,7	24,3	2,5
Média Empresa	6,9	5,8	-15,9
Grande Empresa	20,7	22,5	8,7

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração própria.

³ Adotou-se a metodologia do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), cuja classificação considera microempresas as que têm até 9 empregados; pequena empresa as que possuem entre 10 e 49 empregados; média empresa entre 50 e 99 empregados; e grande empresa as que possuem mais de 99 empregados.

UMA ANÁLISE DOS RENDIMENTOS NO COMÉRCIO

Os fatores que determinam os rendimentos dos ocupados no comércio, assim como para o conjunto dos ocupados, possuem uma relação estreita com a forma de inserção destes trabalhadores no mercado de trabalho. A inserção como ocupado no comércio determina menores remunerações, uma vez que este setor possui relações de trabalho menos formalizadas que em outros setores da economia (SANTOS, 2004).

Os resultados mostram que apesar do aumento do assalariamento, os rendimentos caíram. Comparando os períodos analisados (1997/1998 e 2004/2005), observa-se que o rendimento real médio do conjunto de trabalhadores no comércio foi reduzido em 25,8% (Tabela 8).

Tabela 8

Rendimento Real Médio¹ dos ocupados por setor de atividade
Região Metropolitana de Salvador, 1997/1998 e 2004/2005

Setor de Atividade	Em R\$		Variação Relativa (%)
	1997/1998	2002/2003	
Total	900	746	-17,2
Indústria	1380	1050	-23,9
Construção Civil ⁽²⁾	1044	771	-26,1
Comércio	768	570	-25,8
Serviços	1006	846	-15,9
Serviços Domésticos	223	240	7,7
Outros ⁽³⁾	481	292	-39,3

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração própria

Notas: ¹ Inflator Utilizado: IPC-SEI/BA. Valores em Reais de abril de 2006. Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. ⁽²⁾ Construção Civil: Construção de Edificações e Obras de Infra-Estrutura. ⁽³⁾ Outros: Agricultura, Pecuária, Extração Vegetal, Embaixadas, Consúladados, Representações Oficiais e Políticas, Outras Atividades não Classificadas.

A observação dos rendimentos, segundo os atributos pessoais dos trabalhadores, mostra que os rendimentos dos homens, apesar de serem maiores que os das mulheres, diminuíram mais (-28,0% e -18,5%, respectivamente) (Tabela 9).

Já os negros possuem rendimentos menores que os não-negros. Enquanto os primeiros recebem em média R\$ 512,00, os não-negros recebem R\$ 937,00.

Considerando a faixa etária dos trabalhadores, observa-se que os rendimentos são maiores para as faixas etárias superiores. No entanto, essas faixas foram as que mais perderam rendimentos entre os períodos analisados. Os ocupados com 40 anos e

mais de idade recebem rendimento real médio maior que as demais faixas, e os que têm entre 25 e 39 anos, a maior parcela de ocupados no comércio da Região Metropolitana de Salvador (42,7%), foram os que mais perderam (-31,4%).

Os chefes de domicílio tiveram perdas maiores que os demais membros (-33,1%). Da mesma forma, os que residem a mais de 3 anos perderam mais que os que residem até três anos na RMS (-24,2% e -25,8%, respectivamente).

No comércio, os que têm maior escolaridade possuem os maiores rendimentos (R\$ 1.882,00), embora tenham perdido mais que os que recebem menores rendimentos (-37%).

Tabela 9

Rendimento real médio¹ dos ocupados no comércio segundo sexo, cor, faixa etária, posição no domicílio, tempo de residência e grau de instrução
Região Metropolitana de Salvador, 1997/1998 e 2004/2005

Atributos	Em R\$		Variação Relativa (%)
	1997/1998	2004/2005	
Total	768	570	-25,8
Sexo			
Homens	929	669	-28,0
Mulheres	556	453	-18,5
Cor ⁽²⁾			
Negra	637	512	-19,6
Não-negra	1261	937	-25,7
Faixa Etária			
10 a 17 anos	152	136	-10,5
18 a 24 anos	435	378	-13,1
25 a 39 anos	875	600	-31,4
40 anos e mais	1034	738	-28,6
Posição no Domicílio			
Chefe	1114	745	-33,1
Cônjuge	630	506	-19,7
Filho	465	405	-12,9
Demais Membros	492	433	-12,0
Tempo de Residência			
Até 3 Anos	768	582	-24,2
Mais de 3 Anos	768	570	-25,8
Grau de Instrução			
Analfabeto	287	319	11,1
Ensino Fundamental			
Incompleto	410	367	-10,5
Ensino Fundamental Completo e Ensino			
Médio Incompleto	619	436	-29,6
Ensino Médio Completo e Superior			
Incompleto	1032	660	-36,0
Superior Completo	2988	1882	-37,0

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração própria

Notas: ¹ Inflator Utilizado: IPC-SEI/BA. Valores em Reais de abril de 2006. Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. ⁽²⁾ Cor Negra: negros e pardos. Cor Não-negra: brancos e amarelos

Quando se faz um recorte dos assalariados no comércio entre os com carteira de trabalho assinada e os sem carteira de trabalho assinada, observa-se que um dos menores rendimentos é dos sem carteira (R\$ 357,00) (Tabela 10), confirmando uma fragilidade maior nas formas de inserção; ou seja, mesmo havendo alguma melhoria nos índices de formalização do mercado de trabalho, a renda piorou no período analisado (DEPARTAMENTO..., 2002).

Tabela 10

**Rendimento real médio¹ dos ocupados no comércio, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador, 1997/1998 e 2004/2005**

(Em %)

Posição na Ocupação	1997/1998	2004/2005	Variação Relativa
Assalariado	698	556	-20,3
Com Carteira Assinada	796	625	-21,5
Sem Carteira Assinada	424	357	-15,8
Autônomo	501	382	-23,8
Para o Público	462	346	-25,1
Para a Empresa	662	639	-3,5
Empregador	2.682	1.870	-30,3
Trabalhador Familiar ⁽²⁾	1.178	767	-34,9

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração própria

Notas: ¹ Inflator Utilizado: IPC-SEI/BA. Valores em Reais de abril de 2006. Exclui os Assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. ⁽²⁾ Trabalhador familiar: Inclusive Dono de Negócio Familiar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou algumas características do perfil ocupacional dos trabalhadores do comércio, retratando movimentos que podem refletir apenas mudanças conjunturais ocorridas na economia como um todo e, particularmente, nesse setor.

O estudo não encontrou mudanças estruturais significativas. Mesmo assim, podem ser destacados três aspectos importantes, quando considerados os atributos pessoais:

- apesar de serem maioria, os homens tiveram perda participativa entre os dois períodos analisados, enquanto as mulheres vêm aumentando a sua participação;

- quando considerada a faixa etária dos indivíduos, observa-se uma grande redução da participação das crianças e jovens na ocupação do comércio;
- além disso, o perfil dos trabalhadores do comércio vem se apresentando mais escolarizado nos últimos anos. O percentual de ocupados com menor escolaridade diminuiu, apesar de ser ainda expressivo.

A partir desse perfil, constatou-se que o trabalhador do comércio se insere no mercado de trabalho com baixos rendimentos, jornada de trabalho acima da estabelecida legalmente e baixo tempo de permanência no emprego.

Vale ressaltar que o estudo captou as características que evidenciaram uma situação de inserção ocupacional de grande precariedade e que as diferenças entre os segmentos populacionais do comércio permaneceram no 2º biênio (2004/2005), e em alguns aspectos até se agravaram, como o observado na análise dos rendimentos do setor, que foram reduzidos em praticamente todos os atributos e em todas as posições na ocupação.

REFERÊNCIAS

DIEESE, São Paulo. *Perfil dos trabalhadores no comércio*. São Paulo: DIEESE/CONTRACS, 2002.

_____. Mulher negra: dupla discriminação nos mercados de trabalho metropolitanos. *Boletim DIEESE*, São Paulo, 2003. Edição Especial

SANTOS, A. M. M. M.; GIMENEZ, L. C. P. *Reestruturação produtiva do comércio varejista e de supermercados*. Rio de Janeiro: BNDES. 2002. (Relatórios Setoriais). Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimentos/bnset/set903pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2003.

SANTOS, E. R. *Os impactos do processo recente de modernização do comércio sobre as relações de trabalho, na Região Metropolitana de Salvador*, 2004. 104 p. Relatório de Pesquisa CNPq 680065/02-4.

O perfil das mulheres cônjuges ocupadas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador nos anos 2002-2004¹

Marcela Moreira de Oliveira*

Resumo

A mulher está cada vez mais presente no mercado de trabalho. Entretanto, a inserção feminina nesse mercado de trabalho vem acompanhada por elevado grau de discriminação, não só em relação às ocupações, mas também em relação aos rendimentos. Nesse contexto, foi verificada também uma representativa inserção das mulheres cônjuges no mercado de trabalho, relacionada, principalmente, à melhoria educacional destas mulheres. Fazendo uso da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador, este trabalho estuda o perfil das mulheres cônjuges no mercado de trabalho em comparação com os homens e as mulheres em geral.

Palavras-chave: trabalho feminino, mulher cônjuge, renda do trabalho feminino.

Abstract

Women are ever more present in the labor market. However, female insertion in this market is followed by a high prejudice rate, not only in relation to occupations, but also in relation to earnings. Within this context, we also observed a representative insertion of wives in the labor market, mainly related to their educational improvement. Using data from the Employment and Unemployment Research in the Metropolitan Area of Salvador, this paper studies the profile of wives in the labor market compared to men and women in general.

Key words: female labor, wives, feminine labor income

INTRODUÇÃO

A globalização da economia tem configurado um quadro de transformações econômicas e sociais. No que se refere ao mercado de trabalho, a globalização tem se traduzido na precarização e surgimento de novas relações de trabalho. Com o objetivo de reduzir

os custos, as empresas adotam formas alternativas de contratação: trabalho de meio expediente, trabalho a domicílio, terceirização. Com aumento da informalidade, redução de salários e aumento de horas de trabalho, as formas precárias de trabalho ganham destaque (GELINSKI; RAMOS, 2004).

De acordo com Gelinski e Ramos (2004), a família vem passando por mudanças significativas que se aprofundam devido à globalização. Uma mudança importante é o crescimento das mulheres no mercado de trabalho. Elas são mais qualificadas e mais ganham menos que os homens, assim, elas têm conquistado espaço no mercado de trabalho e recusado a identidade de donas-de-casa. A gradativa in-

¹ Este artigo é parte da monografia realizada na Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, tendo como orientador Wilson F. Menezes, cujo título é *Mulheres Cônjuges Ocupadas no Mercado de Trabalho: Um Estudo da Região Metropolitana de Salvador, 2002-2004*, apresentada em 2005.

* Técnica da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS e graduada em Ciências Econômicas pela UFBA. marcelamo@gmail.com

dependência da mulher significa o abandono dos seus papéis tradicionais.

Na década de 1980, a proporção de mulheres cônjuges ocupadas teve uma estabilidade, passou de 46,1%, em 1983, para 46,7%, em 1988, enquanto a proporção de mulheres chefes ocupadas evoluiu de 12,5%, em 1983, para 13,9%, em 1988 (SEDLACEK; SANTOS, 1991).

De acordo com o estudo desses autores, a propensão de os cônjuges femininos trabalharem é maior: a) quanto maior for o seu nível de escolaridade; b) quanto maior a idade de seus filhos e quanto menor o número destes; e c) quando a mulher encontra-se, principalmente, na faixa etária entre 20 e 29 anos.

Isso quer dizer que um maior nível de escolaridade das mulheres estimula a inserção das esposas no mercado de trabalho e permite sua maior participação, pois se torna mais atrativo para elas se engajarem na força de trabalho do que alocar seu tempo em trabalhos domésticos. Além disso, a quantidade de filhos, isto é, o tamanho da família, diminui a propensão de as mulheres ingressarem no mercado de trabalho, pois elas terão menos tempo para se dedicarem a trabalhos extradomésticos.

Em 1977, a taxa de participação de mulheres cônjuges no total das que trabalhavam era de 26% contra 46% das chefes de domicílio, que foram à luta para garantir o sustento da família em todo o país. Em 2001, essa diferença caiu quatro pontos percentuais, com as mulheres cônjuges praticamente dividindo o mercado com as chefes de domicílio, 50% e 54%, respectivamente (SOARES; IZAKI, 2002).

Os anos 1990, segundo Soares e Izaki (2002), foram marcados pelo ingresso em massa de mulheres casadas no mercado de trabalho, que passaram a disputar espaço em condições muito mais favoráveis com as chefes de domicílio.

Ainda segundo Soares e Izaki (2002), a melhoria educacional das mulheres cônjuges permitiu que entrassem fortemente no mercado de trabalho, mas a velocidade desta entrada está cada vez menor.

Um maior nível de escolaridade das mulheres estimula a inserção das esposas no mercado de trabalho e permite sua maior participação, pois se torna mais atrativo para elas se engajarem na força de trabalho do que alocar seu tempo em trabalhos domésticos

O objetivo deste estudo é mostrar o perfil das mulheres cônjuges ocupadas no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, a partir de análise feita dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, comparando-as aos homens e às mulheres em geral nos anos de 2002 a 2004.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em três seções. Na segunda analisa-se o perfil do trabalho das mulheres cônjuges, contendo informações sobre setor de atividade econômica, posição na ocupação, atributos pessoais e jornada de trabalho. Em seguida, é feita análise do rendimento real médio das mulheres cônjuges ocupadas. Finalmente, apresentam-se as conclusões e algumas considerações adicionais.

O TRABALHO DAS MULHERES CÔNJUGES

Segundo setor de atividade econômica, os dados da PED para a Região Metropolitana de Salvador mostram que os homens estão concentrados nos serviços de produção. Já a maioria das mulheres em geral (32,8%), assim como das mulheres cônjuges (35,5%), está concentrada no setor de serviços pessoais, ou seja, nos ramos de educação, alimentação, saúde e serviços comunitários, como se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1
Distribuição dos ocupados segundo setor de atividade econômica por sexo
Região Metropolitana de Salvador, Janeiro 2002 - Dezembro 2004

(Em %)

Setor de Atividade	Total	Sexo		Mulher-cônjuge
		Homem	Mulher	
Total	100	100	100	100
Indústria	8,8	11,8	5,4	5,9
Comércio	16,6	16,4	16,8	17,5
Serviços de Produção (1)	30,4	38,5	21,5	20,1
Serviços Pessoais (2)	25,5	18,9	32,8	35,5
Construção Civil	6,5	11,7	0,7	0,7
Serviços Domésticos	11,2	1,3	22,1	19,7
Outros	1,0	1,4	0,7	0,6

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores

Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de Reparação e Limpeza. (2) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.

Além disso, o emprego doméstico é responsável pela alocação de 22,1% das mulheres ocupadas, 19,7% das mulheres cônjuges e apenas 1,3% dos homens ocupados. Considerando que os serviços domésticos se caracterizam por longa jornada de trabalho, informalidade e ausência de proteção social, percebe-se a forma precária de inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Estão alocados no setor comércio 16,4% dos homens ocupados, 16,8% das mulheres ocupadas e 17,5% das mulheres cônjuges, enquanto na construção civil apresenta-se o oposto, a maioria dos ocupados nesse setor são os homens (11,7%), contra 0,7% das mulheres ocupadas e mulheres cônjuges. Os homens são também maioria na Indústria (11,8%), contra 5,4% das mulheres em geral e 5,9% das mulheres cônjuges em particular.

Em relação à posição na ocupação, as mulheres estão concentradas na condição de assalariadas (53,4% das mulheres em geral e 50,9% das mulheres cônjuges), de empregadas domésticas (20% das mulheres em geral e 16% das mulheres cônjuges) e como autônomos (21,2% das mulheres em geral e 25% das mulheres cônjuges), como se pode observar na Tabela 2. Verifica-se também grande parcela das mulheres e das cônjuges entre os assalariados do setor público (16,5% e 18,0%, respectivamente), enquanto para os homens essa porcentagem é de 11,8%. Porém, é muito maior a porcentagem de homens assalariados com e sem carteira assinada do que mulheres e mulheres cônjuges nessa mesma situação.

Com relação aos postos de trabalho formais,² nota-se que 52,9% dos homens estão nesta situação, enquanto 43,4% das mulheres em geral e 43,8% das mulheres cônjuges estão alocadas em postos de trabalho com acesso aos direitos trabalhistas. Isso vem confirmar que as mulheres têm uma posição desfavorável na inserção no mercado de trabalho da RMS. Essa diferença na inserção é amplamente notada nos serviços domésticos, em que 16,0% das cônjuges estão alocadas nessa categoria, enquanto os homens representam apenas 1,3%.

Considerando os postos de trabalho informais³

² Foi considerado trabalho formal aquele representado pelo assalariado com carteira assinada e pelo assalariado do setor público.

³ Foi considerado trabalho informal aquele representado pelo assalariado sem carteira assinada, pelo trabalhador autônomo para o público, pelos empregados domésticos (mensalista e diarista) e pelos trabalhadores familiares.

Tabela 2

Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação por sexo
Região Metropolitana de Salvador, Janeiro 2002
- Dezembro 2004

(Em %)

Posição na Ocupação	Total	Sexo		Mulher-cônjuge
		Homem	Mulher	
Total	100	100	100	100
Assalariados Total	60,1	66,0	53,4	50,9
Assalariados Setor Privado				
Com Carteira Assinada	34,5	41,1	26,9	25,8
Sem Carteira Assinada	11,7	13,1	10,0	7,1
Assalariados Setor Público	13,9	11,8	16,5	18,0
Autônomo	23,2	24,9	21,2	25,0
que trabalha para Empresa	4,2	5,4	2,8	2,4
que trabalha para o público	19,0	19,5	18,4	22,6
Empregador	4,0	5,2	2,7	4,1
Dono de Negócio Familiar	0,8	0,8	0,7	1,2
Trabalhador Familiar	1,0	0,8	1,3	2,1
Empregados Domésticos	10,0	1,3	20,0	16,0
Mensalista	8,8	1,2	17,4	13,0
Diarista	1,2	0,1	2,6	3,0
Outros	0,9	1,0	0,7	0,7

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(DIEESE, 2003), nota-se que 34,7% dos homens estão nesta posição de precariedade, enquanto 49,7% das mulheres e 47,8% das mulheres cônjuges ocupadas encontram-se em postos de trabalho precários, sem a mínima proteção legal.

Os homens conseguem uma melhor inserção no mercado de trabalho do que as mulheres, que têm dificuldade de conseguirem postos de trabalhos mais seguros, melhores e amparados pela CLT.

Os dados da PED demonstram que entre os negros há proporcionalmente mais homens (87,2%) do que mulheres no mercado de trabalho da RMS (86,4% mulheres e 84,6% mulheres cônjuges). Já com relação aos brancos, ocorre o contrário, há relativamente mais mulheres no mercado de trabalho (13,6% das mulheres em geral e 15,4% das mulheres cônjuges) do que homens (12,8%), como pode ser visto na Tabela 3.

Em relação à idade, nota-se que a maioria dos ocupados está concentrada na faixa etária de 40 anos e mais. Além disso, verifica-se que os homens entram mais cedo no mercado de trabalho, visto que 20,9% dos homens encontram-se na faixa de 18 a 24 anos, enquanto encontram-se nessa mesma faixa etária 18,9% das mulheres em geral e 10,4% das mulheres cônjuges, ou seja, a quantidade de homens ocupados é maior que a das mulheres nessa faixa etária. Porém, a partir dos 25 anos, a quantidade relativa de mulheres e mulheres cônjuges no mercado de

trabalho é superior à masculina, devido ao fato delas entrarem mais tardiamente no mercado de trabalho.

Com relação à escolaridade nota-se que as mulheres têm mais instrução do que os homens, visto que a porcentagem das mulheres em geral e das mulheres cônjuges com 2º grau completo / 3º grau incompleto e com 3º grau completo é maior que a dos homens; a porcentagem deles só é superior à feminina com nível de instrução de 1º grau incompleto e 1º grau completo / 2º grau incompleto.

Com relação à escolaridade nota-se que as mulheres têm mais instrução do que os homens, visto que a porcentagem das mulheres em geral e das mulheres cônjuges com 2º grau completo / 3º grau incompleto e com 3º grau completo é maior que a dos homens

Tabela 3

Distribuição dos ocupados segundo atributos pessoais por sexo
Região Metropolitana de Salvador, Janeiro 2002 - Dezembro 2004

Atributos Pessoais	Total	Sexo		Mulher-cônjuge
		Homem	Mulher	
Total	100	100	100	100
Cor				
Brancos	13,2	12,8	13,6	15,4
Negros	86,8	87,2	86,4	84,6
Idade				
10 a 17 anos	16,7	18,1	15,5	0,8
18 a 24 anos	19,8	20,9	18,9	10,4
25 a 39 anos	29,9	29,9	29,9	43,6
40 anos e mais	33,5	31,1	35,6	45,2
Grau de Instrução				
Analfabetos/S.E.(1)	5,1	4,4	5,7	4,8
1º grau incompleto	42,4	44,7	40,3	36,2
1º grau completo/				
2º grau incompleto	17,7	18,5	17,0	16,8
2º grau completo/				
3º grau incompleto	28,5	26,6	30,2	33,6
3º grau completo	6,3	5,9	6,8	8,6
Tempo de Residência				
Até 3 anos	8,7	8,8	8,6	4,2
Mais de 3 anos	91,3	91,2	91,4	95,8

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Analfabetos e Sem Escolaridade declarada.

Tabela 4

Horas semanais trabalhadas dos ocupados no trabalho principal por sexo¹
Região Metropolitana de Salvador, Janeiro 2002 - Dezembro 2004

Horas Trabalhadas	Total	Sexo		Mulher-cônjuge
		Homem	Mulher	
Média	43	46	39	38
% trabalham até 44 horas	56,3	49,7	64,2	66,8
% trabalham mais de 44 horas	43,7	50,3	35,8	33,2

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Exclusivo os Ocupados que não declararam horas trabalhadas ou declararam zero hora.

De acordo com a Tabela 3, 8,8% dos homens, 8,6% das mulheres e 4,2% das mulheres cônjuges residem a menos de três anos na Região Metropolitana de Salvador.

Como se observa na Tabela 4, os homens têm jornadas mais longas de trabalho do que as mulheres em geral e as cônjuges em particular. Em média, os homens trabalham 46 horas semanais (maior que a média do total de ocupados – 43 horas), enquanto as mulheres trabalham 39 horas e as mulheres cônjuges 38 horas semanais, em média. Pode-se verificar também que cerca de

50,3% dos homens trabalham mais de 44 horas e 64,2% das mulheres e 66,8% das cônjuges trabalham até 44 horas semanais.

O RENDIMENTO DAS MULHERES CÔNJUGES

Os dados da PED mostram que as mulheres ganham menos que os homens em todos os setores de atividade econômica, a exceção da construção civil, em que as mulheres ganham mais que os homens. O teste das médias⁴ mostrou que apenas nos serviços de produção as médias entre os homens e as mulheres cônjuges se equiparam, já que o teste não detectou diferenças significativas para esta variável (Tabela 5).

As maiores diferenças de rendimento entre homens e mulheres e entre homens e mulheres cônjuges são verificadas no setor de Indústria, em que as mulheres e as mulheres cônjuges recebem o corres-

⁴ O teste das médias é muito utilizado em pesquisa para verificar se a diferença observada entre duas médias obtidas nas amostras é considerada grande para ser significativa.

Na Hipótese Nula a diferença das médias é zero, isto é, não há diferenças entre os grupos, e na hipótese alternativa a diferença das médias é diferente de zero, isto é, há diferenças entre os grupos.

Seja $H_0: \mu_H - \mu_M = 0$ a hipótese nula de igualdade das médias e $H_1: \mu_H - \mu_M \neq 0$ a hipótese alternativa de diferença das médias, onde μ_H e μ_M são as médias dos indicadores de rendimento dos homens e das mulheres, respectivamente. E Seja $H_0: \mu_H - \mu_{MC} = 0$ a hipótese nula de igualdade das médias e $H_1: \mu_H - \mu_{MC} \neq 0$ a hipótese alternativa de diferença das médias, onde μ_H e μ_{MC} são as médias dos indicadores de rendimento dos homens e das mulheres cônjuges, respectivamente. Se $|t| > t_C$ rejeita-se H_0 e aceita-se H_1 , considerando que: $|t| = (\mu_H - \mu_M) / [(\hat{\sigma}_H^2/n_H) + (\hat{\sigma}_M^2/n_M)]^{1/2}$ e $|t| = (\mu_H - \mu_{MC}) / [(\hat{\sigma}_H^2/n_H) + (\hat{\sigma}_{MC}^2/n_{MC})]^{1/2}$ Onde $\hat{\sigma}_H$, $\hat{\sigma}_M$ e $\hat{\sigma}_{MC}$ são os desvios-padrão dos homens, das mulheres e das mulheres cônjuges, respectivamente; n_H , n_M e n_{MC} são os números de observações dos homens, das mulheres e das mulheres cônjuges, respectivamente; e t_C é a estatística t correspondente a $n-1$ grau de liberdade e nível de significância α .

Tabela 5

Rendimento real médio dos ocupados segundo setor de atividade econômica por sexo¹
Região Metropolitana de Salvador, Janeiro 2002 - Novembro 2004

(Em Reais)

Setor de Atividade	Total	Sexo		Mulher -cônjuge (C)	Estatística t de Comparação das Médias	
		Homem (A)	Mulher (B)		B-A	C-A
Total	700	831	557	631	39,1	21,2
Indústria	972	1089	665	733	14,6	8,6
Comércio	547	640	437	490	14,8	8,1
Serviços de Produção (2)	918	959	837	957	8,0	0,1
Serviços Pessoais (3)	674	743	631	685	7,9	3,4
Construção Civil	607	598	762	*	-2,7	-
Serviços Domésticos	216	290	211	207	11,2	11,4
Outros	389	427	293	*	2,6	-

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Novembro - 2004.

(2) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de Reparação e Limpeza.

(3) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços. (*) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

pondente a 61,1% e 67,3%, respectivamente, dos rendimentos dos homens.

Já as menores diferenças de rendimento se dão no setor de serviços de produção, em que as mulheres e as mulheres cônjuges recebem o equivalente a 87,3% e 99,8%, respectivamente, dos rendimentos dos homens.

Tabela 6

Rendimento real médio dos ocupados segundo posição na ocupação por sexo¹
Região Metropolitana de Salvador, Janeiro 2002 - Novembro 2004

(Em Reais)

Posição na Ocupação	Total	Sexo		Mulher -cônjuge (C)	Estatística t de Comparação das Médias	
		Homem (A)	Mulher (B)		B-A	C-A
Total	700	831	557	631	39,1	21,2
Assalariados Total	792	833	736	836	10,8	-0,3
Assalariados Setor Privado						
Com Carteira Assinada	744	789	665	720	12,1	4,7
Sem Carteira Assinada	395	425	353	401	6,9	1,2
Assalariados Setor Público	1243	1453	1080	1177	14,0	8,4
Autônomo	448	563	306	312	26,2	21,6
que trabalha para Empresa	725	823	517	606	8,5	4,0
que trabalha para o público	389	491	276	283	23,9	19,6
Empregador	2081	2262	1710	1805	7,4	5,0
Dono de Negócio Familiar	733	816	623	639	2,6	2,2
Empregados Domésticos	216	290	210	207	11,2	11,4
Mensalista	226	292	220	220	10,2	10,0
Diarista	147	*	146	151	-	-
Outros	2281	2336	2192	*	0,8	-

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Novembro - 2004.

(*) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Considerando a posição na ocupação (Tabela 6), a maior diferenciação de rendimentos entre os homens, as mulheres e as mulheres cônjuges ocorre entre os ocupados no trabalho autônomo, em que os rendimentos das mulheres e mulheres cônjuges correspondem a 54,3% e 55,5%, respectivamente, dos rendimentos dos homens. É verificado também que, entre os autônomos, a maior diferença existe naqueles que trabalham para o público, em que as mulheres ganham 56,1% dos salários dos homens e as mulheres cônjuges, 57,7%.

A menor diferença entre os rendimentos se dá nos assalariados, em que os salários das mulheres são em média 11,7% menores que os dos homens.

Entretanto, as mulheres cônjuges recebem aproximadamente os mesmos salários (0,4% a mais). Entre os assalariados com e sem carteira assinada pode-se verificar também as menores diferenças, visto que as mulheres e mulheres cônjuges com carteira assinada recebem salários 15,8% e 8,7%, respectivamente, menores que os dos homens. Já

para as sem carteira assinada, seus salários são 16,9% e 5,6% menores, respectivamente.

O teste das médias mostra que apenas as mulheres cônjuges ocupadas assalariadas e as assalariadas sem carteira assinada não apresentam diferenças significativas em seus rendimentos relativamente aos dos homens ($t = -0,3$ e $t = 1,2$, respectivamente).

Com relação aos atributos pessoais, percebe-se que os homens recebem salários maiores que as mulheres, o que é garantido pelo teste das médias, visto que as estatísticas rejeitam a hipótese de igualdade das médias. A exceção refere-se apenas às mulheres de 10 a 17 anos, em que $t = 1,5$ (Tabela 7).

As maiores diferenças de rendimento médio entre homens e mulheres (inclusive as cônjuges) são verificadas segundo o nível de instrução. Entre os

Tabela 7

Rendimento real médio dos ocupados segundo atributos pessoais por sexo¹
Região Metropolitana de Salvador, Janeiro 2002 - Novembro 2004

(Em Reais)

Atributos Pessoais	Total	Sexo		Mulher -cônjuge	Estatística t de Comparação das Médias	
		Homem (A)	Mulher (B)		B-A	C-A
Total	700	831	557	631	39,1	21,2
Cor						
Brancos	1270	1497	1024	1189	16,7	8,5
Negros	605	720	480	526	37,7	22,7
Idade						
10 a 17 anos	127	131	122	*	1,5	-
18 a 24 anos	359	395	316	306	13,7	9,0
25 a 39 anos	683	809	548	559	27,8	21,8
40 anos e mais	949	1173	718	779	29,7	20,6
Grau de Instrução						
Analfabetos	247	310	194	177	10,9	11,1
1º grau incompleto	337	418	232	237	42,0	32,5
1º grau completo/ 2º grau incompleto	434	539	285	321	34,0	21,7
2º grau completo/ 3º grau incompleto	746	957	547	628	42,6	26,7
3º grau completo	2175	2729	1759	1907	23,7	16,8
Tempo de Residência						
Até 3 anos	810	1092	513	696	14,9	6,6
Mais de 3 anos	695	819	560	630	36,5	19,8

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Novembro - 2004.

(*) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

que têm 1º grau completo / 2º grau incompleto, as mulheres recebem o correspondente a 52,9% dos rendimentos dos homens. As mulheres cônjuges que possuem o 1º grau incompleto recebem apenas 56,7% dos rendimentos dos homens. Ou seja, apesar das mulheres terem uma maior escolaridade que os homens, elas recebem rendimentos mais baixos. Pode-se verificar que com relação aos rendimentos de indivíduos com maior instrução (superior completo), as mulheres e as mulheres cônjuges recebem 64,4% e 69,9%, respectivamente, dos salários dos homens.

As menores diferenças de rendimento são verificadas segundo a cor. As mulheres e as mulheres cônjuges brancas recebem, respectivamente, 31,6% e 20,6% a menos que os homens brancos. Já as mulheres e as mulheres cônjuges negras recebem, respectivamente, 33,4% e 26,9% a menos que os homens negros. Além disso, pode-se notar a grande diferença de rendimento entre homens e mulheres brancos e homens e mulheres negros, levando a crer na existência de um alto grau de discriminação racial existente no mercado de trabalho,

principalmente quando combinada à condição de gênero.

Com relação ao tempo de residência, as maiores diferenças de rendimento ocorrem com as pessoas que estão morando até três anos na RMS, em que as mulheres recebem o equivalente a 46,9% dos rendimentos dos homens e as cônjuges, 63,7%.

Dessa forma, verifica-se que independentemente de cor, idade, nível de escolaridade e tempo de residência na RMS, configura-se a desvantagem salarial das mulheres em relação aos homens. Isso mostra a desigualdade enfrentada pela mulher no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo o uso dos microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, este trabalho teve como finalidade a abordagem da situação da mulher cônjuge no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, comparando-a com os homens e as mulheres no total.

Os dados da PED confirmam a situação precária que as mulheres, especificamente as cônjuges, enfrentam no mercado de trabalho da RMS. As mulheres cônjuges (assim como a grande maioria das mulheres) estão mais sujeitas a ocupações com inserção vulnerável, ou seja, elas estão alocadas, em sua maioria, em postos de trabalho informais, sem proteção e direitos trabalhistas. Grande parte dessas mulheres está alocada, na Região Metropolitana de Salvador, tanto no setor de serviços pessoais quanto no emprego doméstico, apesar de possuírem grau de instrução maior que o dos homens.

Os resultados por sexo e cor indicam que entre os negros há mais homens do que mulheres cônjuges no mercado de trabalho da RMS e, entre os brancos, há mais mulheres cônjuges do que homens.

Os diferenciais de rendimentos mostram uma situação generalizada de ganhos inferiores para as mulheres cônjuges, qualquer que seja o corte que se faça – considerando os níveis de escolaridade, idade, cor, grau de formalidade, etc. Esses diferenciais vari-

am para diferentes situações ocupacionais ou atributos, reafirmando a posição desvantajosa em que essas mulheres se encontram.

Um exemplo disso é que a análise da associação entre escolaridade e remuneração confirmou que a remuneração média real das mulheres cônjuges é inferior a dos homens, independentemente da sua escolaridade. Porém, com o aumento do nível de escolaridade, a diferença dos rendimentos diminui.

Com relação aos seus rendimentos, entre os brancos, as mulheres cônjuges recebem salários menores que os dos homens, o mesmo ocorrendo entre os negros.

Enfim, por mais que as desigualdades de gênero possam parecer menores, as mulheres ainda se mantêm numa situação desvantajosa. Diante disso, as ações do governo e dos movimentos feministas são de vital importância para que as mulheres trabalhadoras con-

sigam alcançar posições mais igualitárias em relação aos homens. As mulheres têm um grande desafio pela frente: derrubar as barreiras da desigualdade no mercado de trabalho.

Os dados da PED confirmam a situação precária que as mulheres, especificamente as cônjuges, enfrentam no mercado de trabalho da RMS. As mulheres cônjuges (assim como a grande maioria das mulheres) estão mais sujeitas a ocupações com inserção vulnerável, ou seja, elas estão alocadas, em sua maioria, em postos de trabalho informais, sem proteção e direitos trabalhistas

para discussão, 209).

SOARES, S.; IZAKI, R. S. A participação feminina no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 923).

REFERÊNCIAS

DIEESE, São Paulo. *A situação das mulheres em mercados de trabalho metropolitanos*. São Paulo: DIEESE, 2003. 9 p. (Encarte especial).

GELINSKI, Carmen R. O.; RAMOS, Ivoneti da Silva. Mulher e família em mutação: onde estão os mecanismos de apoio para o trabalho feminino? *Mulher e Trabalho*, Porto Alegre: PED-RMPA, v. 4, p. 141-148, 2004.

SEDLACEK, G. L.; SANTOS, E. C. A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de renda familiar. Rio de Janeiro: IPEA, 1991. (Texto

O segmento de meia idade: análise sobre os desdobramentos do padrão de acumulação flexível em sua inserção produtiva¹

Flávia Santana Rodrigues*

Resumo

Este artigo tem como objetivo discriminar as mudanças ocorridas, durante a década de 1990, nas condições de atividade dos trabalhadores de meia idade da RMS, baseando-se nas informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Para isso, considera-se que as alterações provocadas pelo novo paradigma de flexibilização capitalista sobre o mercado de trabalho tem seus traços de precarização acentuados por questões históricas que remontam à formação do modelo fordista de industrialização brasileiro, que possui, dentre outras características, uma estrutural desigualdade regional na forma em que se desenvolveu, tornando o plano nacional bastante heterogêneo em seus aspectos econômico, social, político e cultural e, assim, interferindo, sobretudo, na qualidade de vida de seus habitantes.

Palavras-chave: fordismo, desigualdades regionais, mercado de trabalho brasileiro, trabalhadores de meia idade, flexibilização capitalista, precarização do trabalho.

Abstract

This paper aims to distinguish the changes which occurred, during the nineties, in the labor conditions of the middle-aged workers working in the MAS, based on information from the Employment and Unemployment Research. For such, we considered that the modifications caused by the new capitalist flexibility paradigm on the labor market has its precarious characteristics accentuated by historical issues which come from the creation of the Brazilian industrialization fordist model; which has, among other characteristics, a structural regional inequality in the way it developed, causing the national plan to become quite heterogeneous in its economic, social, political and cultural aspects and, thus, interfering, excessively, in the quality of life of its inhabitants.

Key words: fordism, regional inequalities, Brazilian labor market, middle-aged workers, capitalist flexibility, precarious labor situation.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca investigar quais foram as transformações ocorridas nas formas de inserção produtiva dos trabalhadores de meia idade da RMS durante a década de 1990. Destarte, tem como objetivo central abordar as questões relacionadas com as alterações estruturais recentemente ocorridas nas condições de ocupação desse segmento de trabalhadores.

¹ Este artigo é um produto resultante do trabalho de conclusão do curso de Ciências Econômicas da UFBA, orientado pelo professor doutor Luiz Antônio Mattos Filgueiras.

* Economista pela UFBA. Especialista em Planejamento e Gestão Governamental pela UNIFACS. Técnica da SEI. flavia@sei.ba.gov.br

As mudanças que vêm se processando no mercado de trabalho refletem o caráter estrutural da dinâmica de funcionamento do modelo de acumulação capitalista. Diversos autores da sociologia do trabalho concordam que há uma ruptura do padrão de acumulação observado no período fordista de produção, sendo tal paradigma observado no Brasil no período entre os anos 1930 e 1970.

Segundo Harvey (2002), a crise do sistema fordista de produção foi proporcionada pela sua incapacidade de contenção das crises inerentes ao sistema capitalista. Somou-se a isso as dificuldades crescentes de sustentar esse modelo por meio de

intensa intervenção do Estado, com políticas de cunho keynesiano, acrescidas pelos problemas de rigidez na produção, nos mercados e nos contratos de trabalho, e a insatisfação dos trabalhadores, evidenciada pelas inúmeras greves e ampla sindicalização. Certamente, ressaltadas as devidas diferenças do fordismo no Brasil, em função de sua disseminação desigual nos países subdesenvolvidos, a crise desse modelo fordista/taylorista periférico foi mais grave, implicando um quadro mais desestruturante do mercado de trabalho.

O fordismo brasileiro foi desenvolvido de forma parcial, justamente em aspectos que enfraquecem o trabalhador na relação capital x trabalho. Sendo caracterizado, por um lado, por uma menor concessão pelo Estado em relação aos países desenvolvidos de benefícios típicos do estado de Bem-Estar social keynesiano, na forma de serviços públicos, primordialmente, de assistência médica, habitacional, educacional e gastos em seguridade social, responsáveis por ganhos qualitativos ao padrão de vida e, por outro lado, por um processo de disciplinamento da força de trabalho, principalmente baseado na sua repressão e super-exploração, cuja renda não continha repasse dos ganhos de produtividade gerados. Três fatores estão relacionados com esta postura dos empresários brasileiros, sendo os dois primeiros possíveis causas (falta de interesse e de reconhecimento da importância de proporcionar a mínima participação nos lucros como um mecanismo de transformação dos trabalhadores em consumidores efetivos dos produtos produzidos em massa) e o terceiro uma consequência (impossibilidade de exercer um maior controle social por meio dos aumentos salariais, utilizando-se de fatores subjetivos como satisfação, motivação, cooptação e cooperação, que facilitam a disciplina da força-de-trabalho).

A partir do início da década de 1980, um cenário progressivo de crise se instaura no país, começando a reconfigurar o seu mercado de trabalho. Assim, durante tal período, as intensificações da inflação, da crise fiscal do Estado e dos problemas estruturais da economia brasileira começam a arrefecer a demanda de trabalho, que ocorria principalmente através da cri-

ação de empregos no setor público e de postos de trabalho no setor formal, induzindo aumentos posteriores de ocupações informais. (POCHMANN, 2001).

Contudo, a crise na qual o país “mergulha” se generaliza a partir dos anos 1990, com a adoção de um modelo de política econômica que privilegia excessivamente a estabilidade monetária, a redução da capacidade de intervenção do Estado brasileiro e o enquadramento do país numa lógica internacional de abertura econômica irrestrita, contribuindo para o acirramento da fragilidade e dos desajustes históricos nas contas externas do Balanço de Pagamentos. Tal desequilíbrio torna o país ainda mais vulnerável às

Indicadores de diversas pesquisas expressam os desajustes do mercado de trabalho, revelando a queda no ritmo de expansão da ocupação e do emprego em paralelo ao crescimento exacerbado de ocupações precárias, além de intensa ampliação do desemprego e redução intensa dos empregos formais

bruscas mudanças da conjuntura externa, limitando sua autonomia diante dos interesses e necessidades do capital financeiro internacional. Especificamente, observa-se uma aguda ampliação da dependência do país em relação aos investidores internacionais, especialmente os especuladores e administradores de capitais de curtíssimo prazo, para financiar a economia nacional.

Tal absorção das práticas neoliberais interagiu com os processos de globalização e reestruturação produtiva, conformando a nova lógica de acumulação flexível do capital no Brasil, com sérias repercussões para o mercado de trabalho e mais propriamente trazendo graves consequências para a sociedade. Indicadores de diversas pesquisas expressam os desajustes do mercado de trabalho, revelando a queda no ritmo de expansão da ocupação e do emprego em paralelo ao crescimento exacerbado de ocupações precárias, além de intensa ampliação do desemprego e redução intensa dos empregos formais.

O Brasil revela esse processo de forte desajuste do mercado de trabalho em todo o seu território, mas os diversos recortes geográficos do país parecem obedecer a suas próprias dinâmicas de funcionamento. A Região Metropolitana de Salvador (RMS) insere-se no contexto acima, reproduzindo o agravamento da situação social em seu mercado de trabalho causado pelos efeitos perversos do desemprego e da precarização das condições e relações de trabalho.

Nesse contexto, chamou a atenção o grupo etário –

formado basicamente por pessoas de 40 a 59 anos de idade (grosso modo, designadas como “pessoas de meia idade”) – que, tradicionalmente, se apresenta como economicamente ativo e, historicamente, menos propício ao desemprego e à precarização, uma vez que a generalização dos referidos fenômenos está cada vez mais acentuada, pois além da manutenção de sua seletividade em alguns grupos, é possível observar a conformação de novos segmentos prejudicados.

Para melhor expor o rebatimento dessas mudanças na estrutura ocupacional do segmento populacional de meia idade, dividiu-se este texto em quatro partes: a inicial, que versa sobre as bases do fordismo no Brasil e suas repercussões sobre o mundo do trabalho; a segunda parte, referente aos principais elementos do padrão de acumulação flexível e as suas contradições marcantes no mercado de trabalho brasileiro; a terceira, que discute o papel dos trabalhadores mais experientes no atual modelo de gestão; e, por fim, a quarta, que aborda as características da ocupação das pessoas de meia idade e a sua atuação no mercado de trabalho da RMS.

O FORDISMO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DE UM MERCADO DE TRABALHO HETEROGÊNEO

Um exame sobre como o processo de industrialização taylorista/fordista foi adaptado no Brasil é fundamental para entender porque o fordismo não foi pleno aqui.² Para Vargas (1985, p. 170), a implementação do fordismo brasileiro coincide e se confunde com a fase inicial de industrialização do país, por volta dos anos 1930, sendo “conduzido pelas nossas elites dirigentes do setor particular e público, do meio empresarial e intelectual”.

Outrossim, Paranhos (1999) remete-se a tal momento histórico da sociedade brasileira,³ descrevendo como foi decisivo o papel do Estado no controle e disciplinamento da força de trabalho brasileira, tanto no espaço fabril (através da criação da legislação social e trabalhista) quanto

extra fábrica (via construção de uma política e ideologia do trabalhismo). Nesse sentido, para Paranhos (1999, p. 149), quando o Estado se apropriou de diversas reivindicações da classe trabalhadora e as aplicou através de outorga das leis sociais, portando-se de forma centralista e conseguindo por meio de intervenções reduzir as diferenças sociais, tinha como um dos maiores objetivos “reafirmar o caráter espontâneo da legislação social” e com isso neutralizar a capacidade de organização e de luta da classe trabalhadora em prol de seus interesses.

Com uma ótica mais abrangente, Druck (1999) refere-se a outros fatores que comprovam que o fordismo no Brasil foi implementado de modo incompleto, são eles: I) a forma de inserção subordinada da economia brasileira, com um tipo de modelo dependente, que incapacita a própria burguesia local na organização de um projeto de defesa nacional e verdadeiramente democrático; II) a ausência de autonomia tecnológica devido à falta de produção científico-tecnológica; III) o não desenvolvimento de um mercado de trabalho de produção em massa e sim da seletividade de mercado, já que os bens padronizados produzidos eram sustentados basicamente pelo consumo da classe média; e IV) a existência de uma distribuição concentrada da renda, através do impulsionamento e retenção preponderante dos ganhos de produtividade pelos capitalistas.

Certamente, todos esses fatores atuaram de forma determinante para que o projeto de industrialização de Getúlio Vargas, bem como os que o sucederam nos demais governos, fosse feito de forma crescentemente subordinada. Ademais, contribuíram para o enfraquecimento da classe trabalhadora na relação capital x trabalho, limitando a autonomia do movimento sindical⁴ e

⁴ Os sindicatos, nos anos 1930, eram excessivamente controlados pelo Estado. No governo Vargas era proibido que lhe propiciasse atuar autonomamente nas relações políticas e de correlação de forças, de forma a se impor através de um conjunto de reivindicações e acordos. Posteriormente, no período da ditadura militar, a partir de 1964, a organização dos trabalhadores em sindicatos foi fortemente minada (por meio de dirigentes colocados pelo regime), acompanhando a supressão de outros direitos individuais e sociais. Mattos (1999) relata a retomada das mobilizações sindicais, com o ressurgimento do sindicato em novas bases (combativo e forte socialmente) a partir de 1978 e ao longo de toda a década de 1980. Por sua vez, Alves (2002) enfatiza o cenário recente, dos anos 1990, no qual o movimento sindical enfrenta uma grave crise por causa dos processos de reestruturação produtiva, com a introdução de novas técnicas de gestão participativa (a exemplo dos Círculos de Controle de Qualidade) e de produção (redução de postos de trabalho), e de terceirização, que enfraquece a consciência da classe trabalhadora e a fragmenta. Segundo Sennett (1999), somam-se a esses processos alguns sentimentos de ordem subjetiva, comuns à vida moderna, como o medo do desemprego, a insegurança e incerteza quanto ao futuro. Essa reunião de fatores está sendo causa da perda de filiação – logo, de representatividade – e da queda do número proporcional de greves e de seus participantes.

² Autores como Vargas (1985), Paoli (1987) e Druck (1999) desenvolvem argumentos que compreendem e reforçam esse ponto de vista.

³ Esta fase do país, tema recorrente na literatura socioeconômica, é muito rica de acontecimentos essenciais para a construção de nossa sociedade assim como a conhecemos hoje. Além da introdução dos princípios do taylorismo, o período de 1920 a 1930 (principalmente), caracteriza-se pela resposta política e ideológica ao movimento dos trabalhadores (ideologia do trabalhismo), pela construção e mudanças no plano da burguesia nacional e dos meios constitucionais do Estado.

comprometendo a sua capacidade política de organização.

Em consonância com a perspectiva descrita acima, a forma diferenciada como se processou a industrialização nos diversos estados e regiões é outra questão que contribui para as desigualdades existentes no país. Enquanto na região Nordeste, mais especificamente na Bahia, deu-se ênfase a uma matriz industrial basicamente voltada para a produção de bens intermediários, na região Centro-Sul, particularmente em São Paulo, a industrialização compreendia os setores de bens de consumo finais.

Conseqüentemente, esse processo de desenvolvimento desigual promoveu inserções diferenciadas na matriz industrial brasileira. Neste contexto, a Bahia assumiu um papel de “supridor de produtos intermediários para os setores de bens finais instalados no eixo Sul/Sudeste do país”. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 90).

Uma série de diferenças pode ser listada em decorrência dessa especialização regional. Setorialmente, ao passo que em São Paulo, principal centro econômico do país, houve um maior encadeamento e diversificação intersetorial, na Bahia, com o modelo de industrialização adotado, passou-se de uma estrutura produtiva, baseada especialmente no setor primário agro-exportador, para outra, especializada nos setores químico, petroquímico e metalúrgico,⁵ com o agravante desses segmentos serem concentrados espacialmente na RMS.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, São Paulo apresentou uma formação pujante das classes operária e média urbana, repercutindo na construção de um mercado consumidor mais sólido e de grande porte. Ademais, os investimentos feitos com inova-

ções técnicas e gerenciais nos estados das regiões Norte e Nordeste têm como prerrogativas, muitas vezes, na implantação dos projetos de investimentos que envolvem a vinda de empresas do Sul e Sudeste para tais localidades, a contratação prévia de trabalhadores altamente capacitados, oriundos destas regiões, para ocupar as funções de gerenciamento e chefia.

Na Bahia, por sua vez, no tocante ao mercado de trabalho, o que se percebe é que a sua estrutura industrial não favorece a geração de muitos postos de trabalho, uma vez que o seu principal segmento industrial (químico e petroquímico) é intensivo em capital e não em mão-de-obra. Outro elemento restritivo para a criação de empregos é que não houve uma maior articulação intersetorial, de forma a dinamizar outros setores industriais de sua cadeia produtiva (a exemplo dos segmentos produtores de bens finais), bem como não conseguiu dinamizar os setores de Comércio e Serviços fora da RMS.

Desse modo, a estrutura setorial da RMS foi predominantemente influenciada pela concentração espacial das indústrias química, petroquímica e metalúrgica na Bahia, com o crescimento significativo de seu setor terciário. Por ser o centro dinâmico de oportunidades de trabalho do estado, o seu mercado de trabalho é marcado por elevadas taxas de desemprego, as maiores historicamente entre as demais regiões econômicas. Este fato demonstra um desdobramento da desigualdade no espaço intra-regional baiano (RMS e interior do estado) e indica a importância do empenho governamental no sentido de sanar as diferenças regionais de desenvolvimento nos planos local e nacional.

Logo, as inúmeras escolhas, decisões e adequações sociais, políticas, econômicas e administrativas que marcam os aspectos discutidos nesse breve retrospecto histórico são indispensáveis para a conformação de um mercado de trabalho brasileiro hete-

Na Bahia, por sua vez, no tocante ao mercado de trabalho, o que se percebe é que a sua estrutura industrial não favorece a geração de muitos postos de trabalho, uma vez que o seu principal segmento industrial (químico e petroquímico) é intensivo em capital e não em mão-de-obra. Outro elemento restritivo para a criação de empregos é que não houve uma maior articulação intersetorial, de forma a dinamizar outros setores industriais de sua cadeia produtiva

⁵ Segundo Teixeira e Guerra (2000), tais segmentos industriais são extremamente importantes em termos de participação relativa no PIB setorial baiano e no Valor Agregado Bruto da indústria de transformação, além de contribuírem sobremaneira para o crescimento e evolução da receita estadual.

rogêneo, que tem esta natureza sistematicamente fortalecida pelos ajustes que o modo de produção capitalista local vem sofrendo atualmente.

CARACTERÍSTICAS DO CAPITALISMO NA ATUALIDADE E CONTRADIÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Na década de 1990, basicamente, pode-se imputar a três processos (a “globalização”⁶, a “reestruturação produtiva”⁷ e o “neoliberalismo”⁸) o aprofundamento das dificuldades e diversas mudanças que vêm sendo processadas no mercado de trabalho brasileiro. Estes processos são conduzidos e implementados por sujeitos sociais. Entretanto, são submetidos a um processo de inversão ou fetichismo,⁹ tornando complexo identificar, nas consequências sociais, políticas e econômicas, a responsabilidade dos agentes por suas ações.

Os três estão inter-relacionados e fundamentalmente associados às transformações observadas no modo de produção capitalista atualmente, sendo comum a estes a ruptura das barreiras à livre mobilida-

Em conjunturas anteriores à abertura da economia brasileira e à reestruturação produtiva, a faixa etária situada entre os 40 e 59 anos era considerada como o estágio de maturidade etária e de maior estabilidade/segurança profissional alcançada

de do capital visando níveis cada vez maiores de acumulação e reprodução ampliada do capital. Por estes motivos causam forte impacto sobre as pessoas no mercado de trabalho, podendo levá-las a situações de crescente desemprego, exclusão social e marginalização, muitas vezes dificultando (quando não impossibilitando) a reinserção desses indivíduos na sociedade por meio da venda de sua força de trabalho (FILGUEIRAS, 1995).

No Brasil, bem como em outros países periféricos, principalmente nos anos 1990, esses processos são responsáveis pelo agravamento do desemprego, da dependência financeira, tecnológica e da exclusão social. A postura neoliberal de não intervenção do Estado gera consequências sociais e políticas fundamentais, especialmente com relação ao desemprego e à exclusão social crescentes nos países que adotaram este receituário na orientação de suas políticas econômicas (DRUCK, 1999; FILGUEIRAS, 1995).

Duas consequências dessa lógica de atuação estatal afetam dramaticamente a sociedade. Primeiro surge a dificuldade do Estado intervir diretamente em setores ou regiões mais vulneráveis, o que fragiliza a atividade produtiva e o emprego, comprometendo tanto as novas contratações quanto os empregos existentes. A segunda consequência revela-se pela prática da desregulamentação no mercado de trabalho, a qual acirra a competição e as desigualdades sociais entre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que arrefece as ações coletivas materializadas pelos sindicatos.

Enquanto fenômeno de alteração e substituição do modelo fordista, a reestruturação produtiva apresenta um processo contínuo de inovações que tem na flexibilidade das relações de trabalho a sua característica fundamental. É através dela que se modificam os processos produtivos e os métodos utilizados para aumentar significativamente a produtividade do trabalho. Essa flexibilização, da forma abrupta como vem sendo conduzida, dificulta a possibilidade dos trabalhadores se inserirem no mercado de trabalho. Isto traz sérias implicações para eles, que passam a desempenhar um papel diverso do que possuíam no fordismo: mudam de função e formação

⁶ Muitos interpretam a globalização como uma continuidade de um processo de internacionalização marcado pela interdependência entre as economias nacionais, presente em outros períodos históricos anteriores. Contudo, segundo a abordagem transformacionista, o atual processo de mundialização tem um conjunto de novidades que o distinguem de outros momentos de intensa internacionalização, constituindo uma forma histórica determinada, produto de uma conjuntura única de forças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas (ARAÚJO, 2001).

⁷ A reestruturação produtiva representa o conjunto de transformações ocorridas como resposta à crise do modelo fordista de produção a partir do início dos anos 1970. Associada à 3ª Revolução Industrial, que está baseada na adoção crescente e difusão nos processos produtivos de automação e novas tecnologias como a microeletrônica e robótica. Tem como princípio a desvalorização e substituição de contingentes crescentes de trabalhadores em nome da valorização do capital (FILGUEIRAS, 1997).

⁸ O neoliberalismo é uma tentativa de retorno ao liberalismo (corrente teórica dos séculos XVIII e XIX), representando uma reação teórica e política ao Estado intervencionista, originada a partir do pós 2ª Guerra. Defende uma participação mínima do Estado na economia, sem o exercício de políticas ativas a não ser através de políticas fiscais e monetárias. Apesar de se basear nos princípios liberais, o neoliberalismo possui como maior diferença em relação ao liberalismo a sua origem histórica particular (FILGUEIRAS, 1995; 1997).

⁹ O fetichismo da mercadoria foi definido por Karl Marx e “não é nada mais que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1996, v. 1, p. 7). Assim, humanizam-se coisas e coisificam-se os sujeitos, invertendo o processo e comprometendo assim o entendimento da realidade.

específicas para a execução de tarefas especializadas, para o estímulo crescente à generalização de responsabilidades e realização de diversas atividades.

Concomitantemente, flexibilizam-se as relações entre o capital e o trabalho através da promoção de livres negociações e contratações no mercado, além de relacionamento entre empresas sob a forma de subcontratações (terceirização). Visando reduzir os encargos trabalhistas por meio da reestruturação produtiva, busca-se flexibilizar a jornada de trabalho, a remuneração e os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, acentuando assim a assimetria de poder entre a oferta e demanda no mercado de trabalho em favor dos empresários. Cabe ressaltar que a reestruturação produtiva constitui um elemento fundamental ao desenvolvimento e aprofundamento do processo de globalização, uma vez que possibilita a ampliação dos mercados via aumento da produtividade, da competição e através dos avanços tecnológicos obtidos.

OS TRABALHADORES MAIS EXPERIENTES NO ATUAL MODELO DE GESTÃO

As pessoas de 40 a 59 anos¹⁰ (aqui conhecidas como de “meia idade”) fazem parte de um segmento do mercado de trabalho que historicamente integra a população economicamente ativa (principalmente na condição de ocupados), são considerados trabalhadores mais experientes e geralmente são chefes de família. Entretanto, este perfil tem sido alterado pelas modificações provocadas no mundo do trabalho, fazendo-os sentir uma maior dificuldade para manter os respectivos empregos e garantir a sua reinserção produtiva. Em conjunturas anteriores à abertura da economia brasileira e à reestruturação produtiva, a faixa etária situada entre os 40 e 59 anos era considerada como o estágio de maturidade etária e de maior estabilidade/segurança profissional alcançada.

Contudo, a lógica do capitalismo moderno, de modo geral e amplo, fragiliza e submete o trabalhador – ao enfraquecer o seu poder de negociação, precarizar as relações e condições de trabalho – e tem como ênfase a flexibilidade, a mudança contínua. Nesse sentido, existe toda uma discussão que permeia a preferência das empresas de alguns setores em contratar trabalha-

dores mais jovens em detrimento de trabalhadores mais maduros. A respeito desse assunto, Druck (2000, apud BORGES, 2000, p. 102) fez algumas considerações: no processo de ajuste das empresas aos novos padrões de competitividade, trabalhadores de meia idade e larga experiência de trabalho têm sido substituídos por jovens, implicando o rejuvenescimento do quadro de funcionários da empresa.

Para Sennett (1999, p. 107 e 108), as atuais condições de vida encerram muitos preconceitos contra os trabalhadores maduros; existe uma disposição a negar o valor da experiência passada da pessoa. A cultura empresarial trata a meia idade como avessa ao risco, no sentido de jogador. Para o autor, esses preconceitos são difíceis de combater. A dificuldade ocorre devido às altas pressões enfrentadas em um mundo mutante.

Segundo Sennett (1999, p. 109), está ocorrendo uma abreviação da vida de trabalho das pessoas na empresa moderna. Isso é evidenciado, por um lado, pelo adiamento da entrada no mercado de trabalho pelos jovens por causa da maior dedicação à educação e, por outro, pela queda no emprego das pessoas da faixa etária de 40 a 59 anos, conhecida como meia idade. Ainda a respeito desse assunto, Sennett cita uma previsão de Castells, de que a vida de trabalho está sendo encurtada para uma média de 30 anos (25 aos 54), de um período de vida de 70 a 80 anos. Assim, o período de vida produtiva está sendo comprimido para menos da metade da vida biológica, com os trabalhadores mais velhos deixando o cenário muito antes de estarem física ou mentalmente incapazes.

Associado a essa tendência verificada por Sennett, mais especificamente em países desenvolvidos, alguns motivos favorecem uma maior ênfase na juventude no momento da contratação. Além de constituir-se em uma mão-de-obra barata (motivo tradicional, usado principalmente no século XIX), os jovens estão sendo preferidos por outros atributos que os tornam atraentes nos altos escalões das empresas e, estes, para Sennett, estão mais na área do preconceito. Do ponto de vista institucional, a flexibilidade dos jovens os torna mais maleáveis tanto em termos de assumir riscos quanto de submissão imediata. Já os trabalhadores mais velhos, por possuírem mais experiência, tendem a julgar o que consideram inadequado na administração.

É interessante pontuar outra tendência, de ampliação dos limites do tempo de serviço, que também

¹⁰ São designadas por Santos (2003) como pessoas em idade madura.

tem conseqüências adversas para as pessoas de meia idade no mercado de trabalho. Ela vem sendo progressivamente sistematizada no Brasil, em oposição à tendência de compressão na vida de trabalho. Através de aumentos da idade mínima e do tempo de contribuição previdenciária, e da combinação destes dois requisitos para a concessão da aposentadoria, torna-se cada vez mais difícil a saída do mercado de trabalho e a sobrevivência daqueles trabalhadores em idades mais avançadas. Ademais, configura-se em um importante agravante das condições de vida futura das pessoas de meia idade, levando-se em consideração a presença mais intensa de discriminação etária nas empresas.

O preconceito serve para justificar os aspectos positivos da juventude em oposição às supostas características negativas da idade madura na organização flexível. Como exemplo, Sennett (1999, p. 110) cita uma explicação da publicação *California Management Review*, que afirma que os trabalhadores mais velhos têm esquemas mentais inflexíveis e são avessos ao risco, além de simplesmente não terem a mesma energia física necessária para enfrentar as exigências atuais da vida no local de trabalho flexível.

Os preconceitos relacionados a idades mais avançadas parecem ter um significado pessoal para o trabalhador, de que a experiência à medida que é acumulada vai perdendo valor. É como se com a passagem do tempo as qualificações e aptidões dos mais velhos fossem erodindo e eles desqualificando-se: a sua experiência não impõe respeito.

Outrossim, a apreensão e a ansiedade pessoal estão intimamente ligadas ao novo capitalismo, pois no regime flexível desconsidera-se o tempo para o desenvolvimento de novas aptidões, concentrando-se na capacidade imediata. Dessa forma, as pessoas sentem falta de relações humanas constantes e objetivos duráveis. Conseqüentemente, o ambiente conformado é descontínuo, permeado por situações de risco e incertezas permanentes, onde o trabalhador busca incessantemente se tornar “satisfatório”, não conseguindo, entretanto, ter domínio das qualidades necessárias que o abonam nos critérios modernos de competência, por mais que se esforce (SENNETT, 1999).

Do ponto de vista da coletividade, a incerteza e a insegurança provenientes do padrão de acumulação

capitalista flexível reforçam a desmobilização dos trabalhadores enquanto classe e, por conseguinte, estimulam a competitividade.

A ATUAÇÃO DOS INDIVÍDUOS DE MEIA IDADE NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS¹¹

A heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro é percebida pela intensa interação e imersão das situações de ocupação, desemprego e inatividade. Situações nos limites entre estas categorias podem ser empiricamente observadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED):¹² entre a ocupação e a inatividade (inativos com trabalho excepcional), entre a ocupação e o desemprego (desemprego oculto pelo trabalho precário) e entre o desemprego e a inatividade (desemprego oculto pelo desalento). Além disso, também tem esse caráter pelas diferenças regionais, sendo marcantes as especificidades de regiões como Sudeste e Nordeste, por exemplo.

Estas regiões possuem realidades sociais e de qualidade de vida que refletem seu grau distinto de desenvolvimento econômico. Diversos indicadores evidenciam essas diferenças, demonstrando a fragilidade da região Nordeste em oposição à Sudeste. Segundo a Síntese de Indicadores, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003, do IBGE, quase a totalidade (72,3%) de pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência na Região Nordeste, não eram contribuintes para instituto de previdência em qualquer trabalho. Por outro lado, na região Sudeste, essa proporção caía para menos da metade (42,7%). Tal fato é compreensível quando se observa que a proporção de

¹¹ A Região Metropolitana de Salvador é composta pela capital baiana e mais nove municípios: Candeias, Camaçari, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

¹² A PED é uma pesquisa domiciliar amostral, de periodicidade mensal, que investiga as características de emprego e desemprego relativas às pessoas de 10 anos e mais de idade, realizada em seis regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Salvador e Recife. A escolha dessa pesquisa decorre de sua amplitude metodológica, que incorpora critérios diferentes de outras fontes estatísticas, que também possuem variáveis de acompanhamento do mercado de trabalho – a exemplo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas do IBGE – para a medição do desemprego, conseguindo captar informações típicas de um mercado de trabalho heterogêneo. Essa característica é crucial quando se trata de mercados de trabalho mais informalizados como o da RMS, onde situações de emprego, desemprego e subemprego são mais difíceis de serem discernidas pelas pesquisas tradicionais.

peças com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e que são empregados e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada na região Sudeste é mais que o dobro da Nordeste: 40,3% contra apenas 17,2%, respectivamente. Além disso, pelo fato da região Nordeste possuir uma distribuição de renda mais concentrada em detrimento dos trabalhadores, poucos são aqueles que têm condições de fazer contribuições para uma previdência privada.

Outras posições na ocupação, precárias do ponto de vista da relação trabalhista, como os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada e os conta própria, são mais significativos na estrutura ocupacional da região Nordeste, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Outro aspecto da heterogeneidade entre as regiões pode ser percebido através da proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, muito superior na região Nordeste frente à Sudeste: 22,4% contra 5,8%, respectivamente. Esse descompasso em termos de escolaridade da mão-de-obra contratada também é sentido nos grupos de anos de estudo mais elevados, uma vez que 20,6% possuíam 11 anos ou mais de estudo no Nordeste, enquanto no Sudeste representavam 37,5%.

Inúmeros aspectos que ilustram a desigualdade regional podem ser demonstrados pelos dados da PNAD, e é a partir desse diagnóstico que a Bahia, enquanto importante economia da região Nordeste, e mais particularmente a RMS, sua principal região econômica, se insere no contexto brasileiro de grande diversidade no mercado de trabalho, refletindo elementos estruturais de precariedade.

Assim, utilizaram-se as informações da PED buscando estabelecer dois momentos para a comparação dos dados empíricos coletados. O primeiro no final da

Tabela 1

Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões selecionadas, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal, os grupos de anos de estudo e a contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho 2003

Atributos selecionados	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)	
	Grandes Regiões	
	Nordeste	Sudeste
Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal		
Total (1)	100,0	100,0
Empregados e trabalhadores domésticos(2)	49,4	70,3
Com carteira de trabalho assinada	18,0	41,1
Militares e estatutários	5,8	6,5
Outros sem carteira de trabalho assinada	25,6	22,7
Empregados (2)	43,3	61,5
Com carteira de trabalho assinada	17,1	38,1
Militares e estatutários	5,8	6,5
Outros sem carteira de trabalho assinada	20,5	16,9
Trabalhadores domésticos (2)	6,0	8,8
Com carteira de trabalho assinada	0,9	3,0
Sem carteira de trabalho assinada	5,1	5,9
Conta própria	27,9	19,3
Empregadores	2,8	4,8
Não-remunerados	13,2	3,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	6,5	2,4
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,2
Sexo e grupos de anos de estudo		
Total (3)	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	22,4	5,8
1 a 3 anos	19,5	10,1
4 a 7 anos	25,9	28,5
8 a 10 anos	11,0	17,8
11 anos ou mais	20,6	37,5
Contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho		
Total (4)	100,0	100,0
Contribuintes	27,7	57,3
Não-contribuintes	72,3	42,7

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2003, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de posição na ocupação.

(2) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria de emprego.

(3) Inclusive as pessoas com anos de estudo não-determinados ou sem declaração.

(4) Inclusive as pessoas sem declaração de contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho.

década de 1980 (biênio 1987/1988) e o segundo no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (período 1997/2002). A análise descritiva, com o objetivo de facilitar a compreensão do exposto, é detalhada, privilegiando a divisão em quatro aspectos básicos.

A evolução das condições de atividade

As taxas de participação das pessoas de meia idade, tradicionalmente elevadas, além de continuarem altamente representativas, foram ampliadas de

68,9% para 71,5% no segundo período. Todavia, o aumento da pressão exercida pelas pessoas de meia idade no mercado de trabalho foi intensamente influenciado pela precarização em curso, que além de deteriorar a qualidade das ocupações destes trabalhadores, certamente está contribuindo para o expressivo crescimento de seu desemprego através do aumento da procura por parte daqueles que: estão executando formas precárias de ocupação e ao mesmo tempo buscando trabalho; estão sem trabalho e efetivamente procurando; e saíram da inatividade para recorrer a alguma atividade remunerada, devido ao empobrecimento generalizado das famílias.

No que concerne às taxas de participação, segundo o sexo, constatou-se que os homens de meia idade são predominantes no mercado metropolitano de trabalho. Mesmo levando-se em consideração o incremento mais que proporcional das taxas femininas, estas não foram suficientes para reduzir o diferencial existente entre os sexos. A escolaridade e a posição na família foram outras características

investigadas para melhor compreender o aumento de pessoas de meia idade no mercado de trabalho.

No tocante à escolaridade, observou-se que o grupo etário de meia idade aumentou as suas taxas de participação, segundo os níveis de instrução formal, acompanhando o processo mais amplo – de crescimento da escolarização – que tem se evidenciado em quaisquer atributos pessoais do trabalhador (sexo, idade e cor ou raça). Isto vem sendo captado pelas diversas pesquisas que produzem e divulgam indicadores sobre o mercado de trabalho.

Entretanto, a maior qualificação do contingente de meia idade não implica, necessariamente, um movimento similar (de crescimento) em relação aos níveis de rendimentos,

pois com a crescente desregulamentação praticada no mercado de trabalho e com as maiores dificuldades de inserção produtiva, impostas pelo processo de precarização do mercado de trabalho, os indivíduos tendem a se submeter a ocupações sub-remuneradas. Essa situação é particularmente acentuada para os indivíduos de meia idade, que não podem ficar muito tempo desempregados, principalmente por causa de seu papel social na estrutura familiar e pelas implicações financeiras e psíquicas conseqüentemente produzidas.

Os dados parecem contemplar uma situação em que os trabalhadores de meia idade, independentemente de possuírem nível escolar mais elevado, ao ficarem desempregados e não conseguindo reinserir-se em postos de trabalho que tenham uma remuneração compatível com a sua escolaridade – situação generalizada no mercado de trabalho, mais recentemente –, têm aumentado as suas participações no desemprego oculto por trabalho precário e em empregos assalariados, majoritariamente sem carteira de trabalho assinada.

Com relação às taxas de participação, segundo a posição na família, constatou-se uma preponderância das categorias “outros” e “chefes” de meia idade, sendo que esta última foi a única posição onde foi possível observar crescimento, por causa da falta de

A maior qualificação do contingente de meia idade não implica, necessariamente, um movimento similar (de crescimento) em relação aos níveis de rendimentos, pois com a crescente desregulamentação praticada no mercado de trabalho e com as maiores dificuldades de inserção produtiva, impostas pelo processo de precarização do mercado de trabalho, os indivíduos tendem a se submeter a ocupações sub-remuneradas

Tabela 2

Taxas de participação das pessoas de meia idade, segundo atributos selecionados RMS, 1987/1988 e 1997/2002

Atributos selecionados	1987/1988	1997/2002
Total	68,9	71,5
Sexo		
Homem	62,8	83,8
Mulher	43,5	60,8
Grau de escolaridade		
Analfabeto	62,3	57,3
Ensino fundament. Incomp.	44,9	67,4
Ensino fund. Completo	57,8	70,3
Ensino médio incompleto	34,8	72,1
Ens. Médio completo	58,8	75,5
Ens. Superior completo	62,5	85,4
Posição na família		
Chefe	60,4	79,7
Cônjuge	-	56,3
Filho	-	68,7
Outros Parentes	-	59,2
Outros	-	86,6

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.
(-) Dados amostrais não significativos para estas categorias.

representatividade dos dados amostrais nas demais posições familiares.

As características da ocupação

No que se refere à ocupação, percebeu-se que, embora a proporção das pessoas de meia idade ocupadas tenha aumentado, o incremento não foi suficiente para compensar o crescimento do desemprego, fazendo com que houvesse uma queda das taxas de ocupação. O setor de serviços¹³ destacou-se diante dos demais setores de atividade por ser o mais representativo em termos de ocupados de meia idade (69,5%, em 1997/2002) e por ter sido o único que cresceu em 13,9% a participação deste segmento entre os dois períodos analisados.

A terciarização¹⁴ crescente das ocupações do grupo de meia idade é preocupante, pois as atividades deste setor possuem uma natureza muito heterogênea – indo das tarefas mais precárias até as mais especializadas – e requerem níveis muito distintos de qualificação, produtividade e rendimentos, refletindo uma situação de progressiva desestruturação do mercado de trabalho. Ademais, as atividades menos especializadas do setor de serviços têm traços semelhantes com o segmento não organizado do mercado de trabalho, sendo caracterizadas por uma oferta de mão-de-obra que, em geral, possui uma baixa qualificação técnica, dificilmente se organiza em sindicatos e quando isso ocorre não há unicidade sindical. Ocupa empregos majoritariamente instáveis, de alta rotatividade, onde há uma reduzida exigência por qualifi-

cação e os investimentos em qualificação são minimamente realizados, com escassos cursos de capacitação e treinamentos, assim oferecendo poucas perspectivas de ascensão profissional e baixos níveis de rendimentos (CARDOSO JÚNIOR, 2000).

A informalização,¹⁵ captada pelos resultados das posições ocupacionais das pessoas de meia idade, constitui um fenômeno que também contribui para desestruturar e precarizar a situação destes trabalhadores no mercado de trabalho. Contudo, o crescimento da informalidade é parcial, visto que, enquanto entre os assalariados sem registro houve um aumento significativo da participação deste segmento, para os autônomos o movimento foi de redução. Vale pontuar a ampliação

A terciarização crescente das ocupações do grupo de meia idade é preocupante, pois as atividades deste setor possuem uma natureza muito heterogênea – indo das tarefas mais precárias até as mais especializadas – e requerem níveis muito distintos de qualificação, produtividade e rendimentos, refletindo uma situação de progressiva desestruturação do mercado de trabalho

Tabela 3

Distribuição das pessoas de meia idade nos ocupados, segundo atributos selecionados RMS, 1987/1988 e 1997/2002

Atributos selecionados	1987/1988	1997/2002
Sectores de atividade		
Indústria	9,9	9,1
Comércio	17,2	13,9
Construção Civil	8,2	6,0
Serviços	61,0	69,5
Outras atividades	3,7	1,4
Posição na ocupação		
Assalariados	52,8	54,9
Assalariados do setor privado	26,6	31,1
Subcontratados	3,2	3,6
Demais	23,5	27,5
Com carteira	23,9	25,8
Sem carteira	2,8	5,3
Assalariados do setor público	26,1	23,8
Autônomo	34,5	27,7
Que trabalha na empresa	4,5	4,1
Que trabalha para o público	30,0	23,7
Empregadores	3,9	6,6
Empregados domésticos	5,9	7,5
Demais	2,9	3,3

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.

¹³ Considerando a distribuição setorial em relação às faixas etárias, observa-se que somente as pessoas de meia idade representavam 31,1% do total de ocupações no setor de serviços no segundo período. Provavelmente, essa proporção deve estar sendo influenciada pela predominância que o setor tem na estrutura setorial da RMS. Diferentemente do contingente de meia idade, a especialização setorial se diferencia para os demais grupos etários, que estavam mais presentes nos setores de comércio e indústria, respectivamente.

¹⁴ Crescimento de atividades do setor de serviços no total das ocupações.

¹⁵ Significa o aumento expressivo de ocupações informais. Considera-se como informal as atividades que não são regidas pela CLT (assalariados sem carteira de trabalho assinada, funcionários públicos e militares) e aquelas desenvolvidas por trabalhadores por conta própria (autônomos). Do ponto de vista da qualidade da ocupação, os trabalhadores por conta própria exercem as atividades mais precárias e, das relações de trabalho, o emprego sem carteira assinada representa a forma mais frágil de inserção profissional.

das subcontratações e a diminuição dos empregos públicos como outros elementos desestruturantes de sua inserção ocupacional.

Assim, com base no exposto sobre a ocupação, constatou-se que houve um progressivo aumento da precariedade sobre os postos de trabalho das pessoas de meia idade nos anos 1990, revelado por uma série de mudanças, a saber: redução de empregos no serviço público, crescimento do assalariamento sem carteira assinada, das subcontratações e dos empregos domésticos. Associado a isso tem-se a diminuição de seus postos de trabalho no setor industrial. Evidentemente, todas essas mudanças têm um reflexo danoso sobre o padrão de inserção produtiva dos indivíduos de meia idade. Embora se reconheça a gravidade dessas mudanças, é preciso reconhecer que elas não ocorreram generalizadamente, diferindo, neste aspecto, da tendência apontada para o conjunto dos ocupados por diversos estudos sobre o mercado de trabalho durante a década de 1990.

A precarização, do ponto de vista das ocupações, não foi amplamente difundida porque algumas posições ocupacionais – tradicionalmente observadas para trabalhadores de meia idade – como assalariados do setor privado com carteira assinada e empregadores, além de mantidas foram incrementadas. Outro atenuante do impacto das transformações sobre a inserção produtiva desse segmento é percebido através do núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho – tido como a agregação das posições ocupacionais assalariados sem carteira, autônomos e empregados domésticos –, que se tornou menos representativo para os indivíduos daquela faixa de idade.

A variação do desemprego

Sem dúvida, o aumento significativo do patamar das taxas de desemprego foi a principal mudança no padrão de inserção produtiva das pessoas de meia idade. Apesar da elevação das taxas totais de desemprego (106,8%) serem principalmente determinadas pelo expressivo incremento do desemprego aberto, o

Do ponto de vista das pessoas de meia idade houve uma contração de suas remunerações médias, que se estendeu para todos os setores de atividade, excetuando-se o da construção civil e os subsetores serviços domésticos e pessoais

tipo oculto destacou-se como mais representativo entre os indivíduos de meia idade e revelou-se mais através do desemprego oculto pelo trabalho precário. A dimensão do problema provocado pelo desemprego é ratificada quando se considera que até mesmo no desemprego oculto pelo desalento, em que as taxas registradas foram as menores, houve uma ampliação de 65,1% entre os dois períodos comparados. De fato, a expansão do desemprego para as pessoas de meia idade foi tão pujante que se refletiu em todos os setores de atividade econômica.

Uma das consequências adversas mais graves, decorrente do desemprego, para o contingente de meia idade é a dificuldade de conseguir outro trabalho similar ao pregresso, pois muitas vezes o desem-

Tabela 4

Distribuição das pessoas de meia idade nos desempregados, segundo atributos selecionados RMS, 1987/1988 e 1997/2002

Atributos selecionados	1987/1988	1997/2002
Total	7,3	15,1
Tipos de desemprego		
Aberto	3,2	7,3
Oculto	4,1	7,8
Por trabalho precário	2,9	5,9
Por desalento	1,2	2,0
Tempo de procura por trabalho		
Até 1 mês	8,0	7,9
De 1 a 6 meses	23,0	17,0
De 6 meses a 1 ano	11,2	13,6
Até 1 ano	42,3	38,6
Mais de 1 ano	12,0	22,0

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.

prego que os acomete é de exclusão.¹⁶ Ademais, o tempo de procura por trabalho foi estendido com o maior período de busca (mais de um ano), sinalizando uma intensificação das dificuldades para os casos em que o desemprego originado pela reestruturação os obriga a tentar outro tipo de atividade ocupacional.

¹⁶ Forma de expressão característica do desemprego estrutural, citada por Pochmann (1998), que se concentra sobre a PEA ocupada de maior faixa de idade, a partir de 50 anos. No desemprego de exclusão, as pessoas são substituídas por outras e não conseguem se reinserir no mercado de trabalho, devido à idade considerada avançada ao tipo de emprego que possuíam ou pela escolaridade considerada aquém das necessidades imediatas criadas pela automação.

A modificação dos rendimentos

Completando o quadro de transformações desestruturantes do mercado de trabalho, tem-se a piora distributiva dos rendimentos. A renda decrescente estimula situações onde é necessário recorrer a mais de um emprego ou ocupação para garantir o padrão de vida familiar, quiçá a sua própria condição de sobrevivência. Do ponto de vista das pessoas de meia idade houve uma contração de suas remunerações médias, que se estendeu para todos os setores de atividade, excetuando-se o da construção civil e os subsetores serviços domésticos e pessoais. A indústria destacou-se entre os setores cujos trabalhadores registraram perdas salariais, com a mais expressiva queda.

Não obstante a reconfiguração dos rendimentos médios auferidos nos setores diminuir as diferenças intra-setoriais, concomitantemente, promove um nivelamento por baixo, posto que as desigualdades salariais ficam menores devido às variações percentuais positivas do rendimento real médio ocorrer apenas no setor da construção civil e nos subsetores de serviços domésticos e pessoais.

No que se refere ao nível de rendimento segundo as posições ocupacionais, concluiu-se que, se por um

lado, houve aumento salarial apenas nas posições mais precárias, por outro lado, as posições que, tradicionalmente, asseguram melhores condições de trabalho tiveram perdas em suas remunerações. Nessa perspectiva, os rendimentos reais médios dos *assalariados sem carteira assinada*, dos *autônomos*, dos *empregados domésticos* e *demaís ocupados* de meia idade foram acrescidos, enquanto os assalariados com carteira assinada, sobretudo os do setor público, tiveram os seus ganhos reduzidos no comparativo dos períodos.

Com efeito, esses dois movimentos, diametralmente opostos, contribuem para a intensificação da precarização dos postos de trabalho das pessoas de meia idade, pois evidencia a valorização das ocupações mais precárias e de menor rendimento, justamente onde o custo da mão-de-obra é mais baixo.

CONCLUSÃO

Tendo como pano de fundo um cenário mais geral de reestruturação produtiva, cujos rebatimentos sobre o mercado de trabalho consistem no aprofundamento das dificuldades, tanto de inserção como de passagem para a inatividade, além daquelas relacionadas à manutenção do emprego ou da ocupação, a análise das mudanças na condição ocupacional das pessoas de meia idade revelou um quadro intenso de desestruturação.

A expressiva taxa de participação desse grupo etário no mercado de trabalho da RMS aumentou na década de 1990, motivada pelos acréscimos na ocupação e no desemprego.

Com relação, especificamente, ao aumento de sua ocupação, observou-se que este se deu, predominantemente, pela ampliação da precarização do trabalho via: diminuição dos empregos nos setores público e industrial; elevação dos empregos domésticos e sem carteira assinada; e aumento das subcontratações. Contudo, vale pontuar que as variações percentuais positivas dos trabalhadores de meia idade no emprego formal celetista e como empregadores também contribuíram para elevar o nível de ocupação deles.

O crescimento significativo do desemprego constituiu-se no aspecto mais grave para os trabalhadores de meia idade na RMS durante a década de 1990, tendo registrado expressivo crescimento em todos os seus tipos: aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento. Acrescente-se ainda que o maior período de

Tabela 5

Rendimento real médio dos ocupados de meia idade, segundo atributos selecionados RMS, 1987/1988 e 1997/2002

Valores em Reais de dezembro de 2002

Atributos selecionados	1987/1988	1997/2002
Total	984	967
Setores de atividade		
Indústria	1.855	1.369
Comércio	890	747
Construção Civil	779	824
Serviços	803	738
Domésticos	159	184
Da produção	1.554	1.195
Pessoais	696	834
Posição na ocupação		
Assalariados	1.199	961
Assalariados do setor privado	996	908
Com carteira	1.285	1.013
Sem carteira	305	417
Assalariados do setor público	1.844	1.230
Autônomo	493	543
Que trabalha para empresa	533	700
Que trabalha para o público	446	456
Empregadores	2.840	2.733
Empregados domésticos	159	189
Demaís	1.839	2.122

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.

Nota: O inflator utilizado foi o IPC da SEI.

tempo de procura por trabalho teve o maior crescimento.

No que se refere aos rendimentos dos trabalhadores de meia idade, pôde-se perceber que houve uma reconfiguração de seu padrão, por meio da redução das diferenças dos ganhos setorialmente e do ponto de vista da posição ocupacional, implicando em uma maior equiparação dos rendimentos, porém em um nível mais baixo. Essa nivelamento no padrão distributivo dos rendimentos foi causado, por um lado, pela queda salarial nos setores de atividade e posições ocupacionais mais estáveis e que proporcionam melhores condições de trabalho e, por outro lado, pelo crescimento salarial nos setores e posições mais precários.

Assim, tendo em vista todas as descrições expostas sobre como vêm se processando as mudanças atuais na inserção ocupacional das pessoas de meia idade, torna-se fundamental a interferência ativa por parte do Estado, no sentido de redirecionar, regular e conduzir melhor o cenário de instabilidades, que vem decisivamente sendo refletido no mercado de trabalho.

Essas ações do governo devem ser implementadas, de um lado, através de uma formulação mais ampla de políticas socioeconômicas que tenham como objetivo essencial o empenho em alcançar o aumento do nível de emprego, e de uma política nacional que busque reorientar o país diante do processo de inserção internacional intensificado nos anos 1990, compensando os empregos destruídos pela reestruturação produtiva e, de outro lado, com políticas voltadas para a criação de formas auxiliares de reinserção e permanência das pessoas de meia idade no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da década neoliberal. *Revista Sociologia e política*, Curitiba, n. 19, p. 71– 94, nov. 2002.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro de. Globalização e trabalho: uma resenha da literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 52, p. 5 - 44, 2001.
- BORGES, Ângela. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 3, p. 92 - 109, dez. 2000.
- CARDOSO Jr., José Celso. *Desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e limites de seu sistema público de emprego*. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 751).
- DRUCK, Graça. *Terceirização: (des) fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico*. Salvador: Edufba; Boitempo editorial, 1999. 263 p.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. *Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século*. Salvador: FCE-UFBA, 1995. Mimeografado.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. A desestruturação do mundo do trabalho e o mal-estar desse fim de século. *Caderno do CEAS*, Salvador, n. 171, p. 9 – 29, set./out. 1997.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2002. 341p.
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais 2003*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil de hoje: os dilemas da CUT. *Revista Plural*, Florianópolis, n. 11, p. 34 – 43, set. 1999.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LEITE, Lopes, J. S. (Org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987. p. 53 - 101.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. *Indicadores Econômicos*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 119 - 137, 1998.
- _____. Raízes da grave crise do emprego no Brasil. In: GOMES, Álvaro (Org.). *O Trabalho no Século XXI: considerações para o futuro do trabalho*. Salvador: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001, p. 35 - 46.
- RODRIGUES, Flávia Santana. *As transformações na inserção das pessoas de meia idade no mercado de trabalho da RMS durante a década de 1990*. Salvador, 2004. 102 p. Monografia (Graduação em Economia) – UFBA, 2004.
- SANTOS, Luís Chateaubriand. *Lições de desigualdade: raça, instrução e oportunidade de trabalho em Salvador*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003. p. 111 - 127. (Série Estudos e Pesquisas, v. 62).
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999. 204 p.
- TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.
- VARGAS, Nilton. Gênese e difusão do taylorismo no Brasil. *Revista Ciências Sociais*, São Paulo: Anpocs/Cortez, p. 155 – 189, 1985.

A emergência da questão da terceira idade e o trabalho do idoso na RMS¹

*José Basílio Cerqueira Neto**

Resumo

Este artigo apresenta algumas características da inserção do idoso no mercado de trabalho da RMS. A abordagem é feita tendo em vista a emergência da questão da terceira idade, observado o fenômeno do envelhecimento populacional e suas consequências socioeconômicas, em especial sobre o mercado de trabalho. A pesquisa foi desenvolvida utilizando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador – PED/RMS. Observa-se que a inatividade é alta e o desemprego é muito baixo entre os idosos. As diferenças entre homens e mulheres são mais marcantes entre os idosos que entre os adultos e jovens. Os homens são mais ativos e ganham mais que as mulheres, sendo que os trabalhadores aposentados são os que auferem os maiores rendimentos.

Palavras-chave: idoso, mercado de trabalho, pensão, aposentadoria, envelhecimento populacional.

Abstract

This paper presents some features regarding the insertion of elders in the labor market in the Metropolitan Area of Salvador (MAS). The analysis took into account the aging population and its socioeconomics consequences, focusing on the labor market. The research was developed using data from the 'Employment and Unemployment Research' in the Metropolitan Area of Salvador – PED/MAS. We observed that inactivity is high and unemployment rate is very low among elders. Differences between men and women are higher among elders than among adults and youngsters. Men are more active and earn more than women earn, being that retired laborers perceive the highest income.

Key words: elders, labor market, allowance, retirement, population aging.

INTRODUÇÃO

Segundo resultados do estudo “Envelhecimento Populacional 2002” realizado pela Organização das Nações Unidas – ONU, nos últimos 50 anos houve um aumento de 33% da população com idade igual ou superior a 65 anos. Entre os países ricos o crescimento da população idosa foi mais acentuado, 81%, enquanto que entre os países pobres foi de 31%.

¹ Este artigo é uma versão atualizada e resumida do relatório monográfico “A Inserção do Idoso no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Salvador”, apresentado no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia sob a orientação do Prof. Wilson F. Menezes.

* Crítico da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS e graduado em economia pela UFBA. basiliocerqueira@yahoo.com.br

Segundo o relatório das Nações Unidas, o processo de envelhecimento da população mundial é constante, o que deverá provocar nos próximos 50 anos a queda do número de pessoas que estarão participando da força de trabalho e a sobrecarga dos sistemas de saúde, que teriam que gastar mais com doenças típicas do envelhecimento como diabetes e doenças neurodegenerativas. Em nenhum outro século as transformações demográficas foram tão significativas (CHAMIE *apud* MOREIRA, 2002). Os dados mostram que 10% da população mundial (629 milhões de pessoas) têm mais de 60 anos, mas este índice pode chegar a 20% (2 bilhões de pessoas) em 2050.

Entre os países mais ricos, o processo de envelhecimento populacional deve-se, principalmente, ao fato deles terem um sistema eficaz de saúde e controle de doenças típicas do envelhecimento. No entanto, entre as nações subdesenvolvidas, o fenômeno deve-se, principalmente, à queda acentuada do número de nascimentos. O caso brasileiro apresenta algumas peculiaridades. Desde 1950 até 2000, a população do Brasil mais que triplicou, passando de 54 milhões para 170 milhões. Nesse mesmo período, a população de jovens menores de 15 anos cresceu muito menos que a população de idosos e estima-se que até 2050 o contingente de pessoas com idade acima de 65 anos aumente 26 vezes, enquanto o número de jovens apenas duplique (MOREIRA, 2002).

Com o sistema de seguridade social cada vez mais comprometido, alguns trabalhadores buscam uma fonte de renda complementar a da previdência pública, fenômeno que os força a continuar ou buscar reinserção no mercado de trabalho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população ocupada com idade entre 60 e 64 anos aumentou 31,5% nos últimos 10 anos.

Utilizando-se da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS), o objetivo deste artigo é traçar o perfil da inserção do idoso no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS), observando aspectos como nível de atividade, ocupação, rendimento e participação dos aposentados e pensionistas.

O trabalho está dividido em quatro partes, incluindo esta introdução. A importância da questão da terceira idade, tendo em vista as alterações na estrutura demográfica e suas conseqüências socioeconômicas, será abordada a seguir. A inserção do idoso no mercado de trabalho, considerando aspectos como taxa de atividade, ocupação, rendimento e inatividade, é discutida numa terceira parte. Por fim são apresentadas algumas considerações finais.

10% da população mundial (629 milhões de pessoas) têm mais de 60 anos, mas este índice pode chegar a 20% (2 bilhões de pessoas) em 2050

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS

Em primeiro de agosto de 2000 a população brasileira atingiu um total de 169.799.170 pessoas, segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE. A partir dos resultados desse último censo, pode-se observar que ao longo do século XX a população brasileira multiplicou-se quase que por dez vezes.

Entretanto, de acordo com uma série histórica elaborada pelo próprio IBGE, conclui-se

que as taxas de crescimento populacional vêm caindo desde a década de 1970 em função, principalmente, da queda da fecundidade (IBGE, 2000).

Bastante diferente do que ocorria nos anos 1950, quando a taxa de crescimento da população girava em torno dos 3% ao ano, na década de 1990 essa taxa foi de apenas 1,64%. Segundo estimativas do IBGE, o nível de fecundidade nessa década foi de 2,2 filhos por mulher em idade fértil. Isso quer dizer que o número de nascimentos no Brasil está apresentando quedas relativas muito grandes. Pode-se, então, concluir, através de tais dados, que o crescimento da população brasileira encontra-se num acentuado processo de desaceleração.

Apesar de um leve declínio dos índices de fecundidade observados desde os anos 1960 até meados da década de 1980, o Brasil, em virtude da composição de sua pirâmide etária, era considerado um país de jovens. Entretanto, desde então, a largura da base da pirâmide tem diminuído.

Além da queda do número de nascimentos, outro fator preponderante na alteração da estrutura etária brasileira é o aumento da expectativa de vida. O aumento da longevidade foi uma das grandes conquistas do século XX. Esse fenômeno tem implicações tão profundas que muitos chamam de “revolução demográfica”. Desde 1950 até 2000, a expectativa de vida da população mundial aumentou cerca de 20 anos e as projeções são de que continue crescendo por um longo período.

Segundo a ONU, a expectativa de vida desde 1950-1955 até o ano 2000 aumentou de 46,5 anos para 65 anos. O Brasil vem acompanhando essa evolução mantendo-se um pouco acima da média mundial, mas um pouco abaixo da média latino-americana. Ao longo desse período a diferença entre as expectativas de vida dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos vem caindo, o que é, de certa forma, natural visto que a expectativa de vida dos muito velhos cresce mais lentamente que a dos demais.

Para melhor compreender as previsões de aumento da expectativa de vida deve-se levar em consideração seus dois componentes fundamentais: a diminuição da mortalidade infantil e o aumento da qualidade de vida da população idosa.

A queda da mortalidade infantil torna-se fator importante, pois a expectativa de vida é calculada através de médias sobre toda a população, de modo que a vida curta das crianças puxa a média de toda a população para baixo.

No Brasil, onde a mortalidade infantil ainda é alta, a expectativa de vida ao nascer é inferior a de países desenvolvidos. Entretanto, a expectativa de sobrevida nas idades mais avançadas, que não é muito sensível à mortalidade nos primeiros anos de vida, é bastante levada, aproximando-se da dos países desenvolvidos. Isso leva a crer que, ultrapassado determinado limite de idade, os brasileiros têm uma sobrevida bastante elevada.

Tais modificações ocorridas na distribuição etária da população brasileira nas últimas décadas apresentam, como consequência, uma alteração no perfil das demandas sociais. Por exemplo, a demanda por saúde deve aumentar substancialmente criando uma necessidade de gastos com equipamentos e medicamentos mais dispendiosos. A diminuição do grupo de jovens deve desacelerar a demanda por educação. Entretanto, a pressão sobre o sistema previdenciário deve aumentar consideravelmente. Daqui a algumas décadas o sistema previdenciário brasileiro terá seríssimos problemas quando o montante de aposentados for muito maior do que é hoje (FERREIRA, 1991).

Segundo a ONU, a expectativa de vida desde 1950-1955 até o ano 2000 aumentou de 46,5 anos para 65 anos. O Brasil vem acompanhando essa evolução mantendo-se um pouco acima da média mundial

Durante um lapso de tempo, em que haverá um decréscimo da população jovem não compensado por um acréscimo da população de idosos, o país experimentará uma queda da sua taxa de dependência,² que posteriormente voltará a crescer, mas sem atingir os níveis históricos anteriores.

Como resultado dessa transição, observar-se-á uma mudança na estrutura da taxa de dependência que passará a ser maior entre os idosos que entre os jovens, alterando, assim, as demandas sociais, o que pressio-

nará o sistema de saúde e, principalmente, o sistema previdenciário.

Para esse problema, a solução mais utilizada é a mudança nos regimes de aposentadorias, elevando a idade limite. O grande problema dessa solução é que ela empurra o indivíduo idoso ao mercado de trabalho, que, por sua vez, não demonstra interesse em absorver essa oferta de mão-de-obra com idade mais avançada.

Apesar das dificuldades, é preciso estabelecer um marco que separe os indivíduos idosos dos adultos. As dificuldades surgem quando nota-se que o envelhecimento não é uma pura e simples questão biológica, mas também uma questão cultural. Indivíduos de culturas e classes sociais diferentes não envelhecem da mesma forma. Entretanto, o direcionamento de políticas depende de uma estratificação da sociedade em grupos representativos.

Em 4 de janeiro de 1994, o Congresso Nacional decretou e o Presidente da República sancionou a Lei nº 8.842 da Política Nacional do Idoso. Para efeitos desta lei, considera-se idoso o indivíduo maior de 60 anos de idade. Portanto, julgou-se coerente, para a elaboração deste artigo, adotar o mesmo critério de idade limite de 60 anos para separar os indivíduos idosos dos não-idosos.

² A taxa de dependência é calculada somando-se a população de 0 a 9 anos com a população de idosos e dividindo-se esse valor pela população com idades entre 10 e 59 anos. Taxa de dependência = $[(\text{Pop.0-09} + \text{Pop.60+}) / \text{Pop.10-59}] * 100$

O IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO

Por que os velhos permanecem economicamente ativos mesmo depois de aposentados? Fatores como aumento da longevidade e melhoria das condições de saúde contribuem para uma vida ativa mais longa. Entretanto, acredita-se que o aposentado continue ofertando sua mão-de-obra não por diletantismo, mas, principalmente, estimulado pelos rendimentos do trabalho.

Segundo Menezes e Carrera-Fernandez (1998), a renda proveniente de pensões e aposentadorias é mais um indicativo de pobreza que de renda orçamentária exógena³ capaz de cumprir com sua função econômica de proporcionar ao aposentado ou pensionista o mesmo padrão de vida que tinha quando era economicamente ativo. Dessa forma, o idoso vê-se obrigado a continuar ou retornar ao mercado de trabalho para obter uma renda complementar.

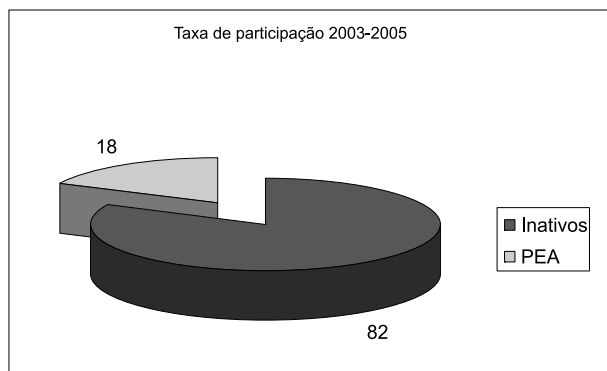
A PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE ACONÔMICA

Os idosos representam 8% da população da RMS e 18% deles são economicamente ativos.

A participação na atividade econômica cai, como era de se esperar, com o início da terceira idade para ambos os sexos. Entretanto, com a velhice, as diferenças entre homens e mulheres aumentam, talvez como consequên-

Gráfico 1

População idosa por condição de atividade
RMS, 2003-2005



Fonte: PED/RMS - SEI/ SETRAS/ UFBA/ DIEESE/ SEADE.

³ Renda obtida fora do mercado de trabalho.

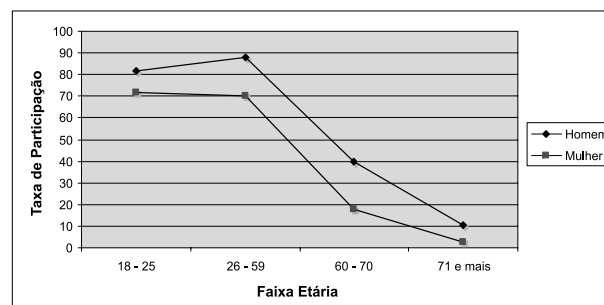
Por que os velhos permanecem economicamente ativos mesmo depois de aposentados?
Fatores como aumento da longevidade e melhoria das condições de saúde contribuem para uma vida ativa mais longa. Entretanto, acredita-se que o aposentado continue ofertando sua mão-de-obra não por diletantismo, mas, principalmente, estimulado pelos rendimentos do trabalho

cia de uma inserção diferenciada no passado, em que muitas mulheres não exerciam trabalho remunerado, limitando-se aos afazeres domésticos ou a realizar atividades braçais impossíveis de serem repetidas na velhice.

Percebe-se, observando o Gráfico 2, a seguir, que a taxa de atividade é mais sensível à idade entre os homens que entre as mulheres. Entretanto, a partir dos 70 anos homens e mulheres vêm-se forçados, por suas limitações biológicas, a deixarem o mercado de trabalho. Nessa fase, as diferenças das taxas de participação entre os gêneros diminuem.

Gráfico 2

Taxa de atividade por sexo
RMS, 2003-2005



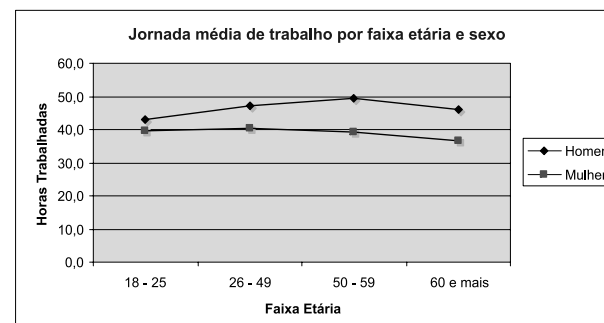
Fonte: PED/RMS - SEI/ SETRAS/ UFBA/ DIEESE/ SEADE.

HORAS TRABALHADAS

O Gráfico 3 mostra que os idosos do sexo masculino, apesar de terem uma carga horária menor que a dos adultos, trabalham mais horas semanais que os

Gráfico 3

Jornada média de trabalho por faixa etária e sexo
RMS, 2003-2005



Fonte: PED/RMS - SEI/ SETRAS/ UFBA/ DIEESE/ SEADE.

jovens. O mesmo não acontece com as mulheres, em que o número de horas semanais trabalhadas é menos sensível à idade que entre os homens. Tal situação pode ser consequência do efeito coorte, devido a uma menor participação feminina no passado.

OCUPAÇÃO

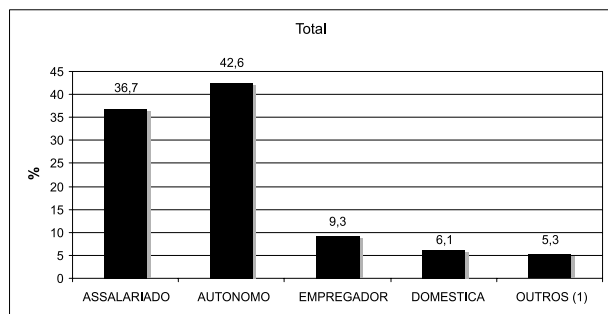
Observando o Gráfico 4, que mostra a distribuição dos idosos por posição na ocupação, observa-se que 42,6% dos trabalhadores idosos são autônomos. Os assalariados representam 36,7% dos trabalhadores idosos.

Entre os idosos ocupados, os dados revelam que apenas 41,1% contribuem para o Instituto de Previdência Social. O trabalho exercido de forma irregular, em que o idoso aceita um emprego com baixas garantias, talvez por já ser aposentado, explica parte dessa situação.

Dentre os trabalhadores idosos ocupados do sexo masculino, 41,6% é contribuinte do Instituto de Previdência Social e apenas 40,4% das mulheres ocupadas fazem a contribuição previdenciária.

Gráfico 4

**PEA idosa por posição na ocupação
RMS, 2003-2005**



Fonte: PED/RMS - SEI/ SETRAS/ UFBA/ DIEESE/ SEADE.

Tabela 1

**Distribuição dos ocupados por contribuição à
Previdência Social**

**Pessoas com 60 anos e mais de idade por sexo
Região Metropolitana de Salvador, 2003-05**

60 anos e mais	Contribui	Não Contribui	Total
Masculino	41,6	58,4	100,0
Feminino	40,4	59,6	100,0
Total	41,1	58,9	100,0
	100,0	100,0	100,0

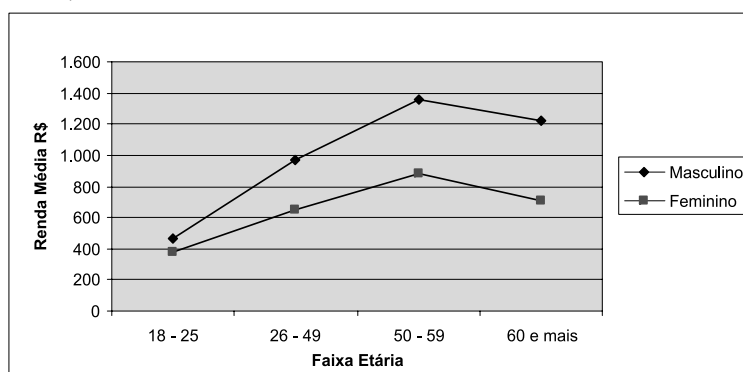
Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

RENDIMENTO

A renda média da população idosa decresce com a idade, mas ainda é maior que a renda dos jovens e dos adultos com idade até 49 anos. O rendimento médio dos idosos é inferior apenas ao recebido pelas pessoas com idade entre 50 e 59 anos. Observando o Gráfico 5, nota-se que a renda média de todas as fontes da população da RMS cresce até os 59 anos, decrescendo a partir daí.

Gráfico 5

**Renda média por faixa etária e gênero
RMS, 2003-2005**



Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

* Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro - 2006.

Como mostra o Gráfico 5, os rendimentos absolutos da população feminina são mais baixos em todas as faixas de idade que os rendimentos da população masculina, e essa diferença aumenta com o avanço da idade. A renda média das mulheres idosas residentes na RMS chega a ser menos da metade da renda média dos homens idosos da região.

A Tabela 2 revela que a maior parte dos rendimentos dos idosos provém de aposentadorias e pensões. Essa fonte de renda é especialmente significativa entre as mulheres idosas, representando 87,5% da renda recebida por elas.

Tabela 2

**Fonte de rendimentos dos idosos por sexo
Região Metropolitana de Salvador, 2003-05**

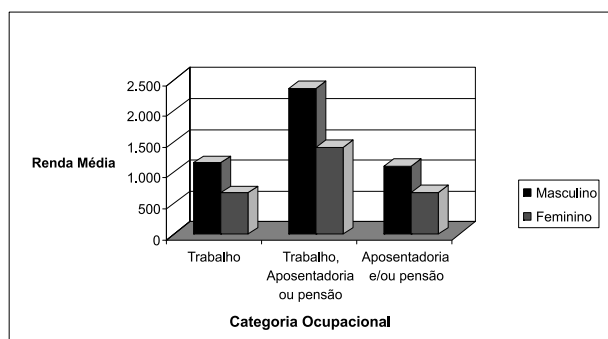
60 anos e mais	Trabalho	Trabalho e aposentadoria ou pensão	Aposentadoria e/ou pensão
Masculino	15,7	9,4	74,9
Feminino	8,4	4,1	87,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

O idoso do sexo masculino que trabalha e é aposentado auferir um maior rendimento médio que aquele que apenas trabalha ou aquele que apenas é aposentado. A pior situação de rendimento para os homens idosos é aquela em que ele é apenas aposentado

Gráfico 6

Renda média 60 anos e mais por sexo e categorias RMS, 2003-2005



Fonte: PED/RMS - SEI/ SETRAS/ UFBA/ DIEESE/ SEADE

* Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Julho - 2005

Entretanto, entre as mulheres a situação em que é auferido menor rendimento médio é composta pela idosa que apenas trabalha. A melhor situação é aquela em que há renda de pensão e/ou aposentadoria e renda do trabalho. Diferentemente do que ocorre entre os homens, o rendimento apenas com pensão e/ou aposentadoria é superior ao auferido pelo trabalho.

Nota-se, portanto, a significativa redução dos rendimentos médios, tanto para homens quanto para mulheres, quando da aposentadoria, o que constitui um incentivo à permanência ou busca de reinserção do idoso ao mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira está vivendo alterações profundas em sua estrutura demográfica, caracterizadas principalmente por uma queda acentuada das taxas de fecundidade e por um aumento da expectativa de vida. Esse processo tem estimulado o crescimento do número relativo de pessoas idosas, trazendo desafios ao Estado, à sociedade e à família.

Percebe-se, pois, uma maior pressão do grupo etário dos idosos sobre o mercado de trabalho como consequência tanto de uma melhoria na qualidade de vida e aumento da longevidade quanto da necessida-

de de auferir um rendimento complementar à aposentadoria ou pensão.

O comportamento de homens e mulheres idosos no mercado de trabalho da RMS é coerente com o cenário de algumas décadas atrás. As mulheres trabalham muito menos horas semanais que os homens e essa diferença aumenta com o avanço da idade. A participação dos homens é significativamente maior entre os que trabalham mais de 40 horas semanais como consequência, principalmente, do efeito coorte, ou seja, da menor participação das mulheres na atividade econômica no passado. Entretanto, nota-se que a diferença entre o número médio de horas semanais trabalhadas não é muito grande entre adultos e idosos, em ambos os sexos.

A grande maioria da PEA idosa do sexo masculino trabalha como autônomo, talvez porque boa parte dessa população já esteja aposentada e por isso busque inserir-se em atividades de natureza informal. Entre os ocupados, apenas uma minoria contribui para o Instituto de Previdência Social. É interessante notar que a participação feminina só é superior à masculina em ocupações consideradas precárias, como no trabalho doméstico e familiar, fato que irá impactar numa menor remuneração dos indivíduos desse gênero.

As pensões e aposentadorias constituem-se nas maiores fontes de renda da população idosa, principalmente para as mulheres. O fato de a expectativa de vida das mulheres ser maior que a dos homens, aliado à queda do nível de atividade com o avanço da idade, contribui para uma maior presença feminina entre os idosos que auferem renda apenas de pensões e aposentadorias.

Como esperado, a renda média decresce com o avanço da idade. Entretanto, o rendimento dos idosos situa-se num patamar mais elevado que o dos jovens. O comportamento da curva de renda média é diferenciado para homens e mulheres. O valor absoluto da renda masculina é superior em todas as faixas etárias e com o avanço da idade a diferença entre os sexos torna-se cada vez maior, talvez como consequência de uma maior presença masculina entre os idosos que auferem renda do trabalho apesar de já serem aposentados, visto que essa é a categoria ocupacional em que se obtém maior renda média. Assim, verificou-se que a renda constitui um incentivo para que os idosos, principalmente do sexo masculino, parem de trabalhar mais tarde.

É com uma sociedade cada vez mais envelhecida, em que as atenções se voltam para os desafios trazidos pelo envelhecimento populacional, que este estudo se preocupa, enfocando a relação entre o idoso e o mercado de trabalho. Pressões políticas e sociais para a transferência de recursos na sociedade aumentam a necessidade de novos estudos sobre as demandas de uma população idosa cada vez mais numerosa e ativa.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, D. N. Envelhecimento da população. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.1, n. 2, p. 28-29, set. 1991.

IBGE. *Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios – Resultados do universo – Dinâmica populacional brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MENEZES, F.W.; CARRERA-FERNANDES, J. A Participação do idoso na força de trabalho: uma abordagem a partir da Região Metropolitana de Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., 1998, Belém. *Anais...* Belém: ANPEC, 1998. p.1973-1990.

MOREIRA, M. M. Mudanças estruturais na distribuição etária brasileira: 1950-2050. Fundação Joaquim Nabuco, 2002. (Trabalhos para discussão, 117). Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/136.html>>. Acesso em: 30 maio 2002.